



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

*MENSAGEM
À
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

2001

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Olívio de Oliveira Dutra

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNO
Miguel Soldatelli Rossetto

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DA CASA CIVIL
Flávio Koutzii

SECRETÁRIO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
Adão Villaverde

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Paulo Peretti Torelly

CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. José Luiz da Silva Mafalda

CHEFE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA
Guaracy de Souza Cunha

SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DO GABINETE DA REFORMA AGRÁRIA
Antônio Marangon

SECRETÁRIO ESPECIAL DO GABINETE DO INTERIOR
Dirceu Silva Lopes

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO
Carlos Frederico Barcellos Guazzelli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
José Paulo Bisol

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO DE ESTADO DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO
Edson Menezes da Silva

SECRETÁRIO ESPECIAL DA HABITAÇÃO
Ary José Vanazzi

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
José Hermeto Hoffmann

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS
José Luiz Vianna Moraes

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Lúcia Camini

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Marco Aurélio Spall Maia

SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE
Maria Luiza Jaeger

SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Claudio Roberto Bertoldo Langone

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Tarcísio João Zimmermann

SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Luiz Roberto de Albuquerque

SECRETÁRIA DE ESTADO DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES
Dilma Vana Rousseff

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Luiz Marques

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Renato de Oliveira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO
Milton Sérgio Silveira Zuanazzi

LÍDER DO GOVERNO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Dep. Est. Ivar Pavan

I – APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso IX do artigo 82 da Constituição Estadual, o Poder Executivo expõe à Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura dos trabalhos da Sessão Legislativa de 2001, através da presente Mensagem, a situação do Estado no exercício de 2000 e os planos de Governo para o corrente exercício.

Ao cabo do segundo ano de Governo, mesmo reconhecendo o grau de dificuldades imposto pelo quadro geral do contexto estadual e nacional, já se pode auferir resultados altamente positivos em diferentes áreas de atuação, talvez em parte devido à tenacidade com que o Governo se incumbiu de conduzir as ações propostas e, por outra, pelo estágio de organização de cidadania e da participação popular.

Um projeto de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável tem pautado as ações de governo neste período. A inclusão social, a recuperação dos valores essenciais de cidadania, o provimento dos indispensáveis instrumentos e mecanismos de apoio ao crescimento integrado da economia, o esforço em diminuir o volume de importações de impacto no sistema produtivo, a busca da diminuição e da correção das desigualdades regionais, a complementação das cadeias produtivas e a atração seletiva de investimentos – dentre outras características diferenciadoras e inovadoras – está consolidando progressivamente e já materializa pela gama de indicadores sociais e econômicos favoráveis, um novo patamar para o Estado do Rio Grande do Sul, em posição de destaque no cenário nacional.

O comparativamente expressivo crescimento da economia do Rio Grande do Sul, pelo segundo ano consecutivo, indica o acerto da política de desenvolvimento econômico conduzida pelo Governo Democrático e Popular.

A situação do Estado é demonstrada em relatório que contempla a situação da economia gaúcha, abordando os principais indicadores e resultados setoriais e o setor público estadual. Também integra esta Mensagem o conjunto das principais ações realizadas no exercício de 2000, resultante da compilação da atuação dos diferentes órgãos estaduais. Na parte final do documento estão apresentados os planos do Governo para o ano de 2001, com vistas à continuidade e consolidação do processo de transformação social e econômica em curso no Rio Grande do Sul.

1 – SITUAÇÃO DO ESTADO

1.1 – ECONOMIA GAÚCHA

As duas últimas décadas, da mesma forma que para o Brasil, foram de crescimento reduzido para a economia rio-grandense, 1% ao ano na década de 80 e de 2,7% no decênio de 90. A abertura da economia brasileira trouxe dificuldades à economia gaúcha pela forte concorrência de produtos externos, pela valorização do câmbio e pelos elevados custos financeiros, além da ausência de planos e projetos setoriais compensatórios. A estes fatores pode-se adicionar a predatória guerra fiscal entre os estados e a persistente e histórica crise fiscal do Estado Gaúcho, causada pelo crescente descompasso estrutural entre a evolução da receita e das despesas desde os anos 80.

No entanto, o biênio 1999/2000 caracterizou-se por uma inflexão no ritmo de crescimento da economia estadual. De fato, após o crescimento negativo de 0,5% verificado em 1998, o Estado teve taxa de crescimento positiva anual de 3,6% do PIB em 1999, mais de quatro vezes superior a taxa nacional (0,79%), e termina o ano de 2000 com a expressiva taxa de 4,6 %, tendo apresentado um resultado excepcional na indústria de transformação, com crescimento de 9,2 % durante o ano. Tais números, no mínimo, confirmam o acerto da política governamental e demonstram a correção dos centros estratégicos eleitos como centrais para o desenvolvimento.

Deve-se salientar, ainda, que alguns dos Estados que aderiram como estratégia à política de guerra fiscal, ao contrário do Rio Grande do Sul, apresentaram taxas negativas de desempenho industrial em 2000, como são os casos da Bahia e do Paraná, que tiveram queda de 2,9% e 2,0%, respectivamente, até o mês de novembro passado. Além disso, deve-se ressaltar a considerável taxa de crescimento de 15,6% das exportações do Estado em 2000, o que evidencia a grande capacidade de resposta da matriz produtiva estadual e reforça as ações empreendidas no incentivo à produção gaúcha, bem como à política de diversificação de mercados para exportação. Tais políticas potencializaram os efeitos positivos da tardia desvalorização cambial.

O crescimento da economia gaúcha, pelo segundo ano consecutivo, já começou a trazer reflexos sociais positivos, tais como a redução da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre- RMPA, que caiu de 19,7%(taxa de out/99, quando apresentou o maior percentual) para 15% em dezembro de 2000, segundo a PED – DIEESE, o que a coloca como a Região com menor taxa de desemprego entre as regiões metropolitanas brasileiras.

1.2 – O SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Até 1998 o setor público estadual experimentou um processo de desestruturação desencadeado pelas privatizações, pela concessão de serviços públicos à iniciativa privada, pelo Plano de Demissões Voluntárias e outras iniciativas que levaram a uma progressiva redução e perda de capacidade de atuação do aparelho de Estado. A situação financeira e administrativa do Estado Gaúcho seguia um rumo preocupante.

No que se refere às finanças públicas, além de o déficit primário (não financeiro) ter-se elevado de forma explosiva, de R\$ 152 milhões em 1994, para mais de R\$ 1 bilhão em 1998, as despesas financeiras com pagamento de dívidas triplicaram. O déficit público “estrutural”, ou seja, descontando o ingresso de receitas extraordinárias, foi reduzido de R\$ 1,477 bilhão em 1998 para R\$ 768 milhões em 1999. Com a ausência de uma nova matriz tributária e em contraste com o aumento da despesa, principalmente com pessoal e investimentos, o resultado no ano de 2000 foi que o déficit, sem as receitas extraordinárias, permaneceu em patamares elevados de R\$ 987 milhões.

Com a assinatura do contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas que o Estado celebrou com a União em 15 de abril de 1998, as despesas com a dívida pública gaúcha que comprometiam cerca de 5% da Receita Líquida Real, passaram a comprometer aproximadamente 15%. Além disso, o estoque da dívida pública cresceu 3 (três) vezes em apenas 4 anos, passando de R\$ 4,4 bilhões em 1994, para R\$ 13,4 bilhões no final de 1998. Levando em consideração o comprometimento de aproximadamente 80% da Receita Corrente Líquida – RCL da Administração Direta para o pagamento de pessoal (40% com inativos) e 15% dessa receita para o pagamento da dívida pública, estava-se no caminho da impossibilidade de governar.

Durante esse período o financiamento do desequilíbrio estrutural das contas públicas gaúchas se deu através da obtenção de cerca de R\$ 5 bilhões provenientes das privatizações, para cobrir os déficits orçamentários. Além disso, as constantes rolagens da dívida elevaram substancialmente o seu estoque.

Somente a partir de 1999, a forma de financiar o Estado foi alterada radicalmente e sua recuperação financeira foi posta em marcha. Para isto, o Governo utilizou um conjunto articulado de iniciativas: crescimento na arrecadação e combate à sonegação; racionalização, priorização e diminuição da despesa; fim das privatizações e combate a guerra fiscal; indução à reformulação da matriz tributária estadual, e tudo isso combinado à participação da cidadania na definição dos gastos públicos, com expressiva participação popular através do Orçamento Participativo. Os resultados dessa nova forma de prover o financiamento da ação do Estado impulsionam o processo de saneamento do Estado, a recuperação de sua capacidade de investimento e a ampliação da rede de serviços públicos. A situação financeira do Estado ainda é difícil, o que pode ser verificado pela continuidade dos déficits.

Em 2000, a arrecadação elevou-se em 21,2%, em termos nominais, e o incremento real, corrigido pelo IGP-DI, chegou a 6,5% em relação ao ano anterior. A recuperação de créditos também teve o expressivo acréscimo real de 10,4%. As receitas extraordinárias de R\$ 403 milhões provenientes da negociação com o Governo Federal (transferência da carteira de crédito da CEE e recuperação de créditos do DEPRC) colaboraram na redução do déficit orçamentário para R\$ 561 milhões, uma vez que o déficit sem estas receitas chegou a R\$ 987 milhões.

A existência, ainda, desse expressivo déficit, apesar do incremento da arrecadação, deve-se ao aumento de despesas tais como: pessoal (devido principalmente ao reajuste salarial – R\$ 398 milhões, destacando-se que foi concedida reposição salarial de 14,9% a partir de março para os servidores do Quadro Geral do Estado, funcionários de escola, níveis médio da saúde e da segurança, reajuste de 10% no vale alimentação, além da contratação de novos servidores como delegados

de polícia, funcionários de escola e professores), aumento dos investimentos (R\$ 105 milhões); transferência aos fundos municipais de saúde (R\$ 73 milhões) e outras despesas correntes (R\$ 72 milhões). Mais uma vez, como já aconteceu em 1999, foram garantidos os gastos constitucionais à Educação e Saúde de 35% da Receita de Impostos e 10% da Receita Tributária Líquida, respectivamente.

O Orçamento Participativo vem se consolidando como um instrumento de planejamento no âmbito estadual, pois a participação popular aumentou de 190 mil pessoas em 1999 para 281 mil em 2000, configurando o OP como um poderoso instrumento de controle público sobre as finanças do Estado.

O atual Governo Estadual não apenas posicionou-se contrário à predatória guerra fiscal entre os Estados, como vem defendendo uma reforma tributária mais ampla para o País e uma adequação na matriz tributária estadual. O Executivo Estadual remeteu à Assembléia Legislativa o projeto de lei de uma nova matriz tributária, cuja rejeição resultou na redução de recursos orçamentários da ordem de R\$ 300 milhões e que seriam aplicados em várias áreas importantes deliberadas pelo processo participativo.

No decorrer do exercício de 2000 foi dada continuidade ao necessário processo de reestruturação e adequação do setor público. Teve seqüência a implementação do Programa de Regionalização Administrativa do Estado, que visa qualificar e racionalizar a oferta de serviços públicos à sociedade rio-grandense. Assim sendo, como forma de atender as demandas específicas de dois temas fundamentais na proposta do Governo – a Reforma Agrária e a manutenção e a qualificação de canais institucionais e permanentes de ligação com a comunidade do Interior do Estado – foram criados, respectivamente, os Gabinetes da Reforma Agrária e do Interior. Tais medidas aprofundam as iniciativas necessárias para tornar o aparelho estatal mais transparente, ágil e próximo da cidadania.

De outra parte, o Governo está realizando ações, que mesmo sendo obrigações institucionais, representam custos financeiros significativos na conjuntura recessiva nacional, por exemplo, o pagamento em dia do funcionalismo, inclusive o 13º salário. Merecem, também, destaque o fim da sobreposição de níveis para o quadro do magistério - antiga reivindicação do Sindicato da categoria – , as negociações em andamento em torno do quadro de funcionários de escola e outras categorias do funcionalismo.

A não privatização do BANRISUL, CEEE, CORSAN e de outras empresas, bem como a não demissão dos seus servidores, em razão da lógica política e institucional organizada pelo Governo anterior para viabilizar o desmonte da estrutura estatal, implicaram numa mobilização de recursos financeiros e sociais a fim de reverter os efeitos da lógica instalada no Estado, exigindo esforços que poderiam ter sido melhor aproveitados pela sociedade gaúcha, entretanto permitiu a preservação e qualificação da capacidade de intervenção do Estado sobre a economia e a infraestrutura.

2 – OS PLANOS DO GOVERNO – CONSTRUINDO UMA NOVA FORMA DE GOVERNAR

2.1 – O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Após o esgotamento dos modelos de substituição de importações no início dos anos 70 o Brasil passou pelos anos 80 e 90 com uma persistente crise de sua economia e, assim como vinha ocorrendo com os demais países da América Latina, sem encontrar um novo rumo para seu desenvolvimento.

Se o período de “prosperidade”, até o final da década de 70, logrou obter taxas anuais de crescimento da ordem de 7%, acarretou, por outro lado, sérias distorções para a sociedade brasileira, tais como uma péssima distribuição da renda (uma das piores do mundo), desigualdades interregionais, intensa desigualdade e exclusão social, e suas terríveis conseqüências. Com a crise econômica, as iniquidades sociais só fizeram por piorar.

O aprofundamento da crise veio junto com a adesão do Governo Federal ao modelo neoliberal e a globalização subordinada. Além de não resolver as graves questões sociais, acrescentou novas dificuldades ao preocupante quadro brasileiro: aumento do desemprego e do endividamento público, desequilíbrio das contas externas e a dependência do capital especulativo internacional, desvalorização do capital brasileiro, crise fiscal, o aumento da violência urbana e rural e outros graves problemas.

As dificuldades que vêm se acumulando no Brasil e outros países do Terceiro Mundo têm provocado preocupação inclusive em organismos multilaterais conservadores como o BIRD, BID e o FMI.

Estes resultados tão negativos atestam que aquele modelo foi não apenas equivocado, na medida que não conseguiu produzir uma nova fase de crescimento continuado, como se esgotou rapidamente. Assim, permanece a necessidade de que se encontre uma estratégia alternativa de desenvolvimento para o Brasil.

A estratégia de desenvolvimento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul busca o desenvolvimento endógeno com distribuição de renda, com profundo alcance social e ecologicamente sustentável.

Ao contrário do viés exógeno do Governo Federal e do Governo Estadual anterior, o Governo atual entende que são as forças endógenas - que já demonstraram competência e capacidade de dinamizar a matriz produtiva estadual – que irão impulsionar o crescimento econômico e social gaúcho. Essa alternativa pode ser percebida recentemente com o extraordinário desempenho de setores como o coureiro-calçadista, o metal-mecânico e outros.

Além disso, a prioridade conferida à agricultura (principalmente a familiar) não só dinamiza um setor de grande tradição no Estado, como provoca impactos positivos na renda e na sua distribuição, na contenção do êxodo rural, na melhoria das condições de vida da população rural, além de garantir a oferta de alimentos e fornecimento de matéria prima para cadeias produtivas do Estado (como leite, frutas, carnes, fumo, etc.). A agricultura também é o caminho natural para o desenvolvimento de regiões rurais mais atrasadas e base para o surgimento de novos SLPs.

Ao lado do apoio aos SLPs, aos sistemas agro-industriais e à agricultura familiar, estão sendo dinamizados os microempreendimentos urbanos de base familiar, bem como a economia popular e solidária que irão dinamizar a economia e ao mesmo tempo já se constituem em uma política social, posto que são iniciativas de caráter distributivo e integram uma parcela da população em sua grande maioria excluída ou precariamente incorporada pelo mercado produtivo.

O Projeto de desenvolvimento integrado para o Rio Grande do Sul reserva para o Governo do Estado a tarefa de promover a rearticulação das forças produtivas. Alicerçada em três grandes eixos - *o Desenvolvimento de Verdade, Qualidade de Vida Para Todos e Gestão Pública Democrática* - a política de desenvolvimento tem sido a orientadora do conjunto de ações de todos os níveis de Governo.

Com base nessa estratégia, o Governo Estadual vem desencadeando uma série de empreendimentos no campo econômico, social, administrativo e infra-estrutural como pode-se constatar a seguir.

2.2 – O QUE JÁ FOI FEITO

O segundo ano de gestão teve como proposta a consolidação de um projeto novo de Governo que, mesmo inserido num quadro geral adverso, já evidencia resultados satisfatórios e permite expectativas ainda mais favoráveis. A conformação deste quadro geral positivo na administração pública estadual pode ser sustentada – entre outros – pelos fatos e processos expostos a seguir.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, como diretriz fundamental de governo – destacando-se os Seminários Regionais de Planejamento; a consolidação do processo de Orçamento Participativo Estadual; as discussões setoriais como a Constituinte Escolar e a Conferência Estadual de Habitação e a de Meio Ambiente. Cabe destaque especial o apoio ativo à realização do Fórum Social Mundial em trabalho conjunto com várias entidades estaduais, nacionais e internacionais, coroado do mais amplo êxito e repercussão nacional e internacional.

A RECUPERAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS – fundamentada na redução do déficit público pelo crescimento da arrecadação - através, principalmente, do incremento da fiscalização e ações de cobrança - diminuição das despesas de custeio; no combate à guerra fiscal e na renegociação da dívida com o Governo Federal.

DESENVOLVIMENTO

O FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – opção inarredável de Governo e que começa a apresentar os resultados esperados, através de ações integradas para a revisão e adequação dos incentivos fiscais; a implementação do seguro agrícola; o assentamento de agricultores sem terra; o incentivo ao micro, pequeno e médio produtor urbano e rural; elaboração do Programa Estadual de Microcrédito; o lançamento do Programa de Crédito Assistido; o apoio aos Sistemas Locais de Produção (como a vinda da fábrica de MDF para fortalecer o setor moveleiro); a extensão empresarial; a instalação de incubadoras; o apoio às

exportações e apoio à economia popular e solidária, o financiamento do trigo, o programa de Agroindústria, o Programa para a Vitivinicultura, o lançamento do Programa para o Setor de Informática e a concretização do Centro de Excelência Ibero-Americano de Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC.

A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA – caracterizada por um conjunto de ações empreendidas de forma permanente, como fator indispensável para o suporte ao desenvolvimento econômico e social, dentre as quais se destacam:

➤ Estradas: a continuidade na implantação dos Programas de Recuperação de Rodovias (acordo do Governo do Estado com o BIRD) e dos Corredores de Exportação (acordo entre o Governo do Estado, BID e JBIC) e implantação do Projeto Linha Rápida;

➤ Portos: dragagem do Porto de Rio Grande e construção do pátio automotivo; início do processo de modernização do Porto de Porto Alegre e a retomadas as operações no Porto de Pelotas;

➤ Aeroportos: nos aeroportos foram efetuados diversos investimentos, destacando-se a homologação do equipamento VOR-DOPLER no Aeroporto de Caxias do Sul e os estudos para licenciamento ambiental no Aeroporto das Hortênsias;

➤ Saneamento Básico: no saneamento básico houve redução em quase 20% na tarifa social e foram realizados fortes investimentos; no último verão apenas 15 cidades apresentaram deficiência de abastecimento, contra 150 no verão anterior;

➤ Energia: criação do Conselho Estadual de Política Energética – CEPE/RS; programa de obras emergenciais do sistema elétrico; recuperação do sistema elétrico do Estado com vultosos investimentos em transmissão, distribuição e geração (com previsão de acréscimo de 5.000 MW nos próximos anos através de geração hídrica e térmicas a gás natural ou carvão); solução do Projeto Candiota III após duas décadas de impasse, com a licitação prevista para 2001 e início de operação em 2003 (com a viabilização deste projeto a Companhia Rio-grandense de Mineração deverá dobrar a produção anual de carvão mineral nos próximos anos); implantação, pela SULGÁS, de 450 km de rede de distribuição de gás natural provenientes dos gasodutos Bolívia-Brasil e Argentina-Brasil; início do fornecimento de gás natural à Usina Termelétrica de Uruguaiana e para a Região Metropolitana de Porto Alegre; fomento para utilização de fontes renováveis na Metade Sul.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Assentamento de agricultores sem terra; assistência à agricultura familiar através do PRONAF Especial Investimento, do RS-RURAL e do RS-RURAL Especial; Programa Primeiro Emprego; implantação dos Centros Regionais de Trabalho e Renda – CRDTR; Programa de Qualificação Profissional; assinatura de diversos contratos do PIMES com Prefeituras (a assinatura de novos contratos foi suspensa devido a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal); garantia de aplicação de 10% da Receita Tributária Líquida - RTL - para o setor de saúde; investimentos no sistema prisional com recuperação e geração de novas vagas; criação de Delegacias da Mulher e de Polícia; implantação do Programa de Documentação para Trabalhadoras Rurais; Programa Sócio-Educativo em Meio aberto (para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos); Programa São Pedro Cidadão; aplicação da cota constitucional em Educação; extinção da sobreposição de níveis no Plano de Carreira do Magistério; Ampliação de vagas no Ensino Médio; Programa de

Moradias Populares; Programa Especial de Lotes Urbanizados; Programa de Regularização Fundiária; fomento à formação de cooperativas habitacionais autogestionárias; Programa de Habitação Rural; contratação de servidores para áreas prioritárias (como educação, segurança e saúde); transferência de recursos aos municípios para a assistência social, para a saúde (Municipalização solidária), para o transporte e para a merenda escolar; melhoria nos postos do Sistema SINE/RS para ampliação da intermediação de mão-de-obra; e convênio com a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG para acompanhamento do programa de Economia Popular Solidária (beneficiando mais de 8 mil trabalhadores).

A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL – continuidade na implantação do módulo I do Pró-Guaíba; envio de Cartas-Consultas para a Comissão de Financiamento Externo – COFLEX dos Projetos Pró-Guaíba módulo II e Pró-Mar de Dentro; solicitação de cooperação técnica à Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores, para o Pró-Rio Uruguai; apoio aos pequenos agricultores na adoção do manejo ecológico do solo; instituição do Código Estadual de Meio Ambiente; organização do Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA.

2.3 – AGENDA PARA AVANÇAR EM 2001

Os dois primeiros anos de Governo já demonstram a eficácia das políticas públicas nos planos econômico, social e administrativo. Serviram, ainda, para consolidar uma proposta transformadora na busca de um novo modelo de sociedade e que, muitas vezes, provoca conflitos. Esse tensionamento constante, no entanto, não afastará o Governo Democrático e Popular da sua convicção de construir coletivamente uma sociedade justa e igualitária. Sob este espectro, destacam-se a seguir alguns temas que receberão especial atenção por parte do Governo no ano 2001.

GESTÃO GOVERNAMENTAL: Aumentar a articulação e coordenação das ações de governo, evitando-se tanto a fragmentação como a atomização das partes em relação ao conjunto do Governo, como as sobreposições e indefinições institucionais; estabelecer um processo de maior harmonia com os demais poderes; aprofundar os mecanismos de participação popular no processo decisório, garantindo a concretização das decisões tomadas em conjunto com a população.

PAUTA NACIONAL: No plano nacional, o Governo defende a redução do comprometimento da receita dos estados com o pagamento da dívida; uma ampla reforma fiscal; um verdadeiro pacto federativo; revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal; aprofundamento do debate em relação à política econômica e social do Governo Federal e à atual inserção subordinada do País no processo de globalização.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL ECONÔMICO: Prosseguir no apoio aos Sistemas Locais de Produção (SLPs) e estimular o surgimento de novos SLPs e expansão de setores como a informática; estímulo às exportações através do apoio ao setor produtivo e à participação do Estado em feiras internacionais e ampliação dos mercados exportadores; fomentar o desenvolvimento regional através de Planos Regionais de Desenvolvimento (no âmbito da divisão regional dos COREDES); fomentar a difusão de novas tecnologias; incrementar a extensão empresarial e a economia popular e solidária; dar prosseguimento à implantação dos Programas de

combate à exclusão social urbana e rural; continuar e aperfeiçoar os Programas de geração de emprego e renda, bem como dar continuidade e ampliar as ações voltadas para a assistência social, saúde, educação e segurança pública.

POLÍTICA PARA O FUNCIONALISMO: Como ação efetiva, o Governo buscará a aplicação de medidas para garantir a redução de distorções salariais. A adoção do teto salarial, a aplicação do Inciso XIV do artigo 34 da Constituição Federal, bem como a implementação das reformas do sistema previdenciário, são ações que viabilizam parte dos recursos necessários à delimitação de melhorias salariais para os setores de menor remuneração do funcionalismo. Além disso, serão aprimorados os canais de participação envolvendo os servidores na gestão, a promoção da racionalização dos procedimentos administrativos e da qualificação dos funcionários públicos.

SUMÁRIO

I – APRESENTAÇÃO.....	5
II – A SITUAÇÃO DO ESTADO.....	17
A SITUAÇÃO SOCIO-ECONÔMICA.....	19
A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS.....	29
III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2000.....	37
1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....	39
1.1 – Gabinete do Governador.....	39
1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....	43
1.1.2 – Casa Civil.....	44
1.1.3 – Casa Militar.....	44
1.1.4 – Defensoria Pública do Estado – DEFPUB.....	45
1.1.5 – Procuradoria Geral do Estado – PGE.....	47
1.1.6 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....	48
1.1.6.1 – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE.....	52
1.1.6.2 – Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN.....	53
1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos –SARH.....	54
1.2.1 – Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS.....	58
1.2.2 – Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH.....	60
1.2.3 – Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul – PROCERGS.....	61
1.2.4 – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG.....	62
1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....	63
1.3.1 – Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A – BANRISUL.....	64
2 – ÁREA ECONÔMICA.....	67
2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento – SAA.....	67
2.1.1 – Instituto Rio-grandense do Arroz – IRGA.....	74
2.1.2 – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA.....	75
2.1.3 – Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA.....	76
2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....	76
2.2.1 – Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO.....	81
2.2.2 – Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC.....	82
2.2.3 – Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS.....	83
2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.....	84
2.3.1 – Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Rio Grande – ZOPERG.....	88
2.3.2 – Caixa Estadual S/A – Agência de Fomento.....	88
2.4 – Secretaria do Turismo - SETUR.....	88
3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....	91
3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....	91
3.1.1 – Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.....	95
3.1.2 – Companhia Rio-grandense de Mineração –CRM.....	96
3.1.3 – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul –SULGÁS.....	97
3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....	97
3.2.1 – Companhia Rio-grandense de Saneamento – CORSAN.....	101
3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....	103
3.3.1 – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem – DAER.....	105
3.3.2 – Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH.....	109
3.3.3 – Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG.....	110
3.4 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....	112
3.4.1 – Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB.....	113
4 – ÁREA SOCIAL.....	115
4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....	115
4.1.1 – Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF.....	117

4.1.2 – Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV.....	119
4.1.3 – Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA.....	120
4.1.4 – Fundação Theatro São Pedro – FTSP.....	121
4.2 – Secretaria da Educação – SE.....	122
4.2.1 – Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS.....	131
4.2.2 – Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC.....	133
4.3 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....	134
4.3.1 – Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/RS.....	136
4.4 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....	137
4.4.1 – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM.....	140
4.4.2 – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul – FZB.....	141
4.5 – Secretaria da Saúde – SES.....	141
4.5.1 – Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS.....	144
4.6 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....	146
4.6.1 – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM.....	151
4.6.2 – Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS.....	152
IV – OS PLANOS PARA 2001.....	155
1 – ÁREA ADMINISTRATIVA.....	157
1.1 – Gabinete do Governador.....	157
1.1.1 – Gabinete do Vice-Governador e Secretaria-Geral de Governo.....	158
1.1.2 – Casa Civil.....	158
1.1.3 – Casa Militar.....	158
1.1.4 – Gabinete da Reforma Agrária.....	159
1.1.5 – Gabinete do Interior.....	160
1.1.6 – Defensoria Pública do Estado – DEFPUB.....	161
1.1.7 – Procuradoria-Geral do Estado – PGE.....	161
1.1.8 – Secretaria da Coordenação e Planejamento – SCP.....	161
1.2 – Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH.....	170
1.3 – Secretaria da Fazenda - SEFA.....	173
2 – ÁREA ECONÔMICA.....	175
2.1 – Secretaria da Agricultura e Abastecimento - SAA.....	175
2.2 – Secretaria da Ciência e Tecnologia – SCT.....	177
2.3 – Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais – SEDAI.....	180
2.4 – Secretaria do Turismo - SETUR.....	184
3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA.....	187
3.1 – Secretaria de Energia, Minas e Comunicações – SEMC.....	187
3.2 – Secretaria das Obras Públicas e Saneamento – SOPS.....	189
3.3 – Secretaria dos Transportes – ST.....	191
3.4 – Secretaria Especial da Habitação – SEHAB.....	195
4 – ÁREA SOCIAL.....	197
4.1 – Secretaria da Cultura – SEDAC.....	197
4.2 – Secretaria da Educação – SE.....	198
4.3 – Secretaria da Justiça e da Segurança - SJS.....	203
4.4 – Secretaria do Meio Ambiente – SEMA.....	206
4.5 – Secretaria da Saúde – SES.....	210
4.6 – Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social – STCAS.....	213

II – A SITUAÇÃO DO ESTADO

A SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

A ECONOMIA GAÚCHA EM 2000

A economia gaúcha atravessou o ano 2000 ainda sob o peso das dificuldades e transformações que afetaram a economia brasileira nos últimos 15 anos e das sucessivas mudanças da política econômica ocorridas até que se cristalizasse o paradigma representado pelo Plano Real, a abertura externa e as reformas neoliberais. À década perdida seguiu-se um processo de reestruturação da economia estadual, que tomou forma simultaneamente aos avanços e aos percalços da política econômica posta em prática pelo Governo Federal.

A abertura brasileira deixou a estrutura econômica gaúcha submetida a uma competição desigual. As condições adversas de concorrência, que vão desde os subsídios até o câmbio valorizado para produtos de fora, enquanto o produto regional recebeu os ônus da política econômica em vigor, desde os custos financeiros elevados à ausência de planos e projetos setoriais que fossem além da genérica atração de novos investimentos ou da concessão de subsídios negociados casuisticamente - circunstâncias que reduziram a sua competitividade e comprometeram seu desempenho. Em decorrência, o baixo crescimento interno fez aumentar o número de falências e o desemprego. Sob uma perspectiva mais ampla, cresceram a pobreza - urbana e rural - e a exclusão social. Particularmente o quadro de empobrecimento rural, acompanhado de preços baixos ao produtor e de um grau de endividamento elevado, resultaram em migrações para as periferias dos centros urbanos, reforçando, dessa forma, a pobreza urbana emergente.

Observando o comportamento dos indicadores econômicos para o Rio Grande do Sul nos últimos vinte anos, verifica-se que o crescimento médio anual do PIB alcançou 2,7% na década de 90, contra 1,0% no decênio de 80.

O crescimento insuficiente dos últimos vinte anos não foi uma exclusividade do Rio Grande do Sul. Na década passada, o PIB do Brasil cresceu a taxa média de 1,6% ao ano enquanto que neste decênio os incrementos médios anuais avançaram em 2,5%. Na verdade, a desigualdade social presente no cenário nacional é o resultado de dois decênios de crescimento limitado, que em nada contribuiu para a melhora da distribuição de renda.

Especificamente com relação ao ano de 2000, é possível que tenha representado um momento de retomada do crescimento econômico estadual na medida em que as restrições no cenário externo e as limitações em âmbito nacional não venham a impedir a continuidade deste processo. Efetivamente, a diminuição nos preços do petróleo, a desaceleração da economia norte-americana e alguma recuperação do Euro, no plano internacional, bem como a gradual redução das taxas de juros e uma relativa desaceleração das reformas neoliberais, no contexto interno, devem sinalizar positivamente para que a economia regional possa ingressar em uma nova fase, em termos de geração de renda e de absorção de mão-de-obra.

O novo cenário é especialmente favorável ao crescimento dos sistemas locais de produção, como o agro-alimentar, o coureiro-calçadista e o metal-mecânico, e à sua capacidade de multiplicar efeitos positivos por toda a economia gaúcha. A manutenção desse cenário em muito condiciona a efetividade das políticas de fomento de âmbito estadual.

A economia gaúcha encerrou o ano 2000 com o PIB global tendo crescido a taxa de 4,6%, correspondendo a R\$ 86,2 bilhões, e a um PIB *per capita* variando positivamente em 3,5%, atingindo o valor de R\$ 8.614,00. A decomposição setorial da estrutura da economia regional mostra o produto da agropecuária crescendo 2,7%, a indústria geral apresentou um expressivo índice de 7,5% e o setor de serviços registrando um incremento de 3,0%. Estes indicadores têm um significado realçado pelo fato de a economia gaúcha ter obtido um comportamento superior ao alcançado pela economia nacional, cujo PIB apresentou o crescimento de 3,8% até o terceiro trimestre do ano.

Esta nova conjugação de fatores indica a possibilidade de serem recuperadas as condições para que o Rio Grande do Sul possa retomar o crescimento, em que pese as restrições impostas em nível internacional e aquelas que decorrem da política econômica implementada pelo Governo Federal.

A AGROPECUÁRIA GAÚCHA

A Agropecuária gaúcha do ano 2000 insere-se em um contexto maior em que se destacam o processo de globalização, a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central e as decisões federais sobre crédito rural e preços mínimos, sem minimizar os efeitos condicionados pelo fenômeno da febre aftosa sobre o rebanho gaúcho.

Ao contrário dos períodos anteriores, em que a intermediação do produto primário era a questão relevante, na nova ordem econômica verificam-se movimentos de empresas internacionais rumo à absorção de unidades produtivas nas economias emergentes. De fato, a revolução agro-industrial da década passada conduziu as empresas a conceberem novos produtos no mercado de alimentos, tendo a inovação tecnológica sido localizada em uma extremidade do processo e, de outro, uma densa estrutura de comercialização, atuando intensamente na busca de novas oportunidades de investimentos. O resultado dessa nova realidade materializou-se em fusões e em aquisições no âmbito dos agronegócios, seja no setor de processamento ou no próprio comércio varejista.

Enquanto a lavoura gaúcha via reduzida a área destinada à produção em um milhão de hectares entre meados das décadas de 80 e 90, no plano nacional a expansão da fronteira agrícola do Brasil Central tornou-se um componente de concorrência significativo à atividade local. Quanto ao processo decisório em torno do crédito rural, este atuou como um fator de estímulo ou de “esfriamento” aos avanços da produção rural.

No Brasil, o crédito rural como um sistema teve origem na década de 60, viveu o seu apogeu nos anos 70 e, com a volta da inflação, a redução do orçamento do Ministério da Agricultura e a queda abrupta dos depósitos à vista – as fontes do financiamento – a estrutura creditícia desmoronou nos anos 80. No início da década de

90, o Governo Federal procurou distanciar-se do processo em curso, através dos cortes orçamentários, do fim da regionalização dos preços mínimos e do afastamento da comercialização do trigo. As conseqüências da política governamental levaram à diminuição da área plantada no Centro-Oeste e a uma reversão na estratégia oficial, com o aumento de recursos para a agricultura.

No lançamento do real, o setor já vinha de uma recuperação de um biênio tendo, logo a seguir, alcançado a grande safra de 78 milhões de toneladas em 1994-95. A partir da estabilização dos preços dos alimentos obtida em função da chamada âncora verde, o Governo Federal voltou a afastar-se do financiamento agrícola. Constituiu-se, então, uma conjuntura adversa e complexa para o homem do campo, visto que a estabilidade monetária transformou abruptamente as condições de mercado no que respeita aos preços e exigiu-lhe uma racionalidade distinta daquela que era utilizada até então.

A defasagem cambial, o endividamento dos produtores, as questões climáticas e o risco de desabastecimento obrigaram as autoridades federais a mudarem novamente os seus posicionamentos e a anteciparem o planejamento em 1996, comemorando, no ano seguinte, a recuperação do setor. Depois, seriam tomadas medidas inovadoras na safra 1997-98, como o estabelecimento dos contratos de opção e a utilização da cédula do produtor rural para a realização das liquidações financeiras.

Em 1998-99, houve necessidade de o Governo Federal expandir significativamente os recursos para a agricultura em razão da quebra na safra anterior, originada, basicamente, pelo impacto causado pelo El Niño. Maior volume de recursos, associado à vigência de preços mais favoráveis, geraram um avanço na área plantada e um incremento de 10% na quantidade de grãos produzidos no País. Com a desaceleração da economia mundial no plano externo, e com a desvalorização do real em âmbito interno, a comercialização passou a enfrentar graves dificuldades, decorrentes da combinação dessas conjunturas adversas, no Brasil e no exterior. No Rio Grande do Sul, o Governo Estadual adotou políticas próprias para expansão da atividade agrícola, com impactos significativos no que tange a lavoura do trigo.

A LAVOURA NO ANO 2000

No ano 2000, dada a estiagem sobre as culturas de verão, tinha-se como previsão inicial que a produção da lavoura estadual registraria um crescimento de 1,4% sobre o ano anterior, resultando em uma safra de 13,6 milhões de toneladas. No País, os números divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) sinalizavam para uma produção de 82,7 milhões de toneladas para a safra 1999/2000. Houve muita incerteza por parte do produtor quanto à orientação da política federal para o setor. A experiência recente tem demonstrado que a expansão do fluxo de recursos para a agricultura se concretizava apenas quando o risco sobre o abastecimento era iminente. Com os números divulgados pela Fundação de Economia e Estatística, tomou-se conhecimento que o produto da lavoura havia crescido 2,4% durante o ano 2000.

Coube ao trigo a liderança em termos de incremento da produção entre as culturas temporárias da lavoura no ano que passou. A produção física do cereal, que havia alcançado, segundo a FEE, 726 mil toneladas em 1999, atingiu 1,06 milhão de

toneladas em 2000, resultando em um aumento de 45,6% sobre o ano anterior. A produção gaúcha poderia parecer inexpressiva para atender à demanda nacional de 8,5 milhões de toneladas, porém, quando se verifica que a produção brasileira foi de apenas 1,9 milhão de toneladas, percebe-se a importância da quantidade de trigo oferecida pelo produtor do Rio Grande do Sul. Para viabilizar esse desempenho, o Estado elevou a área plantada de 398 mil para 537 mil hectares entre a última e a atual safras, viabilizada não só devido à conjuntura do mercado externo, como também, à disponibilização de linhas de crédito específicas para o setor por parte do BANRISUL.

O segundo maior acréscimo de produção na lavoura, no ano 2000, correu por conta do milho. O nível de produção elevou-se a 3,9 milhões de toneladas, representando um aumento de 700 mil toneladas, superior em 22% ao ano anterior, ficando, entretanto, ainda distante da produção de 5,93 milhões de toneladas, obtida em 1995.

A produção física da soja alcançou, no ano passado, 4,78 milhões de toneladas, implicando acréscimo de 7,7% sobre as 4,44 milhões de toneladas obtidas no ano anterior, também ainda distante dos 6,60 milhões de toneladas de 1998. A área plantada com soja sofreu uma ligeira queda de 3,17 milhões de hectares em 1998, para 3,05 e em 3,03 milhões de hectares em 1999 e no ano 2000, respectivamente.

Dois outros produtos - a cebola e a mandioca - mantiveram-se próximos aos mesmos níveis de produção de 1999, a cebola com um incremento de 177,3 para 181,6 mil toneladas entre 1999 e o ano 2000 enquanto a mandioca mostrou um avanço inexpressivo de 1,31 para 1,32 mil toneladas no mesmo período, ambas mantiveram a área plantada - 16,6 mil hectares para a primeira e em torno de 92,5 mil hectares para a última - , nos últimos três anos.

Os demais produtos das culturas temporárias - arroz, batata inglesa, cana-de-açúcar, feijão e fumo - evidenciaram quedas na produção física no ano 2000. Entre eles, merece destaque o arroz que apresentou a queda mais significativa, num total de 644 mil toneladas. A área de 869 mil hectares, plantada em 1998, avançou para 990 mil hectares em 1999 mas foi reduzida para 960 mil hectares no ano encerrado. Essa oscilação na área foi acompanhada por um aumento da produção física de 3,6 milhões de toneladas para 5,63 milhões de toneladas, entre 1998 e 1999, e por uma queda posterior, para 4,99 milhões de toneladas no ano 2000.

A segunda maior queda na produção ocorreu com o feijão - de 158 mil para 146 mil toneladas - , como decorrência de uma diminuição na área destinada ao plantio de 203 mil para 184 mil hectares do ano anterior para o atual, respectivamente. Quanto à batata inglesa, à cana-de-açúcar e ao fumo, a redução no nível de produção foram insignificantes. No que diz respeito ao fumo, por exemplo, a produção de 306 mil toneladas ficou reduzida a 294 mil toneladas no último biênio, concomitante a uma leve perda de 6 mil hectares na área plantada do produto, nos dois últimos anos, no Estado.

Por fim, no que tange às culturas permanentes - banana, maçã, laranja e uva, os dados divulgados pelo IBGE registram uma queda na produção física apenas para a laranja. A banana obteve um acréscimo de 1,5 milhão de cachos, a maçã alcançou aumento de 260 milhões de frutos enquanto a produção de uva elevou-se de 475 mil para 521 mil toneladas no biênio.

A PECUÁRIA NO ANO 2000

A produção pecuária do Rio Grande do Sul sofreu, no ano que passou, as conseqüências do retorno da febre aftosa ao território gaúcho, logo após a recente obtenção do certificado de zona livre sem vacinação. Apesar das dificuldades decorrentes de um relacionamento nem sempre cooperativo por parte das autoridades do Governo Federal responsáveis pela área, uma ação pronta para debelar o foco surgido na região de Jóia e recuperar a sanidade do rebanho foi empreendida pela Secretaria da Agricultura, tendo o ano se encerrado com boas perspectivas para o repovoamento da área. Um segundo foco na fronteira uruguaia foi isolado pelas autoridades do vizinho país sem afetar o território brasileiro. A eficácia dessas ações que contemplaram inclusive indenização aos produtores, permitiu a retomada dos negócios no setor em poucas semanas, minimizando seus efeitos sobre a economia pastoril do Estado. Neste momento, o Estado está em vias de recuperar a certificação de território livre da febre aftosa.

Durante o ano 2000, a produção animal cresceu 2,4% no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse exercício, os abates de aves e de ovinos cresceram a taxas de 6,1% e 3,8%, respectivamente; de outro lado, os abates de bovinos e de suínos apresentaram quedas de 2,5% e 1,4%, respectivamente. Paralelamente, a produção de leite também cresceu intensamente no mesmo ano, com um incremento da ordem de 17,1%.

O volume de abate de aves entre janeiro e setembro do corrente ano apresentou uma elevação de 6,0% sobre o mesmo período do ano anterior, alcançando a 382,9 milhões de animais. Tomando como base o ano de 1980, quando foram abatidas 100 milhões de aves, o número duplicou em 1990, voltou a dobrar em 1996 e encontra-se, atualmente, próximo a 500 milhões de cabeças na projeção para todo o ano.

O abate de ovinos representou o segundo maior incremento em termos de abates de animais, durante os nove primeiros meses de 2000. No total, o aumento de 3,8% decorreu de um avanço de 208,5 mil para 216,5 cabeças de ovinos abatidas nos três trimestres do ano 2000. Embora ainda não seja o dado definitivo, vale lembrar que o aumento de abate de ovinos para o período de 12 meses, entre 1998 e 1999, já havia registrado um incremento de 6,7%.

Porém, o ano de 2000 não apresentou apenas desempenhos positivos. O abate de suínos foi reduzido de 2,87 milhões para 2,83 milhões de cabeças - abatiam-se 1,9 milhão de animais no início desta década, ao mesmo tempo em que o mercado de bovinos também deixou uma queda de 1,19 milhão para 1,16 milhão de animais. A reduzida taxa de desfrute nacional, a ausência de capital de giro, os custos elevados de produção e os juros exorbitantes estão entre aqueles tópicos que limitaram o fluxo dos negócios no setor.

A análise das informações disponíveis para a pecuária se completa com o mercado do leite. A produção do segmento para o primeiro semestre foi de 641,7 milhões contra 548,0 milhões de litros do mesmo período de 1999, deixando como resultado um incremento de 17,1%. Vale a pena registrar que a produção dos primeiros seis meses deste ano é a soma de 628,4 milhões de litros de leite do tipo B e de 13,3 milhões de litros de leite do tipo C. Ao registrar uma variação tão significativa na

produção, é necessário lembrar que esse percentual para um único semestre, está muito além do aumento para um ano de 5,0%, alcançado entre 1998 e 1999.

A INDÚSTRIA GAÚCHA

O desempenho da economia gaúcha no ano 2000 teve o seu destaque no comportamento do setor secundário, que cresceu à taxa de 7,5%. Analisando o perfil industrial, verifica-se que a indústria da transformação registrou um avanço ainda maior que aquele obtido pelo setor, alcançando a taxa de 9,2% durante o corrente ano. A construção civil, os serviços de utilidade pública e a extrativa mineral, com taxas anuais de -1,7%, 6,1%, 7,1%, respectivamente, complementam o quadro de resultados para o setor secundário da economia gaúcha.

No ano 2000, a Indústria representou 36,76.% do PIB gaúcho, cabendo à indústria de transformação a parcela equivalente a 29,44.% do produto estadual. Essa participação do setor industrial no produto global apresentou uma queda no início da década e manteve comportamento intermitente desde meados do decênio. Entretanto, internamente à indústria é possível identificar-se uma pequena alteração no perfil subsetorial: desde 1995, a indústria de transformação perdeu posição relativa em favor dos serviços industriais de utilidade pública e da construção civil.

Um dos fatos mais marcantes da Indústria no território gaúcho no ano 2000 foi dado pelo elevado nível de utilização da capacidade de produção do setor. Ao analisar a indústria local, não se pode deixar de registrar a vinculação entre o comportamento dos setores primário e secundário regional, bem como não se pode desconsiderar que o destino de parcela substancial da produção gaúcha segue rumo ao mercado externo, o que explica a retomada impulsionada pela mudança da política cambial concentrar seus efeitos em 2000, dado o ritmo de negócios do setor.

A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM 2000

O ano de 2000 foi excepcional para a indústria de transformação gaúcha. A recuperação do setor começou em meados de 1999, e o crescimento de 9,2% obtido em 2000 é um número comparável àquele excepcional desempenho alcançado em 1994. Na verdade, o comportamento da indústria de transformação gaúcha foi um dos mais expressivos entre todos aqueles alcançados pelas unidades da Federação que fazem parte da pesquisa promovida pelo IBGE.

O comportamento da indústria de transformação no último decênio foi sofrível. O subsetor decresceu, em média, 0,4% ao ano no período 1985-90; depois, entre 1990 e 1995, a taxa média de crescimento elevou-se para 2,8% ao ano. Em suma, de 1985 a 1995, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul cresceu de forma insuficiente a taxa de 1,2% ao ano. Mantendo o padrão dos últimos anos, o comportamento desse indicador desde a introdução da nova moeda no País resumiu-se a duas quedas de 9,3% e de 0,7% no produto do subsetor em 1995 e 1996, respectivamente. Entre 1997 e 1999, ocorreu intermitência no processo de crescimento da indústria de transformação gaúcha com aumento de 12,9% em 1997, queda de 4,9% em 1998, seguida de uma nova elevação, desta feita de 1,7% em 1999.

Uma análise mais detalhada do impacto do crescimento industrial sobre a taxa global do PIB gaúcho evidencia que, do crescimento de 4,6% obtido pelo Estado,

2,77 pontos percentuais tiveram origem na Indústria sendo que 2,70 pontos percentuais desse total, foram contribuição da indústria de transformação. Em outras palavras, no ano 2000 a indústria foi responsável por 60,2% do desempenho da economia estadual.

Em nível de gênero industrial, 13 entre os 18 pesquisados pelo IBGE apresentaram resultados positivos no ano 2000. Os cinco melhores desempenhos foram, pela ordem, dos gêneros de material de transporte, de material elétrico e de comunicações, de borracha, mecânica e química. No outro extremo, encontram-se os gêneros que não acompanharam a média de crescimento do setor, apresentando desempenho negativo, entre os quais se encontram couros e peles, fumo, produtos de matéria plástica e madeira.

A indústria de material de transporte ocupou a liderança, em termos de crescimento, entre todos os gêneros industriais no Rio Grande do Sul durante o ano 2000. Responsável, isoladamente, pelo significativo impacto de 0,29% sobre a taxa global do PIB estadual de 4,6%, quando acompanhado do material elétrico e de comunicação e da borracha, o impacto acumulado dos dois gêneros sobre o PIB global cresce para 0,42% .

Entre os gêneros que tiveram um desempenho negativo no ano 2000 estão os de couros e peles e do fumo. O índice acumulado até setembro do corrente ano, por parte do gênero couros e peles encontrava-se em um patamar abaixo de 7% do nível produzido nos nove primeiros meses do ano anterior; desempenho aproximadamente semelhante foi alcançado pelo gênero fumo, que também apresentou uma redução em torno de 6% do nível acumulado nos três primeiros trimestres de ano em comparação ao comportamento do ano passado. No primeiro caso, deve-se assinalar os reflexos do mau desempenho da bovinocultura, enquanto o gênero fumo, em que pese a vigência de fortes incentivos fiscais, não mostra perspectivas muito animadoras para o futuro.

O SETOR GAÚCHO DE SERVIÇOS

O setor gaúcho de serviços cresceu 3,0% no ano 2000. Trata-se de um resultado apreciável porque essa taxa incidiu sobre aquele setor que detinha 49,06% da produto estadual. Historicamente os serviços vinham ganhando posição relativa na estrutura do Produto regional: em 1985, representavam 49,1% do PIB estadual; essa participação cresceu para 53,8% em 1990 e para 54,78% em 1995. Em 1997, o PIB do setor de serviços atingiu a R\$ 32.435 milhões representando 54,87% do produto estadual, uma participação muito próxima daquela vigente em 1995. Ao final do ano 2000, o PIB setorial alcançou a R\$ 42.716 milhões, o equivalente a 49,06% do produto gaúcho, revertendo, assim, a tendência de aumento de sua participação em decorrência do já citado bom desempenho da indústria no período.

A análise do setor terciário permite verificar que, em 2000, o comportamento dos serviços apresentou nos subsetores de comunicações e do comércio, incrementos da ordem de 15,6% e 3,1%, respectivamente. Considerando que a participação do subsetor de comunicações ainda é bastante reduzida no produto gaúcho, coube ao comércio a responsabilidade pelo resultado do ano passado. Ainda no setor de serviços e no que diz respeito à Administração Pública, entre os fatos mais importantes que mereceram destaque no ano 2000, foram a recuperação do nível de investimento com base na receita própria estadual e a nomeação de servidores para repor antigas carências, principalmente nas áreas da educação e segurança, o que contribuiu para o

crescimento de 1% no ano 2000, gerando um impacto de 0,13% sobre a taxa global de crescimento da economia gaúcha.

O COMÉRCIO NO ANO 2000

O Comércio teve uma participação modesta no desempenho da economia gaúcha entre 1985-90, quando cresceu à taxa de 1,5% ao ano; no quinquênio seguinte, 1990-95, os avanços foram substanciais, com a taxa se elevando para o patamar de 4,7% ao ano. Dois anos depois, em 1997, e também em 1998 e em 1999, o Comércio caiu. Durante o triênio o Produto do subsetor apresentou taxas negativas sucessivas de 1,6%, 7,6% e 0,7% ao ano. Por último, em 2000, com um incremento de 3,1%, houve uma recuperação do setor. A sua participação foi decisiva no comportamento da economia gaúcha, porque além de participar com 9,52% do PIB, seu impacto de 3,1% na taxa do agregado somente foi superado pela indústria de transformação, face ao seu excepcional resultado no exercício.

AS RELAÇÕES COM O EXTERIOR

O Rio Grande do Sul consolida o terceiro lugar dentre os estados exportadores do país, fechando o ano 2000 com 10,49% de participação.

Em 2000, o Rio Grande do Sul acumulou um superávit comercial de US\$ FOB 1.760 milhões, representando um aumento de 2,48% sobre o saldo comercial referente ao ano de 1999 que atingiu a soma de US\$ FOB 1.717 milhões. Trata-se de uma contribuição expressiva às contas externas brasileiras, que desde o lançamento do Real, acumulam sucessivos déficit na balança comercial e convivem com dificuldades na geração de divisas para atender aos compromissos do País com resto do mundo.

AS EXPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2000

As exportações gaúchas para o exterior, em 2000, atingiram US\$ FOB 5.779 milhões, representando um aumento de 15,6% sobre o ano anterior. Os Estados Unidos continuaram na posição de principal parceiro do Rio Grande do Sul, como destino de 27,26% das mercadorias enviadas pelo Estado ao exterior. O fato de se manter na liderança, como local de destino, não impediu que houvesse um aumento na participação norte-americana no perfil das exportações estaduais – em 1999, essa parcela era equivalente a 25,52% do total das remessas de bens ao mercado externo.

A posição seguinte é ocupada pela Argentina, que se consolida como a segunda parceira comercial do Rio Grande do Sul, com 11,43% das exportações em 2000, frente a quase igual percentual (11,42%), em 1999.

A terceira posição, no destino das exportações gaúchas, apresenta uma novidade: a China passou da 13ª posição em 1999 para a 3ª em 2000, aumentando em 189,8% as suas compras no Rio Grande do Sul. Sua participação passou de 1,71% para 4,31%, sendo responsáveis por essa alteração o aumento nas vendas de “produtos do complexo soja – outros grãos de soja”, “polietileno” e “couros e peles bovinas”.

O Reino Unido, a Itália, o México, a Alemanha e o Uruguai complementam a lista dos principais pontos de destino das mercadorias produzidas no Rio Grande do Sul. Nas relações comerciais do Estado com esses últimos países, cabe um registro especial ao incremento de 229% nas exportações gaúchas para o México. Esse país, que ocupava a 15ª posição, em 1999, passou para a 6ª posição, em 2000, devido, basicamente, ao incremento das exportações de “manufaturados (principalmente no setor de mecânica, motores diesel e semi-diesel)”, “material de transporte” (“carrocerias para veículos” e “peças para tratores e veículos”).

Em termos de mercadorias exportadas, no ano 2000, a liderança da pauta gaúcha permaneceu por conta de “calçados, polainas e artefatos semelhantes”, com um total de US\$ FOB 1.322 milhões. Além de manter-se na primeira posição, entre as mercadorias exportadas, houve crescimento de 18,86% sobre o ano de 1999.

A seguir, constam do perfil das maiores exportações gaúchas, o envio para o exterior de “fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados”, com US\$ FOB 722 milhões (decréscimo de 10,12% em relação ao ano anterior); “caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc”, com US\$ FOB 362 milhões (crescimento de 28,6%); “plásticos e suas obras”, com US\$ FOB 350 milhões (crescimento de 57,85%); “carnes, miudezas e comestíveis”, com US\$ FOB 277 milhões (crescimento de 2,41%); “peles (exceto peleteria – peles com pelos) e couros” com US\$ FOB 271 milhões (crescimento de 11,88%); “sementes, frutos oleaginosos, grãos, etc”, com US\$ FOB 267 milhões (crescimento de 152,59%); “veículos automotores, tratores, ciclos, etc”, com US\$ FOB 256 milhões (crescimento de 35,76%); “produtos químicos orgânicos”, com US\$ 222 milhões (crescimento de 82,2%) e “resíduos das indústrias alimentares, alimento para animais, etc”, com US\$ FOB 208 milhões (decréscimo de 21,09%).

AS IMPORTAÇÕES GAÚCHAS EM 2000

Em 2000 o Rio Grande do Sul importou do exterior o equivalente a US\$ FOB 4.019 milhões. Quando comparado com o ano anterior, as importações gaúchas apresentaram um acréscimo de 22,5%.

Efetivamente, o Estado importou da Argentina o equivalente a US\$ FOB 1.274 milhões no ano 2000, contra um total de US\$ FOB 940 milhões em 1999, representando um acréscimo de 35,59%. Esse aumento das importações da Argentina foram acompanhadas por um decréscimo de 20,84% no recebimento de mercadorias procedentes dos Estados Unidos e por um incremento de 93,46% nas mercadorias embarcadas na Argélia para o Rio Grande do Sul.

Ainda, entre os outros principais parceiros que enviaram mercadorias para o Estado destacam-se pela ordem, a Alemanha, a Nigéria, o Uruguai, a Itália, a Venezuela, a Rússia e a França.

Quanto aos produtos importados pelo Rio Grande do Sul em 2000, destaca-se, em primeiro lugar os “combustíveis, óleos e ceras minerais” com US\$ FOB 1.478 milhões, apresentando crescimento de 101,32% em relação ao ano de 1999, principalmente em razão do aumento do preço do petróleo. Segue com “caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc.”, com US\$ FOB 501 milhões (acrécimo de 5,74%); “adubos e fertilizantes” com US\$ FOB 248 milhões (crescimento

de 20,17%); e “produtos químicos orgânicos” com US\$ FOB 223 milhões (crescimento de 23,22%).

A SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Ao longo dos anos foi sendo construído e aprofundado, no último período, um desequilíbrio entre as receitas e as despesas públicas no Estado do Rio Grande do Sul. As receitas fiscais foram diminuindo por políticas de benefícios e renúncia fiscal, por alterações no sistema tributário nacional que prejudicaram os tributos estaduais, e mesmo por ineficiência no combate a sonegação. Por outro lado, as despesas cresceram, tanto por alocação ineficiente dos recursos como pelo aumento das demandas sociais que se seguiram às constantes crises econômicas.

Tabela 1 – Evolução do déficit orçamentário 1995 – 2000

ANO	Resultado Orçamentário	Receitas Extraordinárias	Déficit sem receitas extras
1995	(498)	0	(498)
1996	34	850	(816)
1997	433	1.810	(1.377)
1998	374	1.851	(1.477)
1998	(767)	0	(767)
2000	(561)	426	(987)

Fonte: Secretaria da Fazenda

O problema foi sendo postergado e, a partir de 1996, o Governo da época optou por financiar-se através da venda de empresas públicas. Reduziram-se as atribuições do Estado, a receita corrente não foi privilegiada e as despesas, que ao invés de diminuir, aumentaram, foram pagas com as receitas das privatizações. Tendo em vista a finitude do patrimônio público e as responsabilidades do Estado, a solução adotada era inviável a médio e longo prazo, promovendo profundos prejuízos a Administração Pública.

O Rio Grande do Sul tem empreendido esforços, tanto em nível local como nacional, no sentido de aumentar a arrecadação. Na atual Administração tem-se perseguido esse objetivo sem a venda do patrimônio e democratizando a despesa pública tornando-a mais eficaz e eficiente. Em 1º de janeiro de 1999, o processo de privatização do patrimônio e dos serviços públicos foi estancado, a receita de tributos começou a ser recuperada, iniciou-se o processo do Orçamento Participativo Estadual e, ao mesmo tempo, teve início um movimento em defesa do pacto federativo brasileiro firmado na Constituição de 1988.

RESPEITO AO PACTO FEDERATIVO

O respeito ao pacto federativo firmado na Constituição de 1988 pressupõe, no mínimo, a manutenção da descentralização de receitas entre as três esferas de Governo. Sob o pretexto de que os Estados e Municípios teriam aumentado sua participação na receita tributária, sem um correspondente aumento de despesas, o Governo Federal deixou de realizar gastos sociais importantes e implementou políticas que retiraram receitas de Estados e Municípios.

O Rio Grande do Sul, junto com os demais Estados da Federação, pleiteou mudanças na Lei Kandir e no FEF – Fundo de Estabilização Fiscal, políticas fiscais da União que provocavam importantes perdas de receitas para Estados e Municípios, e que foram significativamente alterados.

Como resultado dessas ações, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), mecanismo que desvincula parte da receita federal com despesas definidas constitucionalmente, foi alterado e a desvinculação não mais atinge as receitas que pertencem aos Estados e Municípios, acabando com as perdas provocadas. A desoneração das exportações e demais reduções de ICMS introduzidas pela Lei Complementar nº 87/96, a chamada Lei Kandir, que provocaram insustentáveis perdas de receitas a Estados e Municípios sem compensá-los satisfatoriamente, foram reduzidas. A Lei Complementar 102/00 aprovada pelo Congresso Nacional também transformou o mecanismo de “seguro receita”, previsto na Lei Kandir e utilizado até então para ressarcir os Estados e Municípios pelas perdas, o que fazia com que qualquer aumento de arrecadação fosse anulado pela diminuição do ressarcimento federal, em um fundo orçamentário.

Outro elemento na questão do Pacto Federativo, a guerra fiscal traz, como conseqüência, a redução das receitas de Estados e Municípios, tornando pior a situação das já combalidas finanças públicas. Governos abrem mão de suas receitas, vitais para a prestação de serviços públicos, como forma de atrair e/ou manter empresas em seus territórios, pois não existe uma política nacional de desenvolvimento econômico no país. A existência de diferentes legislações do ICMS estimula essa competição predatória entre os Estados.

O fim da guerra fiscal, com a manutenção do ICMS na competência dos Estados, baliza a participação do Rio Grande do Sul nas discussões em torno da Reforma Tributária. O Estado defendeu e defende a aprovação de uma Reforma Tributária que garanta a autonomia política e financeira das esferas subnacionais de Governo, ao mesmo tempo em que acabe com a tributação em cascata, que onera a produção e torna o Sistema Tributário Nacional injusto.

A Reforma Tributária vem sendo discutida há bastante tempo, mas, paralelamente, o Governo Federal procedeu a uma série de alterações na legislação tributária que, ao contrário do que a sociedade deseja, aumentaram a cumulatividade do sistema, onerando ainda mais a produção. Os dados sobre a arrecadação tributária no país e a sua distribuição entre as três esferas de Governo indicam as razões porque o Governo Federal não quer a aprovação e implementação da Reforma Tributária. Como se pode ver nas tabelas apresentadas a seguir, durante a década de 90 houve um processo de retomada da concentração da receita tributária nas mãos da União.

Tabela 2 – Percentual da carga tributária brasileira de 1999 relativo ao PIB

Esfera de Governo	Total da Carga R\$ bilhões	% relativa ao total	% do PIB
Federal	215,9	70,5	21,4
Estadual	78,2	25,5	7,7
Municipal	12,2	4,0	1,2
TOTAL	306,3	100,0	30,3

Fonte: Secretaria da Receita Federal, CONFAZ, INSS, SF/BNDES

PIB 1999 = R\$ 1.010 Bilhões, segundo IBGE.

OBS: dados preliminares para os Municípios.

Tabela 3 - Distribuição Da Receita Tributária Disponível No Brasil

Período	Esfera de Governo			
	União	Estados	Municípios	Total
1997	57,5	25,4	17,1	100,0
1998	59,1	24,3	16,6	100,0
1999	60,7	23,3	16,0	100,0

Nota: (1)Foi utilizado o conceito ampliado de Receita Tributária Disponível, das Contas Nacionais, que considera, além dos impostos, as contribuições sociais.(2)Não considera as transferências voluntárias, o Fundo Especial do NO/NE,CO e nem o ressarcimento da Lei 87/96 (por ser provisório). Pela Lei Kandir, a União repassou cerca de R\$ 3,0 bilhões aos Estados e Municípios em 1999, atenuando um pouco a concentração acima explicitada.

Tabela 4 – Receitas do Tesouro Nacional 1999 – 2000, comparativo % com o PIB, acumulado de jan-nov

Receitas	ano	
	1999	2000
Impostos	8,3%	7,9%
IR	5,2%	5,1%
IPI	1,7%	1,7%
Outros	1,4%	1,1%
Contribuições Sociais	6,5%	7,5%
COFINS	3,3%	3,7%
CPMF	0,7%	1,4%
CSLL	0,8%	0,9%
Outras	1,7%	1,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Os dados do Resultado Fiscal do Governo Central para novembro de 2000, publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional, dão conta de que a arrecadação das contribuições cresceu em relação ao PIB, enquanto as receitas federais partilhadas com Estados e Municípios reduziram ainda mais. Isso indica que a concentração das receitas disponíveis na esfera federal de Governo agravou-se no ano 2000.

A RECEITA PÚBLICA ESTADUAL

O Governo do Estado introduziu e propôs uma série de mecanismos no sistema de cobrança do ICMS, com o objetivo de induzir o desenvolvimento.

Em 1999 foi iniciada a cobrança da diferença da alíquota interna para a interestadual do ICMS, na entrada no Rio Grande do Sul de algumas mercadorias que são também produzidas no nosso Estado. O Projeto Barreiras, como é conhecido, elimina distorções provocadas pelas diferenças de alíquotas, pois, como as interestaduais são menores que as internas, elas são utilizadas como mecanismo de evasão e de concorrência desleal aos produtores e comerciantes do nosso Estado.

Em 16 de agosto de 1999 foi iniciada a cobrança na fronteira da diferença de alíquota do ICMS das bebidas quentes, como vinho e aguardente. Em 1º de setembro do mesmo ano, foi implantada a cobrança da substituição tributária dos produtos sujeitos a este regime, que não vinham com o imposto pago, como bolos e cucas, pães, produtos farmacêuticos, telhas, cigarros, bebidas, entre outros.

A partir de 1º de dezembro de 1999, a lista de produtos sujeitos a cobrança do diferencial foi ampliada com a introdução de diversos produtos, como por exemplo, sabões e sabonetes, papel higiênico, lãs, esponjas e palhas de aço ou ferro. E, em 15 de agosto de 2000, entraram na lista produtos como creme de leite, leite em pó e condensado, caramelos, preparação para refrescos, compotas de frutas e sucos, e tinturas e descolorantes para cabelos.

A carga do ICMS incidente sobre máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e agrícolas foi reduzida pelo Governo Gaúcho em 20% a partir de agosto do ano passado. A redução é fruto do acordo nacional sobre tributação no setor, debatido em conjunto com as alterações na Lei Complementar 87/96 – a Lei Kandir. A nova Lei Kandir manteve preservados todos os créditos fiscais destinados à produção industrial e à exportação, ao mesmo tempo em que reduziu as perdas de receitas de Estados e Municípios.

No sentido de induzir o desenvolvimento no nosso Estado e superar a crise estrutural das finanças públicas estaduais, foi enviado um projeto de lei de Reconfiguração da Matriz Tributária que permitiria fomentar ainda mais a economia gaúcha, reduzindo a tributação de nossos setores tradicionais, geradores de emprego e de renda, e aumentando a dos setores que podem pagar mais. Com a não aprovação do projeto, teremos que encontrar outros mecanismos que continuem fazendo com que o Rio Grande do Sul apresente o maior índice de crescimento econômico do país.

Desempenho do ICMS - A receita do ICMS foi R\$ 987 milhões a mais em 2000, o que representa um crescimento nominal de 21,2% em relação à 1999. O crescimento real é de 13,3% se o deflator utilizado for o IPCA/IBGE e de 6,5% caso utilize-se o IGP-DI/FGV.

Esse desempenho foi possível pela ampliação das medidas de combate à sonegação e de proteção à economia gaúcha. A Produção Fiscal atingiu o valor de R\$ 576,2 milhões em 2000, contra um valor de R\$ 469,0 milhões em 1999, significando um incremento nominal de 22,9%. Em valores atualizados pelo IGP-DI, a produção fiscal foi de R\$ 599,9 milhões em 2000, representando um incremento de 8,4% em relação aos R\$ 553 milhões de 1999. E utilizando-se o IPCA/FGV como deflator, o crescimento foi de 14,9%. Em termos de quantidade de autos de lançamento foram lavrados 57.642 AL's em 2000 contra 52.214 AL's lavrados em 1999, representando um acréscimo de 10,4%. Tivemos um aumento de 50% na quantidade (70% em valores) de AL's encaminhados ao Ministério Público em relação à média 98/99, o que indica uma política rígida de coibição da prática da sonegação.

A omissão de entrega da Guia de Informação e Apuração – GIA - revela o grau de cumprimento da principal obrigação acessória que é a declaração do imposto devido e das operações de um determinado mês. O índice de omissão GIA no final de 1999 estava em 16,5%, e em 2000, o índice era 7,1%.

No ano de 2000 foram intensificadas as ações de cobrança com os devedores do Estado. O ingresso efetivo de valores resultantes da cobrança continuou em 2000 tendo resultados crescentes, a exemplo do que ocorreu em 1999. Em 1999 a arrecadação de cobrança atingiu R\$ 253 milhões e, em 2000, superou os R\$ 317 milhões, representando um crescimento nominal de 25,3% e real, pela variação do IGP-DI, de 10,4%, e pela variação do IPCA, 17,2%. Na negociação de débitos, o

principal projeto foi o Programa de Recuperação Fiscal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Em Dia - , com a adesão de 4.691 empresas e um volume negociado de R\$ 542 milhões. Reduziram-se os estoques de débitos administrativos que, em dezembro de 1999, em valores corrigidos (pela UFIR + 12% a/a.), era de 1,723 bilhão, e em dezembro de 2000 passou a 1,477 bilhão. Para os devedores que não parcelaram seus débitos na esfera administrativa, continuou-se, a exemplo do que ocorreu em 1999, a proceder o imediato encaminhamento à cobrança judicial. Em 1999 foram encaminhados R\$ 770 milhões, que representou um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Em 2000, foram encaminhados R\$ 907 milhões.

Dentre as receitas correntes, o ICMS foi a que mais cresceu, com uma variação nominal em relação a 1999 de 21,19%. Porém as Transferências da União não tiveram um desempenho satisfatório, apresentando uma variação de 11,09%, abaixo de todos os índices de inflação. O total das receitas do Estado, excluindo-se os recursos extraordinários oriundos das negociações bilaterais com o Governo Federal, cresceram 14,69%.

Recursos extraordinários - O Rio Grande do Sul realizou uma negociação bilateral com o Governo Federal que significou um importante aporte de recursos para o Estado. Foram R\$ 199 milhões como pagamento de dívida da União pela concessão portuária (DEPRC) e R\$ 226 milhões pela regularização da transferência da carteira de créditos da extinta Caixa Econômica Estadual.

DESPESAS PÚBLICAS

As despesas do Estado cresceram R\$ 1,296 bilhão, ou 16,01% a mais do que em 1999. O item da despesa mais significativo, o pagamento do funcionalismo público, foi o que mais cresceu em valores absolutos, R\$ 398 milhões a mais do que no ano anterior. Esse aumento se deve ao reajuste de 14,9% concedido ao quadro geral, aos funcionários de escola, ao nível médio da saúde e da segurança e ao magistério, além da contratação de novos servidores para a área de educação, saúde e segurança e do crescimento vegetativo da folha.

O item “outras despesas de capital” teve um aporte de R\$ 240 milhões a mais do que 1999. Destes, R\$ 176,3 milhões referem-se à capitalização da Agência de Fomento, resultado da liberação da operação de crédito constante do contrato do PROES. Outros investimentos abrangidos por esse conceito são a aquisição de terras para reforma agrária, a concessão de empréstimos para investimentos a Prefeituras e agentes produtivos, as transferências de capital a autarquias e fundações, entre outros investimentos não realizados diretamente pelo Tesouro do Estado. Os investimentos considerados em seu sentido restrito, a saber, obras e aquisição de equipamentos diretamente pelo Governo do Estado, cresceram 35,74% em 2000. O total dos investimentos realizados com recursos do Tesouro do Estado no ano de 2000 foi R\$ 766 milhões, R\$ 345 milhões a mais do que 1999.

As transferências constitucionais e legais aos Municípios, como as parcelas do ICMS, IPVA, salário educação e FUNDEF, atingiram R\$ 1,838 bilhão em 2000, ou seja, foram repassados R\$ 320 milhões a mais do que no ano anterior. Além destas, foram repassados R\$ 204 milhões de transferências voluntárias, entre elas R\$ 112,7 milhões para os Fundos Municipais de Saúde, totalizando mais de R\$ 2 bilhões repassados aos Municípios.

Tabela 5– Comparativo dos resultados, por categoria econômica, 1999 – 2000, a preços correntes

Categorias Econômicas	1999	2000	Variação R\$	Variação %
RECEITA CORRENTE	7.092	8.028	936	13,20%
ICMS	4.660	5.647	987	21,19%
IPVA	338	387	49	14,49%
TRANSF. UNIÃO	1.322	1.469	147	11,09%
RECEITAS FINANCEIRAS	151	98	(52)	-34,67%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	621	426	(195)	-31,34%
RECEITA DE CAPITAL	238	805	566	237,83%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO ⁽¹⁾	158	296	138	87,15%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL ⁽²⁾	80	509	429	537,08%
RECEITA TOTAL	7.330	8.833	1.503	20,50%
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS ⁽²⁾	0	426		
RECEITA TOTAL S/RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	7.330	8.407	1.007	14,69%
DESPESA OPERACIONAL	5.827	6.714	887	15,22%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.559	4.957	398	8,73%
TRANSF. FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE	40	113	73	182,74%
APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIOS	43	49	6	14,26%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	764	830	66	8,71%
INVESTIMENTOS	294	399	105	35,74%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	127	367	240	188,94%
DESPESA NÃO-OPERACIONAL	2.271	2.680	409	18,01%
PARCELA LÍQUIDA DA DÍVIDA PÚBLICA	753	841	88	11,69%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.518	1.838	320	21,11%
DESPESA TOTAL	8.098	9.394	1.296	16,01%
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	(768)	(561)	207	-26,82%
RESULTADO SEM RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	(768)	(987)	(219)	28,65%

(1) Em 2000 ingressaram R\$ 176,3 milhões da Agência de Fomento.

(2) Em 2000 ingressaram R\$ 425,8 milhões resultado das negociações bilaterais com o Governo Federal

O aumento na quantidade e na qualidade dos serviços públicos oferecidos à população provoca aumento nas despesas de custeio da máquina pública. Mas, com economia e transparência, as despesas de custeio do Estado em 2000 cresceram menos do que todos os índices de inflação e menos do que todas as outras despesas, tanto em termos percentuais como em termos monetários. Consideradas na tabela como “outras despesas correntes”, esse gasto cresceu em termos nominais 8,71%, ou R\$ 66 milhões a mais do que foi gasto no ano de 1999.

Foram despendidos R\$ 841 milhões com as parcelas da Dívida Pública, representando um crescimento nominal de 11,69% em relação ao ano anterior. Esse crescimento se deve a vinculação de grande parte da dívida com a receita do Estado,

que teve um crescimento significativo em 2000. Essa vinculação consta em contrato assinado com a União em 1998. Desde janeiro de 1999, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul vem pleiteando junto ao Governo Federal a alteração desse contrato, com a redução dos pagamentos.

Diversos avanços foram obtidos em negociações bilaterais com o Governo Federal, entre eles a redução da base de cálculo das parcelas da Dívida com a União (RLR), que para o RS representou R\$ 219 milhões de economia nestes dois anos, a inclusão de outras dívidas no conceito intralimite, R\$ 18 milhões a menos em 2000, e a manutenção de parte do PROES no limite, pois, pelo contrato original, teriam sido despedidos R\$ 217 milhões a mais como penalidade pela não privatização do Bannrisul. Somente para o ano de 2000, essas reduções foram de R\$ 294 milhões, ou seja, caso houvesse sido mantido o contrato o original, teriam sido despendidos R\$ 1,136 bilhão ao invés de R\$ 841. Apesar desses avanços, a despesa com a Dívida Pública continua alta e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul não medirá esforços no sentido de reduzi-la ainda mais.

III – AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS EM 2000

1- ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1- GABINETE DO GOVERNADOR

Aprofundar o processo de participação popular na condução do Governo, ampliar os laços do Rio Grande do Sul com outros povos irmãos, aproximar a Administração Estadual dos municípios e cidadãos do interior, defender os princípios do federalismo e consolidar uma relação de colaboração e respeito com o Governo Federal e com os outros estados, sustentar um processo permanente de avaliação das ações de governo e debater e tornar público o projeto de desenvolvimento para o Rio Grande posto em movimento pelo Governo Democrático e Popular foram os objetivos que nortearam as ações do Gabinete do Governador em 2000. Para a consecução desses objetivos, cabe ressaltar as iniciativas referidas a seguir.

No ano que se encerrou, o Governador realizou uma visita aos países vizinhos Argentina e Uruguai, da qual resultou não apenas a reafirmação e aprofundamento dos laços de amizade e do processo de integração já sinalizado com a criação do Gabinete do MERCOSUL, mas também a efetivação de acordos de cooperação nas áreas econômica, científica e tecnológica e cultural. Semelhante objetivo teve a viagem ao Japão, na qual se reafirmaram os laços com a Província de Shiga, assim como foram estabelecidos acordos que irão propiciar a participação de recursos financeiros, técnicos e humanos japoneses no desenvolvimento gaúcho.

A participação popular e a interiorização foram contempladas com as ações do Orçamento Participativo, que teve sua legalidade reconhecida pela Poder Judiciário. No que concerne à participação popular, decorrente do OP, houve ampliação do número de cidadãos presentes às reuniões, bem como foi ampliada a abrangência de municípios e localidades. Além disso, as ações de coordenação de órgãos e Secretarias do Estado no Programa Compromisso com o Rio Grande, que garante repasses aos municípios a partir de critérios de transparência e responsabilidade. Da mesma forma, foram desenvolvidas ações de articulação dos órgãos públicos no interior, com racionalização de meios e melhoria dos serviços com vistas a maior proximidade da população. Neste tópico tem destaque a iniciativa de criação do Gabinete do Interior.

Por sua vez, a agenda federativa permaneceu em pauta em 2000, tendo como ponto mais importante o acordo de refinanciamento que culminou um longo e difícil processo de renegociação da dívida do Estado, o que, ao lado da mudança da Lei Kandir e do esforço dos quadros da Fazenda Estadual no sentido de otimizar a receita, viabilizou a redução do déficit esperado para o ano.

O Gabinete do Governador, associado aos órgãos e secretarias da área econômica, realizou, ainda, um seminário de divulgação da estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. A prioridade aos pequenos e médios empreendimentos, a agricultura familiar, os sistemas locais de produção e as mais enraizadas estruturas produtivas, seja de complexos setoriais ou da vocação exportadora, são vistos como caminho para um desenvolvimento sustentado do Estado, para o qual se articulam os diversos programas e ações da Administração Estadual. Nesse quadro, a atração de investimentos, antes de panacéia, é vista como

uma necessidade específica de preencher lacunas do tecido produtivo gaúcho ou fonte de transferência e desenvolvimento de novas tecnologias.

Próximo ao final do ano foi desencadeado um rico processo de análise através do qual foi realizada uma avaliação do Governo. A partir dessa iniciativa, não apenas as ações dos dois primeiros anos foram reavaliadas, como o planejamento para os próximos anos foi redefinido tendo em vista o cumprimento dos compromissos com a sociedade.

O Departamento de Programação Orçamentária – Gabinete de Orçamento e Finanças – DPO-GOF – A manutenção e os avanços na construção do processo do Orçamento Participativo foi a principal missão do GOF no ano 2000. Esta nova forma de gerir os recursos públicos, através da participação popular, num processo de democracia, direta, voluntária e universal, assegura a discussão sobre toda a receita e despesa, tanto na sua distribuição, quanto na própria execução, tornando a comunidade um agente ativo de definição e controle dos recursos públicos.

Além de implementar algumas alterações em termos metodológicos do processo, a elaboração do OP em 2000 serviu para construir a proposta de uma nova matriz tributária. Em todos os municípios do Estado, além de discutir as prioridades de obras e serviços, bem como, os programas e projetos de desenvolvimento do Estado, foi debatida a forma de financiamento. A chamada Nova Matriz Tributária foi amplamente debatida pelos cidadãos e cidadãs gaúchos. Diversas foram as contribuições advindas desse processo de discussão.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, teve sua coordenação feita pelo GOF, o qual, em conjunto com os demais órgãos do Governo elaborou o Projeto de Lei que baliza o Orçamento Anual. O GOF coordenou também, a fase legislativa do processo, onde são apresentadas emendas e discutidos os vetos.

O manual de orientação da elaboração do orçamento 2001 para os órgãos do Governo foi atualizado, bem como a interface com o sistema de elaboração da proposta orçamentária (EPO).

Coube ao GOF, mais uma vez, a coordenação, em conjunto com os órgãos da administração direta e indireta e dos outros poderes, a discussão, definição e elaboração da matriz orçamentária, destes órgãos. Essa matriz, que distribui os recursos público, é montada a partir do Programa de Governo expresso no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pela Assembléia Legislativa e nas prioridades definidas no Orçamento Participativo.

Dando continuidade a este processo, foi elaborado o projeto de Lei Orçamentária, com o respectivo acompanhamento da fase legislativa do Orçamento 2001 e a elaboração do Plano de Investimentos de 2001.

O Gabinete de Relações Comunitárias - GRC - Provocar, incentivar e ampliar a participação popular nas decisões de Estado são os objetivos do Gabinete de Relações Comunitárias. O mais importante instrumento de participação no Governo democrático e popular são as assembleias públicas com vistas à elaboração da proposta orçamentária. Durante a maior parte do ano de 2000, em razão do contencioso judicial sobre a legalidade da forma de consulta popular do Orçamento

Participativo, o Gabinete pode participar apenas como convidado para prestar esclarecimentos aos participantes nas plenárias populares.

Contornando essa dificuldade, o processo de elaboração da proposta orçamentária foi levado pela sociedade, tendo sido realizadas 670 assembleias públicas nos 497 municípios do Estado e nas 22 regiões dos COREDES, as quais reuniram 281.926 cidadãos e cidadãs, uma ampliação da participação de cerca de 50% em relação a 1999. Essas assembleias definiram com ordem prioritária de investimentos dos recursos do Estado para projetos, obras e serviços públicos em primeiro lugar a educação, seguida de agricultura e transporte e circulação. Nas assembleias de base temática, foram eleitas como prioridades agricultura (crédito rural, agroindústria familiar, ações de produção, agroindustrialização e comercialização ecológica, seguro agrícola e reforma agrária), a universidade estadual e transporte e circulação.

Gabinete da Primeira Dama – O Gabinete da Primeira Dama realizou diversas ações voltadas para o atendimento de situações emergenciais e de calamidades públicas dos municípios do Estado, principalmente, mediante o repasse de alimentos e agasalhos para necessitados. Nesse tópico, cabe ressaltar a “Campanha aos Desabrigados” ação extraordinária realizada no mês de outubro, devido ao tornado e fortes chuvas que assolaram o Estado. Foram atendidos os 46 municípios em situação de emergência.

A comunidade (principalmente na região metropolitana) respondeu imediatamente ao chamado do programa, tendo sido doados mais de 80 mil agasalhos, 60 ton. de alimentos, entre outros. E, também, não se pode deixar de mencionar sobre a emergência sanitária na região do Município de Jóia, a qual teve este Gabinete grande preocupação e esforço para os repasses de alimentos aos pequenos produtores até que as indenizações fossem repassadas.

O Gabinete efetivou a Campanha do Agasalho 2000, através do atendimento e repasse para 90 municípios do Estado, classificados pela Fundação de Economia e Estatística como sendo os de menor índice de desenvolvimento social (pesquisa de 1998).

De outro lado, o Gabinete prestou apoio ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA, eis que tem atuação direta junto ao Conselho, pois a Primeira Dama é a vice-presidente, representando a STCAS. Em virtude disso, o Gabinete serve de apoio às ações do Conselho em suas ações em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, bem como acompanhando todas as atividades que são realizadas pelo Conselho. O Gabinete, sempre que possível, procura atrair recursos para o Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA). Esses recursos são utilizados para financiar projetos na área.

Do mesmo modo, houve a participação no Movimento Sinal Vermelho para Esmola. O Gabinete é membro da comissão coordenadora do Movimento Sinal Vermelho O Movimento Sinal Vermelho, idealizado pela Fundação Maurício Sirotsky (FMSS) juntamente com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, tem como principal objetivo realizar campanhas de arrecadação aos fundos municipais da criança e do adolescente, a fim de contribuir com projetos de atendimento sócio familiar que possibilitem a saída de crianças e adolescentes das

ruas. Outrossim, existem coordenações do Movimento em aproximadamente 12 municípios gaúchos.

Outra importante atuação residiu na prestação de auxílio às comunidades indígenas com repasses alimentares, agasalhos, cobertores e brinquedos para as áreas mais necessitadas, em conjunto com a Secretaria da Agricultura e Conselho Estadual dos Povos Indígenas. Cabe ressaltar que as áreas que foram atendidas estão sendo orientadas dentro da proposta de auto-sustentação defendida pela Secretaria da Agricultura e Conselho Estadual dos Povos Indígenas e que no ano 2000, este atendimento deu-se por seis meses consecutivos para 240 famílias de Mybiá Guaranis mais necessitadas, conforme avaliação do CEPI.

Além disso, o Gabinete coordenou o Fórum Permanente de Primeiras Damas, espaço para troca de idéias entre as primeiras damas de todo o Estado que propicia um canal de exposição de dúvidas e soluções capazes de atender as demandas que se encontram no âmbito da assistência social. O Fórum consiste no espaço de discussão que possibilita a informação e o aprimoramento das ações que são desenvolvidas em cada município pelas primeiras damas. Em março, foi realizado o Encontro Estadual de Primeiras Damas/Tema: O desafio de ser mulher e cidadã. E no transcurso do ano, encontros regionais, sempre voltados a orientar e propor alternativas que desviem das condutas paternalistas.

Coordenadoria Estadual da Mulher - Em meio à programação do aniversário do descobrimento, a 1ª Conferência Estadual da Mulher trabalhou como eixo central AQUI SÃO OUTROS 500 – AS MULHERES FAZENDO HISTÓRIA. O que possibilitou trazer à tona a discussão sobre a formação étnica das mulheres do RS, resgatando nossas origens negra, indígena, judia, européia, e como estas questões interferem nas relações de gênero. Além do que, possibilitou situar as problemáticas atuais das mulheres dentro de um contexto maior de miserabilidade, violência e discriminação, no qual as conseqüências são dramáticas e afetam a maioria da população.

Nesse sentido, a Conferência abriu espaço para divulgação da Marcha Mundial de Mulheres 2000 e para o debate no RS dos seus principais eixos de luta: o combate à pobreza e à violência contra mulher.

Cerca de 8.000 mulheres participaram do processo preparatório à Conferência, através do Lançamento, dos Debates Temáticos e das doze Pré-Conferências Regionais, envolvendo trabalhadoras rurais e urbanas, jovens, idosas, parlamentares, desempregadas, gestoras públicas, donas de casa, religiosas, militantes e ativistas. Essa experiência demonstrou o quanto as mulheres gaúchas estão preocupadas e dispostas a enfrentar o problema do desemprego, da falta de políticas sociais e da violência cotidiana sofrida pela discriminação de gênero. Lançou-se uma semente que necessita ser cultivada e germinada. Com essa iniciativa, o Governo estabeleceu um marco na gestão participativa do Estado, oportunizando às mulheres proporem políticas que efetivamente alterem a situação de discriminação de gênero e incidam nas políticas públicas para o Rio Grande do Sul.

Pôr fim, foi lançada em 7 de dezembro de 2000, a Política de Combate à Violência e Garantia dos Direitos da Mulher, que visa conjugar esforços das Instituições do Estado para combater as formas discriminatórias de tratamento às mulheres na

sociedade e no convívio doméstico, a fim de garantir direitos iguais para homens e mulheres.

1.1.1- GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG

O Gabinete do Vice-Governador, promoveu no ano que passou, alteração na sua estrutura organizacional, extinguindo a Assistência Militar. Na nova estrutura, permaneceu apenas uma supervisão de segurança como órgão de execução. A medida corrigiu uma distorção mantida há muito, que conferia um conteúdo militar injustificável num governo civil. Essa redução, pela metade de efetivos militares à disposição desse Gabinete, liberou profissionais para atuarem na área fim, ou seja, na segurança pública.

A Secretaria-Geral de Governo, órgão integrante do Gabinete do Governador do Estado, buscou, durante o ano de 2000, dar continuidade às políticas traçadas pela atual administração, notadamente nos itens austeridade e transparência do gasto público. No exercício de suas atribuições, teve por objetivo intensificar e qualificar a coordenação e o assessoramento ao Governador e Vice-Governador em assuntos que envolvessem os diversos setores da Administração Estadual, bem como a sistematização de informações e coordenação do relacionamento dos diversos órgãos do Estado. Foi mantida a política de não execução direta de projetos, possibilitando desenvolver suas atividades com uma estrutura de pessoal enxuta.

Além disso, foram desenvolvidas diversas iniciativas dentre as quais destacam-se:

- a) Coordenação e participação na elaboração dos Projetos de Cidadania Alimentar, Seguro Agrícola, Universidade Estadual, Estação Rádio-base do Morro São Pedro e de Revitalização de Áreas Portuárias;
- b) Participação no desenvolvimento do Programa de Apoio à Criação de Instituições de Crédito Produtivo Popular, buscando desenvolver uma estrutura financeira de apoio aos excluídos do sistema financeiro tradicional: o microcrédito urbano e rural, a criação de Sociedades de Garantia Solidária;
- c) Coordenação e participação nos fóruns destinados a discutir questões de infraestrutura, políticas sociais e de desenvolvimento econômico;
- d) Participação em diversos grupos de trabalho, visando estudar a implantação de um Parque Temático no município de Esteio, estudar um novo modelo de assentamento rural e urbano;
- e) Conclusão da análise e avaliação do Programa de Incentivo ao Afastamento Voluntário do Serviço Público e à Reconversão Funcional de Servidores Públicos Estaduais – PDV;
- f) Participação no equacionamento e encaminhamento das questões referentes à ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho.

Também merece destaque o desenvolvimento de uma metodologia para o acompanhamento de projetos estratégicos e indicadores de gestão, em parceria com a Companhia de Processamento de Dados – PROCERGS, o Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo - MAG. Tal processo baseado em uma nova concepção, visa acompanhar o desenvolvimento físico-financeiro dos projetos, bem como dotar o

administrador público de um instrumento simples, ágil e eficaz para a tomada de decisão.

1.1.2- CASA CIVIL

A Casa Civil, órgão que tem por finalidade assessorar e apoiar direta e imediatamente o Governador do Estado em assuntos de natureza política, jurídica, legislativa e administrativa de apoio aos municípios, além de representar civilmente o Governador do Estado, pautou suas ações na busca da melhoria do atendimento de suas demandas.

Dentre as ações realizadas, durante o ano de 2000, destacam-se as seguintes:

Assessoramento e Assistência Técnica ao Governador do Estado em Assuntos de Matéria Jurídica - Foram elaboradas e/ou analisadas as seguintes matérias: 641 decretos, 988 atos, 19 ordens de serviço, 119 projetos de lei sancionados, dos quais 64 de origem do poder executivo, pareceres relativos a 55 vetos, e ainda acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres num total de 2.923. Também foi orientada e coordenada as atividades de relacionamento do Governo do Estado com os Municípios, bem como concedidas em torno de 180 audiências a Prefeitos e outras autoridades Municipais.

Controle – Dando continuidade à otimização dos recursos públicos, foi estabelecido novo sistema de controle de material permanente e de consumo, resultando numa economia 27% e 46%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

Na área de pessoal, manutenção e aprimoramento de controles da situação funcional dos servidores lotados no órgão, dos cargos em comissão e de funções gratificadas, teve como objetivo atingir a meta de contingenciamento estabelecida.

À Assembléia Legislativa, no ano de 2000, foram enviados 2.923 instrumentos dentre os quais: convênios, acordos e ajustes. Com relação às Leis foram remetidas 64, originárias do Poder Executivo e vetados 55 Projetos de Lei entre totais e parciais.

1.1.3- CASA MILITAR

As ações desenvolvidas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil - CEDEC, merecem destaque especial dentre as atribuições da Casa Militar, uma vez que suas ações visam à minimização dos efeitos de eventos adversos às populações sujeitas à ocorrência de desastres naturais ou não. Em 2000, foram realizadas 301 vistorias de municípios afetados por situação anormal e que sofreram impactos de desastres naturais ou provocados.

Nos municípios que decretaram Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, tivemos 298 (duzentos e noventa e oito) decretações por Situação de Emergência e 03 (três) por Estado de Calamidade Pública. Destes, 31 (trinta e um)

não foram homologados pelo Governo do RS face ao não enquadramento na legislação vigente. Os municípios que tiveram homologação dos decretos totalizaram 270 (duzentos e setenta). A CEDEC, repassou o total de R\$ 284.062,12 (duzentos e oitenta e quatro mil e sessenta e dois reais e doze centavos) em materiais diversos (cestas básicas, telhas de fibrocimento, colchonetes, materiais de construção diversos, etc.)

**Quadro 1 - Total de Desastres Verificados no Rio Grande do Sul em 2000,
Por Tipo de Evento**

Evento	Quantidade
Estiagem	158
Vendaval	30
Enxurrada	12
Granizo	31
Enchente	27
Inundação	6
Pragas Animais	5
Geadas	1
TOTAL	270

Fonte: Divisão de Convênios - Bancos de Dados da CEDEC

Todos municípios com situações de anormalidade receberam vistorias, tendo sido distribuída a nova legislação, constituída por novos Manuais de Decretação de Situação de Emergência e/ou Estado de Calamidade Pública - Resolução n. 03/99 da Defesa Civil Nacional, tendo sido emitidas orientações para o preenchimento dos formulários de Notificação Preliminar de Desastres – NOPRED e Avaliação de Danos – AVADAN.

No que diz respeito à fiscalização de produtos perigosos, foram realizadas 05 (cinco) fiscalizações até 31/11/2000, dentro das ações integradas previstas para os Estados do CODESUL. Foram fiscalizados 197 (cento e noventa e sete) veículos que transportam produtos perigosos, entre utilitários e caminhões.

1.1.4- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – DEFPUB

A Defensoria Pública do Estado é órgão constitucionalmente voltado à assistência jurídica e judiciária aos necessitados no Estado, em todos os graus. Deve, assim, estar presente onde quer que se encontre cidadão buscando o acesso à justiça. A maior dificuldade vivida pelo órgão, para consecução da sua missão, refere-se ao reduzido efetivo de agentes em atividade (Defensores Públicos), eis que em menos de 3 anos mais de 80 agentes se retiraram para a inatividade, requerendo aposentadoria integral ou proporcional, temerosos de perderem tal direito devido às reformas administrativa e previdenciária encetadas pelo Governo Federal.

Além disso, o órgão enfrentava sérios problemas estruturais, como ausência de quadro próprio de assistentes administrativos, e carências de ordem material,

caracterizada por deficiências de móveis e equipamentos e inexistência de sedes próprias.

Quanto ao primeiro problema acima diagnosticado, a atual administração equacionou-o e começou a resolvê-lo, mediante a realização de concurso público para preenchimento de 95 vagas de Defensor Público hoje existentes no Estado, sendo que 31 já foram nomeados e empossados.

Quanto aos demais problemas apontados, apesar dos constrangimentos financeiros impostos, tem sido possível minorá-los, através de paulatino reequipamento dos escritórios – esperando-se que, no próximo exercício, com os recursos do FADEP (Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado), se possa dotá-los em especial com mais equipamentos de informática.

Assistência Jurídica e Judiciária aos Necessitados - A assistência jurídica e judiciária desenvolvidas pela Defensoria Pública do Estado, à população carente, na esfera de 2º grau de jurisdição (cível e crime), apresentou as seguintes demandas:

Quadro 2 – Assistência Jurídica e Judiciária - 2º grau

AÇÕES	QUANTIDADE
Recursos julgados	2.708
Recursos providos	805
Recursos improvidos	1.194
Recursos parcialmente providos	556
Recursos anulados	74
Recursos prescritos	79

Fonte: DEFPUB

As demandas de assistência jurídica e judiciária na esfera de 1º grau, desenvolvidas pelos núcleos da Defensoria Pública do Estado foram as seguintes:

Quadro 3 - Assistência Jurídica e Judiciária - 1º grau

AÇÕES	QUANTIDADE
Atendimentos em Casas Prisionais	22.133
Atendimentos à população carente	216.297
Ajuizamentos	36.887
Audiências	67.076
Contestações	8.495
Júris	434
Processos em andamento	77.741
Processos iniciados	11.321
Petições	12.349
Flagrantes Assistidos	1.932
Estabelecimentos atendidos	57
Comarcas atendidas pela equipe itinerante	12
Pedidos apresentados	12.733

Fonte: DEFPUB

1.1.5- PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE

De acordo com a Constituição Estadual de 1989, compete à Procuradoria-Geral do Estado a representação judicial do Estado do Rio Grande do Sul e a consultoria jurídica à Administração Direta e Indireta.

No âmbito interno destaca-se a realização da 1ª Pré-Seleção Pública para estágio remunerado na Procuradoria-Geral do Estado, para estudantes de Direito e de Nível Médio, assim como o desencadeamento do 10º Concurso Público para ingresso na Classe Inicial da carreira de Procurador do Estado do Rio Grande do Sul, contando com 2.002 candidatos inscritos.

Frise-se, ainda, a realização da segunda edição de eleições diretas para membros do Conselho Superior da PGE, implementada na atual Administração.

No tocante à atuação da Comissão de Direitos Humanos da PGE, instituída com o Decreto 39.344, de 19/03/1999, destaca-se a realização do 2º Encontro Brasileiro de Direitos Humanos, contando com a parceria da Secretaria da Justiça e Segurança e da Defensoria Pública e com o apoio de diversos órgãos. O Encontro realizou-se nos dias 16, 17 e 18 de novembro no Salão Nobre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, contando com 273 participantes de 12 estados.

Cumpra-se destacar algumas das ações mais relevantes, tanto na atividade de consultoria, como no âmbito judicial:

Atuação judicial - Merece destaque, no tocante à atuação judicial, a vitória em Medida Cautelar intentada para suspender os efeitos da ação popular movida pelo Deputado Alceu Collares, a qual visava sustar o processo do Orçamento Participativo.

Na Procuradoria da Fazenda Pública Estadual – Nessa área destaca-se a Proposta de alterações na Lei federal nº 6.830/80, *que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*, de iniciativa pioneira desta Procuradoria, aprovada, modo unânime, pelo Colégio Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e do Distrito Federal, visando à uniformização e à agilização da cobrança judicial da dívida ativa, e do contencioso dela decorrente, facultando-se ao Estado, inclusive, a administração financeira de todos os depósitos judiciais havidos em processos em que é parte [hoje, aproximadamente, R\$ 150 milhões].

Registre-se, também, a participação da PGE na deflagração, encaminhamento e gerenciamento do Programa de Recuperação Fiscal “EM DIA”, parte judicial, instituído pelo Decreto nº 40.145/00, e alterações, cujo o desempenho final deverá atingir o histórico acertamento de passivos fiscais superiores a R\$ 300 milhões, incluída a verba honorária.

Contencioso e Recursos Fiscais – Nessa área, destaca-se o acolhimento por parte majoritária do Tribunal de Justiça do Estado, da interpretação dada pela PGE ao Decreto Estadual 38.982/98, que trata da dispensa de multas, atualização monetária e juros dos créditos tributários, constituídos ou não, devidos em razão do não recolhimento do ICMS incidente nas operações de importação ocorridas até 31 de dezembro de 1993, restringindo a dispensa apenas à atualização monetária da multa.

Importante, ainda, marcar a pacífica jurisprudência alcançada no sentido da imprestabilidade dos títulos da dívida pública para a garantia dos executivos fiscais.

Execuções Fiscais – É de ressaltar a institucionalização de penhora de parcela de receita bruta mensal de empresas devedoras, equivalente, no mínimo, ao valor da parcela mensal da moratória eventualmente concedida, através de acordos, homologados judicialmente, em audiências especialmente designadas perante a 6ª Vara da Fazenda Pública, nos termos do Decreto nº 40.145/00, envolvendo, principalmente, as empresas com passivo superior a R\$ 500 mil, conferindo, destarte, maior grau de certeza no pagamento dos créditos da Fazenda Pública;

Proibidade Administrativa e de Processo Administrativo Disciplinar - Nesse âmbito, destacam-se especialmente as seguintes ações:

- Ajuizamento de ação de improbidade administrativa, em razão da aquisição irregular de arroz da empresa argentina Calimboy pelo IRGA, cujo preço de venda demonstrou-se superfaturado, causando um prejuízo avaliado em R\$ 947,6 mil.
- Ajuizamento de ação de improbidade administrativa, em razão de leilão realizado para a venda de aviões antigos, sendo que com um deles foi irregularmente entregue ao arrematante uma câmara de aerofotogrametria, cujo valor é, em média, quatro vezes maior que o do bem arrematado, resultando em um prejuízo avaliado em R\$ 120 mil.
- Conclusão de acordo com A.G.Simpson para devolução aos cofres públicos da quantia de R\$ 2,6 milhões recebida indevidamente pela empresa quando já havia deixado de ser sistemista da GM.

1.1.6- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - SCP

A Secretaria atuou no sentido do controle e acompanhamento da execução da política governamental, elaboração de políticas de desenvolvimento das regiões do Estado, compatibilizando sua ação com orçamento participativo e apoiando os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Também foram desenvolvidas ações voltadas para o financiamento de projetos com recursos internacionais. Neste sentido foram desenvolvidas as ações:

Acompanhamento das Ações de Governo – Foi desenvolvido o Projeto Acompanhamento e Avaliação da Gestão – Administração Indireta - AGE, que prevê a assinatura de Termos de Acompanhamento de Gestão, onde são definidos indicadores, metas e projetos a serem acompanhados e um sistema informatizado de informações e análise. Foram acordados e assinados, como “pilotos”, os Termos relativos à Companhia Riograndense de Mineração – CRM e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS.

Pesquisa de opinião sobre os serviços públicos – Partindo do Acompanhamento e Avaliação da Gestão, foi elaborada metodologia inédita no País, baseada nas ciências sociais para aplicação da pesquisa de opinião e realizadas pesquisas exploratórias nos municípios de Bagé, Erechim, Lajeado e Porto Alegre.

Aplicação do Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos – Foi aplicada a Lei nº 11.075/98, do Código da Qualidade, para a saúde, educação,

segurança, água, esgoto e energia elétrica e emitidos os devidos relatórios. Também foi iniciado um processo de revisão da Lei, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Acompanhamento Financeiro das Estatais - Foi dada continuidade ao acompanhamento dos indicadores de desempenho financeiro das empresas estatais e emitidos os devidos relatórios, em atendimento à Constituição e à legislação complementar.

Participação no Orçamento Participativo – OP - A Secretaria participou na elaboração e no acompanhamento das Assembléias Regionais de Diretrizes do Orçamento Participativo, atuando, também, junto aos coordenadores regionais do OP na Metade Sul do Estado, de forma interdisciplinar, na mobilização, articulação e divulgação desse processo.

Regionalização do Estado – O Programa de Regionalização do Estado, instituído pelo Decreto N. 40.349, de 11 de outubro de 2000, busca estabelecer uma divisão territorial única para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo, abrangendo, num primeiro momento, as regiões Fronteira Noroeste, Norte, Fronteira Oeste, Campanha, Sul.

Orçamento Geral da União - OGU - Foram realizadas as atividades que atendem aos objetivos principais de planejamento, como a inserção do Rio Grande do Sul no Orçamento Geral da União, com destaque para as seguintes atividades:

- análise e acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União - OGU-2000, seus reflexos e oportunidades para o Rio Grande do Sul;
- coordenação e encaminhamento dos projetos das Secretarias de Estado aos Ministérios específicos, com vistas à liberação de recursos do OGU-2000;
- coleta de informações, sistematização e encaminhamento dos pleitos do Estado para o OGU-2001;
- coleta de informações e sua sistematização, com vistas à preparação das demandas do Governo do Estado para emendas ao OGU-2001, apresentadas pelo Senhor Governador e à Bancada Estadual no Congresso Nacional. Das 10 (dez) sugestões apresentadas, 7 (sete) foram acatadas nas emendas propostas pela Bancada Gaúcha.

Plano Plurianual do Estado – PPA – Realizada a análise do Plano Plurianual 2000-2003 do Rio Grande do Sul - PPA, tendo como bases: a concepção de desenvolvimento do Governo do Estado, expressa no Programa de Governo e traduzida nas macrodiretrizes: Desenvolvimento de Verdade, Qualidade de Vida para Todos e Gestão Pública Democrática e as diretrizes setoriais associadas às diversas áreas da atuação governamental.

Captação de Recursos – Foram realizadas as seguintes ações, envolvendo importantes projetos governamentais, tais como:

- Programa Corredores de Exportação - Foi assinado contrato de empréstimo de US\$ 75 milhões junto a Japan Bank For International Cooperation – JBIC, cujos recursos se destinam a financiar 25% do Projeto no valor global de US\$ 300 milhões, sendo negociadas novas condições de empréstimo junto ao JBIC,

sucessor do EXIMBANK, a uma taxa de juros menor – de 6% a.a. para 1,8% a. a.- significando uma economia de US\$ 14 milhões ao Estado.

➤ Além disso, foram elaboradas e encaminhadas à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX as seguintes cartas-consultas: Módulo II do Pró-Guaíba, no valor de US\$ 498 milhões; Mar de Dentro, a ser negociado com o BID e/ou JBIC, no valor de US\$ 247 milhões, e PRODETUR-SUL, prevendo um aporte de US\$ 140 milhões.

➤ Também foram elaboradas as cartas-consultas para a solicitação de cooperação técnica junto à Agência Brasileira de Cooperação – ABC, relativas aos Projetos Pró-Mar de Dentro e Pró-Rio Uruguai.

Política de Desenvolvimento Regional – Foi realizado o II Seminário de Desenvolvimento Regional nas regiões Fronteira Oeste, Campanha, Centro Sul, Central e Missões, dando seguimento ao processo de orientar o Orçamento Participativo na qualificação das demandas das regiões e de subsidiar o Plano de Ação Regional que será elaborado em conjunto com os COREDES. Também foram realizadas outras ações, tais como:

➤ elaboração de diagnóstico propositivo para as regiões da Campanha, Fronteira Oeste, Centro Sul, Central, Missões e Médio Alto Uruguai, com vistas a subsidiar a formulação da Política de Desenvolvimento Regional;

➤ realização de Oficinas Intersecretarias e Vinculadas, para identificar as principais ações nas 22 regiões do Estado e incluir propostas nos diagnósticos regionais;

➤ realização de estudos da rede urbana estadual para subsidiar os diagnósticos propositivos das regiões: Fronteira Oeste, Campanha, Centro Sul, Central, Missões e Médio Alto Uruguai;

➤ definição de metodologia para a elaboração de Cenários Regionais, subsidiando as discussões nos Seminários de Desenvolvimento Regional.

Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR - O Fundo foi regulamentado através do Decreto n. 40.385/00 e instalado o Conselho Diretor e sua Secretaria Executiva. O FDR tem por objetivo estimular ações e empreendimentos que desenvolvam as potencialidades locais e fortaleçam os sistemas locais de produção, apoiando a economia popular solidária, a produção de bens e serviços destinados à população de baixa renda, à melhoria do meio ambiente e preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como o acesso ao microcrédito, pela população de baixa renda.

Acompanhamento dos trabalhos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES. Juntamente com os COREDES, foram realizadas várias ações, tais como:

➤ realização de cinco (05) Seminários de Desenvolvimento Regional, cabendo aos COREDES promover a infra-estrutura necessária para os mesmos e mobilização das entidades regionais;

➤ assessoramento e participação na formulação do banco de dados dos COREDES;

➤ assessoramento à Macrorregião Norte no encaminhamento do Programa de Desenvolvimento do Rio Uruguai.

Planejamento Urbano - Elaborada proposta de Programa de Capacitação de Gestores Urbanos, com o objetivo de gerar conhecimento sobre a questão urbana e capacitar os técnicos dos municípios e regiões em planejamento e gestão urbana. Também foi realizada proposta de convênio com o DNER para prestar assistência técnica aos municípios integrantes da área de influência da rodovia BR-101, na adequação dos Planos Diretores ao impacto da duplicação da rodovia.

Programa Integrado de Melhoria Social – PIMES – Através do Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social – FUNDO PIMES, foram realizadas, durante o ano de 2000, as seguintes ações:

- contratos de financiamento firmados com 72 municípios e 01 Companhia de Água e Saneamento, no valor de R\$ 92,4 milhões;
- recursos contratados distribuídos nos seguintes Subprogramas: Desenvolvimento Institucional, R\$ 2,2 milhões; Infra-estrutura, R\$ 73,7 milhões; Equipamentos Comunitários, R\$ 1,5 milhão; Saneamento, R\$ 3,6 milhões; Habitacional, R\$ 6,5 milhões e Equipamentos Rodoviários, R\$ 4,7 milhões;
- principais ações financiadas: Pavimentação, 4.417.171 km²; Microdrenagem, 294.839 m; Macrodrenagem, 21.241 m; Obras de arte, 4; Iluminação; 362 ruas; Desenvolvimento Institucional, 58 ações; Creches, 4; Postos de Saúde, 12; Escolas Abertas, 1; Saneamento, 6 projetos; Equipamentos Rodoviários; 46 equipamentos; Habitacional, 528 unidades habitacionais;
- fixação de novas diretrizes ampliando o acesso, incentivando o debate, priorizando o saneamento e a habitação voltados à população de baixa renda; e aplicando sanções aos municípios quando do cometimento de irregularidades na execução dos projetos.

Central de Serviços ao Cidadão - Projeto Tudo Fácil - Foi enviada proposta ao Governo Federal, buscando o financiamento para a implantação de nova Central, incorporando, também, os serviços federais. Em 2000, foi realizado o atendimento médio de 90.000 pessoas/mês, atingindo um total superior a um milhão de atendimentos, incluindo o litoral.

Programa Verão com Vida - A Secretaria participou da coordenação de atividades integradas executadas por diferentes órgãos do governo durante o período de veraneio, objetivando atender às populações locais e turistas com serviços e programações nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, justiça e segurança, cultura e turismo.

Corredores de Transporte Norte/Nordeste da RMPA – LINHA RÁPIDA -

Além das ações administrativo-operacional realizadas para a implementação do Projeto, cabe destacar a licitação e contratação de projeto operacional da obra do Terminal Metropolitano Mauá, da obra de duplicação da Ponte sobre o Rio Gravataí, (divisa de Porto Alegre e Cachoeirinha), de Projetos para os Viadutos das Avs. Manoel Elias com a Baltazar de O. Garcia e Assis Brasil com a Sertório, e de diversos projetos de malha viária de apoio e aterros de acesso a pontes. Além disso, foram elaborados os projetos referentes ao Viaduto sobre RS-118, a Ponte do Rio Gravataí, a Ponte Arroio Feijó e a Ponte Arroio Barnabé, bem como a compatibilização do Projeto com a Linha 2 do TRENURB, tendo em vista à construção de viaduto na intersecção da Av. Assis Brasil e Av. Sertório.

Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim – PRÓ-MAR DE DENTRO - Foram firmados convênios de cooperação técnica e científica junto à EMBRAPA, UFRGS, FEPAGRO, FURG, UFPEL e UNISINOS, com vistas à viabilização de projetos-pilotos nas áreas de gestão ambiental, saneamento e urbanismo, envolvendo a Laguna dos Patos, Lagoa Mirim e a Região Hidrográfica Litorânea (Bacia do Rio Camaquã, Rio São Gonçalo-Mirim e Litoral Médio).

A última fase do convênio com a Japanese International Cooperation Agency – JICA, resultou na elaboração do diagnóstico e relatórios da situação ambiental das lagoas e a realização de dois seminários; em Pelotas e na Praia do Cassino, em Rio Grande.

Além disso, foi executado um projeto de educação ambiental (publicação de livretos, palestras e atividades lúdicas em escolas) com as comunidades carentes da Colônia Z3 e Vila São Miguel, em Rio Grande.

PRÓ-GUAÍBA - Coordenado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento, o Pró-Guaíba cuja execução é realizada por diversos órgãos públicos estaduais - SE, SEMA, CORSAN, EMATER, FZB, FEPAM e METROPLAN - e municipais - DMAE, DMLU, deu seqüência ao módulo I, desenvolvendo ações nas seguintes áreas :Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental, Sistema de Parques e Reservas Naturais com obras de recuperação e adequação nos Parques Estaduais Jardim Botânico, Zoológico, Delta do Jacuí e Itapuã, Controle da Poluição Industrial, no qual foram enquadradas as 500 indústrias de maior impacto ambiental, Sistema de Resíduos Sólidos, em Porto Alegre, Sistema de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos, Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos, em Porto Alegre, Cachoeirinha e Gravataí e Projetos Especiais de Reflorestamento Ambiental.

Metade Sul do Estado - Em 2000, foram articuladas ações de apoio ao Programa sobre Rochas Ornamentais, bem como à reforma agrária e aos setores agroindustriais e de conservas, reflorestamento, fruticultura, frigoríficos e de produção de leite e à renovação de linha de crédito, no valor de R\$ 400 milhões - Reconvertul II Etapa, além da busca do aperfeiçoamento das sistemáticas de acesso ao crédito do Programa. Também foi prestado apoio ao desenvolvimento de estudos dos areias da Fronteira - Oeste, bem como à preservação do patrimônio cultural da região.

1.1.6.1 Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE

Como órgão de apoio operacional ao planejamento estadual, a Fundação de Economia e Estatística tem a atribuição – por disposição estatutária – de realizar estudos, pesquisas e análises sobre a economia gaúcha e produzir estatísticas.

Estudos, Pesquisas e Divulgação - Representa a atividade-fim da FEE, englobando as seguintes ações:

➤ Sistema de Contas Regionais: Consta de cálculo dos principais agregados macroeconômicos da economia do RS, por setor e subsetor de atividade, com destaque para o cálculo do PIB anual e do PIB municipal.

- Matriz de Insumo-Produto do RS: Execução de Cálculo dos fluxos de bens e serviços entre os diversos setores da economia gaúcha em um determinado período de tempo.
- Avaliação Sócio-Econômica do Programa RS - RURAL: Sistema de avaliação e monitoramento do programa através da elaboração de indicadores sócio-econômicos.
- Elaboração de Indicadores Sociais do RS: Conjunto de indicadores sociais selecionados que permitem avaliar a qualidade de vida dos municípios gaúchos.
- Pesquisas: Todas as demais pesquisas realizadas pela FEE, envolvendo áreas como a indústria, agricultura, relações de trabalho, emprego, questão urbana e regional, condições de vida, finanças públicas, entre outras, de pessoal especializado.

Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA - Levantamento de dados qualitativos sobre o emprego, desemprego e renda da população economicamente ativa da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, realizado pelo convênio FEE/DIEESE/FGTAS/SEADE, com divulgação dos principais resultados através do Informe PED, de periodicidade mensal.

Trabalhos Disponibilizados – Como parte do resultado das ações listadas, cabe destacar os principais trabalhos disponibilizados pela FEE, no decorrer do ano 2000:

- Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90 - O livro é composto por 11 artigos, que apresentam uma reflexão coletiva sobre a reestruturação da economia brasileira durante os anos 90 e a forma como esse fenômeno se manifestou e repercutiu na economia e sociedade gaúcha, com enfoque no setor produtivo, população, mercado de trabalho, finanças e infra-estrutura;
- Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul 1998 - Apresentado em CD-ROM, no formato de banco de dados, o Anuário 1998 permite ao usuário realizar pesquisas com a combinação de um conjunto de variáveis sócio-econômicas relativas a diferentes setores, municípios e/ou regiões do Rio Grande do Sul;
- Índice Social Municipal Ampliado - ISMA: Procede a uma classificação dos municípios e regiões do Estado em função de suas condições sociais e econômicas no período de 1991 a 1996, levando em conta um conjunto de 15 variáveis, agrupadas em 4 blocos de indicadores: condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda.

1.1.6.2 Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN

Em relação às atividades de planejamento territorial e de articulação com a sociedade, foram executadas, ao longo do ano de 2000, diversas ações, tais como:

Apresentação de projeto ao Fundo de Apoio a Parcerias – FAP do BIRD
- O "Projeto Comunitário de Recuperação de Resíduos Sólidos - Uma Alternativa para a Geração de Trabalho e Renda", foi realizado em parceria com a Terragar Associação Ecológica e a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo e submetido ao BIRD. Esse Projeto objetiva gerar frentes de trabalho, ampliar a separação de lixo seco, diminuir os custos municipais com o recolhimento de lixo, aproveitar a fração orgânica como adubo em processo de compostagem e otimizar o espaço do aterro controlado do Bairro Roselândia.

PRORENDA Urbano - Iniciado em 1992, o PRORENDA – Promoção de Desenvolvimento Local Sustentável no Estado do Rio Grande do Sul. foi unificado em três tipologias - urbano, rural e microempresas - objetivando reduzir o desequilíbrio social e fortalecer a cidadania. Integram o PRORENDA a METROPLAN, a SCP, a SEDAI, a SAA, instituições financiadoras e atores sociais.

Atividades de Assessoramento Técnico - Prestado assessoramento técnico às prefeituras municipais da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA quanto à elaboração de propostas e projetos, visando cooperação técnica e financeira. Assinado convênio de assessoramento e apoio aos Municípios de Alvorada, Porto Alegre e Viamão com vistas à aplicação da metodologia do PRORENDA pelas equipes técnicas municipais, tendo por objetivo a realização de investimentos estratégicos nas áreas física e social, no âmbito do Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas, para a sub-bacia do Arroio Feijó com recursos da ordem de R\$ 1 milhão, tendo as prefeituras, a GTZ e o Estado participado com 1/3 cada um.

Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros – Em 2000, foram realizadas ações voltadas à reengenharia no sistema metropolitano de transporte coletivo, gerando um aumento de 470 mil para 530 mil passageiros/dia; a padronização da frota e incorporação de mais 300 novos veículos; implantação de três Transversais Metropolitanas denominadas TM 2, TM 3 e TM 4 que transportaram, em média, 20 mil passageiros/dia e por fim modificações na metodologia de cálculo tarifário.

Manejo de Resíduos Sólidos - Foi assinado convênio para Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos entre os municípios de Esteio, Gravataí, Porto Alegre e Cachoeirinha, além do acompanhamento das obras do aterro sanitário metropolitano de Santa Tecla e da viabilização do Aterro Metropolitano Leste, com os municípios de Alvorada, Viamão e Porto Alegre. Elaborado o Panorama da Destinação Final de Resíduos Sólidos da RMPA (Programa Lixo e Cidadania).

Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas - Foi elaborado termo de cooperação técnica com a Japanese International Cooperation Agency - JICA para o assessoramento técnico em drenagem nas áreas urbanas densamente ocupadas, visando à recuperação e preservação ambiental. O projeto já foi aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, estando em análise técnica na JICA e Consulado Geral do Japão. Foram, ainda, elaborados dois convênios um com o SEBRAE e outro com a UFGRS para desenvolver ações conjuntas nas Sub-bacias dos Arroios Feijó, Pampa e Sapucaia.

Obras - Em 2000, foram realizadas diversas obras, envolvendo canalização de arroios, pavimentação e construção de galpões de reciclagem de lixo e de plástico nos Municípios de Viamão, Gravataí, Alvorada, Cachoeirinha e Porto Alegre, sendo dispendido recursos da ordem de R\$ 2,4 milhões.

1.2- SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS – SARH

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos – SARH, no exercício de 2000, desenvolveu inúmeras ações voltadas para a otimização da prestação dos serviços públicos e para o gerenciamento dos recursos humanos do Estado. Nessa premissa as ações desenvolvidas, pela Secretaria, buscaram o

aprimoramento dos serviços prestados, assim como o aperfeiçoamento das relações de trabalho, a valorização do servidor público e o resgate do real significado do serviço público, que é atender as demandas sociais.

Primeiramente, cabe destaque a coordenação, pela SARH, da Comissão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário instituída com o intuito de promover a reforma do Sistema Estadual de Previdência.

Planejamento Estratégico Participativo – PEP - A gestão da coisa pública, normalmente, é marcada pela centralização na tomada de decisões. Aos servidores cabe desempenhar bem as suas funções, sem que se crie espaços para estes participarem do processo decisório.

Buscando a inversão dessa lógica, a SARH, passou a implementar, no período de 2000, o Planejamento Estratégico Participativo – PEP, criando mecanismos de participação que possibilitem aos servidores, em conjunto com os gestores públicos, definir formas de gerenciar o Estado com maior eficiência, eficácia e efetividade.

A SARH se propõe a ser o primeiro órgão da Administração Direta do Estado a implementar o Planejamento Estratégico Participativo, em consonância com o Monitoramento das Ações Estratégicas do Estado e o Orçamento Participativo. O PEP, em fase de implementação, possibilitará qualificar e democratizar a Gestão, de modo que o conceito de interesse público seja materializado em cada ação dos agentes políticos e o conjunto dos trabalhadores, propiciando uma cultura de valorização do servidor público, democratização das relações de trabalho e o resgate do real significado do setor público, que é atender as demandas sociais.

Assessoria Sindical - Durante o ano de 2000, a SARH, intermediou inúmeras negociações salariais envolvendo os órgãos da Administração Direta e Indireta, obtendo um resultado positivo no processo, diante das atuais condições econômicas do Estado.

No que diz respeito à administração direta, foi concedido, em maio de 2000, reajuste salarial parcelado de 14,9% ao Magistério, Quadro Geral, Quadro de Funcionários de Escola, Servidores de nível elementar e médio da Saúde, Fundações de Direito Público e Autarquias, com exceção do IPE, SPH, SUPRG e DETRAN. Também foi reajustado em 10 pontos nominais o Risco de Vida dos Servidores Segurança Pública. O vale refeição dos servidores acima nominados, com exceção dos servidores do IPE e DETRAN, foi reajustado em 20%. Além disso, para o Magistério o Governo está pagando a promoção de 1993 em 24 vezes. Deverá começar a pagar também o desacavalamento dos níveis: em 36 vezes a partir de junho de 2001. Por sua vez, no tocante à indireta, foram efetivadas negociações salariais com CORSAN, CEEE, CRM, BANRISUL, SULGÁS, BAGERGS, CORAG, PROCERGS, CESA e Fundações de Direito Privado.

Em estudo, ainda, a elaboração do Plano de Carreira para os Funcionários de Escola e da Polícia Civil, Plano de Classificação de Cargos e Salários da CIEL e da SULGÁS.

Licitações - A Central de Licitações promoveu a adequação da sua estrutura e corpo organizacional às necessidades do Estado e às prioridades do

Governo, possibilitando novos procedimentos de análise, transparência das informações e atendimento à cidadania. Dentre eles destacam-se alimentação institucional; pesquisa de preços; agilização no procedimento licitatório; informática, e a padronização dos bens adquiridos pelo Estado.

Planejamento Organizacional - Na área de qualificação de processos e de estruturas organizacionais e funcionais da Administração Pública Estadual, foram desenvolvidas ações voltadas para o planejamento organizacional, estudos quanto à normatização, orientação e avaliação de ações relativas à organização funcional e estrutural dos órgãos e sistemas da administração pública estadual. Neste escopo, podemos citar:

Programa de Planejamento Organizacional - Objetivando redesenhar o fluxo de processos, adequação da estrutura organizacional as suas competências, efetivar o desenvolvimento organizacional e normatizar os procedimentos; e Estrutura organizacional do Estado - Estudo da legislação referente à estrutura organizacional do Estado visando à sua atualização em função da normatização existente; Centralização das cotas de estagiários (vagas) e Estágio curricular - Visando garantir ao estudante a efetiva profissionalização e propiciar complementação do ensino e da aprendizagem foi elaborada proposta de regulamentação do estágio curricular;

Criação de parâmetros para a classificação das Unidades Organizacionais do Estado - Objetivando o estabelecimento de critérios técnicos para sua padronização (alteração do Decreto Estadual n. 8288 de 04/12/1957);

Formulários - O Projeto PROFORM tem como objetivo a racionalização do número de formulários utilizáveis pelas unidades organizacionais, visando à padronização, otimização do fluxo de informações e redução de custos.

O desenvolvimento dessas ações, no ano de 2000, propiciou um repensar quanto à estrutura organizacional do Estado, processos e relações institucionais daí decorrentes, objetivando encaminhar propostas para confecção de uma nova abordagem de modelo organizacional voltada ao Planejamento Estratégico Participativo.

Administração dos Recursos Humanos - Na área de administração dos recursos humanos, foram desenvolvidos os seguintes programas/ações:

Programa de Aperfeiçoamento Funcional - Esse Programa foi desenvolvido visando a suprir carências, na área de desenvolvimento de recursos humanos, objetivando aperfeiçoar os conhecimentos e capacitar os servidores envolvidos com recursos humanos, no desempenho de funções relacionadas com essa área de atuação. O público alvo foram os servidores e os Chefes de Divisão dessa área.

Redesenho - O Programa de Redesenho visa atender à implantação de um novo sistema de gestão de recursos humanos unificado entre a Secretaria da Fazenda e SARH, utilizando recursos do PROMOFAZ.

Compensação Previdenciária - Implantada a Unidade de Execução Estadual – UEE, cuja atribuição consiste em operacionalizar o Sistema de Compensação Previdenciária, de acordo com a Portaria do MPAS n. 6.209/99, que definiu a

operacionalidade da Lei 9.796/99 e Decretos 3.122/99 e 3.217/99, que estabelece normas de compensação previdenciária entre o Estado e a União, considerando o tempo de contribuição para o INSS dos servidores aposentados pelo Estado.

Portal do Servidor Público RS - Conjunto de serviços e informações relativas à vida funcional do servidor público do RS, disponível na *internet*. Idealizado pela SEFA, teve aceita a proposta da SARH de ampliar mais demandas. Possui como serviços disponíveis: a consulta a contracheques, comprovante de rendimentos, calendário de pagamentos, orientação sobre serviços e outros.

Administração do Patrimônio do Estado - A área de administração do patrimônio do Estado é responsável pela execução de todos os serviços referentes à administração, defesa, fiscalização e utilização dos bens patrimoniais, realizando avaliações, controles e regularização dos mesmos.

A SARH executou 141 laudos de avaliações para realização de desapropriações, autorizações de uso onerosas e permutas. No que concerne a imóveis foreiros, o valor arrecadado com foro anual foi de, aproximadamente, R\$ 180 mil e com Laudêmio R\$ 730 mil.

Transportes do Estado - As principais ações realizadas pela área de Transportes do Estado, no ano de 2000, envolveram a otimização da sistemática voltada para a fiscalização e gerenciamento da frota de veículos do Poder Executivo.

Na área de transportes do Estado, foram desenvolvidas diversas ações, são elas: Cidadão Dirigindo o Rio Grande, Programa proporciona a participação do cidadão na fiscalização dos veículos de propriedade do Poder Executivo Estadual; Sistema Gerenciador da Frota de Veículos, com vistas à automatização do controle cadastral dos veículos do Poder Executivo Estadual, adequação da legislação do Transporte Oficial ao novo Código de Trânsito Brasileiro; Central de Veículos; criação do Programa de Manutenção Preventiva de Veículos e Operação Verão.

Administração do Centro Administrativo Fernando Ferrari - Foram adotadas diversas medidas com vistas à redução de custos no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), envolvendo despesas de água, luz, lixo, contratos com empresas prestadoras de serviços e a Escola de Educação Infantil (ESEDI). A redução obtida perfaz o montante de, aproximadamente, R\$ 160 mil.

Arquivo Público - Objetivando fornecer, aos cidadãos e aos órgãos da administração, informações e a documentação envolvendo a área de arquivística pública a SARH atendeu a cerca de 7,7 mil pessoas que buscaram cópias de documentos, bem como a diversos pesquisadores que acessaram as fontes originais de pesquisa.

Foram promovidas, ainda, a qualificação interna (através de ciclo de palestras); organização do acervo dos tabelionatos: em torno de 39.000 livros, da maioria dos municípios do Estado, e organização do acervo da repressão política (período da ditadura militar) com o levantamento das competências dos órgãos produtores dos documento.

Perícia Médica e Saúde do Trabalhador - O conhecimento do perfil epidemiológico do corpo funcional, a melhoria das condições de trabalho, a qualificação dos ambientes e de processo de trabalho, e a ampliação da produtividade e aumento da eficiência foram os benefícios alcançados pela SARH com o desenvolvimento do Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual.

Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual - O Programa direcionado para a preocupação com a saúde do servidor público, inicialmente, deu ênfase à implantação de projetos e melhorias internas, de modo a qualificar o grupo coordenador do Programa e executar reformas estruturais e reaparelhamento operacional.

Prevenção - Realizados trabalhos voltados à prevenção de doenças, através do oferecimento de tratamento psicoterápico, individual e em grupo, com a criação do Centro de Integração e Desenvolvimento - CID. Trabalhos esses desenvolvidos com cooperação técnica da UNISINOS e parceria com o IPERGS.

Criação de equipes médico-periciais – Foram criadas equipes médico-periciais distintas com o intuito de facilitar a realização dos ingressos (nomeação de 8.860 professores) e licenças nas especialidades: otorino, oftalmo, ortopédico, clínico, cardio, psicólogos, assistente social e a inclusão de avaliação psicológica (testagem). Ainda, foi realizado um contrato entre o Hospital Conceição e a SARH, para disponibilização de uma equipe para a coleta laboratorial no CAFF durante o período de realização do ingresso.

Manual de Perícias Médicas - Instituído grupo de trabalho para elaboração de um Manual de Perícias Médicas com vistas à atualização dos procedimentos médico-periciais de modo a qualificar e gerenciar os peritos do Interior, principalmente, com a implantação do processo de regionalização das estruturas periciais.

1.2.1- Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPERGS

O Instituto de Previdência do Estado, autarquia vinculada à Secretaria e Administração e dos Recursos Humanos, tem por finalidade oferecer atendimento Previdenciário e Assistência Médica aos servidores do Estado.

Área Médica – A área médica esteve voltada para as seguintes questões:

➤ Alteração na co-participação financeira dos beneficiários nos exames complementares de ambulatório – Essa alteração é uma antiga imposição técnica e social do Instituto, tendo em vista que desde 1979 todos os beneficiários, independente de sua faixa salarial, participavam dos exames complementares de ambulatório com um percentual de 40%.

Nesse sentido, a Resolução n. 311, estratificou a co-participação por faixas salariais, estabelecendo os percentuais de 5%, 10%, 20%, 30% e 40%. A alteração, além de corrigir uma injustiça com os baixos salários, acarreta uma diminuição de internações desnecessárias até então de ocorrência freqüente, com o objetivo do beneficiário realizar os exames sem o pagamento da co-participação;

- Alteração na co-participação de exames em atendimento no serviço de emergência - Nos atendimentos clínicos de urgência, os beneficiários participavam com 50% das despesas com exames complementares. A resolução n. 311, estratificou também essa participação por faixas salariais;
- Criação da Comissão de Quimioterapia - Tendo em vista que a Área de Quimioterapia representa para o IPERGS, como para todos os outros planos de saúde, o item que mais tem proporcionado a elevação de custos, foi criada uma Comissão, presidida por um especialista da área, com a finalidade de normatizar, acompanhar e controlar esse serviço prestado pelo plano médico;
- Carta Informativa ao Usuário - Implantada a Carta Informativa ao Usuário, medida de controle, na qual o beneficiário acompanhará todos os procedimentos utilizados durante sua internação hospitalar;
- Unidade de Tratamento Intensivo na residência do beneficiário - O IPERGS, no desenvolvimento de uma política de diminuição de custos (mas com qualidade), realizou, como medida precursora, a instalação de Unidade de Tratamento Intensivo na residência do beneficiário: duas crianças que estavam na UTI do Hospital de Clínicas e Hospital da PUC há mais de 2 anos, com custos superiores a R\$ 20 mil mensais cada foram transferidas para suas residências, mediante a contratação de empresa especializada, após a criação da Resolução n. 310. Ressalta-se que a medida propiciou um melhor relacionamento dos pais com os filhos e diminuição dos custos em, aproximadamente, R\$ 7 mil mensais, cada;
- Descentralização do atendimento - No intuito de descentralizar o atendimento ao usuário do Sistema de Previdência e Assistência Médica do Estado foram criados novos postos: Posto de Atendimento na Restinga, Central de Atendimento Zona Norte e unidades facilitadoras de atendimento, levando os serviços do Instituto mais próximo de seu beneficiário.

Área de Previdência - As ações desenvolvidas pela área de Previdência foram as seguintes:

- Filhas solteiras notificadas - O IPERGS, após a constatação de irregularidades em relação a situação das filhas solteiras pensionistas, solicitou parecer à Procuradoria Geral do Estado. Com base na orientação normativa procedeu, primeiramente, a notificação de 7.971 filhas pensionistas.
- Projeto "X" - Este Projeto, em plena execução, possibilita o bloqueio do pagamento da pensão com a Carteira de Identidade Social – CIS - vencida, a mais de dois meses. Situação atual: 1.672 pensões bloqueadas e 1.149 pensões suspensas representando, respectivamente, R\$ 1 milhão e R\$ 506,5 mil;
- Parceria com a Secretaria da Saúde - Efetivado o cruzamento de informações, referentes a óbitos de pensionistas, como medida para eliminar o recebimento do benefício por terceiros. A medida resultou na suspensão de 313 pagamentos;
- Pensão integral - Desenvolvido processo no Sistema de Administração de Previdência do IPERGS - API - de módulo capaz de permitir a imediata liberação de pagamentos da pensão integral, definidos por ordem judicial;
- Plano PAC - Promovido alteração e adequação no Plano PAC: objetivando sua ampliação, unificação dos prazos de carência e cancelamentos dos planos PAC e PAMES;
- Pecúlio Facultativo - No que concerne ao Pecúlio Facultativo, no ano que passou, houve a implementação de procedimento de investigação médica com a

finalidade de verificação da existência ou não de doença preexistente, quando da solicitação de alteração do valor do prêmio mensal.

1.2.2- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos – FDRH

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do Estado, no âmbito de suas competências, no ano de 2000, deu ênfase ao gerenciamento de estagiários, colocando 6.250 estudantes, seguindo critérios de adequação dos conteúdos curriculares às atividades a serem desenvolvidas nos órgãos ou Secretarias.

A FDRH, também, promoveu a realização de diversos concursos públicos: Defensoria Pública (95 vagas); CORSAN (244 vagas); CORAG (14 vagas); PROCERGS (197 vagas); CIENTEC (173 vagas); Escola de Saúde Pública (55 vagas) e Fundação TVE (31 vagas), propiciando o ingresso de 809 novos servidores nos órgãos públicos estaduais.

Desenvolvimento de recursos humanos para o setor público - O desenvolvimento de recursos humanos para o setor público, Programa desenvolvido pela FDRH, engloba a capacitação do servidor público estadual. Nessa área, foram realizados 55 cursos de capacitação, beneficiando 1.138 servidores públicos estaduais dos diversos segmentos funcionais, além de treinamento e capacitação para os técnicos do Programa Pró-Guaíba, com a realização de 5 cursos de capacitação, envolvendo 108 técnicos lotados nos órgãos co-executores do Programa.

A FDRH realizou, também, o Seminário para Gerentes das Ações Prioritárias de Governo, abrangendo treinamento e capacitação em técnicas e metodologias para execução dos projetos referentes às ações prioritárias do Governo.

Medida importante e inovadora na área de desenvolvimento de recursos humanos, para o setor público, foi propiciar a 52 servidores (Quadro Geral e Quadro Técnico-Científico), aprovados em concurso público - ingressantes -, um treinamento preparatório para o exercício da função pública.

Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público - O Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público abrangeu temas relevantes à gestão do setor público, bem como promoveu a discussão sobre os processos de intersecção e interação das múltiplas atividades governamentais. Participaram do Fórum o segmento estratégico de gestores da administração pública direta e indireta do Poder Executivo (40 participantes por encontro).

Assessoria – Dentre as atividades desenvolvidas pela FDRH coube, ainda, a prestação de assessoramento: à elaboração do Programa à Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual; à preparação e instalação do Centro de Integração e Desenvolvimento da Saúde do Trabalhador no Serviço Público Estadual – CID; à elaboração de Plano de Cargos e Salários e da matriz de capacitação para a Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde; à capacitação de agentes de treinamento do Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento da Companhia Estadual de Energia Elétrica.

Consultoria - Prestado, pela FDRH, consultoria a diversas áreas do Governo, são elas: ao Programa de Produção de Insumos para Construção de

Habitações de Interesse Social da Secretaria da Habitação e Superintendência dos Serviços Penitenciários; à Comissão de Saúde Ocupacional da Secretaria da Justiça e Segurança com vistas à análise parcial do projeto e detalhamento da capacitação da Comissão e Grupos de Saúde Ocupacional e à Assessoria Sindical da SARH, para elaboração de Plano de Cargos de Funcionários de Escola.

1.2.3- Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

A PROCERGS, durante a gestão passada, estava sendo encaminhada para a privatização, tendo sido nela introduzidos os preceitos da iniciativa privada. Isto fez com que a implantação da nova política de governo implicasse em um redirecionamento profundo na atuação da Companhia. Nesse sentido, a PROCERGS, no ano de 2000, desenvolveu uma série de projetos e ações de reorganização interna e de modernização e ampliação da informatização de setor público.

No âmbito interno, a Companhia passou por uma reestruturação organizacional, racionalizou o uso de instalações através do compartilhamento com outros órgãos do Estado, renegociou contratos com fornecedores visando à redução dos custos operacionais e realizou concurso público, a fim de substituir, a partir de 2001, o grande contingente de mão-de-obra terceirizada hoje existente .

O modelo tecnológico baseado em *mainframes* e plataformas proprietárias também foi redirecionado com ênfase para o uso de plataformas abertas e software livre. Nesse sentido, merecem destaque as ações, visando apoiar o uso de software livre na Administração Pública, tais como: a realização em Porto Alegre do Fórum Internacional de Software Livre e o desenvolvimento do Direto, o primeiro sistema de correio eletrônico corporativo desenvolvido nesse conceito e que deverá estar implantado em toda a Administração Pública em 2001.

Também, foram realizados investimentos na ampliação e modernização da infra-estrutura de informática do setor público que encontrava-se, tecnologicamente defasada. Face ao exposto, está sendo substituído o parque de terminais de vídeo, ainda existente, por microcomputadores e fazendo a migração das redes SNA de baixa velocidade para uma rede Internet Protocolo – IP - capaz de suportar o uso das novas tecnologias. Esse processo que vem sendo desenvolvido de forma gradativa deve estar concluído no ano de 2001 com a substituição total dos terminais e a implantação da REDE RS, uma rede única de telecomunicações a ser compartilhada por todos os órgãos da Administração Pública, trazendo melhoria na qualidade dos serviços e redução nos custos de telecomunicações.

No âmbito da Administração Pública, a PROCERGS está trabalhando lado a lado com outros órgãos do Governo no desenvolvimento de novos projetos de informatização, tais como: o de Monitoramento das ações de Governo-MAG, Gestão de Recursos Humanos do Estado, Modernização Fazendária, Informatização da Rede Escolar e o de Informatização das Delegacias de Polícia entre outros. Além disso, foram desenvolvidos, no ano 2000, novos projetos envolvendo a prestação de serviços públicos através da *internet*, tais como o Portal do Servidor Público, o Portal dos Advogados, e o de Atendimento a Contribuintes da Secretaria da Fazenda.

Merecem destaque especial os projetos *VIA EMPRESA* desenvolvido em parceria com a SEDAI e Associações Comerciais, que incentiva o uso da *internet* pelas Empresas Gaúchas, e o *VIA PÚBLICA* que prevê a criação de pontos de acesso Público a *Internet* para uso pela população. Ambos, implantados em 2000, devem sofrer expansão em 2001.

1.2.4- **Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas – CORAG**

A CORAG deu continuidade as ações de modernização do parque gráfico e qualificação dos recursos humanos, atuando ainda, em programas voltados para o emprego.

Indústria Gráfica - Ao longo do ano que passou, a CORAG avançou significativamente na recuperação do maquinário do parque gráfico. Em assim sendo, com todas as máquinas funcionando, foi construída uma relação comercial qualificada com as agências de propaganda e publicidade, sobretudo garantindo que a quase totalidade dos serviços gráficos do Estado passassem a ser executados na CORAG.

Realizado, também, concurso público para o preenchimento de 16 vagas, já contratadas, exclusivamente para área industrial, e que possibilitou criar um segundo turno no maquinário, mais produtivo.

Editora - No plano editorial, a CORAG desenvolve desde 1999, juntamente com a Assessoria de Imprensa do Gabinete do Governador, uma proposta que objetiva selecionar os temas estratégicos para o Governo do Estado e as demandas editoriais dos diversos órgãos e hierarquizá-las no contexto estratégico; utilizar o potencial editorial da Empresa para solucionar tais demandas, por conta própria ou em parcerias com editoras universitárias ou outras instituições não governamentais. Essa proposta vem sendo implementada, gradativamente, tendo já resultado na publicação de cinco livros e uma revista mensal de cultura, a revista VOX.

Informatização - No ano de 2000, os projetos na área de informática se concentraram nas aplicações para *internet*. O *site* da CORAG passou a oferecer serviços que estão em constante expansão: publicação e acompanhamento dos editais das licitações; venda de assinaturas pela *internet*; catálogo de publicações com a possibilidade de e-commerce; publicações eletrônicas (revista VOX), consultas; *link* de acesso à Rede Governo/*Internet*. Assim como, promoveu a implantação de uma infraestrutura de comunicação com os principais órgãos do Governo para recebimento eletrônico de matérias destinadas à publicação; lançamento do caderno eletrônico da Justiça Federal, totalmente computadorizado; e o reaparelhamento operacional, promovido mediante o aumento, em 25%, do número de microcomputadores de última geração, no valor de R\$ 50 mil.

Função Social da Empresa – Incrementando sua função social relevante de empresa pública, no exercício que passou, a CORAG, qualificou ainda mais o Programa de Qualificação Profissional dirigido a jovens em risco social. Para tanto, integrou-se ao Programa Qualificar/RS e desenvolveu um protocolo de intenções com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; FEBEM/RS, UFRGS e a Fundação Solidariedade de Formação e Capacitação de Trabalhadores, objetivando à inserção no Programa Primeiro Emprego e formação de alternativas concretas de trabalho e geração de renda para àqueles jovens.

1.3- SECRETARIA DA FAZENDA – SEFA

Durante o ano de 2000, a atividade de maior envolvimento da Secretaria da Fazenda foi a de construir, em conjunto com a sociedade, uma proposta de alteração da atual Matriz Tributária que contemplasse mecanismos de proteção à economia gaúcha, redução de impostos para produtos de consumo popular e uma ampliação de receita capaz de sustentar as políticas públicas necessárias para melhorar a condição de vida dos gaúchos. Para elaborar tal proposta em conjunto com a população, foram realizadas apresentações do tema em todas as Assembléias Regionais do Orçamento Participativo, nas reuniões do Fórum Democrático e da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, aos sindicatos e associações de classe, prefeitos e secretários municipais de fazenda. A partir das contribuições vindas desses diversos setores, quando compatíveis com o projeto de desenvolvimento econômico do nosso Estado e com o Programa de Governo, novos elementos foram sendo agregados à proposta, que foi encaminhada à Assembléia Legislativa. Apesar de não ter a aprovação da maioria dos deputados, o debate sobre a alteração da Matriz Tributária elevou o grau de conscientização da população sobre as formas de financiamento do estado, que se dá preponderantemente pela tributação.

Além disso, a Secretaria da Fazenda continuou trabalhando em medidas de aumento das receitas estaduais, de racionalização da despesa e da adequação da Dívida Pública à real capacidade de pagamento do Estado.

Visando qualificar o atendimento ao contribuinte e modernizar os métodos de gestão, foram adotadas diversas medidas, das quais se destacam as seguintes:

- Instalação e ampliação de 29 redes de informática, contemplando 22 novos municípios no interior;
- Ampliação dos serviços prestados por Auto-Atendimento Eletrônico via Internet ao contribuinte, como Transferência de Saldo Credor, Conta Corrente Fiscal e disponibilização de formulários;
- Disponibilização às Prefeituras, via Internet, de acesso a consultas ao CADIN (Cadastro de Inadimplentes), da previsão de valor e data de repasses constitucionais, do índice de participação dos municípios na arrecadação do ICMS (provisório e definitivo) e do perfil econômico e tributário do município;
- Disponibilização às Prefeituras de software e treinamento do SITAGRO (sistema de digitação das Notas Fiscais de Produtor) que permite o controle e o acompanhamento pela Prefeitura de toda a produção primária do município, especialmente as operações que geram Valor Adicionado e influem no índice de participação dos municípios.

No que tange ao incremento da receita, além das atividades já iniciadas no ano anterior, durante o ano de 2000 foram desenvolvidas várias ações, entre as quais se destacam:

- O Programa EM DIA, principal ação de cobrança dos devedores em 2000, teve uma adesão de 4.691 empresas e um volume negociado de R\$ 530 milhões;
- O incremento da ação fiscal, o qual, em conjunto com as melhorias de fluxo e sistema implantados em 2000, gerou uma diminuição do índice de Contribuintes que não entregam a Guia Mensal de Informação e Apuração do ICMS (GIA), de 16,5% em 1999 para 7,1% em 2000;

➤ A ampliação do Projeto Barreiras com a inclusão de novas mercadorias sujeitas à cobrança do ICMS nos Postos Fiscais na entrada no Rio Grande do Sul, fez aumentar o número de recolhimentos nestes postos de 73.952 em 1999 para 913.095 em 2000.

Já no que diz respeito à racionalização da despesa, durante o ano de 2000, tiveram seqüência os projetos iniciados no ano anterior, que contemplam a implantação de novos sistemas, como o de Contratos de Serviços Terceirizados. Além disso, houve avanços na construção de um novo projeto de Recursos Humanos, que inclui melhorias nos processos de Folha de Pagamento. Quanto à adequação do pagamento da Dívida Pública à real capacidade de pagamento do estado, as negociações com o Governo Federal, realizadas durante o ano produziram como resultados a inclusão de outras dívidas no conceito intralimite e a redução da penalização pela não privatização do BANRISUL.

1.3.1- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – BANRISUL

No ano 2000, a partir de um processo de planejamento participativo, o BANRISUL planejou e executou um conjunto de ações que visam garantir a conjugação de sua dupla natureza, ou seja, fortalecer-se como banco comercial, nunca perdendo de vista seu caráter público, caracterizando-se como instrumento de realização dos projetos de desenvolvimento econômico e social do Governo do Estado.

Nesse sentido, foi implementado o Programa de Expansão e Racionalização da Rede de Agências, que visa, além da racionalidade na distribuição de agências, eliminado sobreposições, estender a atuação do Banco a municípios desassistidos em termos de serviços bancários. No ano 2000, foram criadas nove agências e, racionalizado o funcionamento de outras onze agências, que apresentavam sobreposição de mercados.

Na linha da qualificação do atendimento, o BANRISUL aprofundou a utilização de recursos tecnológicos, através de serviços como BANRIFONE, AGÊNCIA VIRTUAL e BANRICOMPRAS.

No ano 2000, o Banco buscou a democratização do acesso ao crédito, de modo a apoiar os micro, pequenos e médios empreendimentos urbanos e rurais, além de programas votados à pessoa física. Destacam-se os seguintes programas de crédito:

- Projeto Educador 2000, voltado à aquisição de computadores e equipamentos de informática por professores e funcionários da rede pública estadual de ensino;
- Credifácil Funcionário Público, destinado a concessão de empréstimos aos servidores públicos;
- No setor agrícola, o Banco disponibilizou cerca de R\$ 75 milhões para financiamento das safras de inverno e de verão, beneficiando aproximadamente 10 mil produtores;
- Merece destaque, também, a atuação do BANRISUL na 23ª Expoleite e na Expointer 2000, ocasiões em que foram disponibilizados aproximadamente R\$ 5 milhões, em recursos próprios e repasses do Finame, BNDES, Pronaf e Pró-Leite.

Além disso, na área do mercado financeiro, o Banco qualificou a operação dos fundos de investimento, com destaque para o lançamento dos fundos *Top*, *Muti FAQ* e *Super Barricap*.

2- ÁREA ECONÔMICA

2.1- SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA

No ano de 2000, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e suas vinculadas dedicaram-se a implementar programas e projetos que impulsionarão o Estado do Rio Grande do Sul rumo ao desenvolvimento rural sustentável com participação popular.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento realizou despesas da ordem de R\$ 212 milhões no ano de 2000, em torno de 50% do total desta execução foram em Investimentos e Outras Despesas de Capital, o que significou benefícios diretos aos agricultores do Estado, através de financiamentos ou mesmo investimentos em obras e serviços para as comunidades rurais.

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL participou de forma integrada a política governamental, aplicando mais de R\$ 143 milhões de crédito rural, sendo 74% em custeio agrícola e no Empréstimo de Comercialização BANRISUL, e o restante em Investimentos. Esses recursos beneficiaram mais de 23 mil famílias, quase que na sua totalidade de agricultoras e agricultores familiares.

A SAA também se dedicou ao enfrentamento de adversidades, procurando combater os efeitos de uma das piores estiagens nos últimos tempos, onde foram atingidos 162 municípios gaúchos, quase que na sua totalidade, dependentes da agricultura. Foram aplicados, através do RS Rural Especial – Combate aos Efeitos da Estiagem, um montante aproximado de R\$ 26 milhões, beneficiando 37 mil famílias de agricultores. No combate a Febre Aftosa, foram aplicados em torno de R\$ 6,5 milhões em indenizações e medidas de recuperação econômica e social da região de Jóia.

Fortalecimento da Agricultura Familiar - A agricultura familiar, devido à sua importância nos contextos econômico, cultural e social, é prioridade para o Governo do Estado. Os investimentos nos programas a seguir descritos visam garantir a permanência de agricultores no campo, produzindo alimentos, gerando e distribuindo riqueza em suas localidades.

➤ RS Rural – Em 2000 foram aprovados projetos que beneficiam 20 mil famílias entre agricultores(as), pescadores(as), assentados(as) e indígenas, no valor total de recursos de R\$ 27,4 milhões.

A constituição dos Conselhos Municipais do Programa assegurou a participação da comunidade organizada nas decisões sobre o direcionamento dos recursos e deu condições para que os projetos do Programa se inserissem em um contexto de planejamento estadual e regional, possibilitando a integração das ações do Governo.

➤ Agroindústria Familiar/Sabor Gaúcho – O Programa Estadual de Agroindústria Familiar possibilita aos agricultores familiares formas de agregação de valores ao seu produto, o que permite melhoria na renda e nas condições gerais de suas famílias e comunidades.

Em 2000, foram implementadas medidas como a utilização da nota do

produtor para comercialização do produto industrializado, simplificação para licenciamento ambiental, mudança na legislação sanitária animal, criação do selo Sabor Gaúcho e instalação de central de embalagens na CEASA/RS, que estão facilitando a implantação e garantindo competitividade para formalização de pequenas agroindústrias.

Foram financiados 30 projetos de agroindústrias familiares no valor de R\$ 1,06 milhão sendo 54,93% com recursos do PRONAF e 45,07% com recursos do FEAPER, beneficiando 378 famílias e foi constituída a Central de Embalagens, com a disponibilização de R\$ 300 mil via Fundo Estadual de Apoio a Pequenos Empreendimentos Rurais – FEAPER para capital de giro.

➤ Programa de Apoio a Novos Produtos Agropecuários – PANPA tem como objetivo incentivar e possibilitar a criação de novos produtos, bem como a busca de novos mercados e canais de comercialização para a agricultura familiar, os assentamentos de reforma agrária e os pescadores artesanais.

As ações se concentraram nas regiões Sul, Alto e Médio Uruguai, Planalto e Litoral Norte, o Programa englobou quatro eixos: 1) elaboração de diagnósticos regionais; 2) contratação de projetos de análise e pesquisa de mercado como consultoria em apoio em Marketing para 47 agroindústrias familiares envolvendo 3,3 mil famílias no valor de R\$ 109 mil; 3) contratação de projetos em tecnologia de alimentos e processos de produção com destaque para o processamento de resíduos agroindustriais e de pescado, que beneficiará diretamente 1,8 mil famílias com recursos de R\$ 80 mil; 4) o Programa envolveu ações de financiamento direto, totalizando R\$ 236 mil e beneficiando 1,7 mil famílias. Destaca-se o apoio a feiras agroecológicas e revitalização de espaços de comercialização da cebola e do pescado.

Foi dado apoio na divulgação de produtos das agroindústrias familiares nos seguintes eventos: EXPOINTER, EXPOLEITE, EXPOAGAS e lançamento da UNISUPER, envolvendo 20 agroindústrias, cerca de 250 famílias.

➤ Seguro Agrícola – O Seguro garante aos agricultores, subsídio em 50% do valor do prêmio daqueles que contratarem o seguro para suas lavouras, além de oferecer um sistema de fácil contratação, foi implantado em 101 municípios das regiões que demandaram o Programa no Orçamento Participativo Estadual, para a cultura do milho, tendo sido formalizados 65 contratos.

➤ Novo Troca-Troca de Sementes – Este programa foi reformulado para estimular o uso de insumos mais adequados à agricultura familiar e aumentar o controle público sobre sua distribuição.

Em 2000 foram garantidas as sementes de milho através do Programa Troca-Troca de Sementes para mais de 170 mil famílias de agricultores familiares do RS. Foram executados aproximadamente R\$ 12 milhões na iniciativa. Além disto, iniciou-se um trabalho de diversificação do Programa, atuando na distribuição de sementes de cebola, que beneficiou em torno de mil famílias na região de São José do Norte, Mostardas, Rio Grande, e Tavares, também foram distribuídas sementes de girassol.

Para financiamento da safrinha, foram garantidos 326 mil Kg de sementes de milho, beneficiando 8,1 mil famílias.

➤ Infra-Estrutura Social no Campo – Foram perfurados 95 poços profundos de forma a garantir o suprimento de água para consumo humano e executados R\$ 3,7 milhões na compra de máquinas agrícolas que são repassadas para as comunidades agrícolas através de contrato.

➤ Formação de Agricultores - Iniciou-se de forma mais abrangente a política de formação de agricultores e técnicos da SAA. Nesta área foram aplicados em torno de R\$ 900 mil, beneficiando em torno de 10 mil agricultores, através da EMATER e ONG's.

➤ Crédito para Agricultura Familiar- O BANRISUL viabilizou, durante o ano de 2000, aproximadamente R\$ 27 milhões, desses, um montante aproximado de R\$ 21 milhões beneficiaram em torno de 10.464 famílias pelo Pronafinho. O Custeio Agricultura Familiar BANRISUL – CAFAB aplicou para Agricultura Familiar ao redor de R\$ 8 milhões, beneficiando mais de 3 mil famílias.

➤ Reforma Agrária - Atualmente, no Rio Grande do Sul, apenas 1,8% dos estabelecimentos rurais ocupam 41,7% da área agrícola. Isso significa que somente 7.850 famílias detêm quase a metade das terras do Estado (nove milhões de hectares), enquanto outras 422 mil famílias dividem a outra metade.

O modelo de reforma agrária do Governo Gaúcho prevê pólos regionais de desenvolvimento, através da implementação de assentamentos em áreas próximas, possibilitando que os investimentos beneficiem um maior número de pessoas e envolvendo os demais agricultores e as comunidades do entorno.

➤ Aquisição de terras para assentamentos - No ano de 2000, o Estado realizou a aquisição de 28,6 mil hectares de terras para assentamento, além de regularizar terras devolutas. Foram disponibilizadas terras para assentamento de 2.189 famílias, em conjunto com o INCRA.

➤ Crédito para assentamentos – Foram concedidos financiamentos para instalação de famílias assentadas e reassentadas, destinados a moradias, galpões e geração de renda em atividades agrícolas como reflorestamento, fruticultura irrigação e produção de leite, totalizando recursos da ordem de R\$ 7,6 milhões e, através do FEAPER Foi concedido financiamento de agroindústria familiar no valor de R\$ 83 mil beneficiando 27 famílias.

Através do Programa Troca-Troca de Sementes foram fornecidos, sob forma de crédito, 88.840 kg de sementes de milho e 1.850 kg de sementes de girassol para 2,2 mil famílias com recursos de 124,5 mil.

➤ Indenizações – Foi dado início ao pagamento de indenizações às famílias de agricultores que ocupavam terras situadas em áreas indígenas Kaingang de Serrinha e Monte Caseiros, nesta primeira etapa foram beneficiadas 32 famílias. O valor total das indenizações é de R\$ 160 mil referentes a 95,11 hectares, abrangendo os municípios de Ronda Alta, Muliterno, Engenho Velho e Constantina.

➤ Ações de infra-estrutura – Através do programa de infra-estrutura social no campo foram perfurados 82 poços profundos em assentamentos, beneficiando 1.420 famílias, construídos 223,40 km de vias de acesso, beneficiando 350 famílias e executadas obras de drenagem e irrigação envolvendo 28.570 m³ de terra, beneficiando 120 famílias.

➤ Povos Indígenas – Foram aprovados projetos integrados com ações de manejo de recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura através do Programa RS Rural, no valor total de R\$ 1,3 milhão, beneficiando 2.091 famílias indígenas, também foram fornecidas 58.700 kg de sementes de milho, no valor aproximado de R\$ 83 mil, beneficiando 2.935 famílias e 24.000 kg de semente de feijão, no valor de R\$ 36 mil, beneficiando 1.200 famílias.

➤ Agroecologia - Foram feitos investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico, qualificação da assistência técnica e extensão rural, combate aos transgênicos e apoio para a agroecologia.

Entre os convênios destacam-se os destinados a monitoramento e pesquisa ambiental no valor de R\$ 1,6 milhão, Entre outros convênios destacam-se ainda, a realização de pesquisa em piscicultura; plantas medicinais, orquídeas e plantas nativas; o plantio de 50 mil mudas em rodovias gaúchas; a ativação da produção de vacina anti-rábica e a produção de mudas florestais, frutíferas, semente de milho, feijão, plantas forrageiras entre outras.

➤ Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico- Foram assinados contratos e convênios no valor aproximado de R\$ 4 milhões para realização de pesquisas e estudos especiais voltados ao desenvolvimento da agricultura com ênfase na agroecologia. Estes projetos serão financiados através do programa RS Rural e terão como executores universidades (UFRGS, UNIJUÍ e FURG), entidades públicas (FEPAGRO e EMBRAPA), entidades privadas (FUNDACEP, ONG's e Cooperativas).

➤ Manejo Ecológico do Solo – Este programa foi criado para corrigir a fertilidade do solo, com crédito subsidiado destinado a pequenos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, organizados em grupo. Além do financiamento os agricultores recebem assistência técnica. No ano 2000, foram liberados em torno de R\$ 3 milhões, via BANRISUL, beneficiando aproximadamente 3 mil famílias.

➤ Transgênicos – Objetivando preservar a saúde pública e o meio ambiente, evitar o monopólio de sementes pelas multinacionais e abastecer o exigente mercado europeu com produtos mais saudáveis, entre outros, o Governo do Estado, requereu a condição de território livre de transgênicos.

➤ Crédito para a Agroecologia - O Programa Rio Grande Ecológico disponibilizou R\$ 500 mil em linhas de financiamento de investimento a juro zero, através do FEAPER, para apoiar iniciativas voltadas à transição agroecológica.

➤ Comercialização de Produtos Agroecológicos - Foi aberto na CEASA/POA espaço para comercialização de produtos agroecológicos, beneficiando 300 famílias.

Assistência Técnica e Extensão Rural - Na busca da implantação de um projeto ecologicamente sustentável e socialmente justo, a Secretaria deu continuidade a uma assistência técnica e extensão rural com ênfase na implementação de uma nova matriz tecnológica para o Estado, através da EMATER.

Em 2000, realizaram-se cursos preparatórios voltados para os professores de escolas agrícolas e a capacitação de técnicos de campo com a contratação de novos técnicos tendo sido realizado o Primeiro Seminário Internacional de Agroecologia.

Foi lançado o Programa Rio Grande Ecológico que tem por objetivo, estimular ações no campo de formação da produção, agroindustrialização e comercialização de produtos ecológicos e elaborados mais de 130 mil projetos de financiamento rural.

Na extensão rural ainda destacam-se:

- 3.821 atendimentos a campo, 7.243 atendimentos nos escritórios, totalizando uma área abrangida de 740.797 hectares, sendo que a área média plantada do Estado é de 950 mil hectares;
- análise de 2.519 amostras de solos e 6.238 amostras de sementes;
- na área topográfica foram feitos levantamentos plani-altimétricos em 2.460 hectares; nivelamento de 290 km de canais e nivelamento de 28,3 km de drenos, beneficiando uma área de 84.580 hectares;
- instalação de 30 unidades em 28 Núcleos de Apoio Técnico -NATEs, dentro do Projeto de manejo adequado da lavoura de arroz irrigado;
- unidades de Apoio à Pesquisa: implantação e acompanhamento de ensaios regionais de pesquisa, em Uruguaiana, Torres, Cachoeira do Sul, Santa Vitória do Palmar, Camaquã e Dom Pedrito;
- realização de cursos de informática para quinze servidores do interior, e treinamento de informática básica para técnicos do interior;
- distribuição de 35.000 sacos de semente básica, através do Programa Semente de Qualidade;
- foram realizadas 164 reuniões, 30 palestras, 22 dias de campo, 8 excursões e participação de 9.576 agricultores.

Sistemas Agroindustriais - Foi apresentado à sociedade o Programa de Desenvolvimento dos Sistemas Agroindustriais do RS – Agregar RS, que contempla o conjunto de iniciativas, como crédito, assistência técnica, pesquisa e acesso a mercados para beneficiar agricultores, cooperativas, indústria e consumidores de produtos de origem animal e vegetal gerados em nosso Estado.

O BANRISUL aplicou R\$ 76 milhões nas cadeias produtivas, sendo R\$ 70 milhões em custeio agrícola, beneficiando 8.704 famílias e R\$ 6,3 milhões em investimentos voltados ao meio rural.

- Vitivinicultura – Houve a implementação do Laboratório de Enologia em Caxias do Sul com recursos da ordem de R\$ 1,3 milhão e desenvolvimento de projetos de qualificação para o setor que beneficiaram 16.000 famílias de viticultores, com geração de mais de 10.000 empregos diretos na região produtora. Para esses projetos foram disponibilizados R\$ 54 milhões. Tem destaque 298 operações com investimentos

de R\$ 2,6 milhões, para 81 projetos oriundos de 18 municípios não tradicionais na vitivinicultura. O BANRISUL financiou com crédito de curto prazo R\$ 7 milhões em custeio e Empréstimo de Comercialização Banrisul – ECB.

➤ Milho na Várzea – Uma ação conjunta envolvendo a Secretaria e suas vinculadas com apoio técnico do Centro de Pesquisa Agropecuário de Clima Temperado da EMBRAPA/Pelotas e a disponibilização de linhas de financiamento via BANRISUL, está ampliando a área cultivada por milho no Estado do Rio Grande do Sul. Estima-se 7.000 ha de área plantada.

➤ Trigo - O Governo está promovendo a revitalização da cultura do trigo no Estado. Através do BANRISUL aplicou aproximadamente R\$ 9 milhões em recursos para custeio e comercialização da lavoura. Para a Safra 2000, foram disponibilizados em torno de R\$ 5 milhões para cooperativas e empresas do setor.

Defesa Sanitária Vegetal: As ações desenvolvidas na defesa sanitária vegetal tem como objetivo a promoção do aumento sustentável da produtividade agrícola e a qualidade de seus insumos e produtos. São realizadas as atividades de certificação, fiscalização e inspeção de mudas, agrotóxicos, produtos enológicos e da fitossanidade em geral, bem como o fomento florestal.

➤ Sementes e Mudanças: Foram certificadas 8.500 amostras de sementes, realizadas 610 inspeções de campo para produção de sementes certificadas e fiscalizados 996 estabelecimentos responsáveis pela produção e comércio dessas sementes.

➤ Fitossanidade e Agrotóxicos: A Vigilância Sanitária Vegetal sempre atuou no Estado no sentido de assegurar que as diversas cadeias produtivas se constituíssem em zonas livres de pragas quarentenárias. As principais ações desenvolvidas em 2000, neste tema específico concentram-se em torno de inspeções fitossanitárias em 140 viveiros de mudas, a realização de 03 barreiras fitossanitárias interestaduais e/ou intermunicipais e fiscalização de 29 estabelecimentos beneficiadores de frutas e indústrias de sucos e subprodutos.

➤ Controle de Agrotóxicos - As atividades de controle, fiscalização e inspeção de estabelecimentos comerciais de agrotóxicos resultaram em 387 notificações, 244 termos de inspeção e abertura de 242 processos administrativos originados de autos de infração e apreensão e depósito.

➤ Outras atividades de inspeção e fiscalização – Foram realizadas ainda 389 ações de inspeção e fiscalização do cadastro vitícola, coletadas 1.820 amostras para fins de análises laboratoriais e emitidas 16.868 guias de livre trânsito – circulação de vinhos e derivados.

Defesa Sanitária Animal: se destacam a erradicação do foco de febre aftosa em Jóia, para manutenção dos *status* de Área Livre de Febre Aftosa, que permite a comercialização de produtos de origem animal e trânsito de animais vivos entre outros estados e outros países. Também foram realizadas ações de vigilância de trânsito e educação sanitária na região de Quaraí, para impedir o alastramento do foco de febre aftosa ocorrida no Município de Artigas, Uruguai.

As metas do Programa de Erradicação de Peste Suína Clássica foram cumpridas tendo sido coletado soro para confirmação da inexistência de atividade viral, que será utilizada para reconhecimento internacional de Zona Livre de Peste Suína Clássica.

Objetivando garantir as ações desenvolvidas pelo setor foi constituído o Fundo de Sanidade Animal.

➤ Carne de qualidade – No ano de 2000, teve continuidade o Programa Carne de Qualidade, que conta com 84 estabelecimentos beneficiados, entre frigoríficos/abatedouros e distribuidores, gerando um benefício para empresas de R\$ 18 milhões.

➤ Protocolo Mercosul - Foi assinado Termo de Acordo - Protocolo MERCOSUL, entre o Governo do Estado e a Empresa Frigorífico Mercosul Ltda. que está reativando a planta onde antigamente funcionava o Frigorífico Rio Pel. Neste acordo a Empresa compromete-se a gerar, em 18 meses, 800 novos postos de trabalho diretos, bem como prestar assistência técnica aos seus fornecedores “produtores rurais”, dentro de uma lógica de contratualização. Por outro lado, o Estado concede benefício e incentiva a exportação de carne bovina.

➤ Suinocultura – O Governo disponibilizou R\$ 1,14 milhão para produtores de suínos que firmaram protocolos através do Programa Pró-Produtividade Agrícola. Está em negociação com Uruguai e Santa Catarina - abertura das fronteiras para carne suína.

➤ Eventos - O Governo do Estado, em parceria com a Associação do Gado Holandês, Gado Jersey, FECOAGRO, OCERGS, realizaram a 23ª Expoleite e 1ª Expocoop e Expoutono com a participação de 76 cooperativas pertencentes ao sistema FECOAGRO/OCERGS e comparecimento de 97 empresas e 24 prefeituras.

➤ EXPOINTER 2000 - No ano 2000, foram vendidos 1.469 animais, movimentando ao redor de R\$ 2 milhões tendo a exposição sido visitada por mais de 367 mil pessoas, tendo ainda, sido realizada a segunda edição da EXPOINTER Debate, com temas relacionados aos sistemas agro-industriais, como a produção de milho, a sanidade animal e o desenvolvimento da lavoura arrozeira. O BANRISUL disponibilizou R\$ 1,4 milhão nas 34 feiras e exposições agropecuárias durante o ano de 2.000.

RECOOP (BANRISUL/BRDE) - O empenho do Governo do Estado em apoiar as cooperativas gaúchas através do BANRISUL e BRDE resultou na assinatura de contratos de refinanciamento de dívidas e novos recursos na ordem de R\$ 9 milhões para 5 cooperativas que, somadas, representam aproximadamente 30 mil agricultores. Estão sendo beneficiadas setores como leite (Cosulati – Zona Sul do Estado), suínos (Cotrigo, Cotrel e Cosuel). Ainda estão em fase de análise mais de 10 cooperativas agropecuárias.

Enfrentamento das Adversidades – Em 2000, a SAA enfrentou com êxito os problemas provenientes da estiagem e do aparecimento da febre aftosa no Estado:

➤ Operação Seca – RS Rural Especial - Uma das piores estiagens verificadas nos últimos tempos atingiu 162 municípios, quase que na sua totalidade dependentes da agricultura. Através do Programa RS Rural Especial – Combate aos Efeitos da Estiagem, foram aplicados R\$ 25,9 milhões em ações como perfuração de poços, proteção de fonte, rede de água, construção de açudes, irrigação e custeio agrícola, beneficiando até o momento 37 mil famílias de pequenos agricultores;

➤ Aftosa – O Governo comprometeu R\$ 6,5 milhões com o combate da febre aftosa no Estado. Foram pagos R\$ 3,9 milhões, relativo às indenizações e renda mensal para quase a totalidade das 563 famílias que tiveram animais sacrificados. Quanto à renda mensal para quem não teve animais abatidos e deixou de comercializar leite devido ao vazio sanitário foram pagas três parcelas, totalizando R\$ 330 mil, beneficiando cerca de 170 famílias.

Ainda, relativo as principais ações desenvolvidas, foram distribuídas 1.862 cestas básicas para as famílias nos Municípios de Jóia, Eugênio de Castro e Tupanciretã, sendo que a Defesa Civil também providenciou materiais para manutenção da operação (material hidráulico e elétrico).

O Programa Troca-Troca de Sementes de Milho, disponibilizou 33.600 kg de sementes certificadas, beneficiando 840 famílias tendo sido feito doação das sementes para as famílias que tiveram os animais sacrificados.

O Programa RS Rural liberou R\$ 169 mil, beneficiando 376 famílias da zona de emergência sanitária e o Programa Infra-Estrutura Social no Campo encaminhou máquinas e implementos agrícolas, para os municípios da zona sanitária. Foram adquiridos pela Secretaria da Agricultura animais sentinelas - animais altamente sensíveis ao vírus da aftosa - para comprovar a inexistência do mesmo nas propriedades que passaram pelo vazio sanitário. 251 bovinos foram colocados em Jóia, representando o valor total aproximado de R\$ 97 mil.

O Governo do Estado, ainda, deslocou mais de 600 servidores públicos de diferentes órgãos nas ações emergenciais de combate a aftosa e está em negociação com o Uruguai e Santa Catarina a abertura da fronteira para a carne suína fechadas por ocasião do surto da doença.

Convênio com o MAA – O Convênio entre o MAA e SAA para ações da sanidade animal e vegetal, elaborado no ano de 1999, teve seu termo aditivo viabilizado em 2000.

O convênio foi executado na sua integralidade, viabilizando investimentos em veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos para fortalecimento dos mecanismos de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, totalizam recursos da ordem de R\$ 1,6 milhão, sendo R\$ 1,2 milhão por parte do Ministério e R\$ 375,5 mil de contrapartida da Secretaria da Agricultura.

2.1.1- Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA

Em 2000, houve a reestruturação do Instituto, com prioridade para o atendimento dos agricultores familiares.

Na área de pesquisa, foi lançada a variedade IRGA 421, de ciclo precoce, com o objetivo de controle de arroz vermelho e preto. No sentido de ampliar e regionalizar as pesquisas, foram implantadas duas novas sub-estações experimentais em Rosário do Sul e Camaquã.

O Instituto implementou a Lavoura Solidária: aval solidário para contratação do custeio da safra junto ao BANRISUL, através do Troca-Troca de Sementes de Arroz. O aval solidário é um dos novos mecanismos de garantia para a Agricultura Familiar com fundos garantidos e crédito. Os pequenos produtores passaram a ter acesso a financiamentos, sem prejuízo das operações tradicionais. A democratização do crédito beneficiou um número maior de clientes e reduziu os riscos devido a maior pulverização das operações.

Foram realizados quatro dias de campo na área experimental, uma na Estação Experimental de Cachoeirinha e outras três nas subestações do interior do Estado. No que diz respeito à orizicultura, foi realizado o Diagnóstico da Pesquisa de Arroz Irrigado no Estado e, objetivando divulgar técnicas e discutir problemas do setor, houve a realização de dias de campo pela Área de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER.

2.1.2- Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA

No intuito de dar seqüência às ações em segurança alimentar, a CEASA vem realizando uma série de iniciativas, seja na continuação de ações desenvolvidas no ano de 1999, seja na implantação de novas ações que vise atender as demandas dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e pescadores artesanais, público prioritário das ações da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Em 2000, foram realizadas as seguintes atividades:

- Cidadania Alimentar – ação, em parceria com a Secretaria da Saúde, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Secretaria da Educação, visa fornecer complementação alimentar, beneficiando 54 mil crianças, gestantes, portadores de HIV positivo e idosos em situação de vulnerabilidade social;
- Qualificação do monitoramento: para avaliação da qualidade dos hortigranjeiros comercializados, beneficiando 30% dos consumidores de hortigranjeiros do Estado;
- Recuperação da estrutura: Reforma estrutural de pavilhões do complexo de Porto Alegre, ampliando os índices de ocupação;
- Investimentos nas Centrais de Comercialização: em Caxias do Sul, Seberi e Santa Cruz do Sul;
- Implantação do projeto-piloto de merenda escolar ecológica: em São Lourenço do Sul, beneficiando 636 alunos da rede estadual no Município;
- Central de Compras: apoio da CEASA à formação de redes de pequenas e médias empresas varejistas que concentram seus pedidos em centrais de compras, o que permite negociações em grandes volumes;
- Produção e comercialização programada: grupo de 50 famílias beneficiadas no Município de Pelotas na produção de tomate;

➤ Banco de Alimentos: combate ao desperdício de alimentos e minimização dos efeitos da fome, através do recolhimento de alimentos não comercializados no Complexo CEASA/POA.

O Programa já beneficiou desde o seu início até o outubro/2000, em média de 341, diretamente, e 50 entidades;

➤ Medidas para escoamento de safras: medidas voltadas a setores como a cebola e batata, beneficiando 117 famílias nos Municípios de Ibiraiaras, São José do Norte e Tavares;

➤ Troca-Troca de Sementes de Cebola: viabilização do repasse de recursos necessários para a compra de sementes certificadas de cebola, beneficiando 525 famílias nos Municípios de Mostardas, Rio Grande, São José do Norte e Tavares;

➤ Sistema de Informação: qualificação das rotinas de coleta, processamento, análise e disponibilização de informações;

➤ Central de Embalagens: ação, em parceria com o Departamento de Agroindústria, Cooperação e Comercialização – DACC, que visa à compra e venda de insumos para a agroindústria familiar, beneficiando 30.000 famílias da Agroindústria Familiar em todo o Estado.

2.1.3- Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA

A Companhia, dando seguimento a sua política de reestruturação e apoio à comercialização, desenvolveu as seguintes atividades voltadas para garantir a soberania alimentar:

➤ Estoques reguladores: A reestruturação da Empresa e o reaparelhamento operacional através de investimentos garantiu uma continuidade à política de apoio à comercialização com operações de compra e venda de grãos, proporcionou melhorias nas regiões caracterizada pela presença de pequenos agricultores, e uma situação econômica favorável na empresa. Na estocagem dos grãos armazenados, a Empresa apresentou um crescimento de 43% em relação ao ano de 1999 e, uma melhoria de 30% da receita operacional do exercício.

O credenciamento junto a Companhia Nacional de abastecimento – CONAB providenciado em 1999, representa atualmente 61% do estoque total da CEASA.

➤ Armazenagem e Silagem: Foram realizados convênios com associações de produtores de pequenas cooperativas na operação e comercialização das safras e procedido o armazenamento e distribuição de sementes de milho e feijão para as cooperativas de pequenos produtores e povos indígenas.

A Empresa procedeu o recebimento e beneficiamento de forma segregada, sob controle de qualidade, de produtos (soja) geneticamente não modificados.

2.2- SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT

A amplitude e complexidade de uma política de ciência e tecnologia não pode ser simples e unívoca, mas deve envolver um amplo conjunto de ações. Durante o ano de 2000, mereceram destaque as ações desempenhadas com vistas a ampliar a capacidade inovativa em segmentos do setor produtivo e da sociedade, através do investimento em projetos científicos e tecnológicos, tendo como pressuposto a

articulação entre os setores de pesquisa, produção e governo. Nesse sentido, destacamos as seguintes ações:

Rede de Cooperação Internacional - A Cooperação Internacional é uma das importantes ferramentas no âmbito da política de C&T. Através dessa, procuramos aproximar instituições internacionais com excelência em determinados campos do conhecimento, com o objetivo de propiciar a troca de experiência com instituições do Estado a fim de alavancar o processo inovativo. Dentre às várias ações em andamento e aquelas que serão relatadas no âmbito de cada projeto, destacaram-se as seguintes:

➤ assinatura de duas cartas de intenções com instituições do Uruguai, uma com o Laboratório de Tecnologias do Uruguai (LATU), objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas na área agroindustrial e outra com o Instituto Nacional de Vitivinicultura do Uruguai (INAVI) para gestionar ações na melhoria da produção vinícola, através da troca de experiências nas metodologias de reconversão e expansão de vinhedos, pesquisas para o combate de doenças e viroses de videiras e para o planejamento e gestão das atividades vitivinícolas;

➤ a partir de articulações com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Ministério das Relações Exteriores, foi viabilizado em parceria com a FEDERASUL, a realização da XXIII RECYT-Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL, em Porto Alegre. A referida reunião contou com mais de 30 delegados dos países membros e subsidiou a reunião da Cúpula e dos Ministros do MERCOSUL na realização das discussões políticas sobre a agenda comum em Ciência e Tecnologia;

➤ missão técnica para Hannover, com vistas a viabilizar a instalação de uma Indústria de MDF (*Medium Density Fiberboard*) para o Estado, tendo em vista que trata-se de um dos gargalos tecnológicos do setor Moveleiro;

➤ acordo de cooperação científica e tecnológica com a Baviera para a Ampliação da Declaração Conjunta Relativa a Colaboração na Área de Proteção Ambiental.

Apoio à Formação de uma Rede de Base Tecnológica de Empresas Fornecedoras para o Setor do Petróleo - O Estado do Rio Grande do Sul conta com um conjunto considerável de fornecedores de equipamentos e serviços para a cadeia de petróleo e gás natural, concentrados, na sua maior parte, na Região da Serra e Região Metropolitana. Com o objetivo de qualificar e promover a inovação tecnológica do setor, com vistas a ampliar a comercialização de produtos e serviços e, conseqüentemente, gerar novos empregos no Rio Grande do Sul, a SCT, em parceria com estes fornecedores e os principais centros e institutos de pesquisa do Estado, criou a Rede Petro/RS que conta, atualmente, com mais de 110 empresas e de aproximadamente 78 centros de pesquisa participantes. Sob coordenação da Secretaria da Ciência e Tecnologia, foram realizadas, pela Rede, as seguintes ações:

➤ 2 seminários técnicos: um sobre a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), responsável pelo cadastramento dos fornecedores locais para o setor em nível nacional e outro em Caxias do Sul, no Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Caxias do Sul – SIMECS, sobre gás natural, com o

objetivo de informar sobre as possibilidades de mercado e de desenvolvimento de tecnologia para este setor. Participaram dos seminários mais de 300 pessoas;

➤ em outubro, o Estado, através da coordenação da Rede Petro/RS, viabilizou a participação de 13 empresas gaúchas na feira “Rio Oil e Gas Expo and Conference 2000”. Como resultado, conforme relatório das empresas participantes, foram realizados 349 contatos, 100 negócios iniciados e 5 negócios fechados, com uma previsão de geração de 998 empregos, sendo 648 diretos e 350 indiretos;

➤ a Rede também estimulou a realização de parcerias entre empresas e universidades do Estado para participação nos editais que foram lançados pelo Fundo Setorial do Petróleo – CTPetro. O resultado foi a obtenção de mais de R\$ 8 milhões para aplicação em pesquisa e desenvolvimento no Estado, de forma que serão projetados equipamentos com um agregado tecnológico significativo, gerando emprego e renda, além do aparelhamento dos laboratórios das universidades envolvidas;

➤ atualmente, a Rede Petro-RS está centrando os seus esforços para garantir uma participação significativa das empresas locais no projeto de ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, no qual serão investidos mais de US\$ 600 milhões, havendo também a concessão de incentivo pelo FUNDOPEM de aproximadamente US\$ 100 milhões. Além de garantir que os recursos sejam aplicados na contratação de empresas do próprio Estado, a Rede também está atuando no sentido de que a mão-de-obra a ser contratada para a referida ampliação seja efetuada junto à população gaúcha. A estimativa é a de que sejam gerados, entre empregos diretos e indiretos, mais de 6.000 novos postos de trabalho.

Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas – CETA - A falta de um modelo que integre a pesquisa aplicada às necessidades das indústrias tem sido considerada um dos principais gargalos para o pleno desenvolvimento industrial e tecnológico do país. Nesse sentido, procurando encontrar caminhos para a superação deste paradigma, a SCT, em parceria com a SEDAI, CIENTEC e com o Governo Federal (CNPq/MCT), Governo da Alemanha (Instituto Fraunhofer) e entidades gaúchas (FIERGS, SENAI, SEBRAE, Câmara de Comércio Brasil-Alemanha e Fórum de Reitores das Universidades Gaúchas) desenvolvem o Projeto CETA/RS que, através da cooperação técnica e financeira com o Governo da Alemanha, pretende testar no Rio Grande do Sul o modelo adotado pela Sociedade Fraunhofer da Alemanha, com vistas a integrar o conhecimento produzido pela referida Sociedade e Centros de Pesquisa do Estado às necessidades da indústria gaúcha.

O projeto do CETA será desenvolvido em três fases. A primeira, que será concluída em fevereiro de 2001, objetiva realizar um diagnóstico e iniciar os estudos sobre o modelo estrutural do CETA/RS; a segunda, prevê a aplicação de oito a dez projetos pilotos nas indústrias gaúchas a fim de apreender a aplicação do modelo e, a terceira, pretende, a partir dos estudos previstos nas fases anteriores, verificar a possibilidade de criação de um Centro semelhante ao alemão.

Nesse sentido, as ações realizadas, em 2000, referem-se à 1ª Fase, na qual foram realizadas as seguintes ações: desenvolvimento do modelo estrutural do CETA-RS; intercâmbio de técnicos e estudantes; levantamento da demanda tecnológica junto ao setor industrial gaúcho; levantamento das competências das instituições de P&D

gaúchas; realização de dois projetos piloto junto à indústria gaúcha em parceria com instituições de P&D gaúchas e Institutos Fraunhofer alemães.

Apoio à Criação do Centro de Terapia Gênica - A Terapia Gênica é uma nova forma de tratamento para diferentes doenças genéticas, além de ser uma arma com enorme potencial no combate ao câncer, tratamento de doenças cardiovasculares, infecções virais, entre outras aplicações. Os protocolos de Terapia Gênica baseiam-se na introdução de genes no organismo dos pacientes. O método a ser utilizado depende do desenvolvimento da doença em questão, mas envolve sempre a utilização de um vetor. Esse tipo de tratamento tem sido cada vez mais utilizado nos países desenvolvidos e é apontado como o rumo da Medicina no futuro.

O objetivo central do projeto é a implantação de um Centro de Terapia Gênica Humana (CTGH), que, articulado com o sistema público e privado de saúde, disponibiliza a aplicação da Terapia Gênica em diferentes situações, desenvolvendo, testando e executando as várias fases de protocolos de tratamento. O Centro deve ter instalações e recursos humanos que permitam sua adequação às regulamentações nacionais e internacionais, tanto de biossegurança, quanto de ética em pesquisa, com aprovação do CNTBio, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisas e da Secretaria de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde. Durante o ano de 2000, foram realizadas as seguintes ações:

- criação de grupo de trabalho, com a participação da UFRGS, HCPA, SES/RS, FEPPS, FUC/IC, PUC/RS, SMS/POA, que formatou um pré-projeto propondo a criação do Centro de Terapia Gênica do Estado do Rio Grande do Sul. A indicação do Projeto é de constituir ênfase na capacitação para o tratamento do câncer e doenças cardiovasculares;
- realização de um Simpósio Internacional sobre Terapia Gênica Humana que contou com a presença de palestrantes dos Estados Unidos e França, países com estágio mais avançado neste setor;
- em outubro de 2000, o grupo recebeu outro pesquisador da França para a conclusão do pré-projeto.

Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC - O Projeto para o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC) teve seu início no final de junho de 2000, através da assinatura de um protocolo de intenções, resultado de uma bem articulada parceria, composta pelo Governo do Estado, por intermédio da SCT, SEDAI e PROCERGS, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através da PROCEMPA e SMIC, e, ainda, pela UFRGS, PUCRS, UNISINOS e por entidades da iniciativa privada, quais sejam FIERGS, FEDERASUL e Associação Brasileira da Indústria de Elétrica e Eletrônica - ABINEE, todos em parceria com a MOTOROLA.

O CEITEC será o mais moderno centro de prototipagem de circuitos integrados de alta complexidade – “chips” na América Latina. Terá condições de fornecer infra-estrutura (recursos laboratoriais, equipamentos de processamento físico-químico, recursos computacionais e facilidades associadas), na forma de Centro Multi-usuário, para o desenvolvimento de produtos e processos no campo da microeletrônica, com destaque para os setores de telecomunicações, informática,

eletrônica-embarcada e de consumo e entretenimento. Estará, também, em condições de fornecer suporte a projetos de P & D e de formação de recursos humanos, operando em rede estruturada a partir de competências de instituições externas, como empresas, centros de P & D e universidades.

A implantação do CEITEC está sendo coordenada pela Secretaria da Ciência e Tecnologia e a previsão de entrada em operação é 2003. O prédio terá 7.300 m², que abrigará um ambiente com 800 m², com condições rigorosas de limpeza, controle de temperatura e umidade. Incluirá, também, áreas para escritórios e laboratórios para o desenvolvimento de projetos com parceiros nacionais e internacionais, de forma a fomentar a criação, atração e consolidação de empresas de base tecnológica.

O grande benefício esperado, com a implantação do CEITEC, é de caráter nacional, pois através da sua instalação e operação estabelecer-se-ão condições adequadas para a construção de uma capacidade de fabricação local de componentes eletrônicos.

Com o CEITEC deverá ocorrer diminuição no custo de desenvolvimento de componentes microeletrônicos, de modo a aumentar a competitividade da indústria gaúcha e da nacional. Deve, ainda, ser apontado que com o CEITEC estabelecer-se-ão condições para o incremento do intercâmbio de pesquisadores de alto nível provenientes dos setores acadêmicos e empresariais, tanto nacional como internacional. Essa ação associada entre o CEITEC e as instituições de ensino superior possibilitará um significativo acréscimo na capacidade estadual, e mesmo nacional, de realização de projetos de pesquisa e de formação de recursos humanos, nos mesmos padrões dos melhores centros internacionais.

A primeira ação realizada, após a assinatura do Protocolo de Intenções com os parceiros do Projeto, foi instituído o Comitê Executivo para desenvolvimento do Projeto. Estão em andamento as seguintes ações: construção de cenários para escolha da personalidade jurídica, estudo de viabilidade técnica e financeira de localização, constituição de grupos técnicos de trabalho, com vistas à formulação dos parâmetros técnicos para a construção da “sala limpa” e programa de formação de recursos humanos. Além dessas ações, foram realizadas um conjunto de reuniões com os órgãos federais e demais entidades empresariais para apoio ao projeto. Como resultado destas ações, o Ministério da Ciência e Tecnologia, pronunciou-se favoravelmente ao projeto e tem este como uma das prioridades da Política Nacional de C&T. Tratou-se de um movimento importante, na medida em que possibilitará a canalização de recursos, não somente dos Fundos Setoriais, mas também da Lei de Informática e apoio do setor privado à implantação do Centro.

Apoio a Projetos de Pólos de Inovação Tecnológica - O fortalecimento do Programa Pólos foi uma das principais prioridades da Secretaria. O esforço foi na direção de orientar o Programa para as demandas que se traduzissem em desenvolvimento das potencialidades e vocações regionais, considerando as tendências delineadas a partir do avanço cumulativo do conhecimento técnico-científico da região e pelo apoio à sistematização e à socialização de tecnologias adequadas à agregação de valor nas atividades econômicas existentes e pelo estímulo à integração de competências complementares entre os diversos atores econômicos locais, formando um arranjo virtuoso de capacidade inovativa.

Em 2000, a Secretaria realizou investimento da ordem de R\$ 3,8 milhões para a realização de 36 projetos de pesquisa vinculados ao Programa.

Outra ação merecedora de destaque foi a readequação do Programa às necessidades dos setores econômicos e sociais, tendo como foco a questão da inovação e desenvolvimento das vocações e potencialidades regionais.

Consolidação da Rede Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia

- A consolidação da Rede Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia está vinculada a uma das grandes diretrizes da Secretaria, qual seja de implementar o processo de democratização das informações. Nesse sentido, entendemos que as ações nesta área passam, necessariamente, pelos seguintes aspectos: modernização da Rede, dando maior velocidade ao trânsito de informações; qualificação do uso do sistema, a partir da consolidação de um banco de dados, em parceria com a FAPERGS, e possibilitar que o acesso à Rede ocorra de maneira universal, ou seja, viabilizar que o acesso possa se dar, inclusive, pelo cidadão comum. Trata-se, nesse sentido, de uma importante ação de difusão e de democratização da produção científica para o conjunto da sociedade.

Dando prosseguimento a tarefa de revisão do Programa Rede Tchê, foi completado o levantamento da situação da Rede identificando questões como a forma de operação, estimativas atuais de usuários, investimentos já realizados, resgate da documentação e diagnóstico dos problemas identificados pelo Comitê Técnico da Rede. A partir desse trabalho foi elaborado o Termo de Referência para as Estratégias de Expansão da Rede. Um terceiro ponto de atividades, foi a realização de propostas de projetos específicos para ambientes de suporte de teleconferências e para estabelecer parâmetros de segurança na Rede, através dos computadores de grande memória localizados na UFRGS e UFPel.

2.2.1- Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO

A FEPAGRO pautou suas atividades no sentido de articular as ações da pesquisa com as demandas do público prioritário. Buscou dar resposta à demanda por conhecimento aplicado para a superação da agricultura agroquímica, pela proposição de desenhos de sistemas agroecológicos, bem como organizou-se o Plano de Ação 2000/2001, contendo todos os projetos de pesquisa e de produção. Ao mesmo tempo, foi criada a Comissão de Acompanhamento de Projetos, com a missão de, permanentemente, avaliar o desempenho técnico e econômico das ações de pesquisa, de produção e de serviços.

Desenvolvimento Experimental - Dentro deste Programa estão concentrados os trabalhos de pesquisa, na busca de tecnologias que propiciem auxílio e melhoria à atividade agropecuária, com enfoque para ações mitigadoras de impacto ambiental, apoio tecnológico para o desenvolvimento (participação no Programa RS-Rural, monitoramento ambiental de microbacias hidrográficas e inserção no Programa Mar de Dentro) e serviços de comunicação rural (distribuição de publicações e organização de eventos técnicos-científicos).

Testes e Análises de Qualidade - No exercício de 2000, a FEPAGRO realizou projetos de pesquisas, prestou serviços de testes, análises de qualidade e exames laboratoriais.

Foram continuados os 127 projetos de pesquisas nas áreas de recursos naturais e qualidade ambiental, recursos genéticos e produção de grãos, sistemas de produção de frutas, sistemas de produção de hortaliças, plantas medicinais, codimentares e aromáticas, aqüicultura e pesca, sistemas de produção animal e em sanidade animal.

No que concerne à prestação de serviços de análise e exames laboratoriais, foram analisados 6.689 amostras de sementes, 5.023 amostras de solos e fertilizantes e prestados pelo Centro de Pesquisa Veterinária Desidério Finamor análises e exames laboratoriais de 52.006 amostras de leptospirose, patologias, ruminantes, virologias, patologia de suínos, tuberculose, parasitologia, brucelose e histologia.

Produção de Sementes, Mudas e Alevinos - A FEPAGRO produziu, em 2000, um total de 322.980 kg de semente de trigo, 192.750 kg de semente de soja, 43.800 kg de batata, além de forrageiras, feijão, plantas recicladoras e protetoras, mudas de plantas nativas e alevinos.

Esses insumos são distribuídos para agricultores e suas organizações, órgãos públicos, empresas privadas e instituições de pesquisa.

Durante a EXPOINTER 2000, foi lançada a variedade de milho branco denominada FEPAGRO RS-21, com objetivo de reativar o Programa de Melhoramento de Milho e garantir materiais produtivos e mais baratos aos agricultores. Ao mesmo tempo, promover a recuperação do banco genético através do resgate de sementes “crioulas”.

2.2.2- Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC

Objetivando o desenvolvimento tecnológico do Estado, a prestação de serviços e o apoio à comunidade na solução de problemas técnicos, foram executadas, pela CIENTEC, diversas ações tais como:

Prestação de Serviços Tecnológicos - A CIENTEC atendeu a 3.295 solicitações de serviços, alcançando um faturamento de cerca de R\$ 2,4 milhões, o que representa um incremento de 16% em relação a 1999. Entre os clientes atendidos, foram constatados 677 novos clientes para serviços diversos nas diferentes áreas de atuação da CIENTEC: Edificações, Química, Alimentos, Geotecnia, Metal-Mecânica e Engenharia de Processos.

Houve, também, um incremento de 23% na prestação de serviços tecnológicos para apoio do controle e fiscalização de obras mantidas pelo Governo em todo o Estado e diversos contratos de prestação de serviços foram renovados. Entre eles: a Central de Licitações – CELIC, o Grupo SONAE e a Sacola Econômica do SESI.

Pesquisa e Desenvolvimento - Além dos grupos de trabalhos temáticos, criados em 1999, nas áreas de Química, Energia e Habitação – neste ano foi formado o grupo de trabalho Pró-Guaíba, agregando pesquisadores para identificar novas oportunidades, parcerias e projetos.

Entre os projetos em andamento, destacam-se pesquisas nas áreas de fármaco-químicos; orizanol; combustão em resíduos de couro; secadores de grãos e semeadeira de grãos pré-germinados; cal pozolânica, argamassa Aglotec, avaliação de desempenho para habitações populares e protótipos habitacionais; determinação de metais pesados e análise de vitaminas em alimentos; estudo da contaminação aquática na região de Candiota.

Sistema de Qualidade - Foram credenciados 2 laboratórios junto ao INMETRO e estão em processo de credenciamento outros 5, sendo 1 na área de eletroeletrônica e 4 na área de alimentos, além do encaminhamento dos processos de filiação de 11 laboratórios junto à Rede Metrológica do RS.

Informática - Concluída a implantação da Rede Interna de Dados – *intranet* que conta hoje com cerca de 160 equipamentos. Com isso, a CIENTEC se insere entre as empresas que investem em novas tecnologias para maior qualificação dos seus serviços e de seus recursos humanos. Estão em fase de elaboração, pela PROCERGS, os programas que serão implantados na *intranet*, em 3 módulos: Atendimento a Clientes (em fase final de elaboração); Módulo Financeiro e Sistema de Informações Gerenciais. Também, foi realizada a ligação em fibra ótica entre a CIENTEC e a PROCERGS, possibilitando comunicação, via *internet*, na velocidade de 128 kbps.

2.2.3- **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS**

A FAPERGS é uma fundação de fomento à pesquisa vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia cuja missão é o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

Os projetos apoiados pela Fundação são analisados por Comitês Assessores considerando-se sempre o mérito científico e tecnológico dos mesmos, a qualidade da equipe e da instituição responsável.

Apoio a Projetos em Áreas Estratégicas - Essa ação compreende a concessão de auxílios e editais à comunidade científica:

a) auxílios: foram concedidos auxílios à organização de eventos, participação em reuniões científicas e tecnológicas nacionais e internacionais, auxílio pesquisador-visitante e auxílio recém-doutor.

b) editais: compreendendo o lançamento de editais em temas específicos de interesse do Estado, nas seguintes áreas prioritárias:

➤ meio ambiente e desenvolvimento sustentável: editais de *tecnologias mais limpas* e de *agroecologia*;

➤ setores de alta tecnologia: editais de *informática* e de *biotecnologia*;

➤ políticas públicas: editais de *subsídio à formulação de Políticas Públicas* e de *apoio à pesquisa nos institutos e centros de pesquisa da Administração Pública Estadual*;

➤ desenvolvimento científico regional: editais de *apoio ao desenvolvimento científico regional*;

➤ modernização tecnológica do Estado: editais de *apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico*.

Recuperação dos Centros de Pesquisa - A FAPERGS, visando fomentar no âmbito estadual a pesquisa científica e tecnológica, apoiou, ao longo do ano de 2000, diversos projetos de modernização cujos beneficiários foram Instituições e órgãos de pesquisa da Administração Estadual.

Interação Centro de Pesquisa Setor Empresarial (IUE) - Essa modalidade de edital é uma ação conjunta entre o SEBRAE e a FAPERGS, e visa colocar a pesquisa científica à disposição do setor empresarial, pela integração empresa – centro de pesquisa.

Regionalização da Pesquisa em C&T - O programa de regionalização propõe-se a incentivar o desenvolvimento da pesquisa em todas as regiões do Estado, através de incentivos diferenciados para cada localidade.

Bolsas - O programa de formação de recursos humanos da FAPERGS tem por objetivo criar no Estado uma base científica e tecnológica de alta qualificação, oferecendo diferentes modalidades de bolsas. Sua função principal é atrair e fixar no Estado, recursos humanos qualificados, começando pelo incentivo da iniciação de jovens na atividade de pesquisa. Também, apoia programas emergentes e prioritários de formação de recursos humanos do interesse do Estado.

Projetos Conveniados - A FAPERGS mantém convênios com entidades nacionais e internacionais de fomento à pesquisa científica e tecnológica, resultante da necessidade de agregar novas fontes de recursos financeiros para o financiamento de projetos nas diferentes áreas do conhecimento.

2.3- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDA

O conjunto das ações desenvolvidas pela SEDA, a seguir descritas, demonstra a preocupação com o desempenho das empresas (matriz produtiva existente), com a geração de ambientes favoráveis e inovadores, básicos para a competitividade e o dinamismo econômico das diversas regiões, e com a formação de redes de economia popular e solidária, voltadas para o pequeno capital e trabalhadores.

Incubadoras Empresariais – O objetivo de despertar o potencial industrial nas localidades de fraco ou nenhum desempenho industrial está sendo alcançado através de 92 convênios firmados com municípios, que priorizaram o fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, totalizando o valor de R\$ 5 milhões para a construção 535 módulos, em 11 regiões dos COREDES.

Em outubro de 2000, foi iniciada de forma mais incisiva a segunda fase do Programa, que trata das ações de sensibilização e motivação de agentes locais para a constituição de empresas, que virão a ocupar os módulos de incubação. Nesse sentido foi realizada a 1ª Jornada Gaúcha de Gerentes de Incubadoras, que capacitou 84 gerentes disponibilizados pelos municípios conveniados, assim como efetivadas diversas reuniões e visitas técnicas de motivação e esclarecimento a empreendedores

locais, tanto através do Programa Capacitação Empresarial, como através de contrato de consultoria com a agência de cooperação técnica alemã *Deustsche Gesselschaft für Technische Zusammenarbeit* – GTZ.

ECOPOP – Programa de Economia Popular e Solidária – Visa assessorar e fomentar iniciativas organizadas de trabalhadores através de empreendimentos autogestionários. A sua execução é feita com base em convênio e acordos operacionais firmados com a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e Participação Acionária - ANTEAG, Universidade Católica de Pelotas - UCPEL, Instituto Brasileiro de Análise Sócio-econômica - IBASE, Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-econômicos - DIESE e Escola de Trabalhadores 8 de Março. A meta atingida foi de 98 projetos, cujos resultados se resumem na criação e manutenção de 8.154 postos de trabalho.

Foram também realizados 21 cursos de capacitação para associados e cooperativados, em 12 municípios, com a participação de 747 trabalhadores. Foi realizado em Porto Alegre o Seminário Internacional “Trabalho e Economia Solidária: Políticas Públicas para o Desenvolvimento”, o qual permitiu a interação de experiência de diversos países e segmentos sociais e governamentais do RS e Brasil.

O Programa, já interiorizado, realizou 4 cursos de preparação de agentes encarregados de sua expansão, 3 feiras e 1 mostra, estas em conjuntos com outras entidades.

Extensão Empresarial - A implantação do Programa, em parceria com 15 Universidades, baseou-se nas metas e objetivos de apoio governamental às empresas para a obtenção de melhor desempenho e competitividade desses segmentos da economia gaúcha. Em 2000, foram organizados 18 Núcleos de Extensão Empresarial, de um total de 26 núcleos previstos nos 4 anos de Governo. Participam dos núcleos já organizados 234 profissionais especializados. O dispêndio efetuado foi de R\$ 4,8 milhões, beneficiando 1.185 empresas e envolvendo 19.000 trabalhadores.

Promoção Comercial e Cooperação Técnica Internacional - O conjunto das ações desenvolvidas visam melhorar o desempenho comercial no Brasil e no exterior do segmento de indústrias. Nesse sentido, 169 empresas participaram de 6 feiras nacionais e 4 internacionais, com apoio logístico e financeiro da SEDAI. A estratégia do Governo tem sido a de diversificar esse apoio. Em 2000 foram assinados protocolos para instalar 8 Escritórios de “*Trade Point*”, assim como realizados 10 cursos de capacitação em negócios internacionais, beneficiando 200 empresas. A realização do 3ª Encontro de Embaixadores, com a presença de 11 países asiáticos, e de centenas de rodadas de negócios, assim como recepção de autoridades e técnicos estrangeiros, ajudaram as relações comerciais e a divulgação do RS em outros Países. O atendimento ao público teve intensa movimentação, especialmente pelas Redes de Negócios. Em 2000, 2.173 empresas se cadastraram na Bolsa de Negócios, tendo propiciado 29.390 oportunidades durante o ano de 2000.

Apoio ao desenvolvimento Empresarial – Foram desenvolvidas as seguintes ações de suporte técnico e de desenvolvimento local, visando o fortalecimento das micros e pequenas empresas: na área de capacitação empresarial, foram firmados 10 convênios com Universidades do Estado e qualificados 23 professores universitários para a execução da atividade de formação de empresários.

Foram qualificados 220 empresários, em 14 regiões do Estado. O programa de capacitação realizou ainda cursos de formação de gerente para incubadoras. Na área de crédito, foi formatado o Programa de Crédito Assistido, através do qual foram estabelecidos convênios com 40 instituições capacitadas para o desempenho de assessoria técnica aos tomadores de crédito em qualquer região do Estado. Lançado em outubro, o Programa apresentou o seguinte quadro no ano 2000:

- Visitas realizadas - 763
- Projetos elaborados - 418

Por outro lado, foi concebido em 2000 o Programa Microcrédito, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS, a ser lançado para atendimento de empreendedores formais e informais, cujas necessidades financeiras de pequeno valor não são enquadradas hoje pela rede bancária. As fontes de recursos em negociação são o Fundo de Desenvolvimento Regional - FDR, Agência de Fomento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

Outra atividade de apoio ao pequeno capital é o Programa de Redes de Cooperação Empresarial. Em 2000, foi firmado convênio com a Federação dos Estabelecimentos de Ensino Superior de Novo Hamburgo - FEEVALE e capacitados 7 consultores, os quais iniciaram a formação de 4 redes, sendo três na Região Metropolitana de Porto Alegre (Casas de Carnes, Material de Construção e Padarias e Confeitarias) e uma na Região da Serra (Indústria de Estofados e Complementos).

Pôr fim, foram intensificados os trabalhos das Câmaras Setoriais, com vistas ao debate com entidades empresariais, de trabalhadores e congêneres dos diversos setores e à uniformização das informações a respeito das políticas públicas. Foram realizadas 122 reuniões setoriais das diversas Câmaras Setoriais.

Sistema Estadual de Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas - SEADAP – Foram concedidos incentivos financeiros para 4 projetos industriais a se estalarem nos distritos industriais do Estado e incentivo material para as obras de implantação da DELL Computadores do Brasil, a ser instalada no município de Alvorada, todos ao amparo do Programa Estímulo ao Desenvolvimento Industrial - PROEDI.

Também foram concedidos incentivos financeiros do Fundo Operação Empresa do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM, para expansão e implantação de unidades industriais, com investimentos de R\$ 62,7 milhões e previsão de geração de 1.349 empregos, em 18 municípios. Por outro lado, foram analisados e arquivados 309 projetos protocolados e 3 solicitações de incentivos indeferidas. Com relação a processos de concessão decretados, 13 empresas tiveram revogados os decretos por irregularidades fiscais, financeiras e regulamentares e 29 foram objeto de renegociação, com redução de incentivos na ordem de R\$ 230 milhões nos próximos 5 anos, com destaque para Souza Cruz S.A, Pirelli S.A, Bebidas FRUKI Ltda., Josapar e Brasilata S.A.

No campo do fomento aos investimentos estratégicos, foi firmado o protocolo visando a implantação de uma fábrica de MDF (médium density fiberboard), importante matéria prima para o setor noveleiro, que implicará investimentos de cerca de R\$ 142,5 milhões, em 2001, e propiciará a geração de 530 empregos. As obras do Centro

Industrial Automotivo de Gravataí - CIAG foram executadas e a unidade as General Motors - GM, inaugurada. Encontram-se em execução, com acompanhamento da SEDAI, a execução da interseção Av. GM com a BR-290, as obras no Porto de Rio Grande e a administração de incentivos materiais concedidos à PIRELLI e à DELL Computadores.

Apoio ao Fomento Industrial – Após a estruturação da base teórica dos Sistema Locais de Produção (SLP), cujo ápice foi atingido no Seminário Internacional realizado em março/ 2000 em Porto Alegre, a metodologia começou a ser aplicada em 4 setores prioritizados: o Conserveiro, na Região Sul, o Moveleiro e o de Autopeças, na Serra e o de Implementos Agrícolas, na Região Noroeste. O desenvolvimento dos trabalhos envolveu visitas de sensibilização, seminários, oficinas e reuniões dos fóruns criados para cada SLP, durante o 2º semestre. As ações estão sendo articuladas com os parceiros locais, estaduais e federais, inclusive convênios com diversos Universidades e contratos com instituições de pesquisas, visando a execução de serviços específicos.

O Programa de Recuperação da Cadeia Produtiva Coureiro-Calçadista continuou, com a consolidação das linhas de crédito, a ampliação da extensão empresarial e o apoio às iniciativas autogestionárias do Vale do Rio dos Sinos.

A SEDAI, em parceria com órgãos Federais, Estaduais e instituições privadas, também venceu etapas importantes nos Programas de Fomento dos segmentos de Pedras Preciosas, Rochas Ornamentais, Cerâmica, Supergelados e Hortaliças, Pró-Guaíba, Porto de Porto Alegre e diversos programas agro-industriais.

Distritos e Áreas Industriais - Durante o ano de 2000, a SEDAI desenvolveu um conjunto de ações relativos aos espaços industriais de propriedade do Governo e dos municípios, destacando-se: execução e fiscalização de obras no Distrito Industrial de Alvorada e Viamão (DIAV), atendimento a empresários na venda de lotes dos Distritos Industriais, laudos técnicos de avaliação e ensaios, assessoramento a 7 municípios na elaboração de Planos Diretores de áreas industriais, repasse de recursos financeiros para o município de Campo Bom e habilitação ao repasse para os municípios de Caseiros, Harmonia, Panambi, Salto do Jacuí, Santo Augusto, Tapejara e Tucunduva.

Programa Gaúcho de Informática – Com base no debate e trabalhos que redundaram na organização do “Fórum de Desenvolvimento da Informática Gaúcha”, ainda em 1999, o Governo do Estado lançou o Programa Gaúcho de Informática no ano 2000. O apoio governamental ao setor se desenvolveu em quatro grandes eixos:

➤ A criação do CEITEC possibilitará a fabricação e prototipagem de “chips”, transformando o RS em referência mundial na área. O investimento de US\$25 milhões é dividido entre os signatários brasileiros e a Motorola em aproximadamente 50% de cada lado.

➤ Financiamento de empresas do setor com 23 pedidos encaminhados ao BRDE e 13 ao BANRISUL.

➤ A área de pesquisa e desenvolvimento é apoiada por Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Informática, a cargo da Secretaria de Ciência e Tecnologia, objetivando o aumento da qualidade e da produtividade no setor, contemplando inovação, capacitação dos agentes de produção e testes de produtos.

➤ A SEDAI patrocinou a presença de 11 empresas de Informática na Feira Comdex 2000, em São Paulo, com despesas de R\$ 227 mil, facilitando o acesso aos mercados para pequenas empresas.

Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda – Buscando descentralizar os instrumentos de apoio ao fortalecimento da atividade produtiva gaúcha, a SEDAI, a STCAS e a FGTAS, estão em processo de implantação 26 Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda (CRDTR) nas 22 regiões do OP. Os CRDTR possuem um conjunto de programas e projetos das duas secretarias e da FGTAS, funcionando de forma articulada, em apoio ao desenvolvimento local e à geração de trabalho e renda.

Em 2000, foram implantados 10 CRDTR. Nos CRDTR, a SEDAI desenvolve dois programas estruturadores da ação da Secretaria nas regiões: a Economia Popular Solidária e a Extensão Empresarial, além de viabilizar o acesso ao conjunto dos demais programas e projetos que podem ser demandados pelas regiões.

Junta Comercial – Nessa área, destaca-se a descentralização da Junta Comercial, através da implantação de Escritórios Regionais, os quais visam fundamentalmente facilitar o acesso aos serviços da Junta. Foram inaugurados Escritório Regionais em São Francisco de Assis, Esteio, Garibaldi, Charqueadas e Gramado.

2.3.1- Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportações do Rio Grande – ZOPERG

Tendo em vista o impasse vivido pelo Programa Nacional de Zonas de Processamento de Exportações foram executadas as seguintes ações: instalação de uma empresa do setor de transportes na área destinada a serviços; laudos técnicos e manutenção dos edifícios; acompanhamento institucional de projeto em andamento no Congresso Federal e no Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio.

2.3.2- Caixa Estadual S.A. – Agência de Fomento (AD)

Em 2000, as ações desenvolvidas pela Agência visaram, principalmente, à definição e aperfeiçoamento da sua estrutura técnica e administrativa, com o objetivo de prepará-la para quando ocorrer o início das suas atividades operacionais, voltadas para o financiamento de projetos de desenvolvimento.

Entretanto, ação mais significativa desenvolvida no ano 2000, refere-se à liberação dos recursos oriundos do PROES, por parte do Governo Federal, o que permitiu a subscrição, pelo Estado do Rio Grande do Sul, do capital inicial da Agência, no valor de R\$ 176,3 milhões ocorrida no dia 28/12/2000. Essa capitalização permitirá o efetivo início das atividades da Caixa S.A. como Agência de Fomento.

2.4. SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

As principais ações realizadas pela Secretaria de Estado do Turismo do Rio Grande do Sul no ano de 2000, estão especificadas nas áreas:

➤ Publicidade

- Comercialização do Produto Turístico e
- Programa de Atração e Exploração do Turismo no RS

Publicidade: ações de marketing - Em relação às interfaces, na área de Marketing, houve uma sensível melhora, tanto em sua amplitude como na abrangência apresentada no decorrer de 2000. No que diz respeito aos instrumentos mais conclusivos, destaca-se a reformulação da *Home Page* da SETUR e a criação de uma campanha de mídia para rádio e TV, denominada "Viajando pelo Rio Grande do Sul", visando fortalecer as ações de turismo receptivo, através do incentivo e desenvolvimento de novos produtos. A página da Secretaria na Internet (www.turismo.rs.gov.br), coloca à disposição do visitante informações e serviços turísticos do Estado e, finalizando, nos eventos onde a Secretaria esteve presente ocorreu a padronização visual dos estandes.

A Secretaria elaborou para divulgação os seguintes informes:

- **Dicas Turísticas do Rio Grande do Sul** - Guia de bolso que objetiva apresentar as informações mais precisas sobre o turismo gaúcho;
- **Fita de vídeo "Viajando pelo RS"** - Contém informações sobre as nove zonas turísticas do Estado, fazendo um convite aos turistas para visitarem o RS;
- **Mapa Turístico e Rodoviário** - Feito em parceria com o DAER, apresenta sugestões de atrativos turísticos e as principais distâncias do Estado;
- **Tarifário Turístico** - O Catálogo resultou da parceria entre o poder público e a iniciativa privada, apresentam 95 roteiros turísticos pré-formatados.

Foram, também, confeccionados dez mil cartazes e cem mil volantes em português e em espanhol para serem utilizados em feiras de grande público e renovado o acervo fotográfico da SETUR com a aquisição de mais de 1.000 (um mil) cromos para divulgação, além da confecção e distribuição de sete mil brindes em forma de *kits* de chimarrão, valorizando um dos símbolos do Estado.

Participação em eventos - A SETUR participou de 25 eventos estaduais em 2000, mobilizando 44 cooperados e atingindo um público de 4.569.840 pessoas, incluindo os visitantes da EXPOINTER 2000 e do Festival de Turismo de Gramado.

No que diz respeito a eventos nacionais, estes foram 25 e a SETUR foi acompanhada de 205 cooperados, contatando um público total de 216.296 pessoas, entre visitantes e profissionais, como no Hotel Travel Show e na Associação Brasileira de agentes de Viagem -ABAV.

Dos eventos internacionais, que resultaram em 13 participações, destaca-se a presença em dois dos maiores eventos mundiais do setor, a ITB - Bolsa Internacional de Turismo de Berlim, e a FIT - Feira Internacional de Turismo. No total, a SETUR divulgou as potencialidades turísticas do RS para 549.137 pessoas em eventos internacionais.

Plano "Viajando pelo RS"- No ano 2000, começou uma nova etapa do Plano "Viajando pelo Rio Grande do Sul, consiste em uma proposta de ação política regionalizada para o desenvolvimento turístico gaúcho. Durante os primeiros cinco meses do ano foram realizadas reuniões em cada uma das 22 regiões políticas do Estado, com 2.062 pessoas, oportunidade em que foi questionado o patamar de conscientização destas atividades como fontes geradoras de emprego e renda. Esse

trabalho resultou na formação dos Fóruns Regionais e do Fórum Estadual de Turismo.

Desde sua implantação, em junho passado, o Fórum Estadual de Turismo reuniu-se cinco vezes com os coordenadores regionais do plano e os parceiros turísticos da SETUR na elaboração de uma política de desenvolvimento para o Turismo gaúcho. Participaram, neste período, 400 representantes das nove regiões turísticas do RS: Metropolitana, Serra, Litoral Norte, Central, Vales, Missões, Pampa, Hidrominerais e Sul. As reuniões acontecem sempre às segundas terças-feiras de cada mês.

Seminários - Em âmbito estadual, a SETUR participou dos seguintes seminários:

- "Seminário de Turismo Rural na Perspectiva da Agricultura e Agroindústria Familiar", em 8 de junho passado, em Porto Alegre, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Participação de 145 participantes;
- "IV Seminário de Turismo Ecológico", de 16 a 18 de agosto passado, em Canela, com 185 participantes;
- "I Festival Brasileiro das Aves Migratórias", de 20 a 22 de outubro passado, em Mostardas, abrangendo o Pólo de Ecoturismo da Lagoa do Peixe. Presença de 50 participantes;
- II Seminário Estadual de Turismo e Pesca, dias 29 e 30 de novembro passado, em Iraí.

Informações Turísticas – O atendimento nos 28 Centros de Informações Turísticas do Estado resultou em, aproximadamente, 356 mil prestações de informações turísticas durante o ano, no Estado. Ressalte-se que, no final do ano, ocorreu uma intensificação do atendimento receptivo turístico, com abertura de novos centros e contratação de recursos humanos para o verão.

Bolsa de Negócios - A Bolsa de Negócios da SETUR é responsável pela execução do Programa de Apoio a Atividades Turísticas, com o objetivo de identificar e ordenar oportunidades de negócios, mas, principalmente para facilitar a aproximação de agentes envolvidos no crescimento do setor. O Programa funciona através de convênio com o BANRISUL, estando em andamento 43 projetos de construção, ampliação ou modernização, em diversas regiões do Estado.

- Em análise projetos que totalizam R\$ 13,5 milhões para serem financiados R\$ 7,9 milhões;
- Aprovados projetos que totalizam R\$ 2,4 milhões para serem financiados R\$ 1,4 milhão.

O setor promoveu, ainda, palestras e seminários para orientar e divulgar as linhas de crédito disponíveis para o turismo, ampliando o acesso a esses recursos. Localidades atendidas: Concórdia/SC e municípios lindeiros da Barragem de Itá, Farroupilha, Santa Vitória do Palmar, Tapes, Caxias do Sul, Lavras do Sul, São Gabriel, Jaguari, Veranópolis, Gramado e Porto Alegre.

3- ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1- SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC

A atuação dessa Secretaria foi voltada para a coordenação da Política de Energia, Mineração e Telecomunicações.

COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA

Criação do Conselho Estadual de Política Energética – CEPE/RS – O ano de 2000 consolidou o processo de retomada da participação ativa do Estado na formulação das políticas energéticas. Nesse sentido, destaca-se a criação, em dezembro, do Conselho Estadual de Política Energética – CEPE/RS, formado por representantes do Estado e dos segmentos da sociedade ligados ao tema energia, visando promover o debate das questões envolvendo a produção, o uso e o consumo de energia e encaminhar as recomendações que entender cabíveis às instâncias ou órgãos envolvidos. Na sua criação, o CEPE já contava com cinco comitês temáticos: Operação e Planejamento do Sistema Elétrico. Uso Racional e Eficiente de Energia, Universalização dos Serviços de Distribuição de Energia, Energias Renováveis e Alternativas e Gás e Petróleo.

Atendimento Elétrico ao Rio Grande do Sul – Antecipando-se à criação do CEPE/RS, foi criado, em maio de 2000, o Comitê de Operação e Planejamento do Sistema Elétrico do Rio Grande do Sul – COPERGS, envolvendo, com a participação das concessionárias gaúchas e da empresa de transmissão ELETROSUL, cujas principais funções são o planejamento da expansão e das melhorias do sistema elétrico gaúcho, encaminhando sugestões aos agentes do setor, tais como Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Operador Nacional do Sistema - ONS e CEPE.

Com o objetivo de assegurar o abastecimento de energia elétrica durante o verão 2000/2001, a SEMC, juntamente com o COPERGS, coordenou a elaboração de um novo programa de obras emergenciais do sistema elétrico do Rio Grande do Sul. São vinte obras que se destinam a eliminar restrições localizadas no sistema elétrico, beneficiando as regiões: Metropolitana, Litoral, Sul, Fronteira, Alto Uruguai e Central. Os investimentos chegam a R\$ 122,5 milhões, sendo R\$ 114,5 milhões a cargo da CEEE e o restante da ELETROSUL.

Paralelamente, a capacidade de atendimento do Estado foi ampliada em 258 MW por meio da implementação das seguintes obras, mediante a instalação de bancos de capacitores em diversas subestações do Estado, com destaque para as subestações de Gravataí 2 e Santo Ângelo.

Ao mesmo tempo, a SEMC vem perseguindo a superação da histórica deficiência eletroenergética estrutural do Estado. Os estudos técnicos realizados concluíram pela necessidade e urgência de uma nova via de transporte de energia para o RS composta por: Subestação Caxias - 525 kV; Linha de Transmissão Itá – Caxias; Seccionamento da linha de transmissão Campos Novos – Gravataí 525 kV e conexão à subestação Caxias.

Em complementação, serão realizadas obras no sistema de 230 kV do Estado para recepção da energia disponibilizada pelas obras citadas acima. São elas:

Linha de transmissão Caxias – Taquara; Linha de transmissão Taquara – Osório 2; Linha de transmissão Caxias – Caxias 2; Seccionamento das duas linhas de transmissão Farroupilha – Campo Bom e conexão na subestação Caxias; Instalação de Transformador 230/130 kV – 150 MVA na subestação Taquara. Essas obras deverão estar concluídas em dezembro de 2001.

Em complementação a esses empreendimentos, deverão entrar em operação as usinas termelétricas a gás da REFAP, a Termogaúcha e Termosul, as termelétricas a carvão Seival, Jacuí I e Candiota III, e as Hidrelétricas Machadinho, Barra Grande e Complexo Energética Rio das Antas – CERAN, que deverão crescer mais de 5.000 MW ao sistema elétrico gaúcho, até 2006.

Programa de Eficiência Energética - No ano 2000, desenvolveram-se ações visando a formatação do Programa de Eficiência Energética da CEEE, que se voltou totalmente ao setor público, e que publicou um edital para a contratação de projetos de pesquisa para o setor elétrico. Da mesma forma, foram realizados contatos para a inserção de projetos de interesse do Estado nos futuros programas das Concessionárias AES Sul e RGE.

Programa Luz no Campo - A SEMC desenvolveu ações no sentido de viabilizar a participação de todas as Concessionárias e Cooperativas no programa de eletrificação rural denominado “Luz no Campo”. Esse projeto visa o atendimento, num prazo de três anos, de 75.225 propriedades no Estado. Foi assinado, pela SEMC, ELETROBRÁS, CEEE, RGE, AES Sul e a Federação das Cooperativas de Eletrificação do Rio Grande do Sul - FECOERGS, um protocolo de intenções onde foram destinados ao Estado os recursos necessários, da ordem de R\$ 214 milhões, dos quais R\$ 160 milhões de financiamento, correspondendo ao ano 2000 10% desses montantes.

Apoio às Cooperativas de Eletrificação Rural - Em junho de 2000, foi assinado Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado, FECOERGS e Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE para financiar projetos e construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs. Em 2000, teve início a construção da PCH da CRELUZ, no Município de Taquaruçu. Outras três centrais possuem Licença de Instalação do órgão ambiental, aguardando o término de seus projetos executivos. Também foram aprovados, junto ao BRDE, dois projetos para a construção de outras centrais, devendo ser liberados os recursos necessários ao longo de 2001.

A atuação da SEMC junto ao BANRISUL e BNDES viabilizou uma linha de financiamento em condições especiais para a recuperação das redes troncais de energia. Como resultado desse esforço, já se encontram em análise na instituição financeira do Estado seis projetos com esse objetivo.

Usina Hidrelétrica Dona Francisca - No ano 2000, foi concluído, de forma exitosa, o processo de desapropriações e reassentamentos da população atingida, encargo de responsabilidade da CEEE e do Estado. Tal processo proporcionou o equacionamento da questão social dos habitantes atingidos pela construção da Usina. No dia 08 de novembro de 2000, foi dado início ao enchimento do reservatório da Usina, operação que se completou no dia 15 de novembro, ensejando a formação de um lago com área aproximada de 2.000 hectares. A primeira unidade da UHE Dona Francisca entrará em operação em janeiro de 2001, e a geração completa, com a segunda unidade, está prevista para março do mesmo ano, com um total de 125 MW.

Usina Termelétrica a Carvão Candiota III - Após quase duas décadas, o Governo do Estado e a União chegaram a um acordo para a finalização do empreendimento Candiota III, através da transferência do empreendimento para a União, juntamente com a dívida associada. Tal processo foi ultimado através da assinatura do Aditivo nº 4 ao Contrato nº 418/TN, apresentando, como resultante, além do repasse pela CEEE à União das obrigações decorrentes da dívida e dos respectivos contratos comerciais, também os equipamentos adquiridos para a Usina. Foi obtido, também, o compromisso de retorno de recursos caucionados pela CEEE no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, além da redução das taxas portuárias do Porto de Rio Grande, permitindo o repasse, para a União, dos equipamentos adquiridos e importados da França, pela CEEE.

Implantação de outras Termelétricas - Durante o ano 2000, a SEMC acompanhou os trabalhos e as providências tomadas pelos diversos grupos empresariais privados e pela PETROBRAS, para a implantação da Térmica Canoas (REFAP) e da Térmica Gaúcha, sendo que na SPE¹ desta última, em que a CEEE participa de forma minoritária (22,5%), um representante da SEMC faz parte do Conselho de Administração. O funcionamento do primeiro turbo-gerador de 170 MW da Térmica Canoas está previsto para dezembro de 2001 em ciclo aberto. A operação da Térmica Gaúcha, com potência total de 500 MW em ciclo combinado, está prevista para maio de 2003.

Na área de geração térmica a carvão mineral, foi assinado, em 30/06/2000, "Protocolo de Intenções" entre a SEMC, CEEE e a Copelmi Mineração S/A, em que o Estado manifesta seu interesse em cooperar na implantação da Usina Termelétrica do Seival, no Município de Candiota. Pelos termos do acordo, a CEEE será uma das compradoras de parte da energia gerada pela usina, que se distingue das demais por produzir, sulfato de amônia, um insumo importante para a agricultura, como subproduto do sistema de tratamento de gases, para eliminação de enxofre.

Implantação dos Gasodutos - Durante o ano 2000, a Secretaria continuou representando o Estado do Rio Grande do Sul como interveniente no Comitê de Gerenciamento de implantação do Gasoduto Cruz del Sur. Em setembro de 2000, foi a Licença Prévia para instalação do gasoduto, emitida pelo IBAMA, tendo obtido a Licença Prévia em 21 de setembro de 2000. O gasoduto da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB iniciou sua operação em julho de 2000, abastecendo, através da SULGÁS, a Usina Termoelétrica de Uruguiana.

Implantação das Redes de Distribuição de Gás Natural – Viabilizados os recursos, por ação da SEMC junto à PETROBRAS, foi dado início à construção da rede de distribuição de gás natural, já permitindo o fornecimento de 500 mil m³/dia de gás natural boliviano a indústrias da região Metropolitana e da Serra Gaúcha.

Foi dado início, também, ao programa de Gás Natural Veicular, que prevê a distribuição do combustível pela BR - Distribuidora, em 15 postos na Região Metropolitana de Porto Alegre e na Serra, estando em negociação contratos com a Ipiranga e a ESSO para distribuição do gás natural veicular - GNV.

¹ SPE - Sociedade de Propósitos Específicos, criada pelas empresas sócias no empreendimento da Termogaúcha.

Fontes Renováveis e Alternativas de Energia - No ano de 2000, teve seqüência a instalação de sistemas com fontes renováveis de energia, como solar, eólica, biomassa e hidráulica. Merecem destaque a instalação de sistemas forovoltáicos, beneficiando 60 comunidades rurais no Estado e a entrada em operação de duas microcentrais hidrelétricas em São Francisco de Paula.

Além disso, teve início o levantamento do potencial eólico do Rio Grande do Sul, que culminará com a elaboração do Atlas Eólico. Nesse sentido, foram firmados três protocolos de intenção entre a CEEE e Wobben Windpower, Gamesa Energia e Cooperativa Regional de Eletrificação Teutônia Ltda --CERTEL, com a interveniência da SEMC, com vistas à operação de 18 estações de medição.

No que diz respeito ao aproveitamento da biomassa, merece destaque o início da construção da primeira usina, no município de Piratini, que consumirá resíduos de madeira, com capacidade de 10 MW.

Balanco Energético do Estado – Em dezembro de 2000, foi publicado o ***Balanco Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul, 1997-98***, disponibilizando informações consolidadas sobre as questões de energia no Estado, e representando elemento fundamental para análises, estudos e planejamento do setor energético, no âmbito do Rio Grande do Sul.

Coordenação da Política de Exploração Mineral – Durante o ano 2000, a SEMC deu seqüência ao seu trabalho de coordenação da política de exploração mineral no Rio Grande do Sul, onde se destacam as ações relativas ao Programa Rochas Ornamentais na Metade Sul, e às questões que dizem respeito à extração de pedras preciosas.

Coordenação e Implementação da Política de Telecomunicações - O Governo do Estado, por meio da SEMC, vem atuando de forma a zelar pela qualidade, universalização e continuidade dos serviços públicos de telecomunicações, o que exige atuar junto ao poder concedente e à empresa, para assegurar investimentos que garantam a expansão das redes e serviços da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações - CRT. Nesse sentido, a SEMC atuou no processo de transferência do controle acionário da CRT, na condição de acionista minoritário, na busca do restabelecimento da legalidade do processo e da garantia de adequado atendimento das necessidades da sociedade gaúcha na área de telefonia, profundamente comprometidas pelos dois anos de indefinição quanto ao controle acionário e à gestão da CRT.

Além disso, na atual gestão estão sendo desenvolvidos esforços para ampliação, modernização e democratização do acesso a informações e serviços de alta qualidade. Para tanto, a SEMC vem desenvolvendo trabalho no sentido de integrar e otimizar a infra-estrutura e os serviços existentes nos órgãos estaduais, com vistas à construção de redes de telecomunicações de banda larga. A expansão da rede existente aumentará a concorrência e promoverá o desenvolvimento do Estado, permitindo, em decorrência, o aumento da qualidade e disponibilidade dos serviços públicos, dinamizando os sistemas locais de produção.

3.1.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE

No ano de 2000, a CEEE deu seguimento ao processo de reconstrução da Empresa, com destaque para a recuperação financeira e o abastecimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul.

No que diz respeito ao processo de recuperação financeira, registre-se que o déficit da CEEE, que era de R\$ 24 milhões mensais, no início de 1999, vem sendo gradualmente reduzido, situando-se em torno de R\$ 9 milhões por mês, no final do ano 2000, tendo contribuído para isso a renegociação das dívidas com a ELETROBRÁS, redistribuindo os pagamentos no tempo; a redução das despesas de custeio em cerca de 40%, graças à atuação permanente da Junta Financeira, instalada no início desta gestão; o reajuste tarifário de 19% concedido pela ANEEL, com garantia de cumprimento do compromisso contratual de futuras revisões tarifárias; bem como a redução da inadimplência, através da negociação da dívida dos principais devedores, incluindo as prefeituras, e da reorganização dos procedimentos internos de cobrança.

Dando seqüência ao processo de renovação das concessões, em 2000, foram renovadas as concessões relativas à geração de energia elétrica, processo que em breve deverá se encerrar com a assinatura do contrato de concessão da transmissão. Os contratos de concessão garantem para a CEEE seus direitos na exploração dos serviços, especialmente as revisões tarifárias, que passam a ser regidas por disposição contratual.

Com relação ao abastecimento de energia elétrica, a CEEE (assim como a população do Rio Grande do Sul) iniciou o ano 2000 colhendo os frutos de ter concluído, em tempo recorde, as obras emergenciais do Projeto PINO, realizadas em 1999, que garantiram um verão sem cortes de energia. Essas obras, somadas a outras realizadas, especialmente no litoral gaúcho, garantiram significativa melhora nos indicadores de qualidade do serviço no ano 2000.

Ainda em 2000, após receber autorização da ANEEL, a CEEE deu início ao processo relativo a novo programa de obras emergenciais, já referido no texto referente à SEMC, com o lançamento de uma série de licitações.

Na área de geração de energia elétrica, destaca-se a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, o que permitirá o início de operação comercial da Usina até o final do verão de 2001. Destaca-se também a solução definitiva para a Usina Candiota III, com a transferência definitiva do empreendimento para a CGTEE, passando a dívida para a União. Os demais projetos de geração com participação da CEEE estão descritos no texto inicial da SEMC.

Merecem ainda destaque as ações empreendidas pela Companhia, no ano de 2000, referentes ao Programa Energia para Todos, que beneficia comunidades carentes nos 68 municípios da área de concessão da CEEE, através das quais, até outubro de 2000, 6.126 famílias haviam sido beneficiadas com 164 obras realizadas. No ano 2000, a CEEE aumentou sua participação financeira nos projetos que atendem consumidores de baixa renda, o que viabiliza o atendimento de um número maior de consumidores.

A CEEE deu seqüência, também ao processo de melhoria, conservação, ampliação e qualificação de seus sistemas de distribuição de transmissão de energia elétrica.

3.1.2 - Companhia Rio-grandense de Mineração – CRM

Importante passo para o saneamento financeiro da CRM foi dado no ano de 2000, com assinatura do Termo de Acordo da dívida da Empresa com o Estado do Rio Grande do Sul. Por esse acordo, a CRM pagará ao Tesouro do Estado 45% de sua dívida em 120 prestações mensais, sendo os demais 55% transformados em ações do Estado na Empresa.

No ano 2000, a CRM implantou o "Sistema CRM de Gestão", com o qual, através de um gerenciamento de processos por indicadores, foram alcançadas reduções de custos na Empresa. Através de processo de planejamento participativo, foram definidos os investimentos operacionais e estratégicos da Empresa, de modo integrado com o seu corpo funcional, tendo como resultados a redução da terceirização de máquinas/equipamentos, a diminuição de custos e melhoria da qualidade dos serviços.

Com relação à Mina do Leão I, foram adotadas medidas de otimização das atividades mineiras, de modo a adequar a mina ao mercado existente. Como resultado, houve ganhos de produção da mina, com conseqüente redução de seu prejuízo, com definição de cenários futuros possíveis para a Unidade Mineradora. Além disso, a infraestrutura da Mina do Leão I foi devidamente mantida, garantindo segurança aos empregados, com a redução da exposição a riscos de acidentes, bem como melhorando as condições ambientais.

No que diz respeito à Mina de Candiota, destacam-se as seguintes ações:

- Continuidade do projeto de qualidade e eficiência mineira, iniciado em 1999, que tem garantido aumento de produção da mina e atendimento do mercado.
- Investimentos na aquisição, substituição, reforma e reativação de equipamentos para manutenção da capacidade produtiva, tendo sido atingida a capacidade nominal do projeto, com o pleno abastecimento da Usina Presidente Médici.
- Instalação de sistema de barragens na Malha II, regeneração das bacias de contenção da Malha IV com tratamento de efluentes, bem como a elaboração de EIA/RIMA da Malha VII e renovação das licenças ambientais.
- Execução de obras diversas de infra-estrutura, proporcionando melhorias na produtividade e nas condições de trabalho.
- Assinatura de convênio para realização de Pesquisa Tecnológica para utilização das argilas e cinzas de Candiota, com o Instituto de Pesquisa Cerâmica de Shigaraki/ Japão, visando o futuro Pólo Cerâmico de Candiota.

Desenvolvimento, em conjunto com a Universidade da Região da Campanha - URCAMP e a Cooperativa Energética Sulina Autogerida - COESA, do projeto "Estudo do Aproveitamento das Argilas da Mina de Candiota para fabricação de Cerâmicas Vermelhas".

3.1.3 Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, SULGÁS, empresa detentora da concessão do serviço de distribuição de gás canalizado no Estado, firmou o ano de 2000 como um marco em sua recente história, com o início do fornecimento de gás natural aos consumidores gaúchos. Criada em 1993, a SULGÁS iniciou a comercialização de gás de refinaria a algumas indústrias na região de Canoas em 1997.

No ano de 2000, com a construção da sua rede de distribuição, foi possível à SULGÁS já disponibilizar em julho o gás natural proveniente da Bolívia às indústrias da Região Metropolitana de Porto Alegre. Na mesma época, iniciava-se, na fronteira oeste do Estado, o fornecimento de gás argentino à Usina Termelétrica de Uruguaiana.

Destacam-se, entre as ações desenvolvidas pela SULGÁS, no ano de 2000, as seguintes:

- Início do fornecimento de gás natural argentino à Usina Termelétrica de Uruguaiana com a construção do gasoduto de aproximação de 5 Km.
- Início de fornecimento de gás natural boliviano à Região Metropolitana de Porto Alegre com a construção de 125 km da rede de distribuição.
- Início da construção da rede de distribuição para atender a Região Serrana do Estado, estando concluídos 100 km de gasodutos.
- Celebração de contrato com a Petrobrás Distribuidora para fornecimento de Gás Natural Veicular para 15 postos de combustíveis e início de negociação com a ESSO e Ipiranga para fornecimento de GNV, utilizando-se da rede de distribuição da SULGÁS.
- Celebração de contrato com a Petrobrás para fornecimento de Gás Natural às Usinas Termelétricas integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade do Ministério de Minas e Energia, com capacidade de gerar 2.250 MW de energia elétrica a serem instaladas em Triunfo, Montenegro, Canoas e Porto Alegre.
- Implantação, junto aos agentes financeiros do Estado, de um Programa para incentivar o uso de gás natural.

3.2 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS

A Secretaria das Obras Públicas e Saneamento possui dentre suas competências a de fornecer apoio financeiro, técnico e administrativo no que tange à execução de obras de saneamento e obras públicas. Para executar tais tarefas, a Secretaria conta com um escritório central e vinte e oito escritórios regionais distribuídos pelo Estado.

Obras - A SOPS concluiu a elaboração de 87 projetos para a ampliação e construção de escolas, representando um acréscimo de 234 novas salas de aula, o que corresponde a, aproximadamente, 7.000 novas vagas na Rede de Ensino Público Estadual, objetivando atender a demanda do ano letivo de 2001. Elaborou, ainda, 341 projetos de reforma e conservação de prédios públicos.

No tocante à administração e fiscalização de obras, foram no ano de 2000, fiscalizadas 312 obras de ampliação e construção de escolas, correspondendo a um acréscimo de 473 novas salas de aula resultante tanto de projetos elaborados pela

SOPS, como de termos de acordo da Secretaria de Educação junto às Prefeituras Municipais e Círculos de Pais e Mestres, e efetuadas 269 obras de reforma e conservação de prédios públicos. Tem, atualmente, sob sua responsabilidade a fiscalização de 452 obras em andamento, correspondente a 529 novas salas de aula.

Em relação a conservação e restauração de nosso Patrimônio Histórico e Cultural, a Secretaria concluiu o projeto de restauração do Museu Bento Gonçalves no Município de Cristal e a obra de restauração do Arquivo Público do Estado, em Porto Alegre. Existem, ainda, em andamento 4 projetos que visam à conservação e restauração de prédios históricos.

Ações de Usucapião - A SOPS recebe, examina e encaminha à Procuradoria-Geral do Estado, os processos relativos as Ações de Usucapião propostas contra o Estado, especialmente considerando a localização e a confrontação dos imóveis descritos nas petições iniciais e a existência de projetos que possam ser afetados, sempre na condição de integrante da Comissão de Terras Públicas. Neste exercício tais processos perfizeram um total de trezentos e quarenta e seis (346).

Saneamento Básico na Região Metropolitana - Na Região Metropolitana foi firmado convênio com o Município de Araricá, no valor de R\$ 35,7 mil, para implantação de rede de saneamento na Vila Grings. Com o Município de Canoas, no valor de R\$ 1,1 milhão, para ampliação da rede de saneamento, e com o Município de Esteio, no valor de R\$ 300 mil, para implantação de rede de esgoto pluvial e cloacal e estação de tratamento de dejetos na Vila Boqueirão. Essas obras irão beneficiar aproximadamente 10.000 pessoas.

Nos Municípios de Gravataí, Porto Alegre, Esteio e Cachoeirinha foi firmado convênio no valor de R\$ 806 mil para execução de obras do aterro sanitário metropolitano de Santa Tecla/Gravataí e aquisição de máquinas e equipamentos especiais.

Saneamento - Nas ações voltadas para o Saneamento, a SOPS desenvolve 3 programas:

➤ **Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades** - Durante o ano de 2000, foram firmados 196 convênios com Prefeituras Municipais beneficiando 6.000 famílias em 312 localidades que apresentavam carência no abastecimento de água potável. Com a disponibilização de água tratada reduzirá os elevados níveis de mortalidade infantil, grande parte decorrentes de doenças propagadas através da veiculação hídrica.

➤ **Sistema Simplificado de Abastecimento de Água - Consulta Popular – COREDES** - Neste ano deu-se prosseguimento ao desenvolvimento de projetos iniciados em 1999. Foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 1,6 milhão para o atendimento de 77 municípios das regiões Central, Nordeste, Produção, Vale do Rio Pardo e Norte.

➤ **Programa Morar Melhor** - Esse Programa, que substitui o Programa de Ação Social em Saneamento – PASS, conta com recursos do Governo Federal, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDU – repassados pela Caixa Econômica Federal. Neste ano foi dado prosseguimento à implementação de

convênios firmados no final de 1999, da ordem de R\$ 1,7 milhão atendendo 76 municípios.

Os recursos constantes do Orçamento Geral da União, para 2000, ainda não foram liberados pelo Governo Federal.

Resíduos Sólidos - Objetivando dar destino adequado, tratamento e gerenciamento de resíduos sólidos foram realizados os seguintes convênios com os municípios:

Quadro 1 – Convênio para tratamento de resíduos sólidos por Município

Tipo de Intervenção	Localização	Municípios Beneficiados	Valor do Convênio
Implantação de Unidade de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos	Espumoso	Alto Alegre, Campos Borges e Mormaço	R\$ 200.000,00
Implantação de Unidade de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos	Panambi	Condor	R\$ 170.000,00
Ampliação da Usina de Tratamento de Resíduos Sólidos	Santo Augusto	Braga, Chiapeta, Coronel Bicaco e São Valério do Sul	R\$ 170.000,00
Implantação de Unidade Regional de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos	Bom Progresso	Campo Novo, Crissiumal, Humaitá, São Martinho e Três Passos	R\$ 170.000,00
Implantação de Unidade Regional de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos	Tenente Portela	Derrubadas, Vista Gaúcha, Barra do Guarita, Miraguaí e Redentora	R\$ 170.000,00
Implantação de Unidade de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos	Tapejara	Água Santa e Vila Lângaro	R\$ 90.000,00
Implantação de Unidade Microrregional de Reciclagem e Compostagem de Resíduos Sólidos Urbanos	Arroio do Tigre	Ibarama, Segredo, Sobradinho, Passa Sete e Tunas	R\$ 212.500,00
TOTAL			R\$1.185.500,00

Recursos Hídricos - Neste ano estão sendo concluídos projetos de grande importância na área de recursos hídricos, primeiramente, à Metade Sul do Estado, onde a conclusão de projetos de engenharia e estudos ambientais, estão credenciando o Estado a buscar recursos no Governo Federal para implantação de obras de usos múltiplos.

Os Projetos Santa Bárbara, São Sepé, Jaguari, Salso, Silva, Taquarembó e Butuí, em fase final de elaboração, e Capané-Capanézinho, prevista elaboração para 2001, permitirão que, com a implantação de suas obras, se obtenha água armazenada para a irrigação de, aproximadamente, 50 mil hectares de culturas como o arroz, soja, milho, feijão, fruticultura, horticultura, pastagens, bem como a regularização da vazão, o abastecimento urbano, o controle de cheias, a proteção ao meio ambiente, a piscicultura, o lazer e outros usos.

Em 2000, também, foram implantados os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica dos rios Tramandaí, Camaquã, Ibicuí e o Baixo Jacuí perfazendo o total de 13 comitês, em atendimento à Lei n. 10.350/94 que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos. A cada Comitê instalado o Governo Estadual tem aportado a importância de R\$ 50 mil com recursos do Fundo de Investimento em Recursos Hídricos RS – FRH-RS, visando dar condições para a estruturação e funcionamento da Secretaria Executiva.

Outra ação desenvolvida, neste ano, foi a implantação do projeto que visa ao estabelecimento de medidas estruturais e não estruturais para a regularização de vazão do rio Gravataí, através de convênio SOPS-DRHS/IPH-UFRGS/CPRM. O Estado alocou a importância de R\$ 520 mil para os anos 2000/2001.

A elaboração de mapa hidrogeológico para o Estado, em convênio com a CPRM – Ministério de Minas e Energia, possibilitará que sejam realizados estudos que darão o conhecimento detalhado do potencial hídrico subterrâneo. Esse projeto custará R\$ 1,5 milhão e cada uma das partes alocará R\$ 750 mil em 2 anos.

Também, visando ao desenvolvimento de ações de drenagem urbana, foram firmados convênios com a METROPLAN, Prefeituras Municipais de Carazinho, Capão da Canoa e Santa Vitória do Palmar onde a SOPS, através do FRH-RS, disponibilizou recursos da ordem de R\$ 370 mil para os anos de 2000/2001.

Neste ano, houve, ainda, a conclusão do Projeto Mecânica de Correntes – Rede de Monitoramento Hidrometeorológico do Sistema Guaíba-Laguna dos Patos. Esse estudo visava à coleta e tratamento de dados/informações na Lagoa dos Patos e foi executado entre 1999/2000 a um custo da ordem de R\$ 830 mil e foi suportado pelo FRH-RS.

O modelo de tarifação de água desenvolvido através de convênio com a PUC-RS, foi concluído neste final de 2000. Para este ano há proposta de que essa Universidade implemente, na Bacia do rio Santa Maria, projeto piloto para simulações de avaliação e ajuste à proposta formada.

Os projetos de educação ambiental desenvolvida com a Universidade de Santa Cruz – UNISC, bem como o Rede Complementar de Monitoramento Quantitativo dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Guaíba deverão ter continuidade neste ano de 2001.

Programa de Açudes e Poços – PAP - No ano de 2000, o Programa de Açudes e Poços perfurou 467 poços tubulares profundos, o que representa 37 % da demanda encaminhada pelos municípios gaúchos.

Para dar maior agilidade e atender a demanda está sendo adquirida uma perfuratriz rotopneumática, que encontra-se em fase de licitação junto à Secretaria da Administração, através da Central de Licitações – CELIC.

A tabela com os dados resumidos da produção do Programa de Açudes e Poços no ano de 2000 é apresentada a seguir:

Quadro 2 – Programa de Açudes e Poços – Ano 2000

TOTAL DE POÇOS PERFURADOS:	467
POÇOS PRODUTIVOS:	316
POÇOS NULOS:	154
METRAGEM TOTAL:	53.354
POÇOS TESTADOS:	303
PRODUTIVIDADE ANUAL (%):	67,67
TOTAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS:	180
TOTAL DE LOCALIDADES ATENDIDAS:	372
POPULAÇÃO BENEFICIADA	47.400
CUSTO	R\$ 3.201.240,00

Levantamento Topográfico - No exercício de 2000, foram realizados 29 levantamentos planialtimétrico de áreas públicas, principalmente em escolas estaduais.

FUNDURBANO – No ano de 2000, o FUNDURBANO, dando continuidade a ação de proporcionar aos municípios gaúchos operações de crédito para execução de obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social, tais como: iluminação pública, esgoto pluvial, calçamento, drenagem, canalização de riachos, creches, postos de saúde, repassou a 126 municípios a importância de R\$ 1,1 milhão. Ainda, no decorrer do ano 2000, foram assinados 30 novos contratos no valor total de R\$ 900 mil.

3.2.1 - Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN

A CORSAN, no exercício de 2000, deu continuidade às ações voltadas ao abastecimento de água potável e a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Preservação dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - A CORSAN, em conjunto com outras instituições, no intuito de colaborar com a preservação e recuperação do meio ambiente e mais particularmente dos mananciais hídricos, desenvolveu diversas ações e intervenções, entre as quais podem ser destacadas:

- participação na consolidação dos Sistemas Estadual e Federal de Recursos Hídricos;
- participação no processo de enquadramento das águas de bacias hidrográficas estaduais;
- participação em programas ambientais, salientando-se o Pró-Guaíba;
- desencadeamento do processo de obtenção de outorga de direito de uso da água na CORSAN;
- participação na avaliação da concepção do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí;
- participação em Fórum de órgãos do Governo do Estado para o controle dos efeitos da estiagem .

Ampliações nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - No ano de 2000, a CORSAN perfurou 103 poços para reforçar o abastecimento de água em diversas localidades do Estado; realizou ampliação de 295.200 metros de rede de água; 12.300 metros de adutoras de água bruta e 45.300 metros de rede de esgoto. A capacidade de captação de água bruta foi expandida em 265 litros/segundo; a de produção de água tratada em 520 litros/segundo; a de tratamento de esgoto em 200 litros/segundo e a de reservação em 11.500 metros

cúbicos. Foram substituídos 50.300 metros de rede de água e processadas melhorias em prédios e outros serviços, beneficiando, aproximadamente, 350 mil consumidores.

Ações Operacionais - Com a finalidade de melhorar a operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como de buscar maior eficiência no processo produtivo, foram desenvolvidas ações na área de operação, tais como:

- melhorias nos sistemas de tratamento de água e esgoto, através da otimização de estações de tratamento de água e esgoto e da manutenção e melhorias da qualidade;
- ampliação e melhorias na automação de sistemas e rádio comunicação;
- redução das perdas e desperdício de água. Para tanto, foram treinadas e aparelhadas as equipes de pesquisa e conserto de vazamentos; substituídas redes em estado precário; recuperados vazamentos em estruturas hidráulicas, e instalados macromedidores a fim de qualificar o processo de controle dos volumes produzidos e distribuídos nos sistemas de abastecimento de água;
- redução das despesas com energia elétrica, através das seguintes ações: incremento das unidades de bombeamento com módulo de capacitores, visando corrigir o fator de potência; assinatura de um convênio com a CEEE para execução de um projeto piloto, objetivando à substituição de 16 motores elétricos e à realização de diversos programas na área de pesquisa em conservação de energia.

Ações Comerciais - Conforme o quadro abaixo, verifica-se que houve um acréscimo de 56.543 economias abastecidas em 2000, e de 2.014 economias de esgoto, beneficiando, aproximadamente, mais 182.000 habitantes.

Comparativo das Ações Comerciais da CORSAN – Exercícios 1999/2000.

Variáveis Físicas	Unidade	1999	2000	Variação %
Economias Totais Água	u	1.771.229	1.827.772	3,19
Economias Totais Esgoto	u	175.553	177.567	1,15
Volume Produzido	m ³	477.157.801	491.998.960	3,11

No sentido de melhorar a eficiência comercial da Empresa, foram implementadas as seguintes medidas:

- instalação de 80.000 e recuperação 30.000 hidrômetros;
- automatização de 179 Unidades de Saneamento, totalizando 1.684.685 economias;
- emissão de 15.787.745 faturas e 2.158.140 avisos de corte, sendo efetuadas 166.905 suspensões de abastecimento por falta de pagamento e 165.295 religações.

Plano de Investimentos - Foram realizadas obras de expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como execução de programas de desenvolvimento operacional, aplicando-se um volume de recursos no valor de R\$ 42 milhões.

Além do desenvolvimento das ações já elencadas, a CORSAN, na área de controle social e participação popular, realizou dois seminários regionais internos de educação ambiental; instalou dois centros de educação ambiental em Gravataí e Passo

Fundo e desenvolveu o Projeto “Conselho de Cidadãos Usuários”, criando no ano de 2000, 63 Conselhos em todo Estado.

3.3- SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

A Secretaria dos Transportes, no âmbito de suas competências, promoveu a coordenação dos programas de transportes do Estado, com ênfase na integração dos diversos modais de transportes.

Estudo da BR/116 - Objetivando construir um projeto alternativo à saturação da BR/116, trecho Canoas–Novo Hamburgo, foram realizadas palestras e formalizado convênio com o Laboratório de Transportes-LASTRAN da Escola de Engenharia da UFRGS para a realização de estudos de alternativas para a solução do problema, que encontra-se em fase de conclusão dos levantamentos da matriz Origem x Destino em vários pontos da malha rodoviária.

Rodoviária de Porto Alegre - A Secretaria de Estado dos Transportes criou um grupo de trabalho, com a finalidade de estudar e apresentar conclusões prévias sobre o futuro da Estação Rodoviária de Porto Alegre: sua localização, concessão e outras questões, procurando aprimorar a fiscalização do Poder Público e a qualidade dos serviços a serem prestados pela empresa que assumir a concessão de exploração dos serviços da Rodoviária de Porto Alegre, a partir do ano 2002.

Como resultado do trabalho, foi sugerida a manutenção do terminal na atual localização, com a recomendação da execução de estudo específico dos problemas do trânsito nos arredores e a revitalização do terminal. Algumas obras de melhorias foram realizadas pela empresa concessionária.

Obras de Acesso ao Aeroporto Salgado Filho - O Aeroporto Internacional Salgado Filho, considerado referência, é o principal aeroporto do Estado. No dia 15 de dezembro de 2000, tiveram início as obras de construção do complexo viário de acesso ao novo terminal. Esta é a primeira etapa dos trabalhos, que ligará a BR/116, no sentido Canoas-Porto Alegre, à Avenida Severo Dullius e deverá estar concluída até maio, antes da inauguração do novo terminal, programada para junho. Já o segundo acesso, que começará assim que a primeira obra seja concluída, será no sentido inverso, ou seja, Terminal/Canoas. Os recursos da ordem de R\$ 11,5 milhões são provenientes do Tesouro do Estado e de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Comissão Permanente dos Transportes para Assuntos dos Caminhoneiros - Através da Portaria n. 34/2000, de 14 de novembro de 2000, foi instituída uma comissão objetivando solucionar os problemas que envolvem os caminhoneiros, ficando definido como prioridades:

➤ a viabilização da Casa do Caminhoneiro (centro de apoio ao caminhoneiro, com a finalidade de suprir as necessidades cotidianas da categoria, oferecendo serviços, tais como: saúde, higiene, segurança, instrução técnica através de cursos, garantia de trabalho, através de uma equipada central de cargas, espaço para manutenção básica dos veículos e central de fretes, com localização na confluência das rodovias BR/116 e BR/290);

➤ a implantação e fiscalização do Vale Pedágio, que foi instituído pela Medida Provisória n. 2.025-2, de 2 de junho de 2000, pela Presidência da República, que obriga o embarcador ao pagamento do pedágio;

➤ implantação da Rádio Solidariedade (Rádio Cidadão). Apresentado e analisado um projeto de implantação de Px - Serviço de Rádio, do Batalhão de Polícia Rodoviária, para traçar um comparativo das necessidades de implantação da Rádio Solidariedade que poderá ter como estação fixa, sugerida pela comissão, a Casa do Caminhoneiro.

Ferrovia General Luz - Pelotas - Divulgação do anteprojeto e acompanhamento da missão de empresários da China Continental, que resultou na assinatura de um protocolo de intenções com a Empresa Shanxi Tai Cheng Engineering Group Corporation com o objetivo de construir a ferrovia.

Infra-Estrutura Aeroportuária - No exercício de 2000, foram realizadas ações de ampliação, modernização e recuperação de infra-estrutura aeroportuária do Estado, conforme a seguir descrito:

No Aeroporto Regional de Caxias do Sul:

- iniciadas as obras de implantação de uma esteira de bagagem no terminal de passageiros;
- reformados os banheiros para melhor atender o movimento que, no ano de 2000, ultrapassou os 200 mil embarques/desembarques/trânsito;
- homologada as operações do equipamento de aproximação por instrumentos tipo VOR-DOPPLER, antiga reivindicação da comunidade, que está proporcionando operações mais seguras, em condições meteorológicas adversas e nas duas cabeceiras;
- alargamento do pátio de aeronaves, que possibilitará o estacionamento concomitante de 3 Boeings 737-500;
- iniciadas as obras de iluminação do pátio de aeronaves e de hangares;
- construção da Seção de Contra-Incêndio (SCI), por intermédio do V COMAR;
- recebimento de um Carro de Combate a Incêndio para uso no Aeroporto;
- iniciados estudos visando à internacionalização do Aeroporto, em conjunto com o Departamento de Aviação Civil - DAC e empresas aéreas;
- assinado convênio com o 10º Batalhão de Engenharia de Lages para a construção de muro de proteção.

No Aeroporto Regional de Passo Fundo:

- implantação do equipamento de proteção ao vôo tipo VOR-DME, que proporcionará maior segurança as operações por instrumentos;
- desenvolvidos estudos e projeto para alargamento da pista de pouso/decolagem e reforço do pavimento, para operações com as aeronaves ERJ 145 e Boeing 737-500;
- executado reforma do terminal de passageiros;
- escolhido o local para implantar a Seção Contra-Incêndio;
- recebido carro de combate a incêndio para uso no Aeroporto.

No Aeroporto Regional de Santo Ângelo:

- desenvolvido projeto para operações de aeronave Boeing 737-500 e de vôos internacionais;
- escolhido o local para implantar a Seção Contra-Incêndio;
- recebido um carro de combate a incêndio para uso no Aeroporto.

No Aeroporto Regional de Rio Grande:

- iniciadas as obras para iluminação do pátio de aeronaves e implantação de farol de aeródromo, que possibilitará os vôos noturnos;
- desenvolvidos estudos e sondagens para operações pela aeronave ERJ145.

No Aeroporto Regional de Erechim:

- assinado convênio para execução de obras de alargamento da pista de pouso/decolagem, balizamento noturno e Casa de Força;
- executado *pré-site* para implantação de NDB (rádio-farol não direcional), para operações de vôos por instrumentos.

No Aeroporto da Região das Hortênsias:

- complementado os estudos nas localidades de Canela e São Francisco de Paula, visando o licenciamento ambiental pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) para implantação do Aeroporto da Região das Hortênsias, destinado a atender a grande demanda existente do turismo;
- iniciado o projeto de terraplenagem na Fazenda do Ipê, em Canela;
- encaminhado convênio com a EMBRATUR, para início da implantação em 2001.

No Aeroporto Regional de Santa Rosa:

- licitado o alargamento e restauração do pavimento da pista de pouso/decolagem;
- executado o projeto de sinalização luminosa para vôos noturnos;
- executado *pré-site* para implantação de NDB, para operações de vôos por instrumentos.

No Aeroporto de Torres:

- licitadas as obras de sinalização noturna e equipamentos de proteção ao vôo para operações por instrumentos;
- executado *pré-site* para implantação de NDB, para operações de vôos por instrumentos.

Acordos de Gestão - Foram assinados acordos de gestão aeroportuária com os Municípios de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Rosa, Ijuí, Carazinho e Erechim.

3.3.1 - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem – DAER

O DAER, órgão responsável pela execução da política de transportes rodoviários do Estado no que concerne à construção e manutenção da malha rodoviária, bem como à fiscalização de serviços rodoviários concedidos, desenvolveu as ações a seguir descritas.

Obras Rodoviárias do Orçamento Participativo - Estão em execução as seguintes obras rodoviárias, atendendo demanda da participação popular.

Rodovia	Trecho
RS/EP	Maximiliano de Almeida - Machadinho
RS/431	RST/470 - Santa Barbara (Bento Gonçalves - Dois Lajeados)
RS/110	Alziro Ramos - Várzea do Cedro
RS/124	Harmonia - RS/122 (São Sebastião do Caí)
RS/350	RS/350 Dom Feliciano - Chuvisca
RS/350	Acesso Municipal a Chuvisca
RS/350	Camaquã - Chuvisca
RS/239	Riozinho - Rolante
RS/411	Brochier - Maratá
RST/101	Osório - Capivari
RS/486	Terra de Areia – Curumim (em licitação)
RS/020	Tainhas - Cambará do Sul
RS/474	Santo Antonio da Patrulha - Rolante
	Maximiliano de Almeida - Barragem do Machadinho
RS/126	São Jorge - Guabijú
RS/330	RS/472 - Derrubadas
RS/129	RS/129 David Canabarro - Vanini - Casca
RST/101	Mostardas - Tavares
RS/132	RS/324 - Nova Alvorada
RS/207	Crissiumal - Humaitá - BR/468
RS/EP	Ibiraíaras - São Jorge
RS/158	Contorno de Palmeira das Missões
RS/265	Vila Boa Vista - BR/116
RS/444	Monte Belo - Santa Teresa
RS/456	Esmeralda - BR 285
RS/539	Veranópolis - Cotiporã
RS/425	Linha Auxiliadora - Nova Bréscia
VRS	Acesso a Vila Lângaro

Obras Rodoviárias com Recursos do Tesouro do Estado - Além das obras demandadas pelo processo de participação popular, o DAER, com recursos do Tesouro do Estado, executou as seguintes obras rodoviárias, compreendendo a construção de estradas, viadutos, pontes, aterros, trevos e acessos.

➤ **Obras Concluídas:**

Rodovia	Trecho
RS/420	Erechim - Aratiba
VRS/809	Cachoeira do Sul - Acesso Olaria
RS/540	Santo Cristo - Vila Sírío
RST/472	Tenente Portela - Palmitinho
VRS/814	BR/386 - Mormaço
VRS/830	BR/287 - Boca do Monte
RST/453	Fazenda Souza
RS/126	Duplicação da avenida de Acesso a Sananduva
RS/509	Duplicação - Santa Maria/Camobi
RS/343	Contorno de São José do Ouro
	Acesso Escola Agrotécnica de Sertão - Vila Luiz Englert
	Viaduto duplo - Acesso secundário São Sebastião do Caí
	Ponte sobre o Rio Piratini - Pedro Osório - Cerrito

➤ Obras Concluídas (continuação):

	Ponte sobre Arroio Feitoria
	Ponte sobre o Arroio Veado
	Acesso Aeroporto Pelotas - Av. Zeferino Costa
	Anel Viário Pelotas
	Ponte sobre Arroio Ferreira
	Ponte sobre o Arroio Passo D'Areia
	Ponte sobre Arroio Terra - Acesso Joaneta
	Trevo de Acesso Restinga Seca
	Aterro sob os Viadutos Várzea do Agudo
	Trevo de Acesso a Novo Barreiro
	Trevo e Avenida do Município de Nova Boa Vista
	Trevo de Acesso a Santa Bárbara do Sul
	Trevo de Acesso a Vila Maestra - Caxias do Sul
	Trevo de Acesso a Serafina Corrêa
	Trevo de Acesso a UNIJUI - Santa Rosa

Rota do Sol - O Governo do Estado encaminhou proposta de empréstimo ao Japan Bank for International Cooperation - JBIC, no valor de US\$ 32 milhões, para os 4,7 km da variante ambiental, bem como inseriu essa importante rodovia de ligação da Serra ao Litoral Norte, no Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

Projeto de Pavimentação Rodoviária - PPR (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID) - No mês de outubro de 2000, uma missão, chefiada pelo Governador, esteve no Japão para a assinatura do contrato de financiamento de US\$ 75 milhões, com o JBIC, os quais servirão como contrapartida do Estado ao Programa dos Corredores de Exportação. Assim, a participação no financiamento dessas obras passam a ser de 50% para o BID, 25% para o JBIC e 25% para o Estado.

➤ Obras Concluídas:

Rodovia	Trecho	Km
RST/522	Jóia - Augusto Pestana	22,640
RS/470	São Pedro da Serra-Carlos Barbosa	19,003
RS/377	Sanga da Cruz - Manoel Viana	16,256
RS/122	Ipê - Samuel	43,400
RS/342	Catuípe - Independência	50,000
RS/471	Encruzilhada do Sul - Boa Esperança	37,500
RS/324	Passo Fundo - Pontão- Natalino	49,700
RS/168	BR/392 - São Paulo das Missões	14,100
RS/377	São Francisco de Assis - Km 9,2	9,200
RS/153	Soledade- Barros Cassal (lote 1)	20,350
RS/153	Contorno de Soledade RS/332	8,050
RS/377	BR/290 - Cerro do Jarau	25,000

➤ Obras em Andamento:

Rodovia	Trecho	Km
RS/377	Alegrete - Sanga da Cruz	19,40
RS/324	Natalino - Ronda Alta	18,70
RS/471	Rio Camaquã - BR/392	34,80
RS/153	Soledade - Barros Cassal (Lote 2)	17,80
RS/481	Cruz Alta - Salto do Jacuí (Lote 1)	30,10
RS/377	Cerro do Jarau - Quaraí	19,30

➤ Obras em Licitação:

Rodovia	Trecho	Km
RS/471	Ponte sobre o Rio Camaquã	0,40
RS/471	Boa Esperança - Rio Camaquã	25,30
RS/377	Santiago - Acesso a Carovi	25,30
RS/377	Acesso a Carovi – Lajeado Santa Brígida	29,70
RS/377	Lajeado Santa Brígida – Santa Tecla	30,50
RS/377	Santa Tecla – Jóia	30,30
RS/377	Km 9,2 - Manoel Viana	31,50
RS/307	Campina das Missões – São Paulo das Missões	10,80

Restauração de Rodovias - Dentro do Programa Nacional de Manutenção de Rodovias Estaduais (PNMRE), no exercício de 2000, foram concluídas as obras de restauração de 389 km de rodovias iniciadas em 1999.

Do mesmo modo, em 2000, o Governo do Estado, através do DAER, propôs ao Banco Mundial - BIRD, a mudança nas metas físicas e na forma de contratação das obras de restauração de rodovias. Essa alteração, proposta ao Banco, consistiu em ampliação da duração dos contratos para cinco anos e união das atividades de conservação e restauração em um único contrato, mantendo as empresas contratadas para a restauração, também, responsáveis pela conservação.

Este Programa integrado de restauração e conservação recebeu o nome de Restauração, tendo sido previstas para ele a contratação de, aproximadamente, 4.700 km de rodovias, divididas em 14 lotes. A aprovação final dessas alterações ocorreu na missão de abril de 2000.

O DAER, no ano de 2000, reestruturou o Programa de Empréstimo: contratou um consultor para elaboração dos projetos referentes a esta nova fase, enquanto desenvolvia as definições da nova forma de contratação. Havia a necessidade de definir indicadores de desempenho para serem atingidos pelas empresas contratadas, a fim de posicionar a fiscalização do DAER dentro dos novos contratos, além de elaborar os editais internacionais de pré-qualificação e obras para a primeira fase, e o edital para contratação dos projetos referenciais de licitação da segunda fase.

Em julho de 2000, foi iniciada a pré-qualificação das empresas interessadas em participar da licitação dos 7 primeiros lotes, que abrange, aproximadamente, 2.500 km. Tão logo o processo esteja concluído, o DAER pretende iniciar a pré-qualificação das empresas para os 7 lotes restantes, que compreende, aproximadamente, 2.200 km.

A principal alteração se refere ao fato de todas as rodovias com comprovada rentabilidade, demonstrada por equações de viabilidade econômica e financeira, volume de tráfego razoável, serem elegíveis para receberem obras de restaurações, recuperação, revitalização ou, no mínimo, de conservação rotineira.

➤ **Obras de Restauração Concluídas - Programa BIRD**

Rodovia	Trecho	Km
RS/128	BR/386 - Bom Retiro do Sul	6,900
RS/404	Sarandi – Rondinha	15,440
RS/404	Rondinha - Ronda Alta	12,100
RS/324	Ronda Alta - Três Palmeiras	18,150
RS/452	Bom Princípio - Nova Palmira	27,460
RS/324	Marau – Casca	30,900
RST/470	Veranópolis - São Valentim do Sul	31,240
RS/446	São Vendelino - Carlos Barbosa	17,060
RS/342	Cruz Alta – Ijuí	44,560
RS/344	Santa Rosa - Giruá	20,800
RS/344	Giruá - Santo Ângelo	31,240
RS/344	Santo Ângelo - BR/285	6,000
RS/020	Vista Alegre - Taquara	48,000
RST/101	Bacopari - Mostardas	80,000

Manutenção da Rede Rodoviária - No que diz respeito à manutenção da rede rodoviária cabe destacar os seguintes serviços:

- no Programa de Segurança Rodoviária foram desenvolvidas sinalizações em 444,51 km de rodovias;
- roçadas e melhorias na faixa de domínio na ordem de 20,4 milhões de m²;
- pintura e reforma de pontes em 4 mil metros,
- patrolagem na ordem de R\$ 4,2 milhões;
- terraplenagem na ordem de R\$ 5,7 milhões; e
- na operação “Tapa Buraco” em rodovias pavimentadas da rede estadual delegada com recursos da ordem de R\$ 5,5 milhões.

Fiscalização de Rodovias Concedidas - Durante o ano, foram realizadas 38 vistorias nos 7 (sete) Pólos concedidos, abrangendo 39 trechos e 2.010 km de rodovias concedidas.

Transporte Coletivo de Longo Curso - No exercício de 2000, foram elaborados estudos de índices tarifários, licitadas novas rotas e implementado melhoramentos de linhas, bem como houve a entrega de 110 ônibus, que representa investimentos da ordem de R\$ 25 milhões na renovação da frota.

3.3.2- Superintendência de Portos e Hidrovias – SPH

Essa Superintendência desenvolveu ações de manutenção dos portos interiores, dos canais de acesso e das vias fluviais e lacustres, assim como explorou comercialmente os portos a cargo do Estado.

Porto de Porto Alegre - O Porto de Porto Alegre, no ano de 2000, aumentou o movimento de cargas em mais de 20%. Nesse exercício, também, foi concluído o plano de zoneamento e encaminhado os processos licitatórios para arrendamento das áreas definidas e aprovadas pelo Conselho de Autoridade Portuária.

Porto de Pelotas - Com a finalidade de recuperar o porto de Pelotas para a navegação interior e de cabotagem, foi oficializado o calado de 14 pés (anteriormente eram 10 pés), o que possibilitará a atração de cargas e reativação das operações portuárias.

Porto de Cachoeira do Sul - Está em elaboração o projeto objetivando à integração do porto de Cachoeira do Sul ao transporte rodoviário da região.

Dragagem da Bacia Hidroviária - No que tange à dragagem da Bacia Hidroviária foram realizadas 639.770 m³ de dragagem nas seguintes hidrovias: Rio Grande - Doca de Hortifrutigranjeiros, 6.000 m³; São José do Norte - Ponta dos Pescadores, 30.000 m³; São Lourenço - Canal da Barra do Rio São Lourenço, 18.000 m³; Canal do Leitão, 273.000 m³; Canal Pedras Brancas, 187.000 m³ e Canal do Nascimento, 125.770 m³.

Levantamento Topo-Hidrográfico no Canal de São Gonçalo, em Pelotas - Foi contratado o Instituto de Pesquisas Hidroviárias (INPH) para levantamento topo-hidrográfico no Canal de São Gonçalo, em Pelotas, corrigindo-se a profundidade que era de 10 pés passando para 14 pés, incrementando, desta forma, a navegação por esse importante canal de acesso ao porto de Pelotas.

Docagem e Reforma do Rebocador Andréa - Já operando no apoio à draga Presidente Médici, na dragagem em São Lourenço do Sul.

Sinalizações e Balizamentos - A sinalização e balizamento das hidrovias obteve parecer favorável do Centro de Sinalização Náutica e Reparos Almirante Moraes Rego, de Niterói/RJ, sendo, atualmente, submetido à apreciação do conselho técnico da DHN. A sinalização propiciará a navegação noturna, trazendo grande economia de tempo no trajeto entre Rio Grande e Porto Alegre.

3.3.3- Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG

A SUPRG, no exercício de 2000, deu continuidade as obras destinadas a propiciar melhorias na infra-estrutura, manutenção dos molhes e administração do porto de Rio Grande.

Movimentação de Cargas - No ano de 2000, o Porto de Rio Grande conseguiu aumentar a taxa de movimentação de cargas. No que se refere a contêineres, verificou-se uma elevação constante, a exemplo de 1999. Entretanto, na movimentação geral de celulose, um decréscimo no recebimento dessa mercadoria pela navegação interior, porém, em termos de comércio exterior, notadamente, na exportação de longo curso, pode-se reafirmar um acréscimo de, aproximadamente, dez por cento. O movimento de carga geral manteve o crescimento de, aproximadamente, oito pontos percentuais.

O maior crescimento na movimentação de carga ocorreu com a importação de insumos para fertilizantes, tendo sido verificado o percentual de quinhentos e setenta pontos sobre o ano de 1999 (108.000 toneladas), elevando o total da tonelagem movimentada para, aproximadamente, 730.000. Tal crescimento concorre para a qualificação da administração pública no Porto Novo, exigindo maior competitividade dos terminais privados que operam com esse tipo de carga, pois a economia de escala faz com que o custo portuário, também, resulte num decréscimo.

Movimentação de Veículos - A variação cambial ocorrida em 2000, a exemplo de 1999, contribuiu para que a movimentação de veículos pelo Porto de Rio Grande, no sentido da importação de longo curso, mantivesse os índices. No ano de

2001, deverá ocorrer um acréscimo com a implantação definitiva do Terminal Automotivo no Porto Novo, alfandegado e plenamente apto para operar com comércio exterior, podendo, também, servir como ponto de embarque para a produção da unidade da General Motors do Brasil, de Gravataí, considerando-se as possibilidades para o mercado interno (navegação de cabotagem), além das vendas para o exterior (exportação de longo curso).

Recuperação e Revitalização do Porto Velho - O projeto de revitalização que objetiva recuperar e disponibilizar as instalações do Porto Velho para exploração turística foi apresentado pela Secretaria Estadual de Turismo ao BIRD, para obtenção dos recursos necessários para sua implementação.

Dragagem - Foram realizados serviços de dragagem com movimentação prevista de 2.100.000 m³, considerando, ainda, a dragagem emergencial realizada no período de julho a setembro de 2000, tendo movimentado um volume de 1.200.000 m³. Com a dragagem foi garantido calado de 31 pés no berço de contêineres do Porto Novo sendo estendido, também, para o berço de fertilizantes, o que concorreu para o significativo aumento da produtividade do porto público.

Pátio de Contêineres - Estão sendo executadas obras para implantação de um pátio de contêineres no Porto Novo, com área de 30.000 m² e que deverá dotar as instalações portuárias de melhores condições para operacionalizar a movimentação deste tipo de unidade de carga.

Terminal Automotivo - Encontra-se em andamento a implantação do Terminal Automotivo. No ano de 2000, foram executadas a demolição e a remoção de aterros das instalações industriais desativadas, bem como concluído o muro de concreto e das guaritas. A pavimentação da área de 101.000 m² para suportar as demandas de montadoras de veículos, tanto na importação, quanto na exportação, seja por navegação de longo curso, cabotagem ou interior, deverá ocorrer no exercício de 2001.

Porto Novo - No ano de 2000, foram executados os seguintes investimentos:

- reparação na rede de alta tensão e subestações elétricas, diminuindo, consideravelmente, o consumo de energia e melhorando, também, a capacidade de armazenamento de contêineres frigorificados;
- recuperação do guindaste n. 4 e que deverá ser utilizado, preferencialmente, na descarga de insumos para fertilizantes, dotando o berço específico com quatro guindastes, com capacidade para 12 toneladas;
- reparação total do Batelão "Campista", que deverá ser utilizado, juntamente com outro a ser adquirido em 2001, na atividade principal de dragagem dos canais de acesso, bacia de evolução e cais de acostamento do Porto de Rio Grande;
- recuperação de aparelhos portuários, proporcionando agilidade e qualidade na prestação de serviços aos usuários;
- Início da recuperação do rebocador "Rienzi", adaptando-o e condicionando-o para apoio nos serviços de manutenção do balizamento e sinalização náutica;
- calçamento e pavimentação de áreas internas do Porto Novo, assim como ao longo do cais, oferecendo aos usuários do porto público melhores condições de operação, com segurança e estabilidade.

3.4- SECRETARIA ESPECIAL DA HABITAÇÃO – SEHAB

Desde a sua criação, em 17.05.1999, a Secretaria Especial da Habitação - SEHAB desenvolve ações de produção habitacional (moradias populares e lotes urbanizados); regularização fundiária e de fomento ao cooperativismo autogestionário e popular.

Moradia Popular – Programa de produção de empreendimentos habitacionais com a participação dos municípios com uma contrapartida mínima de 50% dos investimentos.

No ano de 2000, foi dada continuidade na execução das obras e repasses aos municípios conveniados no exercício de 1999 – originada na Consulta Popular de 1998, e que teve os convênios firmados ainda em 1999, totalizando 129 empreendimentos e um valor para repasse da ordem de R\$ 9,4 milhões. Do total dos empreendimentos, 89 estão na fase de execução das obras, permanecendo os demais em análise ou programados.

A edição 2000 do Moradia Popular, originada no Orçamento Participativo, teve os convênios firmados no mesmo ano, totalizando 42 empreendimentos e um valor de repasse da ordem de R\$ 2,8 milhões, encontrando-se 7 deles em fase de execução, sendo que os demais permanecem em análise ou programados.

O Programa, em suas duas edições, totaliza 9.727 unidades, assim distribuídas: 1.764 casas, 5.799 lotes urbanizados, 769 melhorias e 395 módulos sanitários.

Especial do FDS – Programa que objetiva à produção de habitações e lotes urbanizados do Fundo de Desenvolvimento Social, com implantação através de convênios com Prefeituras Municipais.

Esse Programa, lançado em 1997, a partir da disponibilização de áreas pelos municípios, somente foi viabilizado em 1999, totalizando 16 empreendimentos e um valor de repasse da ordem de R\$ 10,6 milhões, com 11 empreendimentos em fase de execução e os demais permanecendo programados. Totaliza 3.206 unidades, assim distribuídas: 1.178 casas, 1.843 lotes urbanizados e 185 módulos sanitários.

Habitar Brasil – Programa que prevê o repasse de recursos da União ao Governo do Estado, mediante a formalização de convênios com os municípios, objetivando à produção de empreendimentos habitacionais.

Encontram-se em desenvolvimento as seguintes edições: de 1997, com 83 projetos; de 1998, com 64 projetos; e de 1999, com 1 projeto; totalizando 148 empreendimentos e um valor de repasse da ordem de R\$ 14,2 milhões, encontrando-se 88 deles concluídos e 60, em fase de execução.

O Programa contempla 3.960 unidades, assim distribuídas: 3.105 casas, 468 lotes urbanizados, 212 melhorias e 175 módulos sanitários.

Regularização Fundiária e Reassentamentos – Essa ação visa desenvolver ações de regularização fundiária, reassentamento, serviços de topografia,

levantamento sócio-econômico, levantamento cadastral, execução de serviços de infraestrutura, estudos de viabilidade urbanística, etc.

No ano de 2000, foram executados serviços de topografia e levantamento cadastral em 7 vilas, no valor de R\$ 68 mil, beneficiando 2.399 pessoas, bem como contratados e/ou conveniados serviços, com recursos do Orçamento do ano 2000, no valor de R\$ 1,9 milhão, beneficiando 14.314 pessoas.

Cooperativismo Habitacional - O Programa operou no acompanhamento aos projetos desenvolvidos pelas cooperativas habitacionais, além da formação educacional de seus quadros associativos.

Esse Programa teve início em 2000, a partir de convênios firmados com 05 municípios, objetivando ações de regularização fundiária, aquisição de áreas, construção de moradias e aquisição de materiais de construção, totalizando recursos da ordem de R\$ 644 mil, beneficiando 16 cooperativas, cujo número de associados é de 3.010 famílias, conforme tabela abaixo.

Município	N. Cooperativas	Beneficiários	Recursos SEHAB (R\$)
CAMPO BOM	1	250 famílias	148.492,89
SANTO ÂNGELO	2	14 famílias	65.037,34
BENTO GONÇALVES	4	95 famílias	41.186,83
ERECHIM	1	35 famílias	154.618,19
SÃO LEOPOLDO	8	2.616 famílias	235.138,44
TOTAIS	16	3.010 famílias	644.473,69

Os municípios, para poderem conveniar com o Estado, apresentaram os Planos de Trabalho que, após aprovação da SEHAB e mediante autorização legislativa municipal, resultaram em convênios com as cooperativas habitacionais.

Linha de Crédito ao Servidor Público para Moradia – Desde outubro de 1999, vigora o Convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Caixa Econômica Federal, proporcionando ao servidor público estadual, acesso a linhas de crédito para a aquisição da casa própria, com o desconto das prestações em folha de pagamento.

No ano de 2000, foram viabilizados financiamentos para servidores dentro da linha de crédito ao servidor, com desconto em folha, no total aproximado de 950 contratos, resultando um valor total de empréstimos de R\$ 15 milhões.

3.4.1- Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS

Regularização Fundiária e Imobiliária e Entrega de Escrituras aos Mutuários da COHAB/RS - A COHAB/RS – em liquidação - vem realizando ações de regularização e encaminhamento de escrituras relativas às unidades habitacionais produzidas pela Companhia em anos anteriores à entrada do processo de liquidação e outras necessárias para o andamento do próprio processo de liquidação. No exercício de 2000, foram regularizadas 23.511 unidades habitacionais.

No mês de julho de 2000, foi celebrado convênio entre o Estado Rio Grande do Sul, através da SEHAB e COHAB/RS com o Colégio Notarial do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul, Colégio Registral do Rio Grande do Sul, com a anuência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com vistas à lavratura e entrega de escrituras com critérios de descentralização, desburocratização, agilização e redução de custas para o morador. Já nesse exercício foram encaminhados 3.175 escrituras.

Com as prefeituras municipais, no processo da campanha de escrituras, foram realizadas negociações visando reduzir o valor do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. Dessas tratativas, ficou estabelecido que as prefeituras cobrariam, no máximo, 0,5% do valor dos imóveis originais financiadas pelo SFH.

Créditos Habitacionais - Os 5.335 contratos de créditos habitacionais ativos da COHAB/RS que não são passíveis de quitação a curto prazo, estão sendo cedidos à Caixa Econômica Federal.

Inventário de Bens Móveis e Imóveis - Também, foi dado prosseguimento ao inventário dos bens móveis e imóveis da COHAB/RS em atendimento ao disposto no artigo 4º da Lei Estadual n. 10.357/95.

4- ÁREA SOCIAL

4.1 - SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

Importante passo no sentido da democratização das ações e da definição das políticas culturais do Estado - compromisso programático do atual Governo - foi a criação dos Núcleos Regionais de Cultura. Inicialmente, em número de nove, deverão desdobrar-se em vinte e dois, correspondendo à abrangência territorial das regiões do OP-COREDES.

Os Núcleos Regionais de Cultura têm por objetivo possibilitar a construção de políticas públicas culturais que, efetivamente, nasçam do esforço conjugado entre os responsáveis constitucionais pela administração da SEDAC e a comunidade cultural rio-grandense.

A descentralização da atividade cultural - outra diretriz programática do Governo Democrático Popular - é atestada pelas realizações da SEDAC, em todas as regiões do Estado, das quais iremos destacar algumas.

Música - A SEDAC, na área de Música promoveu diversas atividades culturais, através do Instituto Estadual da Música e da Discoteca Pública Natho Henn.

O *Instituto Estadual da Música* - IEM organizou 35 shows durante a programação do Verão com Vida, nas diversas praias de mar e de água doce, para um público estimado em 70.000 pessoas. O Projeto Cabobu, realizado em Pelotas durante vários meses (até dezembro), promoveu oficinas de percussão e dança afro. A Festa dos Tambores de 11 a 13/02 mobilizou 10.000 participantes na apresentação dos primeiros resultados das oficinas. Prosseguiu o Circuito Estadual de Música, com shows musicais em parceria com as Prefeituras, em 80 diferentes municípios, para um público estimado em 20.000 assistentes. Realização, em parceria com a CUT, do 1º Festival da Canção do Trabalhador que teve suas apresentações finais no Theatro São Pedro, em 28 e 29/03, com um público de aproximadamente 1.000 pessoas e a gravação de um CD com as músicas finalistas.

A *Discoteca Pública Natho Henn* propiciou audições com discografia de seu acervo e apresentações musicais didáticas, de música popular e erudita a um público de 5.620 pessoas.

Artes Cênicas - O projeto Verão com Vida, nos meses de janeiro a março, ofereceu 62 espetáculos teatrais para um público de 13.000 pessoas. Os projetos Circulação de Espetáculos e Lâmpada Mágica levaram espetáculos a 86 diferentes localidades com 12.800 espectadores. Por sua vez, as Oficinas Itinerantes de Teatro, em número de 37, treinaram 1.290 pessoas.

Cinema - O Instituto Estadual de Cinema também teve participação no Projeto Verão com Vida. Foram apresentadas 12 sessões de cinema em diferentes localidades, com um público de 4.700 espectadores. A realização do I Fórum Gaúcho de Cinema mobilizou 1.500 artistas e técnicos da área, em preparação ao III Congresso Nacional de Cinema, realizado em Porto Alegre de 30 de junho a 2 de julho, com a participação de 350 cineastas brasileiros. Em 30 de novembro, foi divulgado o resultado do concurso 8º Prêmio IECINE de Incentivo à Produção de

Curtas Metragens, o qual concedeu o montante de R\$ 200 mil, premiando cinco projetos de filmes de curta metragem.

Por sua vez, a Cinemateca Paulo Amarin, no ano que passou, sempre com ênfase ao cinema brasileiro, em suas três salas na Casa de Cultura Mário Quintana, exibiu 395 filmes assistidos por 89.723 espectadores.

Museus - Na área de Museus houve a apresentação de diversas exposições:

➤ Museu de Artes do RS Ado Malagoli – MARGS - efetuou exposições com grande afluência de público: Acervo do MARGS - 46.440 visitantes; Florença Tesouros do Renascimento - público de 22.310 visitantes; As Missões - 21.045 pessoas. O total de visitas ao MARGS atingiu 137.140 pessoas.

➤ Instituto Estadual de Artes Visuais - 13 exposições de artes plásticas contemporâneas, para um público freqüentador de 4.860 pessoas.

➤ Museu Júlio de Castilhos realizou exposições temporárias, com ênfase na história do Rio Grande, totalizando 31.430 visitantes.

➤ Museu Arqueológico do RS - MARSUL (Taquara) - O projeto A Escola Vai ao Marsul levou ao Museu 5.580 estudantes; o Projeto O MARSUL Vai à Escola levou exposições e palestras sobre a Pré-história do RS a 23.250 alunos.

➤ Museu Histórico Farroupilha (Piratini) - As visitas guiadas às exposições de seu acervo atenderam 2.120 pessoas.

➤ A exposição Aqui Tem Carnaval e os Projetos Pré-Carnaval e Muamba Municipal atingiram um público de 11.500 pessoas, promovida pelo Museu Estadual do Carvão (Arroio dos Ratos).

➤ Inaugurado, em junho de 2000, o Memorial do RS vem desenvolvendo exposições com ênfase na história do Estado; pesquisas, oficinas e consultoria de história oral; vídeo debates; visitas guiadas, atendendo uma média de 300 estudantes por dia; oficinas com professores nas quais são trabalhados conceitos de cultura, patrimônio, educação, memória e direitos humanos.

Livro e Literatura – Na área de Livro e Literatura destacam-se as atuações do IEL e da Biblioteca Pública do Estado.

O Instituto Estadual do Livro - IEL - editou: Humores Nunca Dantes Navegados, O Descobrimento Segundo os Cartunistas do Sul do Brasil; A Solidão Conforme Deve Ser, de Franklin Anagnostopoulos; Fascículo Autores Gaúchos - Barbosa Lessa; Poesias, de Delfina Benigna da Cunha; Breviário Profano, de Pedro Stiehl; Nesta Data Querida, de Vera Karam e Mães e Sogras, de Leandro Sarmatz.

No exercício que passou, a Biblioteca Pública do Estado teve 11.970 obras de seu acervo consultadas ou emprestadas, para um público usuário de 65.290 pessoas.

Casa de Cultura Mário Quintana - A Casa de Cultura Mário Quintana - que comemorou seu décimo aniversário este ano - prosseguiu com suas atividades de espetáculos, exposições, mostras, oficinas e palestras, centrados em temáticas que variam mensalmente, tais como: Carnaval, Teatro, Índio, Trabalhadores da Cultura, Rádio, Poesia, Utopias da Arte, Juventude. A frequência de público aos eventos foi de cerca de 10.600 pessoas.

Ações em destaque - Merecem destaque à parte três ações de grande importância para a visibilidade cultural do Estado e que tiveram participação decisiva da SEDAC. A primeira delas foi o comparecimento, em junho, a convite da WUK (Casa de Cultura e Oficinas de Viena) de uma delegação de músicos gaúchos coordenados pela Direção da Casa de Cultura Mário Quintana - CCMQ, representando o Brasil em mostra que marcou os 500 anos do "Descobrimento". Resultou daí o convite para a CCMQ integrar a TRANS EUROPE HALLES (rede de Casas de Cultura européias) o que significa intercâmbio artístico e técnico entre elas. Em retribuição à visita, virá ao Estado, por conta da Prefeitura de Viena, delegação de artistas austríacos, em agosto de 2001. Outro destaque foi a participação da RS na EXPO 2000, em Hannover, Alemanha, no mês de agosto, para a qual a SEDAC produziu um vídeo e um espetáculo com a participação de músicos e bailarinos gaúchos. Outro, ainda, foi a co-produção com a iniciativa privada do Projeto FESTILENDA - Festival da Lenda, História e Folclore, culminando em Bagé, no mês de agosto, com vários concursos: de artes plásticas, de literatura, narração de lendas e causos, entre outros e espetáculos temáticos, bem como um seminário onde discutiu-se a importância das lendas na cultura do Estado.

4.1.1 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore – FIGTF

A Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore preocupada com as manifestações da tradição e do folclore gaúchos desenvolveu as atividades abaixo explicitadas.

Verão com Vida 2000 - Realização de shows nativistas em balneários de água doce no interior do Estado: Laranjal (Pelotas), São Lourenço do Sul, Arambaré, Tapes, Barra do Ribeiro, Restinga Seca, Viamão, Jaguari e Rosário do Sul, beneficiando o público em geral, especialmente os veranistas destes balneários.

Festivais de Música Nativista\Regionalista - Participação institucional da Fundação levando ao interior o trabalho, o nome desta e do Governo do Estado, divulgando projetos e propostas, buscando parcerias para futuros projetos junto à comunidade gaúcha em diversos municípios dentro do propósito da descentralização.

Pesquisa " A Carreira de Bois " - Esta forma de lazer e entretenimento foi uma das heranças deixadas pelos açorianos em alguns municípios durante a colonização do nosso Estado. Há algum tempo, foi feito um registro desta atividade, mas não era com vídeo entendemos a importância dos "trancos" mais antigos na veracidade com seus depoimentos ao discorrer sobre o assunto, bem como o resgate de um costume que começa a ser escasso em nosso meio.

Painel sobre "Trapeirismo" - Durante o seminário a respeito do tropeirismo, foram abordadas as contribuições que algumas etnias deram ao tropeiro, coube a Fundação abordar a contribuição do negro nas andanças que marcaram a

história e a economia do Rio Grande do Sul no século passado. Esse foi o IV seminário de integração do MERCOSUL no tropeirismo, realizado na cidade de Bom Jesus, ressaltando-se, também, a contribuição dos nossos vizinhos uruguaios, paraguaios e argentinos, visto que o intercâmbio ocorrido propiciou inúmeras influências na música, alimentação, indumentária, vocabulário, usos e costumes.

Festa do Divino Espírito Santo - A religiosidade católica do povo litorâneo é muito mais forte, na qual são venerados vários santos e algumas festas religiosas. A Festa do Divino Espírito Santo é revestida de um ritual metódico e sistemático, envolvendo festeiros, visitas às casas dos simpatizantes com cantorias, angariação de fundos e doações para a festa.

Jornada de Estudos Históricos Sul-rio-grandense - Seminário realizado em Rio Pardo debateu o tema "Encontro da Cultura Guarani e Luso-Brasileira" com a participação de várias cidades mobilizando a região, rede estadual e municipal de ensino, Universidade de Santa Cruz do Sul.

Exposição " Raízes da África " - Rio Pardo é um dos quatro municípios mais velhos do Rio Grande do Sul, onde a presença do escravo foi muito marcante na história. Esta exposição procurou mostrar as várias regiões da África, de onde teria vindo o negro.

Galpão Crioulo Jayme Caetano Braun - Conclusão da obra e inauguração do Galpão Crioulo Jayme Caetano Braun, no Centro Administrativo Fernando Ferrari.

3ª Festa Campeira e Penca de Cancha Reta - Atividade artístico-cultural realizada no Parque da Harmonia reunindo mais de 20 mil pessoas em 3 dias com atividades campeiras (rédea, laço, gineteada) e shows artísticos com intensa visibilidade para o Instituto que participou de parceria com a Prefeitura de Porto Alegre e MTG.

Semana do Folclore - A Semana do Folclore, realizada em agosto na C.C.M.Q, apresentou como tema específico a Cultura Guarani promoveu palestras, exposições de artesanato e cestarias, mostra fotográfica e apresentações de canto, dança e culinária guarani.

Semana Farroupilha - Participação efetiva da FIGTF na coordenação das atividades oficiais e nos festejos alusivos a data máxima dos gaúchos em Porto Alegre e no interior do Estado, com destaque para acampamentos, desfiles, seminários e shows realizados.

Congresso Brasileiro de Folclore - Participação institucional na organização, apoio e na coordenação das atividades (mesa redonda, painéis, oficinas). Evento nacional que reuniu os folcloristas de todo o Brasil e MERCOSUL, com a discussão sobre o folclore na escola .

Feira do Livro - Participação da FIGTF na 46ª Feira do Livro na construção e coordenação do Galpão Negrinho do Pastoreio, no centro da praça que, serviu de referência para informações e espaço para sessões de autógrafos em um *stand* que se retratou um galpão crioulo.

Raízes de Rio Pardo - Encontro realizado em dezembro último, propôs o estudo do desmembramento histórico, político, administrativo e cultural de 317 municípios, a partir da sede Rio Pardo. Reunião com ampla mobilização regional e bom espaço de mídia.

Encontro "Gaúcho Cristão Ano 2000" - Dentro deste encontro houve a apresentação de um seminário "O Cristianismo na formação histórica do gaúcho" e das seguintes palestras: Missões Guaranis – a história de uma experiência social, Missões Guaranis – um desafio para a atualidade, O tropeirismo e nossas raízes culturais e O cristianismo e as etnias. Essa ação foi implementada com o fim de realizar um encontro ecumênico, buscando, no momento histórico do Jubileu colocar mais uma vez a cultura gaúcha a serviço do amor e da fraternidade. Participaram do encontro o público em geral e gaúchos de outros Estados e dos países vizinhos, Uruguai e Argentina.

Uma Quarteada Missioneira - Realização de um espetáculo poético-musical nas Ruínas de São Miguel com a participação dos cantores e payadores missioneiros: Pedro Ortaça, Valdomiro Maicá, Jorge Guedes, João Sampaio, Nélio Lopes, Gilberto Monteiro e Lucio Yanel, além da OSPA executando obras do acervo missioneiro de Jayme Caetano Braun, Noel Guarani e Cenair Maicá, com entrada franca.

4.1.2 - Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão – FCP-RTV

A Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão, na sua atividade de Radiodifusão Educativa no Estado do Rio Grande do Sul, enfrentou em seus dois primeiros exercícios, várias dificuldades para implementação de suas iniciativas e a manutenção de seus níveis de serviço.

Mesmo com estas variáveis negativas, a TVE alcançou maiores níveis de serviço e buscou diversas soluções necessárias para reestruturação administrativa e operacional, assim como aumentou o efetivo de sua abrangência dentro do território do Estado.

No âmbito da interiorização da TVE foram instalados transmissores novos qualificando o sinal da TV em dez municípios, quais sejam: Carazinho, Palmeira das Missões, Caxias do Sul, Gramado, Frederico Westphalen, Ijuí, Lajeado, Osório, Torres, Uruguaiana, abrangendo um leque populacional de um milhão e vinte e cinco mil habitantes. Com a manutenção corretiva, obteve-se melhoria considerável em confiabilidade e cobertura das restantes vinte e quatro retransmissoras. Acrescenta-se a isso a implantação de retransmissoras nas cidades de Santa Bárbara do Sul e Garibaldi, em conjunto com as prefeituras municipais daquelas localidades.

Logrado êxito parcial na implementação desses objetivos durante o ano 2000, em razão de fatores externos como a conjuntura financeira do Estado e outros. No entanto, as iniciativas tiveram grande parte de suas etapas cumpridas nesse ano e serão ultimadas no exercício de 2001.

Programa de Telecomunicação Educativa - O objetivo do Programa é disponibilizar à sociedade gaúcha os programas elaborados pelo Sistema de Televisões e Rádios Educativas e pela Fundação Cultural Piratini. A meta desse Programa é a promoção da produção artística, cultural, educativa regional e nacional, qualificando e ampliando a programação, aumentando a qualidade do sinal da TVE.

Reforma do Parque de Transmissão – A reforma objetiva oportunizar uma maior cobertura para o sinal da TVE e melhorar a qualidade e confiabilidade e eficiência operacional dos servidores da Fundação.

Inventário da Cultura Gaúcha – O inventário objetivou a realização de um amplo levantamento do que é produzido nas áreas da cultura do Rio Grande do Sul, a ser registrado e difundido através de programas de televisão, rádio e também de vídeos culturais.

4.1.3 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre – FOSPA

A FOSPA, no exercício que passou, realizou diversas apresentações artísticas e culturais: concertos no teatro, concertos dirigidos ao público jovem, série de concertos no interior do Estado e apresentação de óperas, nos quais tiveram presentes um público total de 108.200 pessoas:

➤ 16 Concertos da Série Oficial, que se realizam, às terças feiras, no Teatro da OSPA. Nesses concertos, os estudantes universitários e pessoas acima de 60 anos estão isentas de pagamento de ingresso e os servidores públicos estaduais são beneficiados com 50% de desconto;

➤ 8 Concertos da Série OSPA / UFRGS, que ocorre em um domingo por mês, no Salão de Atos da UFRGS, com entrada franca. Concertos de caráter educativo, objetivam popularizar o acesso à música erudita a todas as camadas da população;

➤ 24 Concertos Especiais, realizados em várias cidades do interior do Estado e na capital, de caráter inteiramente gratuito e aberto à população;

➤ 5 Concertos da Série OSPA nas Igrejas, lançado no ano que passou, com o objetivo de levar os concertos da Orquestra às comunidades periféricas, com entrada franca;

➤ 10 Apresentações da Ópera Infantil “O Limpador de Chaminés”, sendo 5 para o público em geral e 5 para escolas, com preços reduzidos para a rede pública municipal e estadual;

➤ 1 Concerto Popular: concerto sinfônico com repertório popular. Foi realizado este ano o primeiro, contemplando a obra de Lupicínio Rodrigues.

Escola de Música da OSPA - A Escola de Música da OSPA atendeu 200 jovens a partir de 14 anos, com aulas de instrumento, prática orquestral e teoria musical. Além disso, a FOSPA reativou a Orquestra Sinfônica Jovem da OSPA, com 45 estudantes em nível avançado. Essa Orquestra realizou importantes concertos em locais onde a Orquestra profissional não pôde comparecer, como o Hospital

Psiquiátrico São Pedro e a Feira do Livro de Porto Alegre.

A Escola retomou definitivamente seu papel de formadora da nova geração de músicos da OSPA, tendo beneficiado 200 alunos de música, vindos de Porto Alegre e Região Metropolitana. Público estimado dos concertos - 5.000 pessoas.

Projeto OUVIRAVIDA - O Projeto OUVIRAVIDA da Escola de Música firmou-se como a mais importante atuação da OSPA, objetivando à descentralização da cultura. Esse pioneiro trabalho foi instituído em 1999, levando o ensino formal da música às crianças da população de baixa renda, na Vila Pinto, de Porto Alegre. Em 2000, o Projeto OUVIRAVIDA atendeu 320 crianças, contando com apenas 4 professores de música.

Interiorização da FOSPA – A atuação da FOSPA abrangeu diversos municípios do Estado: Porto Alegre, Piratini, Encruzilhada do Sul, Camaquã, Pelotas, Guaíba, Caxias do Sul, São Jerônimo, Jaguarão, Osório, Tramandaí, São Miguel, Ijuí, Gramado, Viamão, Bagé, Passo Fundo Santa Vitoria do Palmar, Rio Grande, São Lourenço do Sul e Quaraí.

4.1.4 - Fundação Theatro São Pedro – FTSP

A Fundação Theatro São Pedro desenvolveu, no ano de 2000, diversos projetos, abaixo discriminados.

Aniversário do TSP - Apresentação de temporada especial de espetáculo operístico, “O Barbeiro de Sevilha”, na semana do aniversário do Theatro São Pedro (no mês de junho).

Música ao meio dia - Apresentações de música erudita e popular, abertas ao público, às quartas-feiras ao meio dia no foyer do Theatro São Pedro.

OCTSP - Apresentação de dois concertos mensais, no período de março a dezembro, sendo um deles aberto ao público (último domingo de cada mês).

Projeto “Concertos para a juventude - BANRISUL”, apresentação de concertos de música erudita, tendo como público alvo estudantes de escolas públicas e particulares, em audições especialmente agendadas (em média duas ao mês), no período de agosto a novembro.

Complexo Cultural Theatro São Pedro – A atuação envolvendo o Complexo Cultural envolveu, primordialmente, a busca de recursos financeiros junto ao Legislativo Federal, em Brasília, e a exposição e divulgação do Projeto para o público em geral.

Retomando a Palavra - Apresentação quinzenal de roteiros poéticos-literários encenados no foyer do Theatro São Pedro, abertos ao público, no período de abril a dezembro.

BLUE JAZZ - Apresentação semanal de grupos de Jazz e MPB, abertas ao público, no foyer do Theatro São Pedro, no período de agosto a dezembro.

Os projetos acima foram todos realizados pela Fundação, SEDAC, Associação Pró- Música, BANRISUL, IEACEN e com apoio da iniciativa privada.

Parceria com a programação artística da Fundação Teatro São Pedro –

Diversos projetos culturais foram realizados em parceria com a programação artística da Fundação Teatro São Pedro, são eles: Espetáculo “O Guarani” – SEDAC; I Festival da Canção do Trabalhador – SEDAC;- Concertos para escolas da rede pública municipal vinculados ao Projeto Latina -2000 – SMC; Espetáculo de Teatro Tradicional de Bonecos do Japão - Consulado do Japão;- Lançamento do livro “A voz” de Delmar Mancuso - IEACEN/SEDAC; Espetáculo “A Flor do Sal” - IEACEN/SEDAC; Lançamento do “Circuito Cultural Banco do Brasil” –SEDAC; Lançamento do CD “Ópera Carmela” – SEDAC; 7º Porto Alegre em Cena –SMC

Manutenção da Fundação –

Com o intuito de fornecer recursos humanos e materiais necessários à manutenção da Fundação foram promovidas diversas ações de cunho administrativo, dentre elas: estudos para implantação e adequação do Plano de Cargos e Salários; realização de investimentos na aquisição de equipamentos permanentes para o Teatro; desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica e financeira para automação da bilheteria com implantação; desenvolvimento de estudos para interfaceamento do sistema de bilheteria (hoje autônomo), com o sistema de administração financeira da PROCERGS, e a incorporação ao patrimônio da Fundação dos terrenos anexos para futura viabilização do Complexo Cultural.

Por sua vez, na área de recursos financeiros, no início de setembro/2000, houve um incremento médio de 30% nas receitas próprias do Teatro, com otimização de parte de recursos que eram destinados à Associação de Amigos do Theatro São Pedro; retomada das funções de apoio da Associação de Amigos em prol do Teatro; contrato para fornecimento de ingressos sem custos, com economia orçamentária para a Fundação; revisão dos custos de locação de espaços para eventos fechados; e a redefinição dos repasses dos patrocínios “CRT- Blue Jazz “ e ”BANRISUL - Concertos para Juventude” diretamente para os cofres da Fundação e não mais para a Associação de Amigos do Theatro São Pedro.

4.2- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SE

O Rio Grande do Sul inaugurou um novo tempo na Educação Pública Estadual. A Secretaria da Educação, resgatando o verdadeiro sentido da democracia – “ governo do povo”, através do movimento da Constituinte Escolar entregou a escola para aqueles que fazem a escola, para que a educação na Rede Pública Estadual se transformasse em educação verdadeiramente pública.

Constituinte Escolar - No processo da Constituinte Escolar definiu-se a constituição da escola democrática e popular, onde a comunidade escolar – professores, funcionários, pais e alunos - a sociedade civil organizada, instituições do poder público, instituições de ensino superior e movimentos populares foram os construtores. Os cinco grandes momentos nos quais foi organizada e desenvolvida a Constituinte Escolar são:

1º Momento: elaboração da proposta, sensibilização, preparação das condições para desencadeamento do processo e lançamento da Constituinte (executado no ano de 1999);

2º Momento: estudo da realidade regional contextualizada (social, econômica, política, cultural, resgate das práticas pedagógicas e levantamento das temáticas para aprofundamento). Na concretização desse momento, foram realizados encontros/seminários municipais e regionais e o Seminário Estadual para a sistematização deste momento, de onde ficaram definidos os 25 temas e 4 temáticas, sendo esses instrumentos para o desenvolvimento do 3º momento;

3º Momento: aprofundamento das temáticas levantadas no segundo momento. Foram realizados 30 Seminários Regionais de Planejamento do 3º Momento e do aprofundamento temático, com 158 pessoas das equipes Pedagógicas das 30 Coordenadorias de Educação e da Secretaria da Educação. No aprofundamento dos temas e temáticas, nos seminários municipais, microrregionais e regionais, junto ao 2º momento, o processo desenvolveu-se pelo resgate e análise das práticas pedagógicas, as escolas apontaram temas específicos para serem aprofundados como expressão dos conflitos e dificuldades de seu cotidiano tais como: evasão, reprovação, currículo, avaliação, função social da escola, relação entre educação e desenvolvimento. Para a concretude do 3º momento, foram realizados, ainda, dois Seminários Estaduais de preparação da sistematização e um Seminário para a efetivação dessa sistematização, envolvendo em cada um, 156 representantes das Coordenadorias e Secretaria da Educação;

4º Momento: definição de princípios e diretrizes da Escola Democrática e Popular. Com a elaboração e produção do Texto Base, para a discussão e análise dos indicativos dos Princípios e Diretrizes, visando às pré-conferências microrregionais e/ou municipais, deu-se início ao 4º Momento. Foram realizadas 191 Pré-conferências Municipais/Microrregionais com o papel de reflexão e aprofundamento, nas quais, em torno de 69.000 pessoas apontaram os indicativos que deveriam ser mantidos, modificados ou retirados do 1º Texto Base, e que foram, posteriormente, sistematizados através de um Seminário Estadual pelos representantes das Coordenadorias e Secretaria da Educação, com a elaboração do 2º Texto Base.

A legitimidade do processo Constituinte Escolar foi assegurada na elaboração e publicação do Regimento para as Pré-Conferências Municipais/Microrregionais, Regionais e Conferência Estadual, que explicitava os critérios de participação da comunidade escolar e da sociedade civil organizada, bem como apontava os mecanismos de funcionamento. A Conferência, realizada em Porto Alegre, com a participação de 3.500 delegados(as) eleitos(as) nas Pré-Conferências Regionais, foi um intenso momento de aprofundamento das discussões que vinham sendo realizadas ao longo do processo. Os Princípios e Diretrizes que foram definidos na Conferência Estadual tiveram como referencial as seguintes temáticas: - Educação: Democracia e Participação; - Construção Social do Conhecimento; - Políticas Públicas e Educação; - Concepção de Educação e Desenvolvimento,

5º Momento: (re)construção dos projetos político-pedagógicos nas diferentes instâncias da Secretaria da Educação, com o desdobramento em Regimentos Escolares e da própria Secretaria, que, posteriormente, elaborarão os seus Planos de Estudos. Foram realizados, Seminários Regionais e Estaduais de organização e

planejamento desse 5º momento, envolvendo, diretamente, uma média de 400 pessoas em cada um deles, desdobrando-se nas 3.036 escolas da Rede Pública Estadual que, até dezembro de 2000, terão construído, pelo menos, o esboço do seu Projeto Político-Pedagógico.

Para o desenvolvimento de todo o processo da Constituinte Escolar, no decorrer do ano 2000, foram destinados R\$ 2,7 milhões.

No que concerne à relação da Constituinte Escolar e o Orçamento Participativo, a Secretaria da Educação priorizou as ações apontadas nas Assembléias/1999, concentrando esforços para assegurar a execução das metas físicas e financeiras no atendimento das demandas consagradas no Orçamento de 2000. Das demandas apresentadas pelas diversas regiões, 401 escolas estão sendo qualificadas com equipamentos, com execução na forma de repasses às escolas ou compras centralizadas, e em 400 escolas estão sendo realizadas obras/reformas, com execução através da SOPS (Secretaria de Obras Públicas), CPMs (Círculo de Pais e Mestres) e Prefeituras Municipais. Foi beneficiada a população das 21 regiões do Estado.

Conforme ficou apontado nas Diretrizes das Políticas Públicas da Educação, no ano de 2000, foram implementadas ações de valorização, qualificação e formação permanente dos/as trabalhadores/as em educação, através do Processo da Constituinte Escolar, destacando-se, também, a realização do Concurso Público e Nomeação de 8.869 professores para o provimento de recursos humanos da Rede Pública Estadual, bem como, criação do Quadro de Servidores das Escolas com a publicação da Lei 11.407/2000 e a autorização junto à Assembléia Legislativa para a contratação de 3.514 funcionários – secretários de escolas, serventes e merendeiras.

Ampliação e/ou construção de Escolas do Ensino Fundamental - No ensino fundamental, foi dado ênfase às necessidades prioritárias voltadas à ampliação/reforma de escolas, construção de quadras poliesportivas e aquisição de equipamentos, refletindo o desejo de garantir a democratização do acesso e a qualificação da Escola Pública de qualidade social para o Ensino Fundamental, em todas as modalidades. Nessa ação, foram ampliadas 638 salas de aula e demais dependências administrativas e de apoio pedagógico em 248 escolas, reconstruída uma escola com 8 salas de aula e demais dependências, e reformadas 32 escolas, e realizadas adaptações de 05 salas de Integração e Recursos, visando o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais na aprendizagem, aplicados nessa ação R\$ 20 milhões. Além disso, procedeu-se à aquisição de imóveis para funcionamento de 02 escolas, e foram qualificados os espaços desportivos de 50 escolas, através da construção de quadras poliesportivas, com um valor investido de R\$ 4,2 milhões.

Devido ao crescimento pontual da demanda escolar em alguns municípios, comunidades indígenas, assentamentos e de pequenas comunidades, bem como a situação de algumas escolas que pelo estado de precariedade apresentarem risco à integridade física da comunidade escolar, a Secretaria da Educação promoveu a ampliação de 107 salas de aula e demais dependências administrativas e de apoio pedagógico em 49 escolas e a construção de 48 salas emergenciais, em 27 escolas, sendo aplicados R\$ 6,2 milhões.

Ainda, no atendimento das demandas do OP, foram dispendidos R\$ 7,12 milhões para o Ensino Fundamental, destinados à aquisição de equipamentos para 75 Laboratórios de Informática, 71 Laboratórios de Ciências, 66 Bibliotecas e 205 demandas para mobiliários/equipamentos pedagógicos.

Para garantir a conservação das estruturas físicas das escolas do Ensino Fundamental, bem como recuperá-las em razão de danos causados por vendavais, granizo e sinistros, foram aplicados R\$ 2,8 milhões em reparos e reformas.

Visando ao reaparelhamento e à qualificação das dependências escolares e a necessidade de equipar as escolas ampliadas, foram adquiridos mobiliário básico e equipamentos para 615 salas de aula e 220 outras dependências, no valor de R\$ 1,7 milhão.

Educação de Jovens e Adultos - O Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA- RS, completado um ano de ação alfabetizadora, apresenta 279 entidades conveniadas. Estabeleceu profundas relações com as comunidades, seja através dos Animadores/as Populares de Alfabetização, dos Apoiadores/as Pedagógicos Populares e dos Educadores Populares, tendo um total de 4.350 turmas, com 43.500 jovens e adultos em processo de alfabetização.

O Movimento, a partir da práxis, constitui-se numa importante referência do Governo do Estado e oportuniza um intenso processo de formação pedagógica. Nesse sentido, foi realizado um conjunto de atividades com a participação de vários espaços organizados da sociedade gaúcha, como seminários, congressos, feiras, plebiscitos, exposições, eventos religiosos. Desenvolveu um extenso calendário de Formação Político-Pedagógica permanente, em cada regional de Educação, garantindo encontros mensais para 441 Animadores/as Populares de Alfabetização, 714 Apoiadores/as Pedagógicos Populares e de 4.350 Educadores Populares. Destaca-se, ainda, a realização de 60 Cursos Iniciais para 2.355 Educadores Populares e 378 Apoiadores Pedagógicos; realização do 2º Seminário de Formação de Animadores Populares de Alfabetização; realização do 1º Seminário Estadual de Formação de Apoiadores Pedagógicos; realização do 2º Seminário Estadual de Avaliação do MOVA-RS; realização, pelo MOVA-RS & Nunca es Tarde, do I Encontro Internacional de Alfabetização em Rosário/Argentina, totalizando o custo da Formação Político-pedagógica em R\$ 1,1 milhão.

Para a concretude do processo de Alfabetização de Jovens e Adultos, foram repassados às entidades civis conveniadas recursos financeiros para ajuda de custo aos Animadores: R\$ 560,4 mil; para os Educadores/Apoiadores: R\$ 5,3 milhões. Também, foram entregues kits básicos de materiais pedagógicos para as turmas do MOVA-RS, no valor de R\$ 564 mil.

Merece, ainda, destaque a realização dos Exames Supletivos para o Ensino Fundamental tendo-se oportunizado a realização das provas em 5 disciplinas para os 81.000 candidatos inscritos, com aplicação de R\$ 367,4 mil.

Educação Indígena - No atendimento à Educação Indígena, um trabalho conjunto entre Secretaria da Educação, Coordenadorias Regionais - CREs e Universidades, foram realizados cursos de formação continuada para professores indígenas das 44 escolas estaduais das comunidades da Etnia Kaingang, bem como,

das 8 escolas indígenas de Etnia Guarani. Do mesmo modo, vem sendo assegurados a existência de professores indígenas para o atendimento das séries iniciais nessas comunidades como forma de assegurar o respeito à sua cultura, e a implantação, gradativa, das séries finais do Ensino Fundamental, com vistas ao acesso e a permanência de estudantes indígenas jovens na escola.

Escolas Itinerantes e o Ensino Fundamental - Visando ao atendimento do processo educacional nas escolas itinerantes dos 11 acampamentos e nos 4 assentamentos da reforma agrária do Rio Grande do Sul, foram realizados 10 Encontros Regionais/Estaduais para a qualificação, formação e acompanhamento pedagógico aos educadores e trabalhadores em Educação, sendo aplicados R\$ 20 mil. Também, foram adquiridos 4.500 exemplares da coleção "Por uma Educação Básica do Campo" (a um custo de R\$ 18 mil) como subsídios pedagógicos às Coordenadorias Regionais de Educação, escolas e assentamentos.

Qualificação do Ensino Médio - O Estado do Rio Grande do Sul, que se caracteriza por definições das suas políticas públicas inseridas na participação popular, procura, no conjunto de seus movimentos, garantir a democratização do acesso a uma educação de qualidade social que propicie o desenvolvimento de aprendizagens significativas para os estudantes do Ensino Médio, tendo em vista que, no período de 1998 a 2000, esta modalidade de ensino, teve, no Estado um crescimento de 7,3%, sendo que, na rede estadual, este crescimento foi de 16,75%. Com estes índices, a rede estadual absorveu, em 2000, 82,06% das matrículas do Ensino Médio.

Nesse contexto, foi desenvolvido o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PEM-RS, com a proposta de, além de garantir o acesso, atingir todas as escolas estaduais que oferecem Ensino Médio, através de ações de ampliação e qualificação da rede, formação de trabalhadoras e trabalhadores, reconstrução dos projetos político-pedagógicos e formação dos gestores tais como: Equipes Diretivas, Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis.

Pelo Termo de Adesão ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - MEC/BID, o PEM-RS prevê o investimento no valor total de R\$ 54 milhões, tendo celebrado, no mês de dezembro, um convênio referente ao Plano de Investimento de R\$ 11,6 milhões, sendo 40% financiado pelo MEC/BID e a aplicação de 60% como contrapartida do Estado.

A Secretaria da Educação, durante o ano 2000, executou as demandas apontadas pela comunidade gaúcha no Orçamento Participativo, construindo 3 novas escolas com salas de aulas e demais dependências administrativas e pedagógicas e uma escola com 12 salas de aula e demais dependências, está sendo reconstruída. Aplicados nesta ação o montante de R\$ 3 milhões. Também, no atendimento das demandas do OP, estão sendo adquiridos equipamentos para 14 Laboratórios de Informática, 25 Laboratórios de Ciências, 23 Bibliotecas e 35 demandas para mobiliários/equipamentos pedagógicos, com custo de R\$ 2,3 milhões.

Através de ampliações realizadas em 55 escolas, construíram-se mais 23 salas de aulas e demais dependências administrativas e pedagógicas, garantindo, assim, o acesso e a qualificação no atendimento do Ensino Médio, destacando-se as necessidades apontadas com a criação/implantação de novos cursos. Para essas ampliações foram dispendidos R\$ 6 milhões. Foram, ainda, reformadas 07 escola, bem

como foram qualificados espaços esportivos, mediante a execução das demandas apontadas com a construção e/ou coberturas de quadras poliesportivas em seis escolas do Ensino Médio.

Com o comprometimento do Governo do Estado em oferecer o Ensino Médio, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, em localidades que embora não tivessem sido apontadas no Orçamento Participativo, mostraram uma grande procura para o ingresso no Ensino Médio, 03 escolas foram ampliadas e 01 foi reformada.

Tendo em vista à criação/expansão do Ensino Médio nas escolas Públicas, investiu-se, no aparelhamento de 57 salas de aula e 139 outras dependências das escolas construídas/ampliadas através do fornecimento do mobiliário e equipamentos básicos, acervo bibliográfico para 34 escolas e material para laboratório de ciências para 77 escolas, oportunizando experiências práticas que servirão para consolidar o aprendizado teórico na construção de uma nova práxis. Aplicados, nessa ação, R\$ 1,2 milhão.

Na democratização do acesso da comunidade gaúcha ao Ensino Médio, merece destaque, também, a destinação de R\$ 767,8 mil para a realização dos exames supletivos aos 88.062 inscritos, aos quais foram oportunizadas provas em 10 disciplinas que compõe o currículo desta modalidade. Oportunizou-se, ainda, a realização de exames para os cursos profissionalizantes em Transações Imobiliárias, Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Eletrônica.

Para garantir a escolarização de 5.730 alunos, provenientes de localidades onde a rede estadual não oferece a modalidade de Ensino Médio, ou onde a demanda excede a capacidade física já instalada, firmou-se convênios do Programa Bolsa de Estudos com 15 Instituições de Ensino Particular, aplicando cerca de R\$ 854 mil. Efetivou-se, também, a Compra de Vagas em 73 Instituições Particulares, aplicando cerca de R\$ 5,6 milhões.

Ensino Profissional - O Estado, preocupado com o conjunto de todas as escolas, considera que a Educação Profissional precisa estar articulada com o desenvolvimento social e econômico, geração de trabalho e vinculação a outras políticas públicas como na área da saúde, agricultura e ciência e tecnologia. A Educação Profissional passa a ser requisito importante, adquirindo um sentido mais amplo, tornando-se política complementar a outras políticas.

Em resposta às reivindicações das Escolas Técnicas do Estado, o órgão gestor fortaleceu-se através do desenvolvimento do seu regimento interno, com um modelo de gestão participativa e democrática, da parceria estabelecida através de convênios com entidades regionais, nacionais e internacionais, destacando-se o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, e da qualificação do seu corpo técnico, buscando a definição das áreas curriculares das escolas da Rede Estadual, tendo como referência os princípios e diretrizes apontados na Constituinte Escolar e de acordo com o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, adequando-os aos parâmetros nacionais, em conformidade com a nova LDB. Para o atendimento dessas ações foram aplicados R\$ 322 mil.

A Superintendência da Educação Profissional – SUEPRO, responsável pelo Plano de Educação Profissional do Rio Grande do Sul – PEP/RS, que habilita o Estado e Escolas Estaduais com habilitação profissional a terem financiamentos complementares da União, com recursos oriundos do MEC – MTb e BID, reformou e ampliou escolas, qualificou os laboratórios existentes e criou novos, equipando-os com avançada tecnologia para atender a qualificação do processo ensino-aprendizagem com recursos pedagógicos atualizados e de acordo com as necessidades de mercado. Para garantir o acesso, permanência e a qualificação da Educação Profissional, como demanda institucional, foram aplicados, aproximadamente, R\$ 1,3 milhão em obras de ampliação e reformas, bem como aquisição de equipamentos, em atendimento das demandas apontadas no OP, foram executadas obras de ampliação em 15 escolas, além de reformas e serviços de conservação, assim como adquiridos equipamentos para 03 Laboratórios de Informática, 04 Laboratórios de Ciências, tendo sido dispendido R\$ 3,2 milhões.

Atendendo o Ensino Profissionalizante da clientela da zona rural e dos assentamentos da Reforma Agrária, foram firmados convênios, entre a Secretaria da Educação e entidades com trabalhos reconhecidos nessas comunidades, para cursos de formação de Agentes de Desenvolvimento Rural e Agropecuária Ecológica, bem como para Educação de Jovens e Adultos. Aplicados R\$ 190 mil.

Ensino Superior - O Governo reafirma sua decisão de construir políticas públicas com a participação popular, desencadeando no ano de 2000, a implantação da Universidade Pública Estadual. As ações de implantação foram articuladas e executadas com o conjunto de organizações do Estado, que atuam na área da Educação e em Ciência e Tecnologia. Através de 10 Audiências Públicas, reunindo 11 Regiões do Estado, com a participação de 2.630 cidadãos, ficaram registradas 45 propostas para compor o projeto e construir, junto com a sociedade civil, a proposta de uma Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

No Programa Estadual de Crédito Educativo – PROCRED, cumprindo os contratos referente ao ano 2000, foram transferidos cerca de R\$ 2,6 milhões, ao FUNPROCRED para serem repassados a instituições de Ensino Superior, possibilitando a alunos a freqüência ao Ensino Superior em cursos de terceiro grau, destacando-se prioritariamente, os cursos na área da educação tais como, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Física, Biologia, Química e Física .

Assistência ao Educando - No atendimento ao Programa da Merenda Escolar, o Estado aplicou em gêneros alimentícios R\$ 7 milhões, através da compra centralizada ou repassando diretamente às escolas, para o fornecimento da merenda a 358.517 alunos da rede estadual e municipal do Ensino Fundamental e Pré-Escola de 57 Municípios, nos quais o Estado não obteve a anuência para que o programa fosse atendido através de convênios firmados pelas Prefeituras Municipais diretamente com o FNDE, conforme estabelece a Medida Provisória N. 1.979-25, com última publicação em 23 de novembro de 2000.

Para a qualificação da Merenda aos 611.837 alunos, nos 406 municípios gaúchos que municipalizaram o atendimento da merenda das escolas estaduais, através de convênios firmados diretamente com o FNDE/MEC, o Governo do Estado repassou R\$ 2,3 milhões, para aquisição de gêneros alimentícios. Também, estão sendo adquiridos equipamentos, com um custo de 2,3 milhões, para refeitórios e

cozinhas, a serem repassados às escolas estaduais dos referidos municípios, via autonomia financeira, como contrapartida do Estado, apesar da Legislação não o exigir.

A Educação e o Desporto - Considerando a grande demanda reprimida e a não existência de um Sistema de Lazer e Esporte no Estado que construa princípios e diretrizes de uma nova política que proponha, articule e promova o esporte e o lazer como direito de todos e dever do Estado, e que busque uma mudança na concepção tradicional de esporte ligado ao mercado e a competição, foi proposta a discussão sobre a criação de uma Fundação Gaúcha de Esporte e Lazer do Governo do Estado, junto às entidades sociais, recreativas, órgãos públicos e comunidade em geral, através de conferências municipais, regionais e estadual.

Nos eventos esportivos desenvolvidos com a comunidade gaúcha destacam-se a realização dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul - JERGS, com a participação dos alunos de todas as escolas da Rede Estadual de Ensino, e a participação dos alunos classificados nas etapas regional e nacional dos Jogos Escolares Brasileiros - JEBs e Jogos Abertos Brasileiros - JABs desenvolvidos por Federações Esportivas e Escolas Públicas e Privadas do País, tendo sido dispendidos R\$ 760 mil.

Em convênios firmados com 24 prefeituras do Estado, foi regionalizada a realização dos Jogos Intermunicipais do Rio Grande do Sul - JIRGS com municípios participantes em todas as regiões. Da mesma forma, os Jogos Abertos do Rio Grande do Sul – JARGS tiveram sua realização regionalizada.

Com o objetivo de propor desporto e lazer comunitários à comunidade rio-grandense, em especial às comunidades das periferias urbanas rurais e minorias excluídas, respeitando-se as diferenças regionais, ações foram planejadas e desenvolvidas com o envolvimento de Universidades, instituições governamentais e ONGs, tais como: seminários, competições, jogos, festas e comemorações populares. Destacando-se, especialmente, a ação Verão com Vida 2000, Jogos Rurais, Jogos de Integração do Idoso e Olimpíadas Participativas dos Outros 500, onde foram participantes cerca de 8.000 cidadãos das comunidades socialmente excluídas, 2.000 idosos, e toda a comunidade do litoral gaúcho.

A Secretaria, na proposta de oferecer espaço para a realização de eventos sociais, esportivos, culturais importantes para a comunidade porto-alegrense, estão sendo reconstruídos e reformados, através de demandas apontadas no Orçamento Participativo e demanda institucional, pavilhões dos três ginásios do Centro Público de Esporte e Lazer – CETE e do Parque Náutico do Estado, aplicados R\$ 1,3 milhão. Através das reformas e tendo ocorrido a reestruturação dos espaços esportivos estaduais da capital, no CETE, cerca de 1.500 pessoas realizam diariamente corridas e caminhadas orientadas e, aproximadamente, 2.000 usuários/dia utilizam os espaços de esporte e lazer, enquanto que, no Parque Náutico, freqüentam, diariamente, 300 usuários. Para qualificar a prática desportiva, foram adquiridos equipamentos e materiais diversos para desenvolver as diferentes modalidades desportivas.

Centrais de Vagas de Matrículas - Para qualificar o controle e acompanhamento das atividades educacionais do Ensino Fundamental, suprir a necessidade das Centrais de Vagas de Matrículas, implantadas nos Municípios da grande Porto Alegre, bem como para reposição emergencial de equipamentos

roubados nas escolas do interior do Estado, foram adquiridos equipamentos de Informática no valor de R\$ 763,5 mil, resultando, ainda, na redução de custos de manutenção com a locação desses equipamentos.

Foram estabelecidas parcerias para a implantação/implementação das Centrais de Vagas, para qualificação do sistema de matrículas da Rede Pública Estadual e Municipal/2001, através da renovação de convênios com as Prefeituras de Porto Alegre, Gravataí, Viamão e Caxias do Sul e novos convênios com as Prefeituras de Canoas, Pelotas, Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, tendo sido aplicados R\$ 365 mil.

Estudantes Portadores de Necessidades Educativas Especiais - A Secretaria, objetivando à ampliação do acesso e garantia de condições de permanência dos estudantes Portadores de Necessidades Educativas Especiais – PNEE's, desenvolveu cursos de capacitação para professores, que atendem estudantes com Síndrome de Autismo, foi implantado o Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais, que produz material ampliado em Braille às escolas estaduais, bem como foram implantadas salas de recursos para estudantes com deficiência mental, visual e surdos, desenvolvendo, assim, atendimento especializado às suas necessidades educacionais.

Para garantir o atendimento de estudantes com necessidades especiais em regiões onde a rede pública não tem condições de oferecê-lo, foi efetivada a Compra de Vagas em 55 instituições particulares para 1.077 alunos, num montante aplicado de R\$ 2,1 milhões.

Operacionalização da Lei Gestão Democrática do Ensino Público - Foi constituída uma comissão de representantes da Secretaria da Educação e dos segmentos: professores, através do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS, alunos, através União Gaúcha de Estudantes- UGES, pais, através da Associação dos Círculos de Pais e Mestres- ACPM e por representantes da Secretaria da Administração e Recursos Humanos, para elaborar uma proposta de alteração da Lei nº 10.576/95.

A Educação e os repasses de recursos - No processo de manutenção e qualificação da gestão das escolas estaduais, foram repassados R\$ 40 milhões, objetivando a aquisição de equipamentos e as despesas de manutenção de 2.953 escolas que oferecem o Ensino Fundamental.

A Secretaria da Educação visando garantir o acesso dos alunos ao Ensino Fundamental ressarciu em R\$ 11,5 milhões a 365 municípios em razão da cedência de 2.052 professores e 1.852 funcionários da rede municipal que atuam em escolas estaduais, através do Acordo PRADEM – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Municipal.

Na regularização dos processos de municipalização, após procedido o ajuste dos valores aplicados com pessoal de escolas do Ensino Fundamental, foram repassados mais de R\$ 226 mil como acertos financeiros com as prefeituras onde os valores do FUNDEF ingressaram no Estado por ocasião da transferência da mantenedora.

Para atender a Lei nº 9.424/96 - FUNDEF a Secretaria da Educação, repassou R\$ 110 milhões aos municípios, para a aplicação na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e na Valorização do Magistério, como complemento do custo aluno/ano/único do Estado. Essa perda deve-se ao fato de que o percentual da arrecadação, da maioria dos municípios gaúchos, estabelece um custo aluno menor do que o custo aluno único, conforme determina a Lei.

Consulta Popular e a Educação - No compromisso de viabilizar as ações da Consulta Popular/98, cuja execução ficou pendente ao longo do ano de 1999 devido a análises, ajustes, redimensionamentos e encaminhamentos legais e licitatórios, com vistas a sua execução técnica e financeira, o Governo do Estado, no ano de 2000, efetuou o repasse de R\$ 7,3 milhões, qualificando 647 escolas estaduais do Ensino Fundamental e 66 escolas estaduais do Ensino Médio com equipamentos de informática, laboratórios de ciências, acervos bibliográficos e mobiliário escolar e outros equipamentos e materiais pedagógicos.

Tentando amenizar as deficiências no transporte escolar, foi efetivada a compra de 113 veículos escolares distribuídos aos municípios das regiões que elegeram esta demanda como prioridade na Consulta Popular/98, totalizando em R\$ 2,4 milhões. Através de critérios definidos pelo grupo de assessoramento do Governo do Estado, FAMURS e AGM, foram firmados convênios com 497 municípios gaúchos que atendem 102 mil alunos do meio rural da Rede Pública Estadual, para garantir o transporte escolar dos mesmos, no valor de R\$ 7 milhões.

4.2.1 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul – FADERS

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado tem como objetivo a instrumentalização do papel do Estado no tocante a garantir e assegurar às Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs) e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades (PPAHs) os direitos de equiparação de oportunidades necessárias à afirmação da cidadania e à inserção/integração social desta população, desenvolver qualificadamente o atendimento das demandas, propiciar a conscientização da cidadania e dar visibilidade das questões relativas às PPDs e PPAHs, neste sentido, durante o exercício de 2000, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Área de Integração Social - Nessa área, a FADERS participou do Programa "Rede de Proteção à Pessoa Portadora de Deficiência em Situação de Abandono e Risco Social", através do projeto "Grupos de Convivência"; integrou-se ao plano de participação de PPDs nos JIRS- Jogos Intermunicipais do RS e JERGS- Jogos Estaduais do RS, bem como na oferta de atividades e modalidades desportivas e de lazer às PPDs nos espaços em que o DESP desenvolve suas ações; e na capacitação dos servidores do Jardim Botânico e do Parque Zoológico de Sapucaia para a recepção, atendimento, qualificação das ações de educação ambiental e produção de material institucional acessível às PPDs. Além disso, em parceria com a CORDE/Ministério da Justiça, foi publicado o Catálogo de Recursos- Organização de Defesa de Direitos, relação de recursos de Instituições de Atendimento e Entidades Representativas de PPDs e PPAHs, e em parceria com a OAB, publicada a cartilha "Legislação para PPDs e PPAHs com as principais leis referentes a este segmento social.

Por fim, na área de integração social, a FADERS realizou a VI Semana Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência.

Área de Educação – Nessa área, a FADERS, prestou assessoramento à Secretaria de Educação para a implantação do Centro de Apoio Pedagógico (CAP) ao aluno portador de deficiência visual, do qual resultou: realização de Curso de Informática específico para professores que atuam com alunos portadores de deficiência visual e em salas de recursos para deficientes visuais; capacitação de professores da rede estadual para trabalhar com alunos autistas; participação na elaboração de diretriz e normas para o funcionamento de escola e classe especial para o aluno portador de síndrome de autismo; realização de Curso de Atualização em matemática braille para professores da rede estadual, em parceria com a Secretaria de Educação; e participação na reconstrução dos projetos político-pedagógico das escolas, a partir das diretrizes vindas da Constituinte Escolar.

Área da Saúde - A Fundação articulou-se com a Secretaria da Saúde no projeto de descentralização das concessões de órteses e próteses ambulatoriais, em sete macrorregiões do Estado, e no desenvolvimento do Projeto "Sala de Parto" - capacitação dos profissionais para reanimação do recém-nascido e concessão de equipamentos para prevenção da anoxia e lesões perinatais, assim como, participou da organização da Rede Estadual de Atendimento Odontológico inclusive às PPDs. Realizada, ainda, em parceria com a CORDE/Ministério da Justiça, a publicação de material impresso para a execução da campanha de prevenção das deficiências causadas por acidentes domésticos, no trabalho e no lazer.

Implantado o Projeto "Espera Assistida", objetivando orientar as famílias com o manejo da criança, enquanto aguarda vagas para atendimento; e o Projeto "Brincando e Aprendendo", de atendimento em grupo em estimulação precoce para crianças em idade pré escolar, visando à capacitação de profissionais na área de educação infantil.

Área de Acessibilidade – Na área de acessibilidade, foram realizadas diversas ações. Dentre elas: Programa Movimento de Educação para o Trânsito; Curso em Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) para servidores de Órgãos Estaduais e Ministério Público; produção do material institucional em escrita Braille para o Departamento de Desporto da Secretaria de Educação, Fundação Zoobotânica, Movimento de Educação para o Trânsito e Conselho Estadual de Assistência; assessoramento a STCAS para a elaboração de projeto adequados às necessidades das PPDs, no que se refere à acessibilidade; oficina de Informática no "Sistema Operacional Dox Vox)" para agentes multiplicadores de entidades representativas de cegos; e Curso "Município e Acessibilidade"- Atualização dos Códigos de Obras e Edificações", em parceria com a CORDE / Ministério da Justiça, com o apoio do IBAM e UNESCO.

Área de Assistência Social – No que concerne à assistência social, em conjunto com a STCAS, através do Plano Estadual de Assistência Social foi implantado/implementado o Programa "Rede de Proteção de Assistência Social à Pessoa Portadora de Deficiência", através dos projetos de Integração Social, Abrigagem e Consórcios Municipais, Casa Lar de caráter regional; e houve a participação no reordenamento do Instituto Dom Bosco, em conjunto com o DAS e DPE/STCAS, Hospital Psiquiátrico São Pedro e Secretaria de Saúde com a

implantação de 04 Unidades Residenciais para PPDs em situação de abandono e risco social.

Área do Trabalho - Em parceria com a FGTAS/SINE, a Fundação, promoveu ciclo de Seminários Estaduais "O Trabalho e a Pessoa Portadora de Deficiência", bem como articulou, com a STCAS, a implantação do "Programa Primeiro Emprego" e, com a SEDAI, a criação da Coopervisão - primeira cooperativa de trabalho gerida por PPDs no País.

No mês de dezembro, foi realizado o I Seminário Anual da Política Pública para Pessoas Portadoras de Deficiência e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades em conjunto com os Órgãos do Governo, Ministério Público, Representantes do Orçamento Participativo, Entidades Representativas de PPDs e PPAHs e comunidade, no sentido de democratizar informações, oportunizar o conhecimento de suas possíveis articulações com Conselhos de Direito, Orçamento Participativo e estabelecendo junto às representatividade de PPDs e PPAHs as prioridades para o atendimento de suas demandas.

Destacam-se, ainda, dentre as ações sob responsabilidade direta da FADERS, o Fórum Permanente da Política Pública Estadual para PPDs e PPAHs, principalmente, com a sua regionalização em 2000 como um processo consolidado com ampla aprovação da nossa base social. Foram realizados 17 edições do Fórum Permanente, 04 no Interior do Estado, através das Plenárias Regionais, com a participação de mais de 2.000 pessoas de mais de 200 entidades, contando com a participação dos seguintes órgãos: Secretaria da Educação, Saúde, Trabalho, Obras, Agricultura, SEDAI, GRC, GOF, FGTAS,/SINE e CIENTEC.

4.2.2 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha – FETLSVC

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, no exercício que passou, desenvolveu inúmeras atividades voltadas ao ensino técnico, principalmente, à formação profissional e ao atendimento aos alunos de baixa renda.

Formação Profissional - A manutenção dos cursos técnicos de nível médio: Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica e Segurança do Trabalho com recursos de cerca de R\$ 8,5 milhões, beneficiando a população da região do Vale do Sinos, Cai e Grande Porto Alegre. Obteve os seguintes resultados: 2.801 matriculados, destes 328 concluíram os cursos.

Atendimento de alunos de baixa renda - A Fundação, no exercício de 2000, isentou da contribuição 30% dos alunos e 65% tiveram redução das mensalidades. Além disso, esses alunos tiveram acesso a vale-transporte, vale-refeição e material escolar.

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior – Na área de ensino superior foram oferecidos cursos de tecnólogos: - Tecnólogo em Química - Ênfase em Gestão Ambiental e Tecnólogo em Automação Industrial. Os projetos dos cursos encontram-se tramitando no Conselho Estadual de Educação, em fase conclusiva, após ajustes e complementações apontadas pelos peritos e atendidos pela instituição.

Apoio Tecnológico para o Desenvolvimento – O apoio tecnológico para o desenvolvimento compreende a prestação de serviços efetivada pela FETLSVC. Foram atendidas 40 empresas do parque industrial da região, realizando ensaios físicos e mecânicos, manutenção de máquinas, usinagem de materiais e consultoria técnica.

15ª MOSTRATEC e 7º SIET – Realizada a 15ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia - MOSTRATEC e o 7º Seminário Internacional de Educação Tecnológica – SIET, no período 06 a 11-11-2000, tendo sido apresentados 115 projetos. Participaram dos eventos 9 países: Brasil, Argentina, Chile, França, México, Paraguai, Peru, Turquia e Uruguai.

Projetos de Pesquisa – Promovida a elaboração e encaminhamento aos órgãos de fomento de projetos de pesquisa, envolvendo a FAPERGS e o CNPq. Beneficiaram-se com essa ação toda a comunidade escolar e científica.

Cursos de curta duração e extensão – A Fundação, no ano que passou, realizou 15 de curta duração envolvendo: gestão e auditoria ambiental, resíduos, biotecnologia, manutenção industrial, CAD, Adobe Photochope, tendo 300 participantes, bem como curso de extensão na área de mecânica automotiva com 141 participantes. Essa ação atinge todo o parque industrial da região.

4.3- SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS

A Secretaria da Justiça e da Segurança continuou pautando suas ações na busca do atendimento de sua diretriz que é a de proporcionar à comunidade rio-grandense, por meio de instituições humanizadas e democratizadas, uma prestação de serviço de segurança pública integrado, baseado na cidadania, garantidor dos direitos humanos e sob controle social.

Outro aspecto importante diz respeito à descentralização do atendimento do DETRAN para o interior do Estado, além, é claro, da redução da acidentalidade de trânsito no Estado.

Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas ações ao longo do ano de 2000, conforme a seguir:

Desenvolvimento de Estudos e Prestação de Serviços – Foram elaborados estudos com vistas à reestruturação da Secretaria da Justiça e da Segurança, projeto de lei para unificação das corregedorias policiais, além da separação do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar, qualificando e expandindo a prestação do serviço de proteção à comunidade rio-grandense.

Houve o redimensionamento do Departamento Estadual de Investigações Criminais, assim como a potencialização da prestação de serviços nas delegacias distritais de polícia com o incremento do número de servidores.

Com relação à recomposição do número de servidores, essa ocorreu na Superintendência dos Serviços Penitenciários, na Polícia Civil e na Brigada Militar com o ingresso de, aproximadamente, 1.600 servidores.

PROTEGE – Em 2000, foi criado o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas - PROTEGE, através do Decreto nº 40.027. Esse Programa ampara as vítimas de coação, oferecendo ajuda financeira e segurança particular, tendo sido destinado R\$ 450 mil do orçamento ao fundo financeiro. Somente nos primeiros meses de funcionamento, a SJS, através do PROTEGE realizou a proteção de várias pessoas, na residência das próprias testemunhas, em quartéis ou delegacias.

Otimização de Serviços – Com a revogação da portaria que dava exclusividade de lavratura aos Termos Circunstanciados - documentos que instruem os processos nos juizados especiais criminais - à Polícia Civil, foi possibilitado que esse procedimento fosse realizado, também, pela Brigada Militar, otimizando recursos e agilizando o serviço.

De forma gradativa, foi sendo realizado o processo de retomada da gerência integral dos recursos físicos dos órgãos subordinados à SJS e da gestão financeira dos recursos da área da segurança pública, bem como saldadas todas as dívidas com os servidores referentes à gestão administrativa (95/98), não restando nenhum saldo.

1ª Conferência Estadual de Justiça e Segurança - A Secretaria da Justiça e da Segurança, no ano 2000, fez avançar o processo de democratização da prestação dos serviços de segurança pública através da concretização da 1ª Conferência Estadual de Justiça e Segurança e da implementação de algumas diretrizes ali definidas.

Implementação do CIOSP - Foram implementadas ações de integração dos órgãos policiais no sentido de qualificar a prestação dos serviços de segurança e racionalizar os meios e recursos disponíveis, dentre elas a implantação do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP, formação e qualificação de servidores e utilização compartilhada de prédios pelos órgãos policiais.

O CIOSP foi colocado em funcionamento através da alocação de recursos físicos e financeiros, bem como de servidores qualificados para o atendimento da área geográfica da Capital do Estado.

Através da operacionalização do CIOSP, foi proporcionado uma melhor utilização do sistema de comunicações e da frota de viaturas na Grande Porto Alegre.

Capacitação de Servidores - Na área de formação e qualificação foram promovidos os seguintes cursos: Formação Integrada de Profissionais da Área da Segurança Pública, atendendo 1.596 servidores; Atualização sobre Ações Básicas de Segurança Pública: uso da força e da arma de fogo, capacitando 1.576 servidores em 78 edições do curso em 17 cidades do Estado. Outros cursos na área de segurança pública qualificaram e capacitaram 372 servidores públicos.

Com relação às escolas de formação, qualificação e capacitação da Polícia Civil, Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Superintendência dos Serviços Penitenciários, foi implantado o sistema unificado de ensino.

Também foram promovidos eventos, no qual participaram os servidores das Delegacias para a Mulher e Postos Policiais para a Mulher, visando ampliar e qualificar o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Reaparelhamento da Segurança Pública – Para assegurar uma melhor qualidade na prestação dos serviços de segurança pública, foram investidos recursos estaduais da ordem de R\$ 18,6 milhões e federais, no montante de R\$ 15 milhões, através de convênio com a União dentro do Plano Nacional de Segurança Pública, para a aquisição preferencial de coletes à prova de bala, armas, equipamentos para bombeiros, viaturas policiais, recarregadores de munição, informatização dos órgãos e infra-estrutura para órgãos vinculados à Secretaria da Justiça e da Segurança.

Ressocialização e Humanização dos Internos do Sistema Penal - Na área prisional foram implementadas ações visando à garantia dos direitos humanos dos apenados e seus familiares (extinção da revista íntima nas casas prisionais sob administração direta da SUSEPE), respeito à inviolabilidade da correspondência, reforma do Presídio Central. Quanto aos servidores, foram implementadas ações, objetivando à capacitação e qualificação, e, na área da saúde, para atendimento de servidores e apenados.

Além disso, foram implantadas medidas para a humanização do sistema prisional e ressocialização dos detentos, através da integração da SUSEPE no Programa Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, de competência da Secretaria - Geral de Governo. Outras medidas adotadas dizem respeito à implantação do projeto de regionalização da saúde, com a criação dos “Centros de Promoção à Vida”; a celebração de convênios com diversas entidades para o aproveitamento da mão-de-obra dos apenados; o fomento à criação de “cooperativas multifuncionais” e a formação profissional para apenados.

IGP - No Instituto Geral de Perícias, foi aperfeiçoado o Laboratório de Impressões Digitais Latentes, do Departamento de Criminalística, com apoio da FAPERGS, cujo objetivo é o desenvolvimento de novas técnicas para qualificação da elaboração da prova pericial. Além disso, também ocorreu a valorização da polícia técnica através do reaparelhamento do Instituto com a aquisição de novos equipamentos.

4.3.1- Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN

No DETRAN, durante o ano de 2000, foi implementada significativa melhoria nos serviços terceirizados, ou seja, nos Centros de Formação de Condutores – CFCs e nos Centros de Registros de Veículos Automotores - CRVAs, promovendo mais serviços à população, através da qualificação de seus profissionais e supervisores, aprimoramento dos sistemas informatizados, padronização de processos, realização de seminários regionais, dentre outros.

Em relação aos CRVAs houve uma ampliação do número de Centros, buscando com isso atender a várias regiões do Estado; além da abertura de credenciamento para novos CFCs, dentro de critérios de viabilidade econômica dos mesmos e das necessidades das regiões.

Em 2000, foi implantado o planejamento estratégico, construído com a participação dos servidores e estagiários e treinamento intensivo dos mesmos, com vistas à valorização, além da implantação da promoção funcional e melhoria das condições de trabalho.

O DETRAN-RS, como principal articulador do Movimento de Educação para o Trânsito, promoveu, em várias regiões do Estado, a idéia da valorização da vida e a democratização do espaço público (ruas, avenidas e estradas estaduais) por um trânsito seguro e solidário, tendo como símbolo o pedestre. Nesse sentido, o DETRAN-RS estimulou a organização das comunidades, através de comissões, com seminários, eventos promocionais, mobilizações e outros.

A inclusão do tema “trânsito” no currículo escolar interdisciplinar, nas escolas estaduais do Estado, foi aprovado por unanimidade pelos Delegados da Constituinte Escolar.

Em relação à obtenção da Carteira Nacional de Habilitação – CNH, pelo cidadão sem condições de pagar à vista, foi implantado, através do BANRISUL, linha de crédito para o financiamento da mesma.

4.4 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SEMA

A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) foi criada no dia 29/07/99, sendo um órgão novo na estrutura administrativa do Estado. Assim, o ano de 2000 caracterizou-se pela definição de organograma e de um novo Regimento Interno, de modo a dinamizar, racionalizar e otimizar os recursos existentes, bem como melhorar o atendimento aos usuários da Secretaria.

Durante o ano de 2000, desenvolveram-se, no âmbito dos órgãos que compõem a SEMA, as seguintes ações mais relevantes:

Comissão de Municipalização - Criada pela resolução 04/2000 do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA e composta por órgãos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, a Comissão de Municipalização tem por objetivo avaliar, com base na documentação apresentada, as condições dos municípios para assumirem as atividades de licenciamento ambiental de atividades de impacto local.

Código Estadual do Meio Ambiente - Aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Sr. Governador, a Lei 11.520, de 03/08/2000, institui o Código Estadual do Meio Ambiente, que se caracteriza como instrumento normatizador das relações Estado x Sociedade na área ambiental, representando importante marco na consolidação de políticas ambientais no Rio Grande do Sul.

Semana Estadual do Meio Ambiente - Realizada de forma descentralizada nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Santa Cruz do Sul e Três de Maio. Esses eventos foram realizados em pontos equidistantes com o objetivo de propiciar a maior participação dos cidadãos nas discussões sobre assuntos de interesse Estadual, como Religião e Natureza, O Índio e o Meio Ambiente, Lixo e Cidadania e Proteção da Biodiversidade. Essas atividades contribuíram para formação

e aumento da consciência do povo gaúcho sobre a necessidade da incorporação das questões ambientais na formulação de políticas de desenvolvimento para o RS.

Fórum Estadual do Lixo e Cidadania - Foi realizado nas cidades de Porto Alegre, Caxias do Sul, Três de Maio e Pelotas, objetivando além da Educação Ambiental, sedimentar propostas consistentes na área para implementação de uma política capaz de atender as necessidades da sociedade gaúcha.

Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA) – No ano 2000, foi definida a organização do FEMA, sendo criadas a Junta de Administração e a Unidade Orçamentária, assim como outras providências e definições necessárias ao funcionamento do Fundo, como financiador de políticas de desenvolvimento ambiental.

Resíduos Sólidos – Foi criada comissão com a participação de instituições governamentais e da sociedade civil, visando formular propostas na área de resíduos sólidos, objetivando, principalmente, estabelecer programas de capacitação gerencial; criar linhas de crédito para auxiliar os municípios na implantação de sistemas de tratamento de resíduos sólidos; criar incentivos à implantação de indústrias recicladoras de resíduos sólidos, incluindo as associações e/ou cooperativas de catadores e classificadores; assim como implantar consórcios de municípios para viabilização de ações conjuntas.

Operação Verão com Vida 2000 – A SEMA integrou o conjunto de órgãos da Administração Estadual que desenvolveram a Operação Verão com Vida 2000, tendo contribuído com as seguintes ações:

- Realização da **Agenda 21 Mirim** que contou com a participação de cerca de 20 mil veranistas nas suas seis edições em diferentes balneários.
- Realização de 80 **Oficinas de Educação Ambiental**, com a participação de aproximadamente 12 mil pessoas.
- Distribuição de 50 mil **Cartilhas de Educação Ambiental** e 200 mil “**sacolinhas**”, para acondicionamento de lixo durante o veraneio.

Comissão Bipartite Estado/Município - Criada por portaria da SEMA (n.º 01/2000), a Comissão é integrada por representantes da Secretaria, da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Associação Gaúcha Municipalista, objetiva discutir procedimentos, programas e políticas que integrem o Estado e municípios na busca da melhoria da gestão ambiental no Rio Grande do Sul.

Gestão Compartilhada Estado/Município - Compreende a viabilização de iniciativas, que visam garantir ações conjuntas e complementares entre o Estado e Municípios na construção de políticas de meio ambiente para licenciamento, fiscalização e controle das atividades de impacto local, bem como a construção de políticas que possibilitem a incorporação da variável ambiental nas atividades de desenvolvimento local e estadual.

Conferência Estadual do Meio Ambiente (CONFEMA) - Realizaram-se 11 pré-conferências regionais (abrangendo as 22 regiões do Orçamento Participativo), nas quais foram retirados 273 delegados, que se somaram aos 111 delegados natos representantes de vários setores da sociedade e do Governo, para participar da plenária estadual que se realizou nos dias 2 e 3 de dezembro de 2000, em Porto

Alegre, que, contou com a participação de 500 conferencistas entre delegados, convidados e observadores.

Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul - Criada através do Decreto 40187/00, com a finalidade de promover a discussão, formulação e implementação da Política de Educação Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul.

Florestas e Áreas Protegidas

Unidades de Conservação - A SEMA administra onze áreas de conservação, incluindo cinco parques estaduais, duas reservas biológicas, uma estação ecológica e três áreas de manejo sustentável, abrangendo vários ecossistemas do Estado. No exercício de 2000, merecem destaque especial as seguintes ações desenvolvidas:

➤ Foi iniciada a reavaliação das condições sócio-econômicas na área do Parque Estadual do Delta do Jacuí, bem como um processo de revitalização do parque, com destaque para os prédios da Ilha da Pólvora, futuro Museu Jacques Cousteau.

➤ No Parque Estadual de Itapuã, destacam-se a regularização fundiária, com o pagamento de nove ex-proprietários, o início das atividades de visitação orientada, a realização de oficinas de educação ambiental e a realização de mutirão de limpeza por ocasião das comemorações do aniversário do Parque.

➤ Teve início a realização de diagnóstico ambiental em várias unidades de conservação.

➤ Registre-se, ainda, o desenvolvimento de ações como medida compensatória de impacto ambiental de diversos empreendimentos, como a regularização fundiária do Parque do Espigão Alto, com recursos da Hidrelétrica de Machadinho, a elaboração de proposta de ampliação da Reserva Ecológica de Ibirapuitã, com recursos da Rodovia Alegrete - Manoel Viana, e a assinatura de Termo de Compromisso com a AES-Sul, que deverá investir R\$ 2,5 milhões na implantação do Parque Estadual do Espinilho, como medida compensatória pela construção da Usina Termelétrica de Uruguiana. A Reserva Biológica Mata Paludosa, cujo processo licitatório foi iniciado em 2000, terá a sua implantação viabilizada com recursos decorrentes de medida compensatória pela instalação do Gasoduto Brasil-Bolívia.

Fundo de Desenvolvimento Florestal - FUNDEFLO - O Fundo de Desenvolvimento Florestal tem por finalidade, financiar os projetos e as atividades pertinentes a Política Florestal Estadual, mediante dotação proveniente de convênios, contratos, taxas, multas, ingressos, doações e operações de crédito. No ano 2000, o FUNDEFLO teve uma receita de R\$ 1,9 milhão, sendo os seguintes os principais projetos financiados no exercício:

➤ Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul, em execução pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

➤ Projeto Samambaia Preta;

➤ Delimitação da Reserva Biológica da Serra Geral;

➤ Mudas Florestais para Assentamentos Rurais;

➤ Recuperação das Margens do Rio Uruguai;

➤ Recuperação de Áreas Degradadas em Terras Indígenas.

Recursos Hídricos - No tocante aos recursos hídricos, merecem especial destaque as seguintes ações desenvolvidas no ano 2000:

- Elaboração do Termo de Referência para os Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio Ibicuí e do Sistema Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo.
- Coordenação da Unidade Estadual de Acompanhamento do Projeto de Proteção do Aquífero Guarani.
- Elaboração de Projeto de Implantação da Outorga na Bacia do Rio Santa Maria.
- Elaboração de Projetos sobre as Prioridades Ambientais Estaduais - PNMA II - Gestão Integrada de Ativos Ambientais, visando disciplinar a exploração marginal de pedras preciosas na Bacia do Passo Fundo – Várzea, e recuperar a disponibilidade quantitativa da água nas bacias do rio Ibicuí e Santa Maria.
- Instalação dos comitês do Baixo Jacuí e do rio Ibicuí.
- Acompanhamento das comissões provisórias para implantação dos comitês - rio Alto Jacuí, - Sistema Apuaê Inhandava, - Sistema Passo Fundo Várzea, - Sistema Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo, - rio Butuí, - Sistema Piratinim - Icamaquã - rio Ijuí.
- Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de normas e regulamentações para outorga de uso da água, em consonância com a Lei 10.350/94 e o Decreto 37.033/96.
- Elaboração de propostas de demandas ao Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da região Hidrográfica do Guaíba,

4.4.1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Höessler – FEPAM

No âmbito da FEPAM, foram desenvolvidas as seguintes ações principais:

Desenvolvimento e capacitação institucional, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

- Treinamento e formação de pessoal para área aplicada de planejamento e gestão ambiental;
- Estruturação da fiscalização ambiental, capacitação e aquisição de equipamentos;
- Reforço e capacitação das regionais. Aprovação do projeto piloto de licenciamento Ambiental PNMAII – Programa Nacional do Meio Ambiente;
- Implantação do SINPLI (Sistema de Informação Processo de Licenciamento), com otimização de fluxos administrativos;
- Ações voltadas à área aplicada de desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental, municipalização;
- Divulgação/Disponibilização aos Municípios das informações do Licenciamento Ambiental do Banco de Dados da FEPAM.

Estruturação do Sistema de Planejamento e Monitoramento da Qualidade Ambiental, com ações de destaque quanto ao Gerenciamento Costeiro, à Gestão Integrada de Ativos Ambientais, aos projetos de Monitoramento da Qualidade Ambiental, bem como quanto à avaliação e controle dos impactos ambientais decorrentes da urbanização.

Disponibilização pública de dados ambientais, através da criação do “site” da FEPAM, indicando dados de balneabilidade, bem como da disponibilização de dados de Licenciamento Ambiental para prefeituras, promotorias públicas e comitês de bacias.

Melhoria nos procedimentos de licenciamento ambiental, mediante a redefinição da estrutura, procedimentos, competências e fluxos nos processos de licenciamento ambiental.

Elaboração dos Planos Diretores de Recursos Hídricos – Elaborados os Planos Diretores de Recursos Hídricos dos Rios Ibicuí e do Sistema Turvo - Santa Rosa – Santo Cristo.

4.4.2 Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul – FZB

Ciência e Tecnologia em Recursos Renováveis - Nesta área, foram executados setenta projetos de pesquisa, envolvendo a biodiversidade do Rio Grande do Sul. Foi desenvolvido projeto de orientação e treinamento de pessoal em Ciência e Tecnologia de Recursos Naturais Renováveis, envolvendo alunos dos cursos de Ciências Biológicas da PUC, UFRGS, UNISINOS e ULBRA, bem como alunos de mestrado e doutorado na mesma área.

Além disso, houve a edição de três números da revista científica IHERINGIA, abordando temas vinculados ao conhecimento da biodiversidade, sendo dois números da Série Zoologia e um da Série Botânica. Teve seqüência o processo de informatização do banco de dados do ambiente natural do Rio Grande do Sul, tendo sido firmados convênios com a UNIJUÍ e com a Universidade Federal de Pernambuco.

Educação Ambiental, Cultura e Lazer - Nesta área, a FZB desenvolveu atividades de difusão de conhecimentos, através da realização de exposições e edição de publicações científicas.

No Parque Zoológico de Sapucaia do Sul, foram desenvolvidas ações de restauração, conservação e melhoramento da infra-estrutura do Parque, bem como ações que qualificam a utilização do Parque pela sociedade, destacando-se o projetos **Artezão** e **Vida Própria-Parceiros do Zôo**, que objetivam a integração do parque à comunidade.

No que tange à infra-estrutura do parque, é de se destacar a implantação de carros elétricos disponíveis para visitação e de controles eletrônicos nas bilheterias, ações que qualificam o Zoológico como fonte de lazer e educação ambiental.

4.5 – SECRETARIA DA SAÚDE - SES

O volume de recursos financeiros utilizados na área da saúde é apenas um dos aspectos da política de financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado. Em lugar de uma política clientelista de distribuição de recursos, o Governo do Estado optou por assumir o seu papel de cooperar técnica e financeiramente com todos os municípios gaúchos, com base em critérios previamente aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde.

Municipalização Solidária da Saúde - Desde junho de 1999, vigora no RS a Municipalização Solidária da Saúde, um projeto inédito no país que consiste na transferência regular e automática, diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de recursos do Tesouro do Estado, para manutenção e organização municipal da atenção à saúde, garantia de atendimento de populações com maior risco ou itinerantes, fortalecimento e recuperação da atenção hospitalar aos usuários do SUS e investimento e qualificação da rede. Embora a periodicidade deste projeto seja anual, não se pode considerar a implementação no período de janeiro a dezembro.

O primeiro ano de vigência foi de junho de 1999 a junho de 2000, com o repasse de R\$ 31 milhões para os 467 municípios gaúchos, com base no critério populacional. Estamos agora no segundo ano (julho de 2000 a junho de 2001). Para este período, o valor total a ser repassado aos municípios é de R\$ 65 milhões, com base nos critérios de população total, população menor de 14 anos, população maior de 60, índice de mortalidade infantil, inverso da capacidade instalada e prioridade regional definida pelo Orçamento participativo, conforme deliberação do Conselho Estadual de Saúde.

Os repasses da Municipalização Solidária da Saúde são trimestrais. Para receber os recursos o município precisa apresentar planos de aplicação e relatórios de gestão devidamente aprovados em reuniões do respectivo Conselho de Saúde, com a presença registrada em ata dos delegados do Orçamento Participativo. A lógica adotada pela Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS) para distribuir os recursos de 2000 foi a de repassar proporcionalmente mais recursos para os menores municípios do Estado a fim de possibilitar que construam sistemas locais de saúde para garantir o atendimento o mais perto possível da casa de cada cidadão.

Saúde Solidária - Projeto de apoio e qualificação da assistência hospitalar aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado, em vigor desde 1999 e construído a partir da negociação permanente com os municípios e os prestadores de serviço e com a aprovação do Conselho Estadual de Saúde.

Em 2000, esse Projeto teve duas etapas. Na primeira, foram repassados R\$ 10 milhões para 262 hospitais; na segunda, foram beneficiadas 248 instituições e a transferência será de R\$ 12 milhões. Também, num trabalho conjunto que incluiu o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, foi possível construir, ainda em 1999, o Fundo de Apoio Financeiro e de Recuperação dos Hospitais Privados e Públicos – FUNAFIR, uma linha de crédito com juros subsidiados pelo Governo do Estado para socorrer emergencialmente os hospitais que enfrentavam maiores dificuldades. Esse fundo possibilitou a liberação de R\$ 32,5 milhões.

Agora, em 2000, estão disponibilizados pelo BANRISUL mais R\$ 7,8 milhões para os hospitais que não tiveram acesso à primeira operação de crédito. Como a proposta da Secretaria para essa área não é de simples distribuição de recursos financeiros, mas de radical mudança na relação clientelista com os prestadores de serviço, critérios técnicos e transparentes orientam uma relação solidária em defesa do SUS, aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB/RS) e pelo Conselho Estadual de Saúde. Todos os hospitais públicos municipais, por exemplo, que receberem recursos do Tesouro do Estado terão de constituir Conselho Gestor, com finalidade de acompanhamento e avaliação, elaborar Plano Diretor, Plano de

Saneamento Financeiro, e apresentar Plano de Aplicação dos Recursos e balancetes mensais.

Verão com Vida - A exemplo do que já ocorreu em 1999/2000, em 2000/2001 o Estado está repassando R\$ 1,9 milhão para os 29 municípios gaúchos que registram aumentos sazonais de população durante os meses de verão (Litoral Norte, Litoral Sul e balneários de água doce). Os repasses ocorrem em duas parcelas nos meses de dezembro (já efetuados) e janeiro e servirão para custear ações de vigilância sanitária e epidemiológica e de assistência à saúde.

Outra ação realizada em 1999 e repetida em 2000 é a operacionalização e manutenção da Central de Leitos do Litoral, junto à 18ª Coordenadoria Regional de Saúde, com sede em Osório. Graças a esse serviço, a maioria dos casos de internação são resolvidos na região, sendo transferidos para a Capital, apenas, os mais graves ou que exigem um atendimento diferenciado.

São Pedro Cidadão - A política da SES/RS em relação ao grande manicômio do Estado, que abriga mais de 700 moradores, é a implementação do Projeto São Pedro Cidadão, uma proposta construída no início dos anos 90, com base na Lei da Reforma Psiquiátrica, de 30 de junho de 1992, na linha da luta antimanicomial.

O objetivo primordial é constituir uma Rede de Atenção Integral à Saúde Mental no Rio Grande do Sul, com a gradativa substituição dos leitos em hospitais psiquiátricos por leitos em hospitais gerais, garantindo a recuperação da cidadania e a reinserção social dos portadores de sofrimento psíquico. Em julho de 1999, foi implantado o Conselho Gestor do São Pedro Cidadão, com representação paritária de entidades governamentais, de trabalhadores e da população/usuários do hospital. Em 18 de outubro, foi inaugurada a Casa de Passagem dentro do hospital. Nela um grupo de moradoras vivência a transição entre o manicômio e a recuperação da cidadania. E está sendo discutido com os municípios a rede estadual de serviços de saúde mental. O próximo passo é a construção de cerca de 30 casas para abrigar ex-moradores do São Pedro.

Escola de Saúde Pública – ESP - No processo de descentralização da saúde no Estado, a Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul constituiu uma política de educação para o SUS em sua esfera correspondente. A vontade política do Governo Estadual é a da conquista de uma cultura de capacitação e formação continuadas e uma integração entre os órgãos formadores e o Estado que estreite os vínculos da formação com a organização da atenção à saúde. Com esta designação, a Secretaria da Saúde denominou seu projeto de formação como Educação em Saúde Coletiva, implantando Núcleos Regionais de Educação em Saúde Coletiva nas 19 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRSs).

Tendo em vista o papel que deve ser exercido pelos gestores do SUS em cada esfera de governo e considerando que a formação ocupa um papel estratégico na condução da política de saúde, o Governo do Estado propôs, ao assumir a atual gestão, um projeto de parceria denominado Pólo de Educação em Saúde Coletiva. Essa iniciativa representa a articulação, em formato de comissão permanente, entre as instituições de ensino na área da saúde e a política de educação para o SUS no âmbito da gestão estadual das ações e serviços de saúde.

A implantação definitiva do Pólo de Educação em Saúde Coletiva para o SUS-RS estará buscando a regionalização da educação continuada e o estreitamento dos vínculos entre os órgãos formadores e a organização da atenção à saúde. Nesse enfoque, foram ministrados cursos nas áreas de Atenção Básica/Saúde da Família; Gestão e Planejamento; Área de Apoio à Rede Assistencial do SUS; Áreas Técnicas; Pesquisa e Pós-Graduação, principalmente em Enfermagem Obstétrica, Enfermagem Neonatológica e Saúde Pública; Pesquisas em andamento, e Aperfeiçoamento Profissional e Residências Integradas em Saúde, sendo qualificados mais de 2.000 pessoas.

4.5.1 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS

Neste ano que passou, a FEPPS procurou estabelecer como prioridade os processos de descentralização, regionalização, a formação e a atenção à saúde articulada com a Secretaria da Saúde do Estado (SES/RS), a fim de atender às diretrizes básicas do SUS e promover maior visibilidade institucional. Todas as ações realizadas pelos diferentes departamentos da FEPPS tiveram como foco principal o apoio integral às políticas de governo voltadas à saúde, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população.

LAFERGS - Considerou-se prioritária, durante o ano de 2000, a qualificação da produção de medicamentos e o apoio à Política de Assistência Farmacêutica do Estado. Esta qualificação foi materializada através da certificação da produção quanto às Boas Práticas de Fabricação e Controle de Qualidade (BPFQ) e registro do elenco dos produtos do Laboratório, junto ao Ministério da Saúde.

Essa meta alcançada é produto de extenso trabalho e comprometimento do conjunto de servidores do LAFERGS e da Fundação. O registro e a legalização da produção LAFERGS vinham sendo perseguidos a mais de uma década.

A produção realizada, durante o ano, foi de 70.000.000 unidades de medicamentos essenciais, selecionados em conformidade com a Relação Estadual de Medicamentos Essenciais (REME). O incremento do quantitativo de produção ficou comprometido porque os investimentos na qualificação do processo produtivo foram considerados prioritários.

Iniciou-se e concluiu-se a construção de uma nova área de almoxarifado, tanto para matérias-primas quanto para produtos acabados, ampliando e qualificando o sistema de produção, armazenagem e distribuição de medicamentos em conformidade com a legislação sanitária vigente. Isto permitirá um gerenciamento adequado de materiais, eliminando o desperdício e racionalizando os procedimentos.

LACEN - Na área de apoio laboratorial à vigilância sanitária e epidemiológica foram ampliadas as rotinas de diagnóstico que visam proporcionar a cobertura da demanda de análises, dando apoio e abreviando a elucidação do diagnóstico, promovendo a deflagração de ações resolutivas dos agravos com mais rapidez e exatidão. Também, foi implementada a Rede Regional de Laboratórios de Saúde Pública com a reestruturação da rede física, metodologias e capacitação de recursos humanos, resultando em aumento da disponibilidade de análises oferecidas à população, e, iniciada a construção do novo prédio do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), com finalização prevista para o primeiro semestre de 2001. As novas

instalações irão proporcionar um aumento substancial na oferta de análises realizadas e a qualificação das metodologias utilizadas.

HEMOCENTRO - Desenvolveu-se a ampliação e adequação do Hemocentro do Rio Grande do Sul (HEMORGS) para a operacionalização da Política Estadual de Sangue e Hemoderivados.

Um dos objetivos principais foi a implementação e a capacitação da Hemorede Estadual. Isto foi realizado através da disponibilização de recursos financeiros para a construção de alguns hemonúcleos no interior do Estado, assim como a qualificação de recursos humanos e gerenciais para sua efetivação.

A implantação do Programa de Qualidade do Sangue que visa a cumprir a Meta Mobilizadora Nacional foi efetivada com a capacitação de colaboradores em Planejamento Estratégico, tanto no HEMORGS quanto nos Hemocentros Regionais. Da mesma forma, foi ultimada a implantação do Sistema de Informatização para Hemocentros - Hemovida, através da compra de equipamentos e capacitação em informática e no sistema de todos os funcionários da HEMORGS. Este sistema deverá estar totalmente operacionalizado no primeiro trimestre de 2001.

A FEPPS, ainda, na área do Hemocentro, deu continuidade à operacionalização dos convênios firmados entre o Ministério da Saúde e a SES/RS para atender à proposta de descentralização e regionalização das estruturas de produção e qualificação de sangue e hemoderivados. Esses convênios possibilitaram a aquisição de equipamentos para o Hemocentro de Pelotas e o início das obras de construção do Hemocentro Regional de Santa Maria, assim como a aquisição da Unidade Móvel de coleta do HEMORGS.

Centro de Informações Toxicológicas - CIT- Nesta área foram mantidas e ampliadas as rotinas para o apoio do Sistema de Toxicovigilância do Estado, que envolvem a prestação de informações toxicológicas emergenciais, atendimentos a usuários, oferta de análises toxicológicas de apoio ao diagnóstico e manutenção da rede de distribuição de soros antivenenos. Inclusive, foi ampliada a cobertura de disponibilização de soros a quase todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul, possibilitando-se a redução da morbi-mortalidade desses acidentes.

No que concerne ao CIT, ainda, foram desenvolvidas várias campanhas de saúde pública visando à diminuição dos índices de acidentes tóxicos, principalmente entre crianças de 0 a 5 anos e em trabalhadores rurais, assim como foi ampliada substancialmente a oferta tecnológica de análises laboratoriais, tanto para intoxicações por medicamentos, agrotóxicos e raticidas quanto para o atendimento de usuários de drogas de abuso em parceria com diversas instituições do Estado. Do mesmo modo, houve a produção de material de educação e treinamento para os técnicos, principalmente envolvendo animais peçonhentos e pesticidas agrícolas, na tentativa de qualificar os profissionais das unidades de saúde quanto ao diagnóstico e tratamento destes acidentes.

Estrutura de Pesquisa- A Fundação, no que diz respeito à Pesquisa, estimulou o desenvolvimento da pesquisa interna com o objetivo de desenvolver novas metodologias e tecnologias para uso da rede pública de saúde. Este processo inclui

desde a capacitação de recursos humanos até a disponibilização de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos.

Além disso, a FEPPS definiu as linhas de pesquisa prioritárias em conformidade com as Políticas da SES/RS, visando à diminuição da dependência externa quanto à questão tecnológica e à ampliação da oferta de produtos e serviços para uso da rede pública, e estimulou-se a implantação de núcleos de pesquisa nos diversos departamentos da Fundação com o objetivo de se criar centros de excelência, principalmente na área de novos diagnósticos de doenças.

4.6- SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS

A Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS, ao longo do ano de 2000, continuou priorizando as ações voltadas para a cidadania, assistência social, trabalho e de proteção especial.

CIDADANIA

Na questão da cidadania, a atuação da Secretaria esteve pautada no fomento e articulação das políticas sociais públicas que garantissem os direitos para crianças e adolescentes, idosos, mulheres, povos indígenas, comunidade negra, juventude e os consumidores dos segmentos mais vulneráveis da sociedade gaúcha. Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações:

- apoio e assessoria aos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente/CEDICA, do Idoso/CEI, de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra/CODENE, dos Povos Indígenas/CEPI, de Defesa dos Direitos do Consumidor/CODECON, dos Direitos da Mulher/CEDM, proporcionando a garantia do seu funcionamento e de suas ações, fortalecendo-os para que possam exercer o controle social em relação às políticas públicas;
- articulação e coordenação dos Fóruns Intersecretariais da Criança e do Adolescente, dos Povos Indígenas, do Idoso e da Comunidade Negra;
- articulação do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA, em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDICA, para a execução de ações destinadas à promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes, com ênfase na execução de medidas sócio-educativas e para egressos do sistema FEBEM (privação e restrição de liberdade) e do sistema de medidas em meio aberto (Prestação de Serviços a Comunidade - PSC e Liberdade Assistida- L.A). Foram utilizados recursos da ordem de R\$ 1,5 milhão;
- implementação do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, que proporcionou a requalificação de 20 municípios que aderiram ao processo de implantação do sistema e dos municípios que adquiriram o equipamento e necessitam de qualificação, beneficiando crianças e adolescentes;
- constituição e implantação da Divisão da Criança e do Adolescente/DCA, cujo objetivo é dar amparo às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, vítimas de maus tratos, exploração e violência sexual e de jovens em conflito com a lei, tendo sido implantada em Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Novo Hamburgo, Osório, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Santo Ângelo e Uruguaiana;
- realização de oito Seminários de Capacitação de Conselheiros Tutelares nos seguintes municípios: Santo Ângelo, Pelotas, Erechim, Santa Maria, Caxias do Sul,

Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Carazinho, tendo como resultado final a capacitação de 1.100 conselheiros tutelares;

➤ implantação do Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente, premiando nas categorias Promoção da Cidadania da Criança e do Adolescente; Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente; Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e *IN MEMORIAM*, pessoas físicas e jurídicas que se destacaram na garantia, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente;

➤ execução do Programa Estadual de Defesa do Consumidor – PROCON, através do processamento dos conflitos de consumo, em defesa dos direitos dos consumidores, via audiências de conciliação e processos administrativos de apuração de delito e punição das práticas lesivas aos seus direitos por parte dos fornecedores, além da educação de consumidores e fornecedores e municipalização do programa;

➤ realização do I Fórum Estadual da Comunidade Negra do Estado do Rio Grande do Sul,

➤ realização do I Curso de Políticas Públicas para comunidades remanescentes de quilombos. Nesse curso, foram capacitados cerca de 40 agentes formadores em políticas públicas direcionadas a essas comunidades, além do desencadeamento do processo de demarcação e garantia das terras, beneficiando 45 comunidades remanescentes de quilombos;

➤ articulação, elaboração e assinatura do Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a Fundação Cultural Palmares para demarcação das terras das comunidades remanescentes de quilombos;

➤ implantação da Divisão do Voluntariado, buscando potencializar a participação solidária da sociedade civil, através das relações entre pessoas da comunidade e as crianças, adolescentes, adultos e idosos que se encontram em situação de risco social e/ou portadores de necessidades especiais e/ou soropositivos;

➤ regularização de terras para as comunidades Mbyá-Guarani de acordo com o protocolo de intenções assinado entre o Governo do Estado e a Fundação Nacional do Índio, proporcionando a desapropriação e destinação de 03 áreas de terras em: Inhacapetum, Coxilha da Cruz e Água Grande;

➤ regularização fundiária das terras das comunidades indígenas Kaingang de acordo com o protocolo de intenções assinado entre o Governo do Estado e a Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

➤ articulação, coordenação e realização de atividades preparatórias ao Fórum Social Mundial com a participação dos seguintes movimentos: indígena, negro, criança, adolescente e juventude.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Na área de assistência social, foram implementadas ações, visando o atendimento ao idoso, à pessoa portadora de deficiência, à população adulta em situação de risco, à criança e ao adolescente, além da assistência social comunitária, conforme a seguir:

Assistência Social ao Idoso - Apoio técnico e financeiro aos municípios na implementação da Rede de Proteção ao Idoso através de grupos e centros de convivência, asilo e casa-lar, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Foram beneficiados 13.112 idosos, em 396 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, com a aplicação de recursos no montante de R\$ 1,4 milhão.

Assistência Social à Pessoa Portadora de Deficiência - Através dessa ação foi dado apoio técnico e financeiro aos municípios na implementação da Rede de Proteção à Pessoa Portadora de Deficiência/PPD, através de programas de integração social das pessoas portadoras de deficiência, abrigo, casa-lar e consórcios municipais para o atendimento regionalizado de pessoas em situação de abandono, oportunizando sua integração na família, comunidade e sociedade. Foram atendidas 7.390 pessoas portadoras de deficiência, em 293 municípios e aplicados recursos da ordem de R\$ 2,1 milhões.

Assistência Social à População Adulta - Essa ação proporcionou aos municípios e entidades não-governamentais, através de apoio técnico e financeiro, a implementação da Rede de Proteção Social à População Adulta que se encontra em situação de indigência, dependência química, violência e exclusão social, sendo priorizado o atendimento às populações de rua, indígena, migrantes e famílias de baixa renda. Nesse sentido, foram atendidas 40.221 famílias, 1.447 moradores de rua, em 297 municípios e empregados recursos da ordem de R\$ 1 milhão.

Assistência Social à Criança e ao Adolescente - Com apoio técnico e financeiro aos municípios, foi realizada a implementação da Rede de Proteção Social à Criança e ao Adolescente, dando prioridade para os serviços de Apoio Sócio-Educativo em Meio Aberto (ASEMA), trabalho educativo, ações de promoção à criança de 0 a 6 anos, Orientação e Apoio Sócio-Familiar (OASF) e abrigos temporários para crianças vítimas de abandono, maus tratos, negligência e ou abuso sexual. Foram atendidas 11.734 famílias com crianças em idade de 0 a 6 anos, em 285 municípios do Estado; 15.936 crianças ou adolescentes, em 330 municípios e 225 jovens em situação de rua ou conflito com a lei, em 6 municípios, além da implantação de 3 Núcleos de Apoio à Família - NAF, em 3 municípios. Foram gastos recursos da ordem de R\$ 5,7 milhões.

Assistência Social Geral - Essa ação objetivou capacitar, assessorar, monitorar e avaliar as estruturas do Sistema Estadual de Assistência Social (Conselhos, Fundos e Planos de Assistência Social), além de realizar estudos, pesquisas e publicações para fundamentar as análises de necessidades. Foram beneficiadas 409 pessoas, representantes dos Gestores e dos Conselhos Municipais de Assistência Social, de 229 municípios em capacitação quanto ao Sistema Estadual de Assistência Social, Planejamento e Rede de Assistência Social e outras 325 pessoas, representantes dos Gestores Municipais, de 271 municípios em capacitação quanto ao Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação.

TRABALHO

No tocante às relações de trabalho, a STCAS continuou priorizando as ações voltadas à democratização das relações de trabalho, promoção de educação e qualificação para o trabalho, além do combate ao desemprego. Para tanto, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Programa Crédito Assistido –O Programa Crédito Assistido – PCA, tem como diferencial importante o conveniamento, por parte do Governo do Estado, com entidades técnicas como universidades, cooperativas e empresas de consultoria, para assessorar os potenciais tomadores de crédito na elaboração de projetos de investimento e na aplicação dos recursos financiados, bem como na solução de problemas técnico-gerenciais, identificados através de diagnóstico prévio. Com esse

apoio, objetivou-se a criação das condições necessárias à abertura de novos postos de trabalho, além de garantir os já existentes, através da dinamização da atividade econômica dos microempreendimentos.

Programa Coletivos de Trabalho – O Programa tem por objetivo a geração emergencial de renda, através da execução de atividades laborais por parte dos trabalhadores em seu próprio meio. O impacto do trabalho executado diretamente na melhoria das suas condições de vida e do conjunto de sua comunidade, bem como a realização de ações de qualificação para o trabalho e cidadania criam condições para o surgimento de iniciativas econômicas autogestionárias e auto-sustentáveis que valorizem as potencialidades e características econômicas locais.

Nesse sentido, foram implantados dois projetos-pilotos, um no Município de Viamão e outro em Porto Alegre. Nesse, foi realizado um convênio com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU, para o desenvolvimento do projeto na Ilha Grande dos Marinheiros. Foram dispendidos, para esses dois projetos-pilotos, recursos na ordem de R\$ 409 mil.

Universidade do Trabalhador - Em 2000, foi promovido, no âmbito da Universidade do Trabalhador, os cursos de extensão “O Trabalho na Virada do Milênio”, em sete regiões do Estado do Rio Grande do Sul (nucleados nas cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Pelotas, Santa Cruz, Passo Fundo, Ijuí, e Caxias do Sul). Os cursos, destinados a lideranças sindicais e comunitárias, propiciaram um processo de reflexão sobre a situação do mundo do trabalho na contemporaneidade.

Seminário Internacional - Em 2000, juntamente com a SEDAI, STCAS e FGTAS, foi promovido o Seminário “Trabalho e Economia Solidária: políticas públicas para o desenvolvimento”. O Seminário propiciou o intercâmbio de experiências nacionais e internacionais na área das políticas públicas de geração de trabalho e renda, bem como os modelos para o fomento da economia popular e solidária. O evento contou com a participação de 1.300 inscritos.

Programa Primeiro Emprego - O Programa Primeiro Emprego - PPE, como instrumento de inserção sócio-econômica dos jovens entre 16 e 24 anos tem dado respostas positivas frente a grave crise do emprego, cumprindo o papel de incentivo a contratação formal dessa parcela da população que está entre as mais vulneráveis ao desemprego.

No ano de 2000, o Programa foi implantado em todas as regiões e na maioria dos municípios do RS, beneficiando mais de 3.600 jovens, em 2.600 empresas, na sua maioria microempresas de até 05 funcionários. Os recursos públicos repassados foram da ordem de R\$ 4,7 milhões.

QUALIFICAR-RS - Em 2000, o Programa Estadual de Qualificação Profissional – QUALIFICAR-RS, constitui-se numa das mais importantes ações do sistema público de emprego, trabalho e renda, tendo como população privilegiada para o acesso os trabalhadores desempregados em geral e beneficiados do seguro desemprego, jovens em situação de risco social, jovens em busca do primeiro emprego, mulheres chefes de família, trabalhadores com baixo nível de escolarização, entre outros. Foram disponibilizados recursos financeiros de R\$ 18 milhões, em 401 municípios do Rio Grande do Sul.

Quadro de Adolescentes Atendidos pelo Programa

Abrigos e Condomínios	Oficina CIJZS	Talento Jovem	Curso CORAG	SENAC Cecores	Calábria Pão dos Pobres	Curso de Informática	Estágio FEBEM	Estágio Profissional	Agente Jovem	Projeto Cooper	Trabalho Formal
AIMD ¹	1	9	3	1	-	1	4	-	6	4	1
AJF ²	-	3	4	5	-	1	8	2	10	1	2
Condomínio Ipanema	-	1	3	4	3	2	1	1	-	1	-
Condomínio Viamão/Zona	-	-	2	3	1	-	-	2	9	2	3
Condomínio Belém	-	-	3	-	3	1	1	1	-	-	-
Condomínio Pe. Cacique	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	1
CIJZS ³	-	-	38	-	-	-	-	-	-	22	-
Abrigos Comunitários	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
TOTAL	1	13	53	13	8	5	15	6	27	30	7

Fonte: Secretaria do Trabalho e Assistência Social/Departamento do Trabalho

Nota: ¹⁾ AIMD - Abrigo Irmão Miguel Dario, ²⁾ AJF - Abrigo Juvenil Feminino, ³⁾ CIJZS - Centro Infantil Juvenil Zona Sul

PROTEÇÃO ESPECIAL

No que diz respeito à proteção especial, foram desenvolvidas diversas ações voltadas principalmente para o atendimento de crianças e adolescentes.

Criação dos Condomínios Residenciais - Foram revisadas as estruturas dos antigos complexos de abrigos residenciais, que se caracterizavam pelo atendimento, no mesmo espaço físico, de programas diferenciados com direções paralelas. Essa organização impedia a otimização de recursos, bem como apresentava diferenças no atendimento. Como alternativa foram criados 02 condomínios: Condomínio Ipanema e Condomínio Viamão, com direção e equipe técnica única, e conseqüente redefinição das direções de unidades, diante do novo modelo de gerenciamento, sendo beneficiadas 257 crianças e adolescentes.

Censo 2000 - Realizado o censo institucional nas unidades de Porto Alegre, instrumento que verificou o perfil do abrigado e o atendimento prestado pela Secretaria, bem como a própria dinâmica institucional. Esse trabalho beneficiou cerca de 900 crianças e adolescentes.

Coordenação de Educação - Com a criação da Coordenação de Educação, foi dado início a um levantamento capaz de subsidiar a construção de um Projeto Pedagógico que beneficie crianças e adolescentes abrigados.

Pesquisa – Reordenamento Institucional - Foram constituídas parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, visando abrir espaços para produção científica e capacitação profissional. As duas Universidades iniciaram, em conjunto, a pesquisa; Estudo do Processo de Reordenamento da Diretoria de Proteção Especial – STCAS, envolvendo a análise sociológica, antropológica e psicanalítica de aspectos institucionais e subjetivos.

Programa de Desligamento - Foi articulado, junto à Fundação de Assistência Social e Cidadania a construção de programas de apoio aos desligamentos, nos abrigos do Município de Porto Alegre e do Estado.

Geração de Trabalho e Renda - Em conjunto com o Departamento do Trabalho, da STCAS, foi articulada a inserção de adolescentes abrigados no Programa

Primeiro Emprego, bem como a construção de programas de capacitação profissional, visando o fortalecimento da autonomia e meio para os adolescentes em idade de desligamento.

Central de Ingressos - Servindo de mecanismo institucional de recepção e discussão de casos de desligamento e/ou revisão de medida de abrigagem, foi implantada uma central de ingressos que contempla todas as unidades. Foi promovido o reordenamento do Abrigo Irmão Miguel Dario – AIMD - através da distribuição de sua população em 4 Abrigos Residenciais – Ars., havendo a passagem do modelo de atendimento massificado para unidades menores. A primeira etapa foi concluída com a inauguração do AR 31, no Bairro Nonoai, atendendo 15 adolescentes oriundos do AIMD. Já o AR 32 posto em funcionamento, está localizado na zona norte da cidade.

4.6.1- Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM

O ano de 2000, foi o primeiro em que a administração da Fundação ficou inteiramente voltada para a execução das medidas sócio-educativas em meio fechado, concentrando esforços e trabalhos na qualificação dos serviços prestados e no atendimento aos adolescentes a partir dessa nova perspectiva.

Dentre as várias ações desenvolvidas, durante o ano, destacamos àquelas que implicaram na adequação ou reforma das unidades para qualificar o trabalho, bem como outras voltadas ao trabalho educativo, em parceria com outros organismos sociais, profissionalização, educação, cultura e lazer.

Atendimento à Criança e ao Adolescente - Foram realizadas diversas modificações nas estruturas dos abrigos residenciais, de maneira a proporcionar um melhor atendimento às crianças e adolescentes abrigados como a reforma do extinto Instituto Juvenil Masculino (IJM), dando origem a atual Comunidade Sócio-Educativa (CSE), no qual foram investidos recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão na obra e cerca de R\$ 100 mil em equipamentos. A reforma do Instituto Padre Cacique – IPC, visa ampliar a capacidade da unidade, adequando os espaços existentes, possibilitando melhores condições de convívio e trabalho, bem como maior humanização e segurança no tratamento dos adolescentes. O investimento foi da ordem de R\$ 151 mil. Já a reforma no Centro de Juventude de Porto Alegre – CJ POA com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FECA, da ordem de R\$ 50 mil, permitirá melhores condições dos trabalhadores e dos internos.

Convênios e parcerias - Ao longo do ano de 2000, diversos convênios e parcerias foram realizadas, cabendo destacar os seguintes: Fórum de Trabalho Educativo – FORTE, no aspecto pedagógico e terapêutico; Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência, no desenvolvimento de oficinas de trabalho (atividades de confeitaria, padeiro, artesanato, informática, mecânico, jardinagem e paisagismo e de restaurador de móveis); Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qualificação do atendimento jurídico aos adolescentes e Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS, pelo reconhecimento ao trabalho técnico desenvolvido na área de entalhe em madeira, papel reciclado e cerâmica, foi concedido a 12 adolescentes, do Instituto Padre Cacique, a carteira do artesanato.

Programa Integrado de Profissionalização Gráfica e Marcenaria - Dirigido a jovens a partir de 16 anos, foram ministrados cursos nas áreas de

marcenaria, serigrafia, editoração eletrônica e impressão *off-set*, ministrados pela CORAG, com vistas à inserção daqueles no Programa Primeiro Emprego.

Escolas - A FEBEM, buscando alternativas para os adolescentes de 2º Grau, que são a minoria na Fundação, garantiu, junto com a Secretaria da Educação, o atendimento ininterrupto das aulas, durante as férias escolares, em razão do perfil diferenciado da população atendida.

Cultura e Lazer - As atividades da área da cultura envolveram diversas formas de expressão humana, pertinentes às oficinas de expressão, de esporte, de lazer e de espiritualidade. Nesse sentido, foi possível que a cultura se integrasse à proposta pedagógica da escolarização e da profissionalização, na perspectiva da composição do atendimento integral do adolescente.

O papel social das medidas sócio-educativas - No ano de 2000, a FEBEM promoveu, em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS, três colóquios de pesquisa sobre o papel social das medidas sócio-educativas, com o objetivo de reunir os diferentes setores da sociedade civil e os agentes públicos envolvidos na política de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. No primeiro, foram debatidas questões referentes à inclusão social do jovens. O segundo, abordou temas como educação e liberdade, onde foram tratadas as possibilidades e os limites da educação dos adolescentes restritos de liberdade. Já no terceiro, participaram pesquisadores, médicos, professores, psicólogos, sociólogos e antropólogos que debateram as possibilidades e limites da educação do jovem privado e restrito de liberdade.

Núcleo de Custódia - Em julho de 2000, foi instalado o Núcleo de Custódias Judiciais para adolescentes que cumprem medida sócio-educativa nas unidades da FEBEM. Dessa forma, todo adolescente, ao ser conduzido para qualquer atendimento fora da Instituição, deve ser custodiado pela monitoria, seja para atendimento médico, audiência ou visita familiar.

4.6.2- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, como instrumento importante na execução das políticas públicas de geração de emprego e renda, implementou diversas ações, buscando com isso a capacitação, formação e o desenvolvimento de mão-de-obra.

Intermediação de Emprego – Um balizador do desempenho nessa área pode ser quantificado pela colocação no mercado de trabalho de 54.006 pessoas, no ano de 2000. Isso significa, no tocante ao emprego formal, um crescimento de 22,29% em relação ao ano de 1999. As ofertas de vagas, oferecidas pelas empresas, também cresceram, chegando a 97.952 postos de trabalho, ou seja, 19,78% a mais que em 1999, o que traduz um crescimento de credibilidade junto ao empresariado.

Em dezembro de 2000, foi criada a Central de Captação de Vagas que, inicialmente, vai operar na RMPA, agilizando, profissionalizando e organizando a captação de vagas oferecidas. Foi aprofundada a informatização das agências com a implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento e Ações de Emprego - SIGAE em todos os Centros Regionais do Estado.

Centro do Trabalhador Autônomo - Através do Centro do Trabalhador Autônomo - CTA, foi realizada a intermediação dos serviços prestados pelos trabalhadores autônomos com a comunidade, sendo oferecidos profissionais qualificados para um curto período de tempo, ampliando as alternativas de trabalho e renda, viabilizando a organização desses profissionais e contribuindo para o combate ao desemprego. Esse profissional recebe, além do contrato para a prestação do serviço, cursos de qualificação e requalificação profissional através do Plano Nacional de Formação Profissional - PLANFOR/QUALIFICAR-RS e convênios com entidades privadas.

Em 2000, o CTA foi implantado em 30 cidades do Estado, abrangendo as cidades-pólo regionais e às com população acima de 100 mil habitantes. Foram cadastrados 568 trabalhadores, com 3.894 intermediações efetuadas até o final do ano.

Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda – Os Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda, implantados através de parceria entre a STCAS, FGTAS e SEDAI, constituem-se em agências públicas de grande porte nas quais diversos serviços públicos, voltados para a geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico, foram apresentados à comunidade e aos diversos interlocutores sociais.

Em 2000, foram inaugurados 11 Centros Regionais, nas seguintes cidades: Lajeado, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Ijuí, Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Bagé e Alegrete.

Casas do Trabalhador – A nova estruturação concebida aos antigos postos do SINE, com uma oferta maior e integrada de Programas do Governo, diferem dos Centros Regionais, justamente por sua característica de atuação municipal, pois a oferta de programas é quantificada de acordo com o porte da cidade. Foram realizados investimentos na melhoria física, funcional e de atendimento ao público.

Em 2000, foram implantadas 7 Casas do Trabalhador nos seguintes municípios: Viamão, Cachoeirinha, Gravataí, São Leopoldo, Sapucaia do Sul; e Porto Alegre. Neste duas casas e naqueles uma casa.

Observatório do Trabalho – Em 2000, a STCAS participou na formatação do projeto de constituição do Observatório do Trabalho, que contou com a consultoria do DIEESE, além da assessoria de agentes da União Européia, através da assinatura de protocolo de intenções com a Fundación Centro de Iniciativas e Investigaciones Europeas en el Mediterraneo (CIREM). Esse instrumento, no âmbito da Universidade do Trabalhador, tem por objetivo o conhecimento atualizado do mundo do trabalho, suas tendências e necessidades de atuação, garantindo a elaboração de políticas públicas para a área dentro de uma condição de maior controle social.

Programa do Artesanato – O Programa do Artesanato é responsável pelo cadastramento e reconhecimento da capacidade de criação artesanal do trabalhador com o uso de uma verificação prática. A carteira de artesão fornecida, dá ao cidadão, além do reconhecimento, o direito de emitir notas fiscais, aumentando suas chances de comercialização. Além de ser considerado um excelente instrumento de geração de renda, o Programa registrou um movimento financeiro da ordem de R\$ 15,5 milhões

com os artesãos cadastrados. Existem 33 mil artesãos cadastrados, e em 2000 foram emitidas 3.278 carteiras para artesãos.

O Programa também visa à qualificação dos artesãos, pois, em 2000, foram beneficiados cerca de 7.594 artesãos, ou seja, 19 vezes mais que em 1999, sendo utilizado para isso o QUALIFICAR-RS, além da criação de alternativas de comercialização com a realização de 16 feiras e eventos no Estado.

Vida Centro Humanístico – Outro equipamento público, o Vida Centro Humanístico, também passou por uma série de melhorias, visando sua total ocupação social. A instalação de uma incubadora popular, em convênio com a Prefeitura de Porto Alegre, permitirá o acesso ao espaço de outros órgãos públicos, dentre eles: Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e Secretarias Municipais da Saúde, da Cultura e da Indústria e Comércio.

IV – OS PLANOS PARA 2001

1 – ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1 - GABINETE DO GOVERNADOR

Diretrizes:

- Viabilizar o desempenho das atividades da Governadoria;
- Operacionalizar a representação militar do Governo do Estado.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenação e supervisionamento das ações do Governo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenar e supervisionar as ações governamentais; acompanhar projetos e programas viabilizando às atividades da Governadoria.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política de Combate à Violência e Garantia dos Direitos da Mulher. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Instituir a Política de Combate à Violência e Garantia dos Direitos da Mulher mediante à constituição de uma Comissão Estadual Intersecretarial; realização de campanha de divulgação da Lei que pune o Assédio Sexual na Administração Pública Estadual; capacitação de servidores das delegacias e postos de atendimento para as mulheres, tanto na saúde como na segurança; implantação de Casas de Abrigo e Acolhida para mulheres e crianças vítimas de violência; implementação de Centros de referência para as mulheres; ampliação dos postos de atendimento para as mulheres vítimas de violência e desenvolvimento de Campanha Estadual de Combate à Violência contra a Mulher.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa: Cidadania Alerta – Gabinete da Primeira Dama. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade as ações desenvolvidas no Programa Cidadania Alerta, através do atendimento às demandas emergenciais, além de continuar construindo, conjuntamente as primeiras damas municipais, alternativas que objetivem viabilizar a implantação de conselhos nos municípios que não os tem, e apoiara aqueles já existentes; ➤ Colaborar, e assessorar as ações do CEDICA, Conselho dos Povos Indígenas - CEPI, Secretaria da Agricultura, Gabinete da Reforma Agrária; ➤ Qualificar o atendimento de situações emergenciais em conjunto com a Coordenadoria Estadual da defesa Civil; ➤ Gerenciar a Campanha do Agasalho 2001, de modo a aprimorar o envolvimento das Prefeituras no atendimento das demandas da população carente.

<p>➤ Apoiar, viabilizar e incentivar a participação popular nas decisões de governo – GRC.</p>	<p>➤ Discutir, com a sociedade gaúcha, a Política de Desenvolvimento do Estado; ➤ Acompanhar e elaborar a proposta orçamentária de 2002 e o plano de investimentos.</p>
--	--

1.1.1 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR E SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO – SGG

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Coordenação, assessoramento, supervisão e acompanhamento da execução do Programa de Governo.</p>	<p>➤ Buscar a consolidação do monitoramento de projetos estratégicos, dando seqüência ao Programa de Governo, imprimindo ritmo e contribuindo para o desenvolvimento de mecanismos que permitam a participação e a transparência nas decisões sobre a “a coisa pública”.</p>

1.1.2 – CASA CIVIL

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Assessoramento e colaboração dentro de sua área de competência, com os demais órgãos do Estado, quer do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.</p>	<p>➤ Dar andamento ao Programa de Governo que, em última análise, é o atendimento à população de serviços públicos competentes e do bom uso da máquina pública.</p>

1.1.3 – CASA MILITAR

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Confeccionar Mapa de Ameaças Múltiplas – MAM do RS, para localização da incidência dos desastres.</p>	<p>➤ Minimizar e mitigar o impacto dos desastres na comunidade gaúcha.</p>
<p>➤ Confeccionar o Plano Estadual de Defesa Civil.</p>	<p>➤ Estabelecer planos de contingência para enfrentamento dos desastres e seus efeitos aos municípios do RS.</p>
<p>➤ Realização de 08 seminários de Defesa Civil em cada região do Estado.</p>	<p>➤ Conscientizar em aspecto regional os órgãos governamentais e não governamentais envolvidos em atividades de Defesa Civil.</p>
<p>➤ Estimular a criação e estruturação de novas Comissões Municipais de Defesa Civil.</p>	<p>➤ Criar em todos os municípios do RS as COMDEC aumentando a rapidez do atendimento a comunidade.</p>

➤ Fiscalização do transporte de produtos perigosos nos eixos rodoviários do RS integrado com CODESUL, suscetíveis de acidentes com tais produtos.	➤ Diminuir o número de acidentes e monitorar o fluxo rodoviários desses produtos nas principais rodovias estaduais.
➤ Realização de cursos e treinamentos para Recursos Humanos da CEDEC.	➤ A eficiência e a eficácia dos serviços prestados pela equipe na prevenção e atendimento de desastres no RS.
➤ Editar manuais de fiscalização e ações de emergência – Manuais de Defesa Civil - envolvendo produtos perigosos e manuais de estruturação das COMDEC.	➤ Padronizar o atendimento e a fiscalização de produtos perigosos, bem como a implantação e funcionamento das COMDEC, nos órgãos fiscalizadores (BM, PRF, FEPAM/SEMA, PRE, entre outros).
➤ Capacitar os dirigentes municipais de Defesa Civil das áreas potencialmente afetadas por desastres visando à estruturação das COMDEC.	➤ Implantar adequadamente as COMDEC, preparando as comunidades para o enfrentamento do(s) desastre(s).
➤ Divulgação através da <i>Internet</i> das ações desenvolvidas pela CEDEC no RS.	➤ Informar a comunidade em geral sobre os serviços oferecidos pela CEDEC em caso de desastres no RS.
➤ Equipar a CEDEC com recursos materiais mínimos para o enfrentamento de desastres no RS.	➤ Minimizar a impactação dos resultados dos desastres nas comunidades atingidas.

1.1.4 – GABINETE DE REFORMA AGRÁRIA

Diretrizes:

- Reforma Agrária.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Plano Estadual de Reforma Agrária	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Continuar o processo de aquisição de áreas para o assentamento e reassentamento de agricultores sem terra e agricultores residentes em áreas indígenas, liberando as áreas para os índios, de forma a cumprir com a meta proposta de assentar 10.000 famílias em quatro anos; ➤ Assentar e reassentar 3.000 famílias e constituir Projetos de Assentamento – PA's; ➤ Iniciar implantação dos PA's, liberando os primeiros créditos para o auto-sustento das famílias e com a devida infra-estrutura; ➤ Elaborar os Planos de desenvolvimento dos assentamentos - PDA's e os projetos técnicos para a implantação e consolidação dos PA's dos anos anteriores, dotando-os de infra-estrutura sócio-econômica, como energia elétrica, estradas, centros comunitários

	melhorando as condições de vida das famílias que compõem novas comunidades, preparando-as para contribuir com o desenvolvimento da região onde são inseridas.
--	---

1.1.5 – GABINETE DO INTERIOR

Diretrizes:

- Articulação de políticas e promoção de integração das ações de governo no âmbito regional e municipal;
- Interlocação do Governo do Estado com os Municípios e suas entidades representativas;
- Defesa do pacto federativo;
- Estabelecimento de uma relação solidária e responsável entre os governos municipais e estadual.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Diagnose da situação das diversas regiões e municípios do Estado com ênfase na detecção de fragilidades, necessidades, dificuldades na relação dos Governos Municipais e Estadual.	➤ Integrar as ações dos Governos Estadual e Municipal no atendimento à comunidade do Interior.
➤ Elaboração, proposta e implementação de novas metodologias e sistemáticas integradas de gestão pública.	➤ Racionalizar e dar transparência às ações; ➤ Executar, de forma compartilhada, as políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.
➤ Promoção do levantamento constante, periodicamente atualizado, de todas as ações e iniciativas dos diversos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta estaduais, voltadas para o interior (municípios e/ou regiões).	➤ Divulgar, para o conjunto da sociedade via meio eletrônico, as ações e iniciativas do Governo Estadual junto aos municípios e regiões do interior do Estado.
➤ Viabilização de Seminários, Debates e Fóruns sobre temas relevantes decorrentes das necessidades da população e da gestão pública.	➤ Qualificar as ações norteadoras de políticas públicas, otimizando os recursos existentes.
➤ Coordenação da implementação do Programa “Compromisso com o Rio Grande”, objetivando ações que envolvam transferências voluntárias de recursos públicos aos municípios.	➤ Execução compartilhada de políticas públicas voltadas à melhoria de qualidade de vida das comunidades; identificação de fontes; disponibilização de recursos às Administrações Municipais; ➤ Disponibilização das informações das ações de governo à cidadania e municípios.
➤ Implementação e consolidação de rede de endereçamento eletrônico, que inclua Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Coordenações Regionais das Secretarias e Cidadania.	➤ Propiciar aos municípios e cidadãos o acesso aos Programas de Governo existentes; ➤ Equalização e solução rápida dos problemas emergentes.

1.1.6 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO - DEFPUB

Diretrizes:

- Otimizar o atendimento às comunidades carentes.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.	➤ Dar atendimento jurídico e judicial às pessoas necessitadas.
➤ Conclusão do provimento das vagas de Defensor Público.	➤ Aumentar o atendimento jurídico e judicial as pessoas necessitadas.

1.1.7 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO – PGE

Diretriz:

- Representação e defesa do Estado em juízo, representação de seus interesses perante os Tribunais de Contas, prestação de consultoria jurídica aos entes da Administração Pública Estadual e aos municípios e exercício permanente de auditoria legal.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Representação judicial e extrajudicial do Estado, Autarquias e Fundações, bem como a prestação e consultoria à Administração Direta e Indireta, além de pronunciar-se quanto à legalidade dos atos da Administração.	➤ Aprimorar a defesa do interesse público e ampliar o ingresso de receitas para o erário, bem como, através da advocacia preventiva, evitar a proliferação de demandas.

1.1.8 - SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO – SCP

Diretrizes:

- Implantar instrumentos de acompanhamento, de avaliação de desempenho e de qualificação da gestão estatal, maximizando a qualidade dos serviços públicos e adequando-os às demandas populares;
- Qualificar o Transporte Coletivo da Região Metropolitana;
- Coordenar, acompanhar e avaliar as políticas de desenvolvimento regional e do Estado, contribuindo para a redução das desigualdades regionais;
- Desenvolver estudos sobre a realidade sócio-econômica gaúcha, operar o sistema de contas regionais, realizar o acompanhamento da conjuntura estadual e nacional, bem como coletar, processar, classificar e divulgar dados estatísticos (FEE);
- Promover o desenvolvimento econômico-social e organização territorial da região metropolitana, das microrregiões e das aglomerações e núcleos urbanos, bem como a integração urbano regional (METROPLAN).

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Acompanhamento das Ações de Governo.	➤ Fornecer informações estratégicas aos diversos níveis gerenciais do Governo através da implantação do Acompanhamento e

	<p>Avaliação da Gestão – AGE, realizando a negociação e assinatura dos Termos de Acompanhamento da Gestão –TAGs com 40 entidades da administração indireta (fundações, autarquias e empresas);</p> <p>➤ Acompanhar o desempenho das 42 entidades da administração indireta através de sistema informatizado.</p>
➤ Pesquisa de Opinião sobre os Serviços Públicos.	➤ Disponibilizar à Coordenação de Governo nova sistemática de avaliação da prestação dos serviços públicos, utilizando-se de pesquisas de opinião e oferecer aos órgãos prestadores de serviços estaduais dados relativos às demandas populares.
➤ Ampliação do Código Estadual da Qualidade dos Serviços Públicos.	➤ Ampliar o Cadastro do Usuário Voluntário, nas áreas abrangidas pelo Código, bem como revisar a Lei nº 11.075/98.
➤ Acompanhamento Financeiro das Estatais.	➤ Fornecer informações do desempenho financeiro das empresas estatais.
➤ Política de Desenvolvimento Regional.	<p>➤ Elaborar diagnóstico propositivo para 16 regiões do Estado, a saber: Alto Jacuí, Fronteira Noroeste, Norte, Hortênsias, Serra, Litoral, Nordeste, Noroeste Colonial, Paranhana – Encosta da Serra, Produção, Sul, Vale do Caí, Vale dos Sinos, Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari e Metropolitano Delta do Jacuí;</p> <p>➤ Dar continuidade ao II Seminário de Desenvolvimento Regional nas 16 regiões a partir da elaboração dos diagnósticos propositivos;</p> <p>➤ Dar continuidade aos estudos da rede urbana estadual para subsidiar os diagnósticos propositivos.</p>
➤ Planos Estratégicos de Desenvolvimento.	➤ Elaborar Planos Estratégicos de Desenvolvimento para regiões a serem definidas como prioritárias.
➤ Implementação do Programa de Capacitação de Gestores Urbanos.	➤ Socializar conhecimento sobre a questão urbana e capacitar técnicos dos municípios e regiões em planejamento e gestão urbana.
➤ Duplicação da BR 101 / Plano Diretor.	➤ Implementar convênio DNER/SCP para adequação e/ ou elaboração de Planos Diretores dos Municípios atingidos pela duplicação da BR 101 até Osório.
➤ Fundo de Desenvolvimento Regional.	➤ Participar da implementação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

<p>➤ Conselhos Regionais – COREDES</p>	<p>➤ Acompanhar os trabalhos dos Conselhos de Desenvolvimento Regional – COREDES; ➤ Realizar o II Seminário de Desenvolvimento Regional em 16 regiões. ➤ Repassar verbas para manutenção dos COREDES; ➤ Participar das atividades dos COREDES.</p>
<p>➤ Programa de Regionalização Administrativa do Estado.</p>	<p>➤ Estabelecer uma divisão territorial única para as estruturas administrativas regionais dos órgãos do Poder Executivo.</p>
<p>➤ Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Plano Plurianual 2000-2003 do Estado e Acompanhamento do PPA da União – 2000/2003.</p>	<p>➤ Acompanhar e avaliar a execução das metas do Plano Plurianual, atuando como instrumento gerencial e servindo de base para as ações de planejamento nas diversas áreas da administração estadual; ➤ Ampliar a participação dos recursos federais em projetos de interesse da sociedade rio-grandense.</p>
<p>➤ Acompanhamento da Execução do Orçamento Geral da União – OGU 2001.</p>	<p>➤ Monitorar a utilização das verbas federais destinadas ao Rio Grande do Sul, bem como buscar verbas não regionalizadas no OGU 2001.</p>
<p>➤ Identificação, em conjunto com as demais secretarias, do conjunto de pleitos do Governo do Estado para o Orçamento Geral da União – OGU 2002, acompanhando as etapas de apreciação e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária no Congresso Nacional.</p>	<p>➤ Otimizar a participação do Rio Grande do Sul no OGU 2002, através da adequada formulação dos pleitos e sugestões de emendas.</p>
<p>➤ Implementação do Processo de Planejamento.</p>	<p>➤ Dotar o Governo de um instrumento gerencial-administrativo que propicie a condução de suas ações sob uma visão sistêmica, integradora e estratégica de longo prazo.</p>
<p>➤ Captação De Recursos.</p>	<p>➤ Elaborar, enviar e acompanhar Carta-Consulta de cooperação técnica, junto à ABC, para ações de monitoramento ambiental dos programas Pró-Guaíba, Pró-Mar de Dentro e Pró-Rio Uruguai, com a JICA; ➤ Articular ações com as instâncias político-administrativas e técnicas da Argentina, Uruguai e Santa Catarina para estudo integrado do Pró-Rio Uruguai; ➤ Captar recursos junto ao FOMIN/ BID/ BNDES e Ministérios, para fortalecer o Microcrédito; ➤ Buscar recursos e articular a aprovação do Módulo II do Pró-Guaíba, junto ao Governo Federal e organismos internacionais;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Buscar recursos, junto ao Governo Federal, para a elaboração ou adaptação dos Planos Diretores dos municípios atingidos pela duplicação da BR 101; ➤ Captar recursos junto ao Ministério de Integração Nacional e organismos internacionais, para a implantação de Planos Diretores das cidades fronteiriças com o Uruguai, atingindo a Bacia da Lagoa Mirim; ➤ Captar recursos incentivados de organismos internacionais para mitigar os problemas de desertificação no Estado; ➤ Acompanhar os programas e projetos: RS Rural Pró-Guaíba; Malha Rodoviária; Pró-Mar de Dentro; Corredores de Exportação; Linha Rápida, junto ao BID, BIRD e BNDES; ➤ Acompanhar as ações nacionais e estaduais de preparação do projeto Aquífero Guarany; ➤ Participar, em conjunto com a Secretaria de Turismo, na busca de recursos para a implementação do Projeto PRODETUR/SUL, junto ao Governo Federal.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Integrado de Melhoria Social – PIMES. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Firmar contratos de financiamento com 35 municípios; ➤ Contratar projetos distribuídos nos seguintes Subprogramas: Desenvolvimento Institucional, Infra-estrutura urbana, Equipamentos Comunitários, Saneamento Habitacional, Equipamentos Rodoviários; ➤ Priorizar projetos integrados, contemplando principalmente as áreas habitacional e de saneamento, articuladas com a geração de renda e provisionamento de infra-estrutura básica.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Central de serviços ao cidadão – Tudo Fácil. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprovar projeto, junto ao Governo Federal, para implantação de nova Unidade Integrada de Serviços no interior do Estado; ➤ Ampliar a oferta de serviços.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Verão com Vida 2001. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Coordenar atividades integradas, executadas por diferentes órgãos do Governo, durante o período de veraneio, objetivando atender às populações locais e os turistas, com serviços e programações nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, justiça, segurança, cultura e turismo; ➤ Prestar serviços através das Centrais de Serviço ao Cidadão – Tudo Fácil, implantadas no litoral.

<p>➤ Corredores de Transporte Norte/Nordeste da RMPA – LINHA RÁPIDA.</p>	<p>➤ Acompanhar e fiscalizar estudos e projetos, conclusão do Projeto Operacional e contratação das obras de arte (pontes e viadutos);</p> <p>➤ Desapropriar imóveis na Av. Baltazar de O. Garcia, negociar a liberação de trechos para a construção dos corredores e iniciar as obras do Corredor da Avenida;</p> <p>➤ Inaugurar o Terminal Mauá, em Porto Alegre;</p> <p>➤ Definir a integração em Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí;</p> <p>➤ Contratar projetos dos Terminais de Integração.</p>
<p>➤ Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim – PRÓ-MAR DE DENTRO em transição para a SEMA.</p>	<p>➤ Implementar um processo de transição do Programa para a SEMA;</p> <p>➤ Dar continuidade ao desenvolvimento dos projetos-pilotos, nos oito subprogramas e implantar novos projetos-pilotos, através de seminários, material informativo e educativo e eventos;</p> <p>➤ Dar continuidade ao desenvolvimento de estudos e diagnósticos das bacias, através de cruzeiros de monitoramento das lagoas;</p> <p>➤ Dar continuidade ao Plano de Comunicação, integrado com os demais subprogramas;</p> <p>➤ Aprofundar a participação da coletividade junto ao Programa;</p> <p>➤ Ampliar a cooperação entre o Governo do Estado e as demais instituições públicas de pesquisa e organizações não governamentais;</p> <p>➤ Iniciar, através de convênio com a JICA, estudo de viabilidade para solução dos problemas apontados nos diagnósticos;</p> <p>➤ Gestionar, junto a organismos internacionais, recursos para implantação do I Módulo do Programa, e consolidar a Carta Consulta.</p>
<p>➤ Programa PRÓ-GUAÍBA, em transição para a SEMA.</p>	<p>➤ Implementar um processo de transição do Programa para a SEMA;</p> <p>➤ Prestar serviços de consultoria técnica e assessoramento ao processo de acompanhamento físico e financeiro do Programa, bem como apoio à Secretaria Executiva nas atividades de gerenciamento;</p> <p>➤ Efetivar o Sistema de Esgotamento Sanitário de Cachoeirinha/Gravataí, composto de ramais prediais, redes coletoras, estações de bombeamento e tratamento de esgotos;</p> <p>➤ Efetivar a ETE São João Navegantes e Sistema Zona Sul/obras civis de acabamento/detalhamento;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Efetivar o sistema de resíduos sólidos/coleta de resíduos industriais, coleta de lixo em áreas de difícil acesso e em escolas municipais, bem como as unidades de reciclagem de resíduos; ➤ Dar continuidade às atividades de agroecologia, financiando os pequenos produtores rurais e desenvolver projetos de reflorestamento ambiental, visando atingir 3.761 famílias; ➤ Concluir as obras do Parque Zoológico, Delta do Jacuí, Itapuã e Jardim Botânico; ➤ Implantar Banco de Dados Descritivos e Cartográficos de apoio ao planejamento do Programa; ➤ Implantar laboratórios de geo-informações; ➤ Sistematizar as ações realizadas no Módulo I, através da elaboração de vídeos em agroecologia e de atividades de fortalecimento institucional e de educação ambiental; ➤ Contratar projetos executivos do Plano Diretor. de Controle e Administração da Bacia Hidrográfica do Guaíba; ➤ Executar o plano de ação para o controle da poluição industrial; ➤ Dar continuidade às ações de elaboração e efetivação do Plano Diretor de Resíduos Sólidos; ➤ Desenvolver atividades de coleta de dados físicos e materiais biológicos, visando aos estudos para a consolidação do Sistema de Parques e Reservas; ➤ Realizar ações integradas de monitoramento ambiental, combinando a evolução da qualidade ambiental através do monitoramento dos recursos hídricos, recursos atmosféricos, da qualidade do ar e medição de parâmetro meteorológico; ➤ Desenvolver a educação ambiental, envolvendo Governo e ONG's; ➤ Efetivar a desapropriação de área estadual de Itapuã; ➤ Implantar o Parque Paleontológico no Município de Candelária.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Metade Sul. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incentivar a participação popular na elaboração de políticas para a região; ➤ Apoiar o Programa de Rochas Ornamentais, bem como a preservação do Patrimônio Histórico; ➤ Participar na implementação do Programa de Microcrédito; ➤ Acompanhar e aperfeiçoar o Programa RECONVERSUL (Crédito/RECONVERSUL II

	<p>etapa);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar a reforma agrária na região; ➤ Atuar no estudo e prevenção dos areas da Fronteira-Oeste; ➤ Apoiar os investimentos agroindustriais, de reflorestamento e infra-estruturais (portos, ferrovias); ➤ Colaborar na implantação dos Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaboração de estudos, pesquisas e divulgação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar o poder público estadual, com base na produção de informações e análises, e disponibilizar conhecimentos sobre a realidade sócio-econômica à sociedade em geral através da elaboração do Sistema de Contas Regionais, Matriz de Insumo-Produto do RS, Avaliação Sócio-Econômica do Programa RS-RURAL e Indicadores Sociais do RS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Levantar dados sobre o emprego, desemprego e renda da população economicamente ativa da RMPA.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Planejamento Setorial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Colaborar com o Planejamento Setorial do Estado, através da participação de técnicos da FEE, em órgãos da administração pública estadual.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Projetos e programas de cooperação. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Viabilizar recursos para o Programa Integrado para Recuperação de Áreas Degradadas das Sub-bacias do Arroio Sapucaia, Arroio Pampa e Arroio Feijó, através de carta-consulta a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras; ➤ Elaborar planos de trabalho para busca de recursos do OGU para: construção de pontes, aterros, oficinas esportivas, terminal metropolitano e pavimentação metropolitana; Acompanhar, capacitar e assessorar a comunidade, bem como os Núcleos Comunitários de Desenvolvimento, o processo do OP e a operação dos galpões de reciclagem de lixo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa Metropolitano Coletivo de Passageiros. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar a Transversal Metropolitana 5, visando à integração das TM's, e as TM's com os sistemas municipais de transporte coletivo e com as demais linhas metropolitanas; ➤ Implantar a Transversal Metropolitana 6 para integrar o Eixo Oeste, dando continuidade às melhorias e qualificação dos Terminais e Abrigos na RMPA; ➤ Modernizar o Serviço de Atendimento e

	<p>Apoio à Comunidade – SAAC, implantando centrais digitais e linhas 0800;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Fiscalizar e combater o transporte irregular de pessoas na RMPA e Aglomerações Urbanas; ➤ Implantar sistemas eletrônicos de controle operacional; ➤ Efetuar pesquisa de opinião pública para conhecer o nível de satisfação dos usuários;
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação de Sistema Metropolitano e Regional de Drenagem. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar um programa metropolitano e regional de drenagem; ➤ Divulgar a situação atual da drenagem da RMPA e aglomerações urbanas; ➤ Constituir um acervo regional; ➤ Elaborar inventário da Aglomeração Urbana do Nordeste e publicar um livro sobre enchentes na RMPA.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio técnico aos Comitês de Bacias Hidrográficas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Consolidar atuação junto aos Comitês, através da coordenação técnica do Plano de Bacia do Rio Gravataí e do apoio técnico à Secretaria de Obras Públicas e Saneamento; ➤ Implantar um programa de apoio técnico aos Comitês de Bacia.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manejo de Resíduos Sólidos (PRÓ-GUAÍBA – Módulo I) 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir o Módulo I do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental, com as seguintes ações: capacitar os técnicos da METROPLAN e das prefeituras, com cursos, seminários e material didático, em conjunto com entidades e municípios; divulgar o trabalho das associações de recicladores; iniciar programa de educação ambiental; dragar 8,5 km do Arroio Feijó; realizar pesquisas exploratórias de coleta alternativa de resíduos recicláveis e de criação de suínos em áreas urbanas; elaborar projetos básicos para o aterro metropolitano leste e para a ampliação do aterro metropolitano de Santa Tecla; apoiar à elaboração de documentos técnicos de planejamento nos municípios da RMPA; contratar sistema de apoio à consolidação das associações de recicladores responsáveis pela operação dos galpões de reciclagem já implantados; construir galpões de reciclagem em Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul; contratar sistema de apoio à consolidação de coletas seletivas de lixo nos municípios que receberam os galpões de reciclagem, e iniciar a elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da Aglomeração Urbana do Nordeste do Estado.

<p>➤ Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Região Hidrográfica do Guaíba (PRÓ-GUAÍBA - Módulo I).</p>	<p>➤ Elaborar carta de uso recomendado identificando as áreas críticas e os condicionantes à ocupação urbana na AUNE; ➤ Elaborar estudo de tendências significativas de expansão nas áreas urbanas e sua relação com a criticidade do meio físico, identificando áreas frágeis que requerem medidas de controle no uso e ocupação do solo; ➤ Intervir nas áreas de conflito em sub-bacias.</p>
<p>➤ Qualificação para o uso e ocupação do solo.</p>	<p>➤ Montar e iniciar o Programa de Capacitação dos executivos e legislativos municipais e da comunidade.</p>
<p>➤ Programa de Complementação da Malha Rodoviária Metropolitana.</p>	<p>➤ Articular com a sociedade a implantação das propostas; ➤ Estudar a viabilidade financeira, articulando parcerias para atrair recursos financeiros.</p>
<p>➤ Programa Integrado de Recuperação de Áreas Degradadas.</p>	<p>➤ Elaborar o diagnóstico e o Plano de Desenvolvimento Local com a comunidade, bem como implementar os subprogramas Urbanização e Habitação, Drenagem, Resíduos Sólidos, Transporte, Educação Ambiental e Geração de Trabalho e Renda. nas Sub-bacias do Arroio Sapucaia, do Arroio Feijó e do Arroio Pampa; ➤ Instalar o Fórum Regional - Plano de Desenvolvimento Local, elaborado com a comunidade, nas Sub-bacias do Arroio Pampa e do Arroio Feijó.</p>
<p>➤ Projetos Habitacionais.</p>	<p>➤ Agilizar o licenciamento dos projetos habitacionais de interesse social realizados no RS, mediante a participação no grupo de trabalho (Dec. Nº 39.658/1999), coordenado pela SEHAB.</p>
<p>➤ Ampliação da CEASA.</p>	<p>➤ Avaliar o impacto regional da ampliação da CEASA.</p>
<p>➤ Plano de Desenvolvimento Sustentável da região do entorno do Parque Zoológico.</p>	<p>➤ Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento instituído e coordenado pela SEDAI.</p>
<p>➤ Convênio DAER.</p>	<p>➤ Implementar convênio com o DAER para a elaboração de diretrizes de uso e ocupação do solo, ao longo dos contornos viários municipais das rodovias do Estado e corredores de exportação, financiados pelo BID.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realização de obras e ações sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Pavimentar vias da linha de ônibus Sepé Tiarajú / São Lucas, em Viamão; ➤ Construir galpões de reciclagem de lixo em Canoas, Novo Hamburgo e Caxias do Sul e galpão de reciclagem de plástico, em Caxias do Sul; ➤ Instalar escritório regional da METROPLAN na AUNE.
--	---

1.2 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS – SARH

Diretrizes:

- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela SARH;
- Resgatar a qualidade e eficiência dos serviços de assistência médica dos servidores públicos e demais segurados, pelo IPERGS;
- Manter e expandir os planos de benefícios do IPERGS;
- Proporcionar a recuperação de receitas investidas nos conjuntos habitacionais, pelo IPERGS;
- Desenvolvimento, treinamento e gerenciamento de recursos humanos no Setor Público, pela FDRH;
- Reestruturação organizacional e operacional do processo produtivo da CORAG;
- Modernização da Administração Pública através da tecnologia da informação – PROCERGS;
- Provisão de serviços centrados no cidadão – PROCERGS;
- Integração do Governo e comunidade – PROCERGS;
- Qualidade na gestão – PROCERGS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção da proposta do Sistema Previdenciário do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar novo modelo previdenciário.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programa - Planejamento Estratégico Participativo – PEP. Convênio DAER. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Otimizar os serviços prestados pela SARH Convênio DAER; ➤ Desenvolver mecanismos de acompanhamento e gestão, visando ao aperfeiçoamento dos processos de trabalho; ➤ Participação e envolvimento dos trabalhadores na gestão da coisa pública
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Política Salarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver uma política salarial para os servidores públicos do Estado; ➤ Diminuir os conflitos com o funcionalismo.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estabelecimento de uma política para os Planos de Classificação de Cargos e Salários 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuir as distorções entre os Planos de Carreira do diversos Órgãos do Estado.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitação do Servidor Público Estadual. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificar o servidor público estadual a fim de capacitá-lo a executar, com as melhores técnicas e eficiência, os serviços destinados à

	<p>população;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Valorizar o servidor público estadual; ➤ Melhorar os processos de trabalho.
➤ Regionalização das Perícias Médicas .	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuir os custos de locomoção; ➤ Agilizar o atendimento; ➤ Ampliar e melhorar o atendimento.
➤ Prevenção da saúde do servidor.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atendimento gratuito nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Fisioterapia, Psiquiatria, Fonoaudiologia.
➤ Gerenciamento e atualização dos procedimentos médico-periciais.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificar os procedimentos de Perícia Médica no Interior.
➤ Promoção da melhoria das relações sujeito x trabalho x saúde.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuir o afastamento do trabalho por situações que envolvam sujeito x trabalho x saúde.
➤ Reinauguração das obras de restauração do Arquivo Público.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Obter reconhecimento, de toda a sociedade, do belo patrimônio histórico dos gaúchos, onde são guardados os documentos públicos.
➤ Qualificação dos procedimentos licitatórios.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar metodologia de pesquisa oficializada, servindo de parâmetro para todas as aquisições do Estado; ➤ Maior credibilidade do valor máximo aceitável, com redução do custo, para as aquisições efetivadas pelo Poder Executivo.
➤ Programa de Formulários – PROFORM.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Racionalizar o uso de formulários de modo a reduzir custos.
➤ Programa de Planejamento Organizacional.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Otimizar fluxos e procedimentos buscando agilidade no andamento dos processos na SARH.
➤ Sistema de controle dos bens móveis do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecer a realidade dos bens móveis do Estado, para melhor aproveitamento.
➤ Central de Veículos.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Racionalizar roteiros, com redução de custos e recursos humanos; ➤ Reduzir as irregularidades no uso dos veículos públicos.
➤ Administração do CAFF	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reduzir custos com a administração do CAFF; ➤ Agilizar a comunicação entre as Secretarias no CAFF; ➤ Agilizar e qualificar o atendimento; ➤ Segurança e qualidade de vida no trabalho.

<p>➤ Resgate da dimensão pedagógica da prática de estágio atendendo à demanda dos órgãos.</p>	<p>➤ Universalização das oportunidades de estágio; ➤ Integração dos conhecimentos escolares/acadêmicos com as práticas do mundo do trabalho; ➤ Uniformização de procedimentos para processos de inscrição e triagem de candidatos.</p>
<p>➤ Concursos públicos.</p>	<p>➤ Tornar o serviço público mais efetivo através da seleção de pessoas qualificadas para o desempenho das funções públicas.</p>
<p>➤ Fórum de Desenvolvimento do Serviço Público.</p>	<p>➤ Consolidação no segmento estratégico de gestores de uma capacitação sincronizada aos princípios de gestão do Governo.</p>
<p>➤ Qualificação dos processos produtivos e tecnológicos da Divulgação Oficial.</p>	<p>➤ Ampliar o número de publicações e de revistas produzidas pela CORAG (Revista de Informática Pública e Revista da Administração Pública); ➤ Disponibilização dos Diários Oficiais na <i>internet</i>.</p>
<p>➤ Central 24 horas do IPERGS.</p>	<p>➤ Implantar a Central de Atendimento 24 horas para os beneficiários e credenciados do IPERGS.</p>
<p>➤ Resgatar a qualidade e a eficiência dos serviços de Assistência Médica dos servidores públicos do Estado.</p>	<p>➤ Melhoria da Assistência Médica.</p>
<p>➤ Otimização da Assistência Previdenciária do Estado.</p>	<p>➤ Aperfeiçoar o sistema de fiscalização das informações prestadas pelos diversos órgãos pagadores; ➤ Reduzir o número de beneficiários mantidos em cadastro “<i>unificação de pessoas</i>” e atualização com tecnologia avançada para arquivamento e recuperação de processos; ➤ Ampliar as atividades de Auditoria Hospitalar; ➤ Elaborar Manual de Cobrança de Despesas Médico-Hospitalares; ➤ Automatizar a concessão do benefício pensão por morte; ➤ Informatizar o pagamento de pensões alimentícias de pessoas estranhas à Previdência Social Estadual, cujo mantenedor é pensionista; ➤ Implantar gradativamente os pagamentos de benefícios por pacotes. ➤ Solucionar a questão das filhas solteiras dependentes de segurado.</p>

1.3 - SECRETARIA DA FAZENDA – SEFA

Diretrizes:

- Qualificar o atendimento aos cidadãos pela SEFA;
- Equilibrar as finanças do Estado, com a geração de superávits correntes, que possibilitem a obtenção da sustentabilidade econômico-financeira e a recomposição da sua capacidade de investimentos;
- Prestar serviços financeiros e promover o desenvolvimento econômico e social, através do BANRISUL;
- Promover a modernização administrativa e operacional do BANRISUL e suas subsidiárias;
- Desenvolver soluções integradas de informação e serviços junto ao BANRISUL.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Modernização da gestão da SEFA.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agilizar e qualificar o atendimento aos cidadãos; ➤ Melhorar o relacionamento e elevar a satisfação dos contribuintes, fornecedores e órgãos públicos que interagem com a Secretaria da Fazenda.
➤ Aumento da receita via esforço de fiscalização, incremento de ações de cobrança, revisão de benefícios, promoção de educação tributária.	➤ Recuperar e ampliar a participação do Estado no ICMS nacional e aumentar as demais receitas.
➤ Racionalização das despesas correntes.	➤ Reduzir a despesa corrente.
➤ Estabelecimento de parâmetros realistas para o dispêndio com a Dívida Pública.	➤ Adequar os dispêndios com pagamento da dívida à real capacidade do Tesouro.
➤ Expansão e racionalização da rede de agências do BANRISUL.	➤ Oferecer serviços bancários a municípios desassistidos de agências do BANRISUL ou de outros bancos.
➤ Continuidade do processo de modernização da matriz tecnológica do BANRISUL.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar a utilização dos sistemas de auto-atendimento, tanto remoto (via telefone ou <i>Internet</i>) como nas agências; ➤ Reorientar pessoal e instalações liberadas para novos negócios.
➤ Fomento ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado.	➤ Gerir os financiamentos ao setor produtivo gaúcho, priorizando os projetos voltados para o crescimento de micro, pequenas e médias empresas, apoio à agricultura e à pecuária, e o Programa de Crédito Assistido aos Sistemas Locais de Produção.

2 – ÁREA ECONÔMICA

2.1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO – SAA

Diretrizes:

- Fortalecimento da pesca e da agricultura familiar;
- Desenvolvimento rural sustentável no RS;
- Qualificar a lavoura arroseira no RS – IRGA;
- Organizar os equipamento de pesquisa no IRGA;
- Apoiar o pequeno produtor de arroz – IRGA;
- Aperfeiçoar a armazenagem e silagem de produtos agrícolas, fortalecendo a agricultura familiar – CESA;
- Ampliar e qualificar o atendimento ao público pela CEASA;
- Apoio institucional em políticas de abastecimento, pela CEASA.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ RS Rural.	➤ Combater à pobreza de agricultores familiares e pescadores artesanais e à degradação dos recursos naturais, através do financiamento de projetos integrados com ações de manejo dos recursos naturais, geração de renda e infra-estrutura, programa de capacitação e formação, pesquisas e estudos de viabilidade técnica e mercadológica de novos produtos agropecuários, bem como assistência técnica para elaboração de projetos e acompanhamento da execução.
➤ Programa da Agroindústria Familiar.	➤ Possibilitar aos agricultores familiares agregar valor aos seus produtos, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias.
➤ Seguro Agrícola.	➤ Reduzir riscos na atividade agrícola e garantir segurança ao homem do campo, destinado a agricultores familiares.
➤ Troca-Troca de Sementes.	➤ Qualificar e aumentar a produção estadual de produtos agrícolas, possibilitando ao pequeno agricultor a aquisição de sementes fiscalizadas e adequadas ao seu sistema de produção; e financiar, de forma subsidiada, pequenos agricultores familiares.
➤ Infra-Estrutura Social no Campo.	➤ Melhorar da infra-estrutura social no campo através do provimento de água para consumo e irrigação; construção de vias de acesso e execução de obras de drenagem e irrigação.

<p>➤ Crédito para Agricultura Familiar.</p>	<p>➤ Financiar a implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação da infra-estrutura necessária ao fortalecimento da agricultura familiar, de forma a dinamizar o setor produtivo e assegurar sustentação ao desenvolvimento da agricultura familiar.</p>
<p>➤ Feira da Agricultura Familiar.</p>	<p>➤ Divulgação da produção da agricultura familiar.</p>
<p>➤ Agroecologia.</p>	<p>➤ Apoiar financeiramente as iniciativas agroecológicas; ➤ Qualificar a ATER na visão agroecológica, com investimentos em pesquisa agropecuária sob o paradigma agroecológico e formação e capacitação de agricultores e técnicos aos parâmetros da agroecologia.</p>
<p>➤ Sistemas Agroindustriais.</p>	<p>➤ Apoiar e fortalecer as principais cadeias produtivas do Estado; ➤ Melhorar a sanidade animal e vegetal; garantir a qualidade dos produtos de origem animal e vegetal; ➤ Promover a diversificação e o desenvolvimento da produção animal e vegetal, e o aumento auto-sustentado da produtividade agrícola; ➤ Apoiar eventos que promovam o desenvolvimento dos sistemas agroindustriais em especial a EXPOLEITE e a EXPOINTER; ➤ Integrar as ações do IRGA (assistência técnica e extensão rural e pesquisa), buscando o desenvolvimento economicamente sustentável da produção, capacitando os agricultores familiares e técnicos (difusão da informação), preservando o meio ambiente (questão da agroecologia e de recursos hídricos); ➤ Propiciar condições de acesso à armazenagem e ao beneficiamento para os agricultores familiares; ➤ Promover a organização social através do associativismo para possibilitar a inserção em toda a cadeia produtiva – verticalização; ➤ Ampliar a atuação do IRGA, promovendo a inclusão de agricultores aliados ao processo produtivo.</p>
<p>➤ Soberania e segurança alimentar.</p>	<p>➤ Adesão ao Projeto “Fome Zero” do Instituto da Cidadania; ➤ Estabelecimento de políticas de abastecimento alimentar, beneficiando consumidores; ➤ Garantir a segurança alimentar do Estado e</p>

	o fortalecimento dos produtores rurais, através de ações de comercialização, estocagem, abastecimento e, de eventos de promoção da agropecuária do Estado.
--	--

2.2 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SCT

Diretrizes:

- Articulação, coordenação e realização de atividades preparatórias ao Fórum Social Mundial com a participação dos seguintes movimentos: indígena, negro, criança, adolescente e juventude;
- Qualificação dos serviços públicos do Estado;
- Apoio à modernização tecnológica, através da gestão democrática e participativa, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural, priorizando os pequenos e médios empreendimentos;
- Apoio tecnológico ao desenvolvimento industrial no RS, pela CIENTEC;
- Apoio ao desenvolvimento de tecnologias através do parque tecnológico da RMPA, pela CIENTEC;
- Prestar serviços tecnológicos ao setor produtivo, pela CIENTEC;
- Garantir o nível de excelência nas áreas de energia, meio ambiente, alimentos, recursos minerais e química fina, pela CIENTEC;
- Modernização tecnológica, pela CIENTEC e FEPAGRO;
- Difusão de informações científicas e tecnológicas, pela CIENTEC;
- Modernizar a infra-estrutura em C&T, agindo como facilitador na transferência de resultados obtidos para os vários setores da sociedade, mormente para aqueles sensíveis e necessitados para o seu desenvolvimento e sobrevivência, pela FAPERGS;
- Desenvolvimento científico e tecnológico da agropecuária, pela FEPAGRO.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Rede de Cooperação Internacional.	➤ Consolidar e ampliar a cooperação com instituições da América do Sul e Europa.
➤ Fórum Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência e Tecnologia.	➤ Integrar as políticas nacionais de Ciência e Tecnologia através das agendas de comum interesse e a continuidade do acompanhamento da aprovação e regulação dos novos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia.
➤ Apoio à formação de uma Rede de Base Tecnológica de Empresas Fornecedoras para o Setor do Petróleo.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avançar nos conhecimentos sobre os desafios tecnológicos no setor de Petróleo e Gás Natural, de forma que os empreendedores locais sejam mobilizados com o potencial do setor; ➤ Promover a assinatura de convênios de cooperação na área de Ciência e Tecnologia e comerciais entre empresas gaúchas e venezuelanas; ➤ Inserir as empresas gaúchas no processo de ampliação da REFAP, com a geração de mais de 6.000 empregos.

<p>➤ Centro de Excelência em Tecnologias Avançadas - CETA.</p>	<p>➤ Implantar projetos piloto de pesquisa tecnológica junto à indústria gaúcha com cooperação de instituições de P&D brasileiras e alemãs (Institutos Fraunhofer) e aprimoramento do modelo estrutural do CETA-RS.</p>
<p>➤ Apoio à Criação do Centro de Terapia Gênica.</p>	<p>➤ Concluir a formatação final do projeto técnico que estabelecerá entre outros pontos a definição de parcerias; ➤ Iniciar o processo da captação de recursos nacionais e internacionais para o projeto.</p>
<p>➤ Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC.</p>	<p>➤ Implantar o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, de forma a fomentar a criação de empresas inovadoras, além da atração de novas empresas de alta tecnologia.</p>
<p>➤ Apoio a Projetos de Pólos de Inovação Tecnológica.</p>	<p>➤ Apoiar os Pólos de Inovação Tecnológica já instalados; ➤ Criar novos Pólos; ➤ Iniciar a implementação do Projeto de Pesquisas Apropriadas, após aprovação pelo CNPq.</p>
<p>➤ Consolidação da Rede Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia.</p>	<p>➤ Executar investimentos iniciais no projeto de expansão da Rede, conforme o termo de referência, com o objetivo de melhorar o acesso e velocidade de trânsito das informações, em parceria com a PROCERGS; ➤ Dotar a Rede de um sistema corporativo de informações em C&T.</p>
<p>➤ Plano de Pesquisa, de Produção e de Serviços da FEPAGRO.</p>	<p>➤ Realizar análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos de produção e de serviços; ➤ Adequar os projetos de pesquisa e de produção às diretrizes do Governo; ➤ Potencializar projetos de pesquisa e de produção que possuam elevado grau de retorno social, ambiental e econômico aos agricultores.</p>
<p>➤ Coordenação da execução dos dois componentes do Programa RS RURAL: Pesquisa por Demanda (instalação da FEPAGRO Norte) e Monitoramento de Microbacias Hidrográficas.</p>	<p>➤ Consolidar a Unidade de Pesquisa da Região Norte do RS; ➤ Promover a inserção da pesquisa na Região Norte de maneira sincronizada com as entidades que construíram a proposta. ➤ Instalar os equipamentos das 4 microbacias propostas, bem como iniciar o monitoramento de dados e coordenar a aplicação correta prevista nos convênios.</p>

<p>➤ Promoção da inserção dos produtos e serviços da FEPAGRO entre os agricultores e suas organizações.</p>	<p>➤ Divulgar temas de relevância como plantas medicinais, recicladoras, apicultura, agroecologia e outros; ➤ Consolidar um canal ativo e permanente da FEPAGRO com o público alvo (agricultores e suas organizações e as demais áreas do Governo).</p>
<p>➤ Aparelhamento das Unidades de Pesquisa Agrícola.</p>	<p>➤ Elaborar projetos qualificados e consistentes para a busca de recursos junto aos Governos e órgãos financiadores; ➤ Executar os investimentos nas Unidades, ouvindo e debatendo com a região envolvida; ➤ Melhorar as estruturas físicas, de máquinas, veículos e laboratórios.</p>
<p>➤ Disponibilizar produtos e tecnologias aos agricultores e suas organizações.</p>	<p>➤ Fornecer 10% da semente no Programa Troca-Troca da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, em especial, a de milho varietal; ➤ Priorizar o sistema cooperativista para multiplicação de material genético vegetal (sementes e mudas).</p>
<p>➤ Promover a pesquisa e a produção agroecológica, como instrumento de geração de renda, melhoria na qualidade de vida de agricultores, em especial os familiares e assentados e respeito ao ambiente.</p>	<p>➤ Envolver os grupos de agricultores familiares, assentados e suas organizações no processo de aplicação de tecnologias limpas; ➤ Organizar cursos na área de produção e na de processo agroindustrial, em sintonia com o Departamento de Formação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; ➤ Fortalecer a linha de melhoramento genético-vegetal, enfocada no desenvolvimento de variedades, que garantam autonomia e respondam às condições econômicas e ecológicas da agricultura familiar.</p>
<p>➤ Desenvolver ações de pesquisa e identificar oportunidades de inovação e capacitação tecnológica, com aporte de recursos de órgãos de fomento e pesquisa.</p>	<p>➤ Estabelecer parcerias com empresas para propiciar condições para o aumento da produtividade e competitividade do parque industrial gaúcho; ➤ Identificar oportunidades de pesquisa e inovação tecnológica.</p>
<p>➤ Programa de Teste e Análises de Qualidade.</p>	<p>➤ Realizar inspeções, calibrações e ensaios laboratoriais; determinar as características de qualidade e/ou desempenho de produtos, materiais, equipamentos ou processos em conformidade com novas técnicas especificadas, aumentando a qualidade e produtividade dos produtos gaúchos.</p>

<p>➤ Programa de Apoio Tecnológico para o Desenvolvimento.</p>	<p>➤ Implementar o Sistema da Qualidade CIENTEC através do credenciamento de seus laboratórios junto ao INMETRO e a filiação à Rede Metrológica-RS, com base nos requisitos na Norma ABNT ISO/IEC Guia 25, dotando a CIENTEC de serviços tecnológicos de qualidade reconhecida nacional e internacionalmente;</p> <p>➤ Operar a Incubadora Tecnológica CIENTEC – ITC, localizada na sede da Fundação, consolidada com a seleção de 09 incubadas, alcançando sua plena capacidade de ocupação;</p> <p>➤ Operar a Incubadora Tecnológica CIENTEC de Design – ITCD, no Campus de Cachoeirinha.</p>
<p>➤ Auxílios às Comunidades Científica e Tecnológica.</p>	<p>➤ Avançar no conhecimento científico em todos os campos do saber, através do estímulo à pesquisa de perfil acadêmico e da promoção e participação em eventos científicos.</p>
<p>➤ Fomento às Atividades de P&D.</p>	<p>➤ Desenvolver atividades de pesquisa voltadas a problemáticas específicas do Estado, que possuam relevância social, econômica, cultural ou política, incentivando a apropriação e o desenvolvimento de resultados e produtos da pesquisa pelos diversos agentes sociais e econômicos do Estado.</p>
<p>➤ Formação e Capacitação de Recursos Humanos.</p>	<p>➤ Apoiar em torno de 200 bolsas de especialização e 1.500 bolsas de iniciação científica, para formar e aperfeiçoar recursos humanos em ciência e tecnologia, com esforço especial no que respeita às áreas de desenvolvimento ainda incipiente no Estado.</p>

2.3 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SEDA

Diretrizes:

- Reforço da capacidade produtiva dos segmentos industriais existentes e articulação dos agentes econômicos;
- Fomentar setores estratégicos e articulação dos agentes produtivos;
- Concessão de financiamento para geração de emprego e renda, especialmente em micro, pequenas e médias empresas;
- Apoiar e incentivar a implantação e a expansão de empreendimentos industriais;
- Ampliação dos negócios internacionais e captação de recursos financeiros às micro, pequenas e médias empresas;
- Ampliação das relações diplomáticas e de cooperação internacional do Estado;
- Extensão empresarial e articulação de serviços técnicos disponíveis;

- Criação e consolidação de empresas;
- Fomento de formas associativas de produção;
- Reforço da capacidade produtiva de pequenos empreendimentos através do fomento e divulgação de oportunidades;
- Fomento à atividade industrial exportadora pela ZOPERG.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção Comercial – apoio a negócios internacionais através do comércio eletrônico, consórcios de exportação e participação em feiras nacionais e internacionais, missões empresariais, inclusive estabelecendo redes de informação e negócios, e convênios de cooperação técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Participar em 20 feiras no País e no exterior; ➤ Manter e ampliar o comércio eletrônico (redes de informação, <i>Trade Point</i>, portais setoriais e digital-card); ➤ Instalar 8 <i>Trade Points</i> em Caxias do Sul, Pelotas, Erechim, N. Hamburgo, Sta. Maria, Sta. Cruz do Sul, Canela e Sta. Rosa; ➤ Realizar 84 cursos em negócios internacionais nas cidades do RS com mais de 100.000 habitantes.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Economia Popular e Solidária - capacitação de grupos autogestionários de produção industrial e/ou serviços através de assessorias em gestão e assistência técnica, mediante parcerias com centros de pesquisa, universidades, sindicatos, prefeituras e ONGs. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Beneficiar 5.000 trabalhadores, nas 22 regiões dos COREDEs.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Obras de ampliação do Terminal de Comercialização Direta do Projeto Cooesperança, com a Mitra Diocesana de Santa Maria. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Beneficiar 2.500 famílias em 26 municípios da Região Central.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Entrepósitos de Comercialização. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de 05 entrepostos de comercialização, localizados em rotas de grande fluxo de veículos, beneficiando 100 pequenos produtores rurais e urbano.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade ao processo de implantação do programa de Incubadoras Empresariais, através da reconversão de condomínios industriais em incubadoras empresarias/setoriais e de novas incubadoras empresariais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção ao empreendedorismo e fortalecimento do pequeno capital, especialmente no interior do Estado, através da disponibilização temporária de espaço para as instalações industriais e de assessoria de gestão, mercadológica, tecnológica, jurídica e contábil; ➤ Implantação de 10 incubadoras empresariais, contemplando 50 pequenos empreendedores; ➤ Capacitação de 102 gerentes de incubadoras a serem indicados pelos municípios conveniados; ➤ Acompanhamento técnico-gerencial de 92 incubadoras empresariais em diferentes estágios de execução.

<p>➤ Programa de Extensão Empresarial- Implantar ou adaptar sistemas de resolução de problemas de gestão técnica, financeira, mercadológico, administrativa e de comunicação, com ênfase em inovação de produtos e processos, nas empresas, através de ações articuladas entre Governo, empresas e instituições voltadas à gestão da inovação.</p>	<p>➤ Implantação de 8 Núcleos de Extensão Empresarial nas regiões do Vale do Cai, Litoral, Centro Sul, Fronteira-Oeste, Missões, Médio – Alto Uruguai, além de dois núcleos setoriais;</p> <p>➤ Treinamento de 8 equipes, compostas de 6 extensionista cada uma, além de 1 coordenador;</p> <p>➤ Acompanhamento técnico-gerencial de 26 Núcleos de Extensão Empresarial em implantação ou em funcionamento;</p> <p>➤ Atendimento de 5.000 empresas nas 22 regiões dos COREDEs.</p>
<p>➤ Continuidade à implantação de obras e elaboração de projetos nos Distritos e Áreas Industriais pertencentes ao Estado.</p>	<p>➤ Manutenção e implantação do sistema viário do Distrito Industrial de Rio Grande;</p> <p>➤ Pavimentação e infra-estrutura de vias no Distrito Industrial de Santa Maria;</p> <p>➤ Implantação de obras de infra-estrutura de vias no Distrito Industrial de Alvorada – Viamão;</p> <p>➤ Implantação da rede de distribuição de água em distritos e áreas industriais,</p> <p>➤ Projeto de loteamento e complementação do sistema viário do Distrito Industrial de Montenegro;</p> <p>➤ Projeto de engenharia e regularização ambiental do Distrito Industrial de Bagé.</p>
<p>➤ Implantação de áreas industriais em municípios.</p>	<p>➤ Prestar apoio técnico e financeiro aos municípios para implantação de áreas industriais de iniciativa dos municípios.</p>
<p>➤ Dar continuidade às obras e serviços do Complexo Industrial Automotivo de Gravataí – CIAG.</p>	<p>➤ Desapropriação trevo de acesso e outras áreas e fiscalização de obras.</p>
<p>➤ Contribuição ao Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – FUNAMEP.</p>	<p>➤ Apoio às micro e pequenas empresas e microprodutores rurais através do FUNAMEP.</p>
<p>➤ Contribuição ao Fundo Operação Empresa – FUNDOPEM.</p>	<p>➤ Conceder incentivos financeiros para implantação ou expansão de projetos industriais, em especial empreendimentos que complementem as cadeias produtivas ou outros setores da estrutura produtiva gaúcha e os que permitam a descentralização da economia do Estado.</p>
<p>➤ Apoio ao Desenvolvimento Empresarial – visando a dar suporte técnico ao pequeno empreendedor através de capacitação em gestão empresarial, associativismo e identificação de oportunidades de investimentos.</p>	<p>➤ Formação de redes de cooperação interempresarial, beneficiando 2.500 empresas no Estado;</p> <p>➤ Capacitação de 4.000 empreendedores, incluindo microempresários nos municípios que possuem incubadoras e demandas dos demais programas a serem implantados pela</p>

	<p>SEDAI, através do projeto de cooperação Técnica Brasil – Alemanha– GTZ;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilização de crédito assistido no valor de R\$ 78 milhões, beneficiando micro e pequenos empresários do Estado, com base em qualificação gerencial e sustentabilidade dos empreendimentos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação de Instituição de Microcrédito, visando executar políticas de fomento dos setores formal e informal da economia, hoje excluídos do sistema financeiro tradicional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Disponibilização de recursos financeiros para a criação de instituições de Microcrédito nas regiões abrangidas pelos COREDES, excetuadas as regiões onde atua a ICC – PORTOSOL.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fomento Industrial e Projetos Estratégicos – visa à realização de investimentos em setores ou segmentos estratégicos, de elevado potencial de inovação com base nos conceitos de “ sistemas locais de produção”, de complexos industriais e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Novos empreendimentos a partir de incentivos materiais e financeiros do PROEDI; ➤ Continuidade da implantação do Programa Gaúcho da Informática, com destaque para o CEITEC e a Consolidação da fábrica da DELL, esta contemplando: melhoria da malha viária (RS – 118); execução da subestação de 18 MVA; obras de infra-estrutura; instalação de rede de transmissão de dados; abastecimento de água; sistema de esgoto; infra-estrutura para ligação de gás natural; ➤ Implantação de uma fábrica de MDF, protocolo de intenções assinado com o grupo ISDRA, que produzirá 180.000m³/ano; ➤ Implantação do Programa de Apoio ao Setor de Pedras Preciosas, com destaque para a Escola Cooperativa de Lapidagem de Ametista do Sul e a implantação de incubadora Setorial e estação do tratamento de efluentes do Distrito Industrial de Salto do Jacuí, ambos a cargo das prefeituras municipais; ➤ Execução do Programa Sistemas Locais de Produção, compreendendo: Setor Conservas, na Região Sul; Setor Moveleiro, na Região da Serra; Setor de Máquinas e Implementos Agrícolas, na Região Noroeste; Setor de Autopeças, na Região da Serra; ➤ Continuidade da execução do Programa de Recuperação da Cadeia Produtiva Coureiro –Calçadista; ➤ Continuidade da execução de projetos de Tecnópolis; ➤ Continuidade na realização de diagnósticos, elaboração e execução de programas de fortalecimento dos principais setores da indústria gaúcha.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação de Centro Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda CRDTR. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação de 16 CRDTR, em parcerias com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social e FGTAS;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Descentralizar e integrar as estruturas e serviços do setor público estadual nas regiões definidas pelos COREDES.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incremento da atividade industrial de exportação através de promoção da ZPE do Rio Grande e viabilização de seus objetivos legais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atrair investidores para empreendimentos industriais e de serviços; ➤ Acompanhar no Congresso Nacional anteprojeto de Lei que modifica legislação das Zonas de Processamento de Exportações brasileiras (ZPE); ➤ Viabilizar rede de informática e veículo para a Receita Federal iniciar o alfandegamento da ZPE de Rio Grande.

SECRETARIA DO TURISMO – SETUR

Diretrizes:

- Desenvolver econômica e socialmente o setor turístico no Estado;
- Incrementar a renda dos trabalhadores através do setor turístico, de forma eqüitativa;
- Divulgar e difundir no Brasil e exterior a imagem turística do RS;
- Estimular multiplicadores/formadores de opinião do potencial turístico do RS;
- Preservação do patrimônio turístico para as próximas gerações;
- Melhoria das condições dos produtos e serviços turísticos oferecidos;
- Criar um sistema de informações sobre o turismo.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Campanha publicitária do Plano “Viajando pelo Rio Grande do Sul” 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar a campanha de divulgação das informações turísticas do Estado, na mídia de rádio, televisão e principais jornais do Estado, com encartes sobre o Turismo Gaúcho; ➤ Realizar a segunda rodada de reuniões regionais para orientar os novos prefeitos e Secretários de Turismo sobre o andamento do Plano e estabelecer novos contatos com os empreendedores.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Seminário nas áreas de Turismo Ecológico, Náutico, Rural, Pesca e Recursos Humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção do turismo gaúcho.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitação de pessoal para o serviço de informações turísticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recepção de turistas em geral e em especial do Prata em pontos estratégicos do Estado e Embaixada do Brasil em Buenos Aires.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação de novos Centros de Informação em Aceguá, Porto Xavier e Iraí. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar o atendimento turístico.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento do Setor através da Bolsa de Negócios. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver o Turismo no RS através da Bolsa de Negócios;

	➤ Reativar os convênios de financiamento existentes e formular novas oportunidades de empreendimentos para o setor, junto aos bancos de âmbito estadual e federal.
➤ Criação do Banco de Projetos.	➤ Estabelecer parcerias para Setor Turístico.
➤ Levantamento da oferta de empreendimentos.	➤ Identificar áreas e segmentos para investimentos.

3 – ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

3.1 – SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES – SEMC

Diretrizes:

- Promover o planejamento estratégico do setor de infra-estrutura nas áreas de energia elétrica, mineração, gás natural e telecomunicações;
- Melhoria e expansão do abastecimento de energia elétrica ao RS – CEEE;
- Consolidar e ampliar a participação do carvão mineral na matriz energética do RS – CRM;
- Fomentar as ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado – CRM;
- Resgatar o passivo ambiental da CRM;
- Introduzir o gás natural na matriz energética do Estado – SULGÁS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Investimentos em linhas de transmissão e distribuição, serviços auxiliares e serviços de medição de consumo de energia.	➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.
➤ Investimentos em conservação de energia.	➤ Racionalizar o uso de energia e, em consequência, do uso dos recursos naturais.
➤ Investimentos em distribuição de energia elétrica: redes subterrâneas, redes aéreas, subestações de baixa tensão e alimentadores.	➤ Melhorar a qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.
➤ Investimentos em eletrificação rural - Programa Luz no Campo	➤ Fornecer energia elétrica a propriedades rurais na área de concessão da CEEE.
➤ Investimentos em geração de energia elétrica: construção da UHE Campos Novos – 880 MW em parceria com a iniciativa privada; Participação em diversas usinas hidrelétricas em parceria com a iniciativa privada: Projeto CERAM (UHE Castro Alves – 130 MW, UHE Monte Claro – 130 MW e UHE 14 de Julho – 100 MW), UHE Passo do Meio – 30 MW, UHE Cazua Ferreira – 7,2 MW e UHE Jaguari – 10 MW; Repotenciação da UHE Jacuí – 30 MW; participação na UHE Machadinho 1140 MW em parceria com a iniciativa privada; Ampliação e Automação da UHE Bugres – 12 MW; construção da UHE Blang – 4 a 5 MW; Implantação de Usinas a Gás Natural (UTE REFAP – 500 MW e UTE Gaúcha – 500 MW) em parceria com a iniciativa privada.	➤ Aumentar a capacidade de geração da CEEE.
➤ Investimentos na manutenção e automação das usinas dos Sistemas Jacuí e Salto.	➤ Melhorar a confiabilidade e ampliar a disponibilidade de geração de energia elétrica no RS.

➤ Investimentos na implantação dos programas sócio ambientais da UHE Dona Francisca.	➤ Atender à legislação ambiental e garantir a efetiva preservação do meio ambiente.
➤ Investimentos no projeto de medição dos ventos para implantação de usinas de geração eólica de energia elétrica, em parceria com a iniciativa privada.	➤ Aumento da capacidade instalada da CEEE.
➤ Investimentos na área de transmissão de energia elétrica: telecomunicação, teleprocessamento e telecontrole do sistema de transmissão da CEEE; implantação de subestações e linhas de transmissão na rede básica da CEEE.	➤ Melhorar a confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.
➤ Investimentos na manutenção de subestações e linhas de transmissão.	➤ Aumentar a capacidade e confiabilidade do sistema de transmissão da CEEE.
➤ Fomentar ações de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais do Estado.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Manutenção das atividades de pesquisa mineral no RS; ➤ Desenvolvimento de novas áreas de mineração e alavancagem do aproveitamento de novas jazidas; ➤ Desenvolvimento do Pólo Cerâmico de Candiota, com o aproveitamento das argilas presentes na jazida e disponibilizadas pela mineração.
➤ Manutenção da capacidade operacional da Mina de Candiota.	➤ Manter o abastecimento dos clientes da Mina em nível adequado e dentro dos melhores padrões de qualidade.
➤ Manutenção da capacidade operacional da Mina do Leão I.	➤ Manter a Mina de subsolo operacional e abrir área de mineração a céu aberto.
➤ Desenvolver o projeto de ampliação da Mina de Candiota.	➤ Dotar a Mina de Candiota de projeto específico, visando a sua ampliação para atendimento de novos mercados, especificamente a Usina de Candiota III.
➤ Manutenção da Mina do Leão II.	➤ Manter a estrutura e as obras já realizadas naquela Mina.
➤ Modernização administrativa da CRM.	➤ Dotar a CRM de uma estrutura moderna e ágil, preparando-a para os novos patamares de produção previstos.
➤ Recuperação do passivo ambiental.	➤ Regenerar as áreas atingidas pela mineração do carvão, notadamente na região de Candiota.

<p>➤ Elaboração de EIA's/RIMA's de áreas de mineração e renovação de licenças ambientais.</p>	<p>➤ Inclusão de novas áreas nos estudos de impacto ambiental, visando à obtenção de licenciamento para futuras minerações e renovação de licenças ambientais existentes.</p>
<p>➤ Consolidação do gás natural na matriz energética do Estado, distribuindo através da SULGÁS o gás boliviano e o argentino.</p>	<p>➤ Ampliar a oferta aos consumidores industriais, comerciais e residenciais, mediante a conclusão das redes de distribuição nas regiões Metropolitana de Porto Alegre e Serrana;</p> <p>➤ Iniciar a utilização do Gás Natural Veicular no Estado, disponibilizando-o nos postos da BR, Esso e Ipiranga no eixo Porto Alegre-Serra;</p> <p>➤ Iniciar o fornecimento à Usina Termelétrica a ser instalada junto à Refinaria da PETROBRAS em Canoas, disponibilizando, inicialmente, 160 MW de energia elétrica ao sistema;</p> <p>➤ contratar estudo de impacto ambiental e de viabilidade técnico-econômico e projeto básico da rede de distribuição na região urbana de Porto Alegre que disponibilizará gás natural aos consumidores residenciais e comerciais.</p>
<p>➤ Modernização administrativa da SULGÁS.</p>	<p>➤ Aprovar Plano de Cargos e Salários;</p> <p>➤ Realizar concurso público.</p> <p>➤ Informatizar a Empresa.</p>

3.2 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS E SANEAMENTO – SOPS

Diretrizes:

- Promoção da melhoria da qualidade de vida da população de comunidades rurais e núcleos suburbanos, através da implementação de infra-estrutura básica e do desenvolvimento local;
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN;
- Implantação e melhorias nos Sistemas de Tratamento de Esgotos, pela CORSAN;
- Melhorias operacionais nos Sistemas de Abastecimento de Água, pela CORSAN;
- Contribuir para a produção de água potável de boa qualidade, pela CIEL.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Projetos de prédios escolares.</p>	<p>➤ Elaborar 270 projetos de ampliação e construção de escolas e de aproximadamente 350 de recuperação e reforma de escolas.</p>
<p>➤ Fiscalização de obras.</p>	<p>➤ Fiscalizar 881 obras de construção e ampliação de escolas e de aproximadamente 350 obras de reforma e recuperação de prédios públicos.</p>

<p>➤ Projeto Padrão para as escolas.</p>	<p>➤ Elaborar, conjuntamente com a Secretaria de Educação, projeto padrão para as escolas da Rede Estadual de Ensino.</p>
<p>➤ Sistema Estadual de Saneamento Ambiental.</p>	<p>➤ Criar o Sistema Estadual de Saneamento Ambiental com o objetivo de planejar as ações nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos.</p>
<p>➤ Repasse de recursos para o Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades.</p>	<p>➤ Beneficiar pequenas comunidades, em municípios com população inferior a 5.000 habitantes, com sistemas simplificados de abastecimento de água potável;</p> <p>➤ Reduzir os elevados níveis de mortalidade infantil, grande parte decorrentes de doenças propagadas através da veiculação hídrica.</p>
<p>➤ Recursos hídricos.</p>	<p>➤ Concluir o projeto de engenharia e os estudos ambientais do Projeto Capané-Capanezinho em Cachoeira do Sul;</p> <p>➤ Iniciar a execução dos projetos de barragens da Metade Sul;</p> <p>➤ Implantar, como projeto piloto, o modelo de tarifação de água desenvolvido através de convênio com a PUC-RS, na bacia do rio Santa Maria;</p> <p>➤ Dar continuidade aos projetos de educação ambiental desenvolvida com a Universidade de Santa Cruz – UNISC, bem como o Rede Complementar de Monitoramento Quantitativo dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Guaíba.</p>
<p>➤ Comitês de Bacia.</p>	<p>➤ Implementar Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica;</p> <p>➤ Dar prosseguimento ao apoio financeiro aos Comitês já instalados.</p>
<p>➤ Regularização da vazão do Rio Gravataí.</p>	<p>➤ Concluir os estudos de alternativas técnicas para regularização da vazão do Rio Gravataí.</p>
<p>➤ Obras para acumulação de água em pequenas e médias propriedades.</p>	<p>➤ Beneficiar pequenas e médias propriedades rurais com acumulação de água para irrigação.</p>
<p>➤ Perfuração de poços artesianos.</p>	<p>➤ Perfurar 779 poços artesianos em 200 municípios, beneficiando, aproximadamente, 24.000 famílias.</p>
<p>➤ FUNDURBANO.</p>	<p>➤ Conceder financiamento para obras de infra-estrutura urbana e bem-estar social, tais como: iluminação pública, esgoto pluvial, calçamento, drenagem, canalização de riachos, creches, postos de saúde, para, aproximadamente, 300 municípios.</p>

<p>➤ Expansão do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário pela CORSAN.</p>	<p>➤ Ampliar e melhorar a capacidade de captação, produção e distribuição dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.</p>
--	--

3.3 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES – ST

Diretrizes:

- Fiscalizar e monitorar técnica e administrativamente os setores ferroviário e metroviário no Estado;
- Formular e coordenar a política de transporte rodoviário do Estado do RS;
- Fiscalização, controle, monitoramento e gestão dos serviços de transportes concedidos;
- Coordenação e planejamento das políticas de trânsito no Estado;
- Coordenar programas de corredores de exportação e abastecimento no Estado;
- Incrementação do transporte hidroviário de passageiros;
- Coordenação e planejamento dos modais coletivos de transporte de passageiros no Estado;
- Planejamento, coordenação e integração dos vários modais de transporte no Estado;
- Planejar, coordenar, melhorar e ampliar a capacidade de transporte de carga e passageiros da rede aeroportuária;
- Promover os serviços aéreos do Estado, visando à utilidade pública;
- Coordenação geral e integração dos serviços aeroviários do Estado;
- Desenvolvimento, manutenção e adequação ao meio ambiente da infra-estrutura de transporte rodoviário – DAER;
- Desenvolvimento do transporte coletivo intermunicipal – DAER;
- Fortalecimento da gerência do Estado sobre as concessões rodoviárias – DAER;
- Melhoramento das condições de operação das rodovias do SRE (Sistema Rodoviário Estadual) – DAER;
- Manter e ampliar as condições de segurança à navegação, através da dragagem e do balizamento das vias fluviais e lacustres – SPH;
- Adotar e implementar medidas objetivando a modernização da infra-estrutura operacional portuária – SPH;
- Modernização da estrutura administrativa da SPH, prestando um melhor serviço;
- Administrar e explorar o Porto do Rio Grande na qualidade de executor da delegação da União ao Estado – SUPRG.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Ferrovia General Luz - Pelotas.</p>	<p>➤ Avançar as negociações com a Empresa Shanxi Tai Cheng Engineering Group Corporation, da China Continental, com o objetivo de construir a ferrovia.</p>
<p>➤ Plano de Transportes Integrado de Transportes do RS e do Plano Diretor do CODESUL.</p>	<p>➤ Concluir estudos e iniciar a formulação de política intermodal de transportes.</p>

<p>➤ Estudos de Alternativas para a BR/116, trecho Canoas - Novo Hamburgo.</p>	<p>➤ Concluir projeto alternativo à saturação da BR/116, trecho Canoas–Novo Hamburgo.</p>
<p>➤ Obras de Acesso ao Aeroporto Salgado Filho.</p>	<p>➤ Construir o acesso ao terminal do Aeroporto Salgado Filho.</p>
<p>➤ Aeroporto da Região das Hortênsias.</p>	<p>➤ Iniciar a implantação do Aeroporto da Região das Hortênsias, em Canela.</p>
<p>➤ Desenvolvimento da infra-estrutura aeroportuária.</p>	<p>➤ Melhorar as condições operacionais da rede de aeroportos.</p>
<p>➤ Programa Estadual de Concessões de Rodovias.</p>	<p>➤ Fiscalizar os serviços e investimentos previstos nos 7 pólos concedidos; ➤ Implantar Programa de Segurança Rodoviária nos trechos concedidos, visando à redução do número de acidentes; ➤ Elaborar programa de qualificação de fiscalização e monitoramento em conjunto com DNER.</p>
<p>➤ Programa Estadual de Controle Eletrônico de Velocidade.</p>	<p>➤ Dar continuidade ao programa de manutenção dos equipamentos de controle de velocidade instalados nas rodovias estaduais e federais delegadas; ➤ Manter o monitoramento de 26 rodovias com equipamento discreto de velocidade, e 87 pontos críticos, em rodovias, por controlador ostensivo de velocidade; ➤ Aplicar, selecionar, homologar, implantar infrações de trânsito com auxílio dos controladores eletrônicos de velocidade; ➤ Implantar rotina de emissão de notificação, com a fotografia do veículo infrator na Notificação de Infração de Trânsito - NIT a ser enviada, pelo correio, para a casa do proprietário.</p>
<p>➤ Programa de Controle de Peso, em Rodovias.</p>	<p>➤ Aprovar o Programa Estadual de Controle de Peso em Rodovias; ➤ Iniciar o controle de peso em rodovias concedidas à iniciativa privada; ➤ Iniciar o controle de peso em rodovias, que tiverem investimentos do BID/BIRD, visando atender itens de contrato de financiamento.</p>
<p>➤ Reparcelhamento dos Pedágios Comunitários.</p>	<p>➤ Implantar serviços nos trechos comunitários, à semelhança dos praticados nos trechos concedidos, tais como: socorro médico, carro guincho e casa de atendimento aos usuários; ➤ Trocar os equipamentos de controle e classificação de veículos nas 3 praças de pedágio.</p>

<p>➤ Faixa de Domínio.</p>	<p>➤ Iniciar levantamento das fibras óticas instaladas, em trechos de rodovias estaduais, e cobrar respectiva taxa anual;</p> <p>➤ Efetuar o treinamento de servidores em cada Distrito para fiscalizar e gerenciar a faixa de domínio;</p> <p>➤ Aprovar e publicar Instrução Normativa sobre publicidade na faixa de domínio em rodovias estaduais e federais delegadas;</p> <p>➤ Iniciar fiscalização em todos os trechos das rodovias estaduais, onde houver uso indevido da faixa de domínio, e iniciar processo de regularização na forma da legislação vigente.</p>
<p>➤ Fiscalização e Gerenciamento do Transporte Coletivo de Longo Curso.</p>	<p>➤ Incorporar mais 200 ônibus novos e modernos na frota;</p> <p>➤ Viabilizar a compra de passagens ida e volta nas estações rodoviárias de grandes municípios;</p> <p>➤ Licitar novas estações rodoviárias e novas linhas.</p>
<p>➤ Construção de Rodovias definidas no Orçamento Participativo.</p>	<p>➤ Executar 391,06 km de obras rodoviárias, diminuindo os custos de transportes em virtude da melhoria das condições de circulação.</p>
<p>➤ Rota do Sol.</p>	<p>➤ Construir 12 km de rodovias dos 28 restantes, diminuindo os custos de transportes em virtude da melhoria das condições de circulação.</p>
<p>➤ Rodovias Pedagiadas.</p>	<p>➤ Executar 15 trechos, com mais de 30 km, diminuindo os custos de transportes em virtude da melhoria das condições de circulação.</p>
<p>➤ Restauração de Pavimento e Obras de Arte de Rodovias.</p>	<p>➤ Restaurar, até 2002, 4700 km de rodovias, diminuindo os custos de transportes em virtude da melhoria das condições de circulação.</p>
<p>➤ Projeto de Pavimentação Rodoviária - PPR (BID).</p>	<p>➤ Dar continuidade à construção dos corredores de exportação.</p>
<p>➤ Plano de Zoneamento Portuário.</p>	<p>➤ Incluir área da Vila DEPRC no Plano de Zoneamento Portuário para implantação de um terminal de materiais de construção civil;</p> <p>➤ Arrendar áreas, definidas e aprovadas pelo Conselho de Autoridade Portuária para instalação de 5 terminais.</p>

<p>➤ Porto de Porto Alegre.</p>	<p>➤ Explorar o Terminal de Contêineres do Porto de Porto Alegre; ➤ Aumentar o movimento de cargas em 20%; ➤ Implementar as transferências das operações do cais Mauá para o cais Navegantes e adequar àquela área às normas da Receita Federal, para fins de alfandegamento.</p>
<p>➤ Porto de Pelotas.</p>	<p>➤ Recuperar o Porto para a navegação interior e de cabotagem; ➤ Dar prosseguimento ao processo de revitalização do Porto, através da licitação de áreas para terminais privativos.</p>
<p>➤ Porto de Cachoeira do Sul.</p>	<p>➤ Desenvolver projeto de integração do Porto com o transporte rodoviário da região.</p>
<p>➤ Reaparelhamento Operacional da SPH.</p>	<p>➤ Concluir o processo licitatório para recuperação do Rebocador Itú; ➤ Promover o conserto dos guindastes n. 12, 13 e 18 e máquinas empilhadeiras, permitindo mais agilidade na carga e descarga de navios; ➤ Concluir as obras na Draga Santo Amaro; ➤ Reformar o Rebocador Cabral.</p>
<p>➤ Dragagem e Balizamento de Hidrovias e Portos Interiores.</p>	<p>➤ Dragar e sinalizar as hidrovias e portos interiores, dotando as vias navegáveis de condições de utilização, desafogando as vias rodoviárias, diminuindo os custos dos produtos e incrementando a economia gaúcha.</p>
<p>➤ Porto de Rio Grande:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Dragagem. ➤ Terminal de Cargas Perigosas. ➤ Terminal Automotivo. ➤ Recuperação de Guindastes, Equipamentos e Veículos. ➤ Recuperação de Armazéns do Porto Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dragar 1.034.000 m³ dos canais de acesso e da bacia de evolução do porto. ➤ Licitar, executar e explorar um Terminal para Cargas Perigosas. ➤ Completar área do terminal automotivo, incluindo limpeza, pavimentação e iluminação para utilização na movimentação de veículos. ➤ Recuperar guindastes de pórtico para movimentação de fertilizantes, carga geral, contêineres vazios e safras agrícolas, otimizando as operações portuárias. ➤ Recuperar armazéns do Porto Novo, melhorando as instalações físicas para servidores e usuários.

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Operacionalização dos Serviços de Balizamento e Sinalização. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperar o Rebocador Rienzi, adaptando-o para apoio nos serviços de manutenção do balizamento e sinalização náutica.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação da Infra-Estrutura Terrestre e de Acostagem do Porto Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperar o cais, aprofundar o calado, pavimentar as áreas de movimentação e armazenagem de carga, obtendo agilidade e segurança das operações portuárias.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação da Draga “Governador Dornelles”. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperar a draga Governador Dornelles, que será utilizada na dragagem junto ao cais do Porto Novo e do Porto Velho.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperação e Implantação de Subestações Elétricas no Porto Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recuperar instalações, adequar rede de alta tensão e substituir transformadores.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitoramento Ambiental na Área do Porto. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitorar o ambiental na área do porto organizado e proximidades; ➤ Desenvolver programas de educação ambiental; ➤ Capacitar, qualificar e implementar programas de educação aos funcionários voltados para a área de saúde e segurança do trabalho; ➤ Desenvolver projeto de tratamento de efluentes líquidos e implantar sistema de coleta de lixo naval.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Revitalização do Porto Velho. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Revitalizar a estrutura do Porto Velho, disponibilizando-o ao turismo.

3.4 - SECRETARIA ESPECIAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

Diretriz:

- Fornecer apoio às ações governamentais na área da habitação.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Moradia popular. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade aos empreendimentos habitacionais em execução e iniciar 66 novos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Habitação rural. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construir casas de qualidade, a baixo custo, para 1.537 famílias de trabalhadores rurais nos assentamentos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Casa do índio. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construir habitações para os indígenas, principalmente, para atender o assentamento de índios guaranis em áreas desapropriadas pelo Governo do Estado, em Municípios como Barra do Ribeiro, Camaquã e São Miguel das Missões (ação desenvolvida em conjunto com o Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI/STCAS).

<p>➤ Regularização fundiária e reassentamentos.</p>	<p>➤ Dar continuidade a regularização das áreas estaduais ocupadas e urbanização de áreas ocupadas nos programas de regularização municipais, além da regularização da Vila São Pedro/Projeto São Pedro Cidadão e o reassentamento da Vila Dique, em Porto Alegre.</p>
<p>➤ Cooperativismo habitacional.</p>	<p>➤ Conveniar com 40 cooperativas, proporcionando habitações para 10.000 famílias.</p>
<p>➤ Linha de crédito ao servidor público para moradia.</p>	<p>➤ Dar continuidade ao convênio firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e a Caixa Econômica Federal, proporcionando a 1.600 servidores públicos estaduais acesso a linhas de crédito para a aquisição da casa própria.</p>
<p>➤ Regularização fundiária de imóveis da COHAB/RS.</p>	<p>➤ Concluir a regularização de 17.372 unidades habitacionais.</p>
<p>➤ Entrega de escrituras aos mutuários da COHAB/RS.</p>	<p>➤ Entregar as escrituras a 66.000 mutuários que quitaram seus imóveis.</p>

4 – ÁREA SOCIAL

4.1 - SECRETARIA DA CULTURA – SEDAC

Diretrizes:

- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais – SEDAC, FOSPA, FTSP;
- Desenvolvimento e incentivo à produção e difusão da cultura – SEDAC;
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural – SEDAC, FOSPA;
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico-cultural – SEDAC, FIGTF;
- Ampliação e recuperação do patrimônio cultural;
- Promoção da pesquisa e divulgação do conhecimento;
- Descentralização e democratização do acesso aos bens, espaços, atividades e serviços culturais, pela FOSPA e FTSP;
- Organização e planejamento do desenvolvimento cultural, pela FOSPA;
- Disponibilizar maior acesso à cultura, pela FCP-RTV;
- Valorização da pluralidade e diversidade na criação artístico cultural.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Criação de novos Núcleos Regionais de Cultura.	➤ Democratizar a formulação das políticas públicas para a cultura.
➤ Instituição do Cais da Cultura em Porto Alegre.	➤ Ocupação cultural de parte da área do Porto de Porto Alegre, dos Armazéns A2 ao A7, em parceria com a Prefeitura da Capital, para efetivação: do Cais de Cinema (localização de laboratório e estúdio cinematográficos); nova sede do Museu de Arte Contemporânea - MAC; construção de um espaço multiuso, para as artes cênicas música e outros segmentos; instalação de um Museu Náutico e restauração do Pórtico frente à Avenida Sepúlveda, para integrá-los ao Corredor Cultural da cidade.
➤ Ampliação e recuperação do patrimônio cultural do Estado.	➤ Ampliar os circuitos de cinema, dança e música, bem como dos seminários de estudos em teatro; ➤ Resgatar da música popular e erudita do RS, através de fascículos e registros fonográficos.
➤ Escola Itinerante de Dança.	➤ Qualificar os bailarinos de várias cidades do RS.
➤ Ampliação, qualificação e restauração do patrimônio cultural imobiliário do Estado.	➤ Ampliar, qualificar e restaurar o patrimônio cultural imobiliário do Estado; ➤ Ultime as negociações com o Banco Santander para a cedência da denominada Agência Centenária, à rua Sete de Setembro esquina Caldas Júnior, para localização do Teatro da Ospa;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Transferência ao Estado do prédio da Caixa Econômica Federal, situado na Rua dos Andradas n. 1780, denominado Cia de Artes para, em parceria com as entidades sindicais representativas das artes cênicas, organizar um centro cultural; ➤ Reformar e ampliar o prédio da Escola de Música; ➤ Restaurar a Casa de Cultura Mário Quintana; ➤ Construir mezaninos no Memorial do RS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliação do Projeto Ouviravida da FOSPA. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar cada vez mais o público apreciador de música erudita, principalmente as camadas menos favorecidas da população; ➤ Levar a educação musical a mais crianças de vilas populares, democratizando este segmento da educação que é elitizado devido ao seu alto custo; ➤ Valorizar a produção de compositores gaúchos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reestruturação do Theatro São Pedro. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolver e incentivar as atividades artísticas e culturais do Theatro.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reforma do Parque Técnico e interiorização dos sinais da TVE. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Oportunizar uma melhor cobertura dos sinais da TVE.

4.2 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Diretrizes:

- Exercício pleno da democracia em todas as instâncias do sistema estadual de ensino;
- Potencialização das condições de acesso ao ensino superior;
- Potencialização da interação com Organizações/Instituições Nacionais e Internacionais para troca de experiências e circulação de idéias;
- Redimensionamento do Sistema Estadual de Ensino;
- Estabelecimento de uma efetiva parceria com os Municípios, buscando superar os problemas na área da Educação Básica;
- Apoio ao Educando;
- Resgate da dignidade profissional dos trabalhadores em educação, através de uma política de formação permanente e de valorização profissional;
- Construção coletiva da escola democrático-popular em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Formação de nível médio e técnico nas áreas de química, mecânica, eletrônica, eletrotécnica e segurança do trabalho – FETLSVC;
- Implantar e implementar cursos de nível superior na área tecnológica – FETLSVC;
- Desenvolver e fomentar a pesquisa aplicada, ampliar a prestação de serviço à comunidade nas áreas do conhecimento institucional e afins – FETLSVC;
- Incentivar o exercício da cidadania, fomentando a compreensão dos direitos, deveres e a participação comunitária na gestão institucional – FETLSVC;

- Articulação e instituição de políticas públicas para as Pessoas Portadoras de Deficiências e Pessoas Portadoras de Altas Habilidades, construindo um paradigma voltado à cidadania – FADERS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<p>➤ Reconstrução da proposta político-pedagógica das Escolas da Rede Estadual de Ensino, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, em consonância com os Princípios e Diretrizes apontados na Conferência Estadual.</p>	<p>➤ Reconstruir regimentos escolares, para encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação;</p> <p>➤ Elaborar os Planos de Estudos e Planos de Curso com o estabelecimento das ações pedagógicas, administrativas, culturais, desportivas para o ano letivo de 2001.</p>
<p>➤ Expansão e qualificação do MOVARS.</p>	<p>➤ Implantar e implementar turmas em todos os Municípios do Estado;</p> <p>➤ Ampliar o número de turmas de alfabetização de 4.350 para 7.830, atingindo 79 mil pessoas em processo de alfabetização, com o acréscimo do número de educadores, apoiadores e animadores pedagógicos que atuarão no Movimento;</p> <p>➤ Formar trabalhadores/as do MOVA, através de Cursos Iniciais, Seminários Regionais, Estadual e Encontro Internacional de Alfabetização;</p> <p>➤ Adquirir material pedagógico para as turmas de alfabetização do MOVA.</p>
<p>➤ Garantia do acesso à escola pública de qualidade social, assegurando ao cidadão/ã o direito à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental nas modalidades Regular, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.</p>	<p>➤ Regularização das turmas de Educação Infantil existentes nas escolas estaduais e discussão com os Municípios sobre a política de formação e atendimento desta modalidade de ensino;</p> <p>➤ Escolarização nas comunidades indígenas com provimento de professores e funcionários através de concurso público específico;</p> <p>➤ Reformulação da legislação de autorização e funcionamento do atendimento da Educação Especial, junto ao Conselho Estadual da Educação, de acordo com a LDB e os Princípios e Diretrizes da Constituinte Escolar;</p> <p>➤ Viabilização da integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais no Ensino Fundamental Regular;</p> <p>➤ Qualificação e expansão do atendimento à Educação de Jovens e Adultos – EJA.</p>
<p>➤ Garantia do acesso ou o reingresso no Ensino Médio em todas as suas modalidades, com expansão gradativa.</p>	<p>➤ Implementar Projeto de Investimento do PEM – RS, construindo, equipando e ampliando escolas, através do OP, para atender a demanda prevista de 14.735 novos estudantes.</p>

<p>➤ Oportunizar o acesso à educação tecnológica básica integrada ao Programa de Desenvolvimento Regional sustentável.</p>	<p>➤ Adequação e qualificação dos cursos que oferecem Educação Profissional, de acordo com os Princípios e Diretrizes da Constituinte Escolar;</p> <p>➤ Qualificação dos espaços pedagógicos e ampliação das Escolas Técnicas existentes, de acordo com as demandas do OP/RS;</p> <p>➤ Implantar e/ou implementar instalações e equipamentos das escolas profissionalizantes;</p> <p>➤ Formação de trabalhadores/as que atuam nas escolas técnicas tendo em vista à atualização tecnológica dos equipamentos de última geração que se encontram disponível no mercado;</p> <p>➤ Criação/ampliação de Centros Técnicos no setor Agrícola, Industrial e Comercial, através do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.</p>
<p>➤ Qualificação dos espaços pedagógicos com estabelecimento de novos padrões arquitetônicos e de adequação de materiais, coerentes com a concepção de uma escola pública democrática e popular.</p>	<p>➤ Execução de todas as demandas do Orçamento Participativo 2000 – Plano de Investimentos -PI 2001;</p> <p>➤ Criação de novo Projeto Arquitetônico para as novas escolas estaduais;</p> <p>➤ Implantação gradativa de laboratórios de Informática na Rede Estadual de Ensino.</p>
<p>➤ Implementação e desenvolvimento do Desporto Escolar no Estado.</p>	<p>➤ Envolver toda a comunidade escolar gaúcha nos eventos esportivos;</p> <p>➤ Apoiar os talentos esportivos das Escolas Estaduais.</p>
<p>➤ Qualificação e aprofundamento da Gestão Democrática em todas as instâncias da Rede Estadual de Ensino.</p>	<p>➤ Fortalecer e qualificar os Conselhos Escolares;</p> <p>➤ Fortalecer os Grêmios Estudantis existentes e criação de novos;</p> <p>➤ Alteração da Lei nº 10.576/95 - Gestão Democrática, com redefinição dos critérios para o repasse de recursos financeiros às Escolas; criação de mecanismos de maior autonomia financeira e administrativa às CREs e Escolas; transformação dos Conselhos Escolares em entidades jurídicas; qualificação do processo de eleição de Diretores e qualificação do regime de colaboração com os Municípios;</p> <p>➤ Fortalecer e qualificar as ações educacionais nos níveis SE, CREs e Escolas com a oficialização e a implantação de uma nova estrutura organizacional na SE e CREs;</p> <p>➤ Construção do processo de Planejamento Participativo Anual das Escolas da Rede Estadual e qualificação do processo de intervenção das mesmas no Orçamento Participativo/RS;</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhamento e avaliação sistemática do Planejamento Participativo Anual.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implementação da política de recursos humanos através da formação inicial e continuada dos trabalhadores/as em Educação, em todos os níveis e modalidade de ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estabelecer convênios com Universidades para a formação inicial dos trabalhadores em educação sem habilitação específica; ➤ Implementar a formação continuada dos trabalhadores em educação, dos servidores de escola, SE e CREs, em consonância com os princípios e diretrizes definidos na Conferência Estadual da Constituinte Escolar.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificação das relações institucionais da Secretaria da Educação, intensificando-se o intercâmbio técnico-científico e cultural com países e ONGs e potencialização da interlocução da SE com os demais órgãos em nível Estadual e Nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Intercâmbio de professores e especialistas da Rede Pública Estadual, visando qualificar a formação nas áreas prioritárias de: Educação Especial, Educação à Distância, Educação Técnica e Tecnológica e Educação Ambiental; ➤ Intercâmbio cultural de professores e alunos das Escolas Estaduais com ações que contemplem a diversidade cultural das mesmas, bem como divulgação das ações da SE com a disponibilização para o mundo via <i>internet</i>. ➤ Fortalecer e aprofundar as relações com os parlamentares da esfera Federal, Estadual e Municipal, bem como Fóruns e Conselhos Institucionais; ➤ Intercâmbio com Universidades para troca de experiências e parcerias na área da pesquisa, acompanhamento e avaliação da (re)construção da proposta político-pedagógica da Rede Estadual/RS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redimensionamento do Sistema Estadual de Ensino. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Criação de Fóruns, tendo em vista à discussão e construção do novo Sistema Estadual de Ensino.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Potencialização das condições de acesso ao Ensino Superior. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar programas, projetos e cursos da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS; ➤ Estruturar e instalar o Conselho Superior de Administração da Universidade e da Reitoria; ➤ Concepção, criação e implantação de cursos de graduação próprios e em convênios com as Instituições de Ensino Superior-IES Comunitárias e Públicas; ➤ Implantar e implementar os cursos superiores de Tecnólogo: em Química – ênfase em Gestão Ambiental - e Automação Industrial; ➤ Gestionar a integração da Fundação Liberato no Projeto da Universidade Estadual.

<p>➤ Estabelecimento de uma efetiva parceria com os municípios, buscando superar os problemas na Área da Educação Básica.</p>	<p>➤ Qualificar o regime de colaboração com os municípios; ➤ Construção de ações centradas em programas específicos políticos/administrativos e políticos/pedagógicos tais como: formação de professores, Sistema Estadual de Ensino, acordo PRADEM, Transporte Escolar e contrapartida da Merenda.</p>
<p>➤ Manutenção e desenvolvimento da educação especial no Rio Grande do Sul.</p>	<p>➤ Ampliar a regionalização do Fórum Permanente; ➤ Dar continuidade às proposições e articulações das ações do Estado, em conjunto com a sociedade civil organizada, através do Fórum Permanente, visando atender a Política Pública para as PPDs e PPAHs; ➤ Capacitar recursos humanos dos Órgãos Estaduais para atendimento direto às PPDs e PPAHs; ➤ Mapear, sistematizar e divulgar informações relativas às PPDs e PPAHs, oportunizando o conhecimento das realidades locais e específicas, a fim de adequar os serviços às suas necessidades ou demandas; ➤ Levar à população o conhecimento das causas geradoras de deficiência e meios de minimizá-las; ➤ Qualificar as bases físicas e proporcionar aperfeiçoamento dos recursos humanos com vistas a tornar-se "Unidade de Referência" para o atendimento da Política Pública Estadual para PPDs e PPAHs.</p>
<p>➤ Manutenção dos cursos de ensino médio articulados com os cursos técnicos de nível médio, nas áreas de Química, Eletrotécnica, Mecânica, Eletrônica e Segurança do Trabalho, mantendo matriculados 2.780 alunos, nos três turnos.</p>	<p>➤ Formar 450 técnicos/ano.</p>
<p>➤ Redução do índice de reprovação em cada um dos cursos mantidos pela Fundação Liberato.</p>	<p>➤ Reduzir de 5% do índice de reprovação em cada área e/ou disciplina.</p>
<p>➤ Ampliação do atendimento a alunos de baixa renda.</p>	<p>➤ Isentar e/ou reduzir o valor da mensalidade; beneficiar com vale-transporte, vale-refeição, material escolar a todos que comprovem necessidade.</p>

➤ Reestruturação da Fundação Liberato.	➤ Reformular a estrutura administrativa da Fundação; ➤ Ampliar a capacidade operacional da Fundação; ➤ Ampliar 300 vagas.
➤ Desenvolvimento do Programa de Pesquisa.	➤ Desenvolver programa de pesquisa, elaborando e enviando, aos órgãos de fomento, projetos de alunos e servidores; ➤ Ampliar o número de projetos e de pesquisadores, qualificando o ensino e colaborando na solução de problemas locais.
➤ Promoção de cursos de curta duração e de extensão.	➤ Organizar 15 cursos de curta duração e manter o curso de extensão em Mecânica Automotiva, beneficiando o mercado econômico da região do Vale do Sinos, Caí e Grande Porto Alegre.
➤ Realização da 16ª MOSTRATEC e do 8º SIET.	➤ Promover o desenvolvimento científico e tecnológico, parcerias com escolas do Brasil e exterior, participação de 300 professores no SIET.
➤ Implantação de incubadora tecnológica na Fundação Liberato, em parceria com outras instituições.	➤ Implantar incubadora tecnológica, abrigando seis empresas do mercado econômico da região.
➤ Parque de Inovação Tecnológica.	➤ Elaborar o Projeto do Parque de Inovação Tecnológica, em parceria com SEBRAE, Prefeitura de Novo Hamburgo, FEEVALE, ACI e Grupo Editorial Sinos; ➤ Promover o desenvolvimento tecnológico e a ampliação do mercado de trabalho, beneficiando o mercado econômico da região.

4.3 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA – SJS

Diretriz:

- Prestar a comunidade rio-grandense um atendimento de Segurança Pública que tenha por base a busca da Justiça, na qual as forças policiais e penitenciárias sejam garantidoras dos direitos humanos e da cidadania;
- Descentralizar o atendimento do DETRAN para o interior do Estado;
- Reduzir a acidentalidade de trânsito no Estado.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Instalação de novas áreas judiciárias em Porto Alegre – Zonas Norte e Sul.	➤ Dinamizar e qualificar o atendimento ao cidadão, melhorando o atendimento com a expansão do serviço e possibilitando que os policiais militares retornem com maior brevidade às atividades de policiamento ostensivo quando da lavratura de flagrantes.

<p>➤ Implantação de rede informatizada para possibilitar o controle das perícias encaminhadas ao Departamento de Criminalística, desde a requisição pela autoridade competente até a entrega do laudo.</p>	<p>➤ Maior rapidez no atendimento às solicitações de perícias; controle, por parte da direção, do fluxo de trabalho, com a possibilidade de correção imediata de distorções e melhor distribuição de tarefas aos peritos, evitando o acúmulo de laudos para um único profissional.</p>
<p>➤ Retomada da competência das delegacias distritais para atuarem nos crimes de autoria desconhecida e no tráfico de drogas.</p>	<p>➤ Ampliar o combate à criminalidade com readequação através do comprometimento da delegacia distrital com a comunidade local.</p>
<p>➤ Implantação, através de convênio com a UFRGS, de laboratório para identificação de impressões digitais em estruturas rugosas (não lisas).</p>	<p>➤ Possibilitar a identificação de criminosos através da impressão digital deixada em locais onde a técnica habitual não consegue obter resultado satisfatório.</p>
<p>➤ Disponibilização de dados referentes a índices de criminalidade.</p>	<p>➤ Divulgar dados técnicos sobre índices de criminalidade.</p>
<p>➤ Unificação física dos órgãos da SJS, concentrando o Órgão Central, Instituto Geral de Perícias, Superintendência de Serviços Penitenciários, Gabinete Comando Brigada Militar e Gabinete Chefia Polícia Civil.</p>	<p>➤ Melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria da Justiça e da Segurança.</p>
<p>➤ Nova divisão territorial para os órgãos executivos da Secretaria da Justiça e da Segurança.</p>	<p>➤ Racionalizar o número de direções regionais existentes e priorizar as atividades-fim dos serviços de polícia investigativa e ostensiva, bem como destinar equipamentos e recursos para as atividades de policiamento.</p>
<p>➤ Projeto Sistema Único de Formação e Qualificação de Servidores da Segurança Pública.</p>	<p>➤ Realizar a formação básica dos servidores da Justiça e da Segurança, de maneira integrada, colaborando na criação da cultura propícia para a reformulação das polícias existentes, de forma a melhorar a qualidade de vida profissional dos servidores e o atendimento dos serviços.</p>
<p>➤ Combate à violência contra a mulher.</p>	<p>➤ Possibilitar melhores condições para as mulheres realizarem denúncias das agressões sofridas, seja por abuso, seja por discriminação.</p>
<p>➤ Estímulo à criação e organização dos Conselhos Municipais de Justiça e Segurança em todas as cidades do Estado.</p>	<p>➤ Proporcionar a participação de diversos segmentos sociais, principalmente, os setores organizados da sociedade civil, objetivando que as comunidades sejam agentes propositores e fiscalizadores das políticas de segurança.</p>

<p>➤ Desenvolvimento de estudos e implementação do processo de separação do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar.</p>	<p>➤ Qualificar o atendimento; expandir as atividades com a instalação de novas unidades; implementar serviços previstos em lei com o envolvimento das comunidades através dos serviços auxiliares de bombeiros, em benefício da população; aplicar os recursos arrecadados com prevenção em equipamentos de bombeiros; melhorar o relacionamento entre os órgãos institucionais e entidades comunitárias.</p>
<p>➤ Aquisição de equipamentos tecnológicos para o Instituto Geral de Perícias.</p>	<p>➤ Ampliar, melhorar e qualificar a prestação dos serviços periciais à comunidade e subsidiariamente aos órgãos que deles necessitam.</p>
<p>➤ Implantação de serviço especializado e unificado de saúde para servidores da área da segurança pública.</p>	<p>➤ Valorizar os servidores através da prestação de serviços especializados e atenção especial nas área de trauma e saúde mental.</p>
<p>➤ Criação, na SJS, da Divisão de Estatística, Análise e Estudos Criminológicos.</p>	<p>➤ Proceder à real e segura quantificação dos dados referentes à criminalidade no Estado para análise e estudos com vistas ao aprimoramento da prestação dos serviços de segurança pública.</p>
<p>➤ Aplicação de recursos estaduais e federais em viaturas, equipamentos de informática, de pesquisa, de telecomunicações, de salvamento e de proteção individual, armas e outros materiais para a segurança pública.</p>	<p>➤ Melhorar a qualidade da prestação dos serviços e preservar a vida e a saúde dos servidores da segurança pública.</p>
<p>➤ Intensificação e qualificação da supervisão e fiscalização de serviços terceirizados na área de trânsito.</p>	<p>➤ Melhorar a qualidade dos serviços prestados através de terceirização.</p>
<p>➤ Implantação de CFCs e CRVAs em regiões que ainda não dispõem desses serviços.</p>	<p>➤ Cobrir o Estado com uma rede de serviços terceirizados que atendam os cidadãos nos assuntos de habilitação e registro de veículos.</p>
<p>➤ Implantação de serviços de remoção e depósito de veículos nos municípios para atender às demandas oriundas das medidas administrativas das infrações.</p>	<p>➤ Disciplinar a remoção e o depósito de veículos, dando maior confiabilidade e segurança aos proprietários de veículos e ao Estado.</p>
<p>➤ Programa de qualificação dos serviços no DETRAN.</p>	<p>➤ Implantar programa de qualificação dos serviços e da administração participativa.</p>
<p>➤ Credenciamento de depósito de veículos.</p>	<p>➤ Revisar e disciplinar os depósitos de veículos apreendidos, através de credenciamento.</p>

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Expansão do Movimento de Educação para o Trânsito. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar o número de comissões municipais; ➤ Envolver os Centros de Formação de Condutores no engajamento ao Movimento de Educação para o Trânsito.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promoção de seminários e eventos de conscientização de comportamento no trânsito. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoiar a capacitação dos professores, instrumentalizando-os para a tarefa de educação no trânsito.

4.4 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SEMA

Diretrizes:

- Desenvolver programas e projetos para o planejamento, preservação, recuperação, monitoramento e controle da qualidade ambiental contribuindo para o desenvolvimento auto-sustentado – FEPAM;
- Descentralização da gestão ambiental – FEPAM;
- Conservação da Biodiversidade – FZB;
- Manter coleções científicas de plantas vivas – FZB;
- Manter e administrar áreas e estabelecimentos destinados à proteção e preservação da flora, da fauna e de outros recursos naturais – FZB.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Organização da Secretaria. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantação do novo organograma com novas unidades administrativas, para atender ao aumento das demandas, motivadas pela expansão das atividades; ➤ Instalação de programa financeiro em rede, para atender e controlar os novos Fundos agregados à Secretaria; ➤ Ampliação da rede de informática para atender ao aumento das demandas; ➤ Realização de concurso público para suprimento de cargos na Fundação Zoobotânica.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Educação Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ministrando Curso de Educação Ambiental para os municípios, em parceria com a comissão ambiental da FAMURS; ➤ Operação Verão: distribuição de materiais diversos com vistas à formação da consciência dos indivíduos para a preservação da natureza; ➤ Elaboração e publicação dos cadernos de educação ambiental da FEPAM; ➤ Publicação e disponibilização ao público dos estudos técnicos desenvolvidos pela instituição.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão Compartilhada. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar, aproximadamente, 300 municípios; ➤ Apoiar os municípios na elaboração dos

	<p>planos de resíduos sólidos e dos planos ambientais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar Conselheiros Municipais de Meio Ambiente; ➤ Apoiar a organização de Conferências Municipais de Meio Ambiente; ➤ Treinar pessoal e realizar encontros técnicos e seminários regionais; ➤ Elaborar manuais técnicos e material informativo; ➤ Apoiar a implementação de sistemas municipais de gerenciamento de resíduos sólidos; ➤ Apoiar a elaboração e implementação do arranjo institucional para a gestão ambiental municipal.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gestão de Resíduos Sólidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Capacitar os municípios para elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos; ➤ Apresentar as propostas elaboradas pela Comissão Estadual de Resíduos Sólidos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir a informatização e montagem de Sistema de Informação; ➤ Concluir o Inventário Contínuo do RS e sua disponibilização à sociedade; ➤ Diagnóstico do Cadastro Florestal Estadual, visando a melhorias efetivas quanto à obtenção de matéria-prima florestal, produção, aspectos econômicos, caracterização de produtos, comércio e outros; ➤ Melhoria da consulta ao sistema de controle florestal, permitindo o acesso aos dados pelo setor de base florestal; ➤ Estabelecer programa de capacitação e atualização técnico-administrativa permanente; ➤ Elaborar manuais operativos de licenciamento, fiscalização, cadastro e de gestão de unidades de conservação; ➤ Reduzir a inadimplência das empresas registradas no Cadastro Florestal Estadual; ➤ Aumentar o universo de empresas florestais registradas no Cadastro Florestal (5.000 novos cadastros); ➤ Formular o Plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação e Consolidação do ICMS Ecológico; ➤ Padronizar procedimentos e formulários; ➤ Promover o reaparelhamento operacional da sede e das unidades descentralizadas; ➤ Divulgar a legislação ambiental, voltada, especialmente, a produtores rurais; ➤ Abertura de 03 novas agências florestais para melhor espacialização das atividades e do atendimento aos usuários;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Monitorar a execução da reposição florestal obrigatória; ➤ Fomentar a recuperação de áreas degradadas em terras indígenas e matas ciliares; ➤ Concluir os levantamentos e elaborar os Planos de Manejo de cinco unidades de conservação; ➤ Abrir para visitação pública o Parque Estadual de Itapuã.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Recursos Hídricos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar o Plano Estadual de Recursos Hídricos; ➤ Implantar Sistema de Gerenciamento de Outorga de Uso da Água, através de um sistema de informações georreferenciado e criação de um cadastro atualizado dos usuários da água no Estado do Rio Grande do Sul; ➤ Regulamentar a legislação referente à Outorga de Uso da Água; ➤ Implantar a Outorga na Bacia do rio Santa Maria; ➤ Viabilizar a criação de um banco de dados hidrometeorológico para o Estado; ➤ Proposta de uma rede de monitoramento quali-quantitativo integrado para o Estado do Rio Grande Sul; ➤ Implementar os projetos sobre as Prioridades Ambientais Estaduais - PNMA II; ➤ Acompanhar os trabalhos e serviços relativos ao mapeamento hidrogeológico para o Estado do Rio Grande do Sul, operação e manutenção da rede complementar de monitoramento quantitativo da região hidrográfica do Guaíba e regularização das vazões do rio Gravataí; ➤ Acompanhar e contratar os estudos para o desenvolvimento dos Planos Diretores de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos rios Turvo - Santa Rosa - Santo Cristo e Ibicuí; ➤ Instalar os Comitês: rio Alto - Jacuí, Sistema Apuaê Inhandava, Sistema Passo Fundo Várzea, Sistema Turvo - Santa Rosa – Santo Cristo, rio Butuí, Sistema Piratinim – Icamaquã e rio Ijuí; ➤ Instalar as comissões de bacia para implantação dos comitês do rio Quaraí, rio Mampituba, rio Negro, do Sistema Litoral Médio e do Sistema Mirim São Gonçalo; ➤ Acompanhar os Comitês de Bacia já instalados; ➤ Atualizar os cadastros dos usuários da água existentes nos estudos de avaliação quali-quantitativa das disponibilidades e

	<p>demandas da água;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaborar projetos demandados ao Pró-Guaíba; ➤ Coordenar a Semana Interamericana da Água; ➤ Prestar assessoramento técnico ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos, conforme prevê a Lei 10. 350 /94.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio aos pequenos e médios produtores na indústria e agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reestruturar os procedimentos de licenciamento para os pequenos e médios empreendimentos; ➤ Suporte ao desenvolvimento, promoção e disseminação de tecnologias limpas; ➤ Regularizar os pequenos produtores na Suinocultura; ➤ Regularizar os pequenos produtores na Avicultura; ➤ Suporte ao desenvolvimento, promoção e disseminação de práticas agrícolas para a redução e eliminação do uso de agrotóxico.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimento e capacitação institucional. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construir instalações adequadas para os laboratórios; ➤ Capacitar os técnicos da FEPAM com ênfase nos procedimentos informatizados de Licenciamento Ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Verão com Vida 2001. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Controlar a qualidade do ambiente e informar a população quanto às condições de saneamento e qualidade da água para fins de balneabilidade.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estruturação do Sistema de Planejamento e Monitoramento da Qualidade Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir fase preliminar do Projeto de Monitoramento da Qualidade da Água / PNMAII; ➤ Projeto Ecorisco – Criar modelo de avaliação de risco ambiental em bacias hidrográficas sujeitas a diferentes tipos de contaminação antrópica, investigando as conseqüências da contaminação ecotoxicológica na área de influência do Complexo Petroquímico do Sul; ➤ Avaliar e controlar os impactos ambientais decorrentes da urbanização – caracterização ecotoxicológica das amostras de água e sedimentos de fundo de microbacias sujeitas a diferentes ações antrópicas, diagnosticar o nível de toxidez aguda, crônica e genotóxica; ➤ Avaliar à atividade genotóxica e modular o efeito mutagênico de misturas complexas de substâncias – Avaliar os efeitos ocasionados pelas interações de misturas complexas de diferentes origens com o material genético;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estudar a sensibilidade de metodologias de diagnóstico e o risco de exposição de organismo a agentes ambientais de origem natural ou provindos da contaminação do meio ambiente; ➤ Caracterização Química de Partículas Totais e Inalantes em ambiente urbano, determinando a composição química em áreas que sofrem influência das atividades da siderurgia: Sapucaia do Sul e Charqueadas; ➤ Estudo de Contaminação Atmosférica e Aquática em Regiões Influenciadas por Atividades do Processamento de Carvão do RS – Candiota e Baixo Jacuí.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerenciamento costeiro no Litoral Norte. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar um conjunto de ações integradas na região do Litoral Norte do Estado que incluam a consolidação de alguns instrumentos de gestão, o detalhamento de outras e a elaboração de planos de gestão setoriais para atividades em conflito com as diretrizes do zoneamento Ecológico – Econômico.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Projeto Integrado de Aprimoramento no Licenciamento e do Sistema de Informações Ambientais do RS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar sistema de informação ambientais; ➤ Desconcentração institucional e municipalização; ➤ Implantação na área piloto – parte da Bacia Mirim São Gonçalo na Região Sul; ➤ Revisar prazos de licenças e valores das taxas de licenciamento; ➤ Sistematizar os procedimentos de Licenciamento Ambiental; ➤ Melhorar os fluxos informatizados.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Preservação da Biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Implantar serviço de informação e monitoramento da Biodiversidade, bem como museu volante para popularização do conhecimento sobre a biodiversidade, em especial no interior do Estado; ➤ Projetos de conservação de espécies ameaçadas; ➤ Publicação de livros sobre biodiversidade estadual.

4.5 - SECRETARIA DA SAÚDE – SES

Diretrizes:

- Consolidar a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da gestão plena do sistema estadual de saúde propiciando atenção integral à saúde da população;
- Desenvolvimento de política de gestão, qualificação e valorização dos recursos humanos do SUS e adequação das condições de trabalho da Secretaria Estadual de Saúde;

- Ampliação e aperfeiçoamento do Sistema de Informação em Saúde visando à qualificação do processo decisório e da participação social;
- Implementar e interiorizar a HEMOREDE – FEPPS;
- Contribuir para o atendimento da demanda de medicamentos essenciais da população do Estado do Rio Grande do Sul – FEPPS;
- Implementação e ampliação da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde – FEPPS;
- Apoio laboratorial às ações de saúde – FEPPS;
- Implementação do sistema estadual de toxicovigilância – FEPPS;
- Implementar a pesquisa científica em saúde pública – FEPPS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Centros de Referência em Saúde do Trabalhador.	➤ Construir 10 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, nos Municípios de Alegrete, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Ijuí, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, Erechim, Palmeira das Missões e Santa Cruz do Sul.
➤ Instituto Ana Jobim.	➤ Implantar um Hospital Municipal, em conjunto com a Prefeitura de Viamão e com suporte técnico da PUCRS.
➤ Municipalização Solidária.	➤ Repassar recursos, visando potencializar o atendimento aos usuários do SUS, nas questões envolvendo saúde mental, saúde bucal, prevenção do câncer de mama, Hospitais Públicos Municipais.
➤ Cidadania Alimentar.	➤ Repassar para 164 municípios gaúchos, recursos financeiros para viabilizar ações da Política de Cidadania Alimentar.
➤ Hospital da Criança Santo Antônio.	➤ Repassar recursos financeiros para a construção do Hospital da Criança Santo Antônio junto ao Complexo Hospitalar Santa Casa.
➤ Escola de Saúde Pública.	➤ Dar continuidade à qualificação do servidor da área da saúde pública.
➤ Reestruturação da FEPPS.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaliar e revisar a estrutura organizacional da Fundação, com o objetivo de torná-la um efetivo braço operacional para o desenvolvimento das Políticas de Saúde da SES/RS; ➤ Buscar a criação e a efetivação de quadro funcional próprio da FEPPS e a implantação de Plano de Cargos e Salários; ➤ Elaborar a Matriz de Capacitação de Recursos Humanos com as demais estruturas de apoio de desenvolvimento funcional do Estado com o objetivo de otimizar e qualificar o quadro existente;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estreitar o relacionamento entre a Fundação e o conjunto da SES/RS na busca da otimização e consolidação das ações de suporte ofertadas pela Fundação, em consonância com os eixos da Secretaria.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Produção de Medicamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar o quantitativo de produção para 170 milhões de unidades na busca de atendimento da demanda do SUS/RS quanto à Assistência Farmacêutica Básica; ➤ Ampliar e diversificar o elenco de produtos do LAFERGS, buscando o atendimento dos itens de maior consumo da Relação Estadual de Medicamentos Essenciais; ➤ Ampliar e adequar a área física de produção às normas de boas práticas de fabricação e a legislação vigente; ➤ Promover o uso da fitoterapia nos serviços públicos de saúde; ➤ Coordenar a implantação da Rede Estadual de Laboratórios de Produção de Medicamentos.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ LACEN. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ampliar a descentralização das ações de apoio diagnóstico laboratorial à Vigilância Sanitária e Epidemiológica; ➤ Consolidar o papel de coordenação do Sistema de Laboratórios de Saúde Pública do Estado; ➤ Buscar a certificação para a qualidade, visando atender a legislação em vigor, com ações financiadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ HEMOCENTRO. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Consolidar a implementação da Rede Estadual de Sangue e Hemoderivados (HEMOREDE); ➤ Efetivar os Convênios entre o Ministério da Saúde, SES/RS e FEPPS com o objetivo de atender à Meta Mobilizadora Nacional; ➤ Consolidar o papel de coordenação da HEMOREDE estadual.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Centro de Informação Toxicológica. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Otimizar o Sistema Estadual de Toxicovigilância, principalmente, na questão de saúde do trabalhador; ➤ Desenvolver a informatização total da unidade de atendimento de urgência para a qualificação do atendimento às unidades de saúde do Estado; ➤ Ampliar as campanhas de prevenção de acidentes tóxicos com o objetivo de diminuir os indicadores de morbi-mortalidade dos acidentes tóxicos;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Qualificar a estrutura de apoio diagnóstico laboratorial para auxílio às Políticas de Saúde da SES/RS.
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estrutura de pesquisa da FEPPS. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dar continuidade ao processo de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico das unidades da Fundação; ➤ Buscar a estrutura organizacional ideal que de suporte às ações de pesquisa e desenvolvimento com o apoio de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais.

4.6 - SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – STCAS

Diretrizes:

- Promoção de Educação para o Trabalho;
- Consolidar a Política Estadual de Assistência Social;
- Combate a todas às formas de discriminação no trabalho;
- Democratização das relações de trabalho;
- Combate ao desemprego;
- Promoção da economia popular, solidária e autogestionária;
- Constituição do sistema democrático de relações de trabalho;
- Ampliar o processo de democratização e participação popular na Política de Assistência Social;
- Estimular a construção de um sistema permanente de documentação e informação sobre o trabalho;
- Promoção de educação e qualificação para o trabalho;
- Fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade civil através do apoio às organizações não governamentais, movimentos sociais organizados;
- Incremento da política de proteção integral a crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul;
- Mobilização da opinião pública, através de campanhas sobre a necessidade de destinação de recursos, visando à proteção integral à criança e ao adolescente;
- Promover políticas públicas visando ao pleno exercício da cidadania;
- Promoção da defesa e proteção dos direitos do consumidor;
- Qualificação e adequação dos serviços prestados pela STCAS;
- Atenção a crianças e adolescentes abrigados, pela FEBEM;
- Atenção a crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais abrigados, pela FEBEM;
- Atenção a adolescentes autores de ato infracional, pela FEBEM;
- Qualificação Profissional, pela FEBEM;
- Fortalecimento e qualificação dos serviços prestados pela FEBEM;
- Planejamento, execução e divulgação das ações referentes à criança e ao adolescente, pela FEBEM;
- Geração de emprego e renda, bem como melhoria nas relações de trabalho, pela FGTAS;
- Modernização administrativa, pela FGTAS;
- Reestruturação e qualificação do Sistema Público de Emprego - SPE, pela FGTAS;

- Municipalização dos Centros Sociais Urbanos e Centro Humanístico Vida, pela FGTAS.

AÇÕES	RESULTADOS ESPERADOS
➤ Reordenamento dos Abrigos Residenciais: Juvenil Feminino, Marília Sanchotene Felice, José Leandro Souza Leite, Nehyta Martins Ramos, Odila Gay da Fonseca e reforma dos Abrigos Residenciais 23 e 24.	➤ Atender os adolescentes em regime de Abrigos Residenciais - AR.
➤ Ampliação das atividades da Universidade do Trabalhador.	➤ Oportunizar, para os trabalhadores, espaços de formação e debate sobre o mundo do trabalho; ➤ Criar o Memorial do Trabalhador; ➤ Reformar o ginásio de esportes do Parque do Trabalhador e ampliar sua utilização pela Universidade, possibilitando a qualificação de lideranças populares em seus diversos cursos.
➤ Implantação do Observatório do Trabalho.	➤ Qualificar as políticas públicas para a área do trabalho através da produção, sistematização e divulgação de informações sobre a situação do trabalho.
➤ Programa Primeiro Emprego.	➤ Ampliar a inserção sócio-econômica dos jovens de 16 a 24 anos no mercado formal do trabalho.
➤ Qualificação Profissional.	➤ Qualificar o trabalhador, buscando promover a inserção social, e fortalecendo às iniciativas que gerem trabalho e emprego, especialmente quanto à intermediação de mão-de-obra, seguro desemprego e trabalhadores autônomos.
➤ Programa de Crédito Produtivo Popular – MICROCRÉDITO.	➤ Proporcionar crédito para microempreendedores excluídos do sistema financeiro convencional, através do apoio a pequenas iniciativas econômicas de caráter local/comunitário, viabilizando a inserção produtiva e a inclusão social.
➤ Programa Coletivos de Trabalho.	➤ Gerar renda, através da execução de atividades laborais, por parte dos trabalhadores em seu próprio meio, melhoria das condições de vida das comunidades em situação de vulnerabilidade social e econômica, bem como ações de qualificação para o trabalho e cidadania e iniciativas econômicas autogestionárias e auto-sustentáveis, de caráter popular.
➤ Programa Crédito Assistido – PCA.	➤ Avançar, juntamente com a SEDAI e BANRISUL, na qualificação do PCA, desenvolvendo programa de qualificação das

	entidades técnicas conveniadas e das comissões municipais de emprego.
➤ Proteção à Pessoa Idosa.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Atender os idosos através de grupo de convivência e asilo/casa lar; ➤ Realizar debates e conferências regionais e uma estadual, reunindo todos os segmentos envolvidos na questão do idoso, com vistas a implantar, no Estado, a Política do Idoso.
➤ Proteção à Pessoa Portadora de Deficiência.	➤ Prestar auxílio à pessoa portadora de deficiência, utilizando serviços de assistência como grupos de convivência e de abrigos.
➤ Proteção à População Adulta.	➤ Prestar auxílio eventual para a população indígena, bem como atender e dar abrigo aos moradores de rua.
➤ Assistência Social.	➤ Capacitar quanto ao Sistema Estadual de Assistência Social, Planejamento e Rede de Assistência Social os municípios do Estado, prestando assessoria para a execução de programas, serviços e projetos de monitoramento e avaliação das ações com financiamento dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social.
➤ Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar/Família Cidadã.	➤ Apoiar técnica e financeiramente os municípios para implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar, cujo objetivo é a concessão de benefício monetário mensal às famílias que se encontram na linha da pobreza e possuem filhos de até 16 anos e/ou idosos em situação de vulnerabilidade social, constituindo-se numa estratégia de enfrentamento da exclusão social.
➤ Apoio e assessoria aos conselhos estaduais de políticas sociais públicas.	➤ Garantir o funcionamento e as ações dos conselhos estaduais.
➤ Implementação dos Fóruns Intersecretariais da Criança e do Adolescente, dos Povos Indígenas, do Idoso e da Comunidade Negra.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Concluir, implementar e coordenar as políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes, povos indígenas, comunidade negra, consumidores e idosos; ➤ Realizar debates e conferências regionais e uma estadual, reunindo todos os segmentos envolvidos na questão da comunidade negra, com vistas a constituir a política estadual.
➤ Fundo Estadual da Criança e do Adolescente - FECA.	➤ Apoiar programas e projetos de órgãos públicos municipais e estaduais e da sociedade civil organizada que visem desenvolver ações de garantia, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes, priorizando o atendimento a

	adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto e egressos do sistema FEBEM (privação e restrição de liberdade) e do sistema de medidas em meio aberto.
➤ Implementação da Divisão da Criança e do Adolescente - DCA.	➤ Avançar na implantação e implementação das políticas públicas de garantia, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes do Estado; ➤ Articular e implementar a rede de proteção e atendimento social.
➤ Capacitação de conselheiros tutelares, conselheiros de direitos e instituições governamentais e da sociedade civil para execução da política de proteção integral para crianças e adolescentes.	➤ Avançar na articulação e implementação dos mecanismos de promoção, defesa e garantia (Conselhos Municipais de Direitos, Conselhos Tutelares e Fundos Municipais e rede de proteção social).
➤ III Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.	➤ Realizar debates e conferências municipais, regionais e uma estadual, reunindo todos os segmentos envolvidos na questão das crianças e adolescentes com vistas a avançar na implantação das políticas de proteção integral previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
➤ Realização da 2ª edição do Prêmio Direitos da Criança e do Adolescente.	➤ Promover, publicamente, ações que evidenciam e se destacam na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente.
➤ I Conferência Estadual dos Direitos do Consumidor e Implementação do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.	➤ Realizar debates e conferências regionais e uma estadual, reunindo entidades de defesa do consumidor, PROCONS municipais, com vistas a implantar, no Estado, o sistema de defesa do consumidor; ➤ Implementar, de forma institucionalizada, PROCONS nos municípios com população superior a 100.000 habitantes.
➤ Desenvolvimento de programas e ações de auto-sustentação para as comunidades quilombolas.	➤ Mapear e sensoriar as comunidades remanescentes, iniciando o processo de demarcação física das áreas, além de desenvolver ações de auto-sustentação.
➤ Implementação de ações previstas no protocolo de intenções para o assentamento de comunidades indígenas.	➤ Destinar terras públicas para o assentamento das comunidades Mbya Guarani, acampadas na beira de estradas.
➤ Programa de voluntariado da STCAS, para atender crianças, adolescentes, idosos, portadores de necessidades especiais e soropositivos.	➤ Ampliar o programa, buscando para isso melhoria na infra-estrutura administrativa.

<p>➤ Fórum Social Mundial.</p>	<p>➤ Realizar eventos no circuito, envolvendo os segmentos indígenas, negros, crianças, adolescentes e juventude; ➤ Organizar acampamento com representantes indígenas; ➤ Realizar oficina sobre trabalho educativo e medidas sócio-educativas em meio aberto, envolvendo 300 operadores sociais da área.</p>
<p>➤ III Fórum da Cidadania dos Povos Indígenas.</p>	<p>➤ Reunir representantes de todas as comunidades indígenas dos povos Kaingang e Guarani do Estado do RS para debater e deliberar sobre o direcionamento das políticas públicas a esses povos.</p>
<p>➤ Seminários Regionais de Descentralização e Controle Social.</p>	<p>➤ Debater e constituir, no Estado do RS, uma cultura de descentralização, de planejamento, programação e execução de políticas sociais públicas, bem como avançar e garantir mecanismos de controle social sobre as ações dos governos federal, estadual e municipal.</p>
<p>➤ Seminários Regionais sobre Direitos Humanos.</p>	<p>➤ Avançar no debate e constituir, no Estado do RS, uma cultura de promoção e defesa dos direitos humanos.</p>
<p>➤ Regionalização dos Centros de Juventude.</p>	<p>➤ Dar continuidade ao processo de regionalização, através da construção de centros de juventude no interior do Estado, de forma a viabilizar ao adolescente o cumprimento das medidas de internação e semiliberdade na sua comunidade e mais próximo a sua família.</p>
<p>➤ Intermediação para o mercado de trabalho.</p>	<p>➤ Aumentar o número de colocações no mercado de trabalho; ➤ Interligar, em rede, todas as 101 agências do Estado, possibilitando visualização em tempo real das ofertas de vagas com seu melhor aproveitamento e ocupação; ➤ Agregar, aos 101 postos do Sistema Público Estadual de Empregos, a emissão de carteiras profissionais.</p>
<p>➤ Centro do Trabalhador Autônomo.</p>	<p>➤ Consolidar esse instrumento de intermediação nas cidades onde está implantado.</p>
<p>➤ Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda.</p>	<p>➤ Instalar Centros Regionais de Desenvolvimento, Trabalho e Renda em cidades-pólo, completando a agregação das ações do Estado, particularmente com a SEDAI.</p>

<p>➤ Casa do Trabalhador.</p>	<p>➤ Instalar Casas do Trabalhador em cidades de porte médio, com oferta completa de serviços, em Cachoeira do Sul, Campo Bom, Canguçu, Carazinho, Farroupilha, Parobé, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Santiago, São Borja, São Gabriel, São Lourenço do Sul, Sapiranga, Torres, Tramandaí e Vacaria.</p>
-------------------------------	---